

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Sumário

Lista das principais abreviaturas e siglas.....	3
Lista complementar de abreviaturas e siglas.....	4
PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....	5
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	12
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	51
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	59
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	65
6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	87
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	96
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL...	99
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	102
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	149
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	150
PARTE B CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE.....	185

Lista das principais abreviaturas e siglas

CGU	Controladoria Geral da União
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
LOA	Lei Orçamentária Anual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
OE	Objetivos Estratégicos (OE)
ALM	Gestão de Ciclo de Vida de Aplicação (ALM)
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
TIER 4	Do Ing.: camada – um modelo usado para mensurar o nível da infraestrutura de um local destinado ao funcionamento de um centro de processamento de dados
GE	Resolução GE
SUPDE	Superintendência de Desenvolvimento
FCA	Função Comissionada para Auxiliar (FCA)
FCT	Função Comissionada Técnica (FCT)
PSE	Pessoal do Serviço Externo (PSE)
COJUR	Consultoria Jurídica (COJUR)
TI	Tecnologia da Informação
PSGS	Processo Serpro de Gerenciamento de Serviços (PSGS)
EAD	Educação a Distância (EAD)
ZDMS	Zonas Desmilitarizadas (ZDMS)
DEST/MP	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST)
INEA	Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-SP)
CFTV	Circuito Fechado de TV (CFTV)
SUPST	Superintendência de Suporte à Tecnologia (SUPST)
SUPOP	Superintendência de Produtos e Serviços - Operações (SUPOP)
COGTI	Coordenação Geral de Infraestrutura de TIC (COGTI)
PSDS (PRADA)	Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções (PSDS) – PRADA
EBC	Empresa Brasil de Comunicação (EBC)
DW	Data Warehouse (DW)
INFOSERPRO/ADARE	InfoSerpro/Administração da apropriação de recursos
DARF	Documento de Arrecadação de Receita Federal (DARF)
COMPROT	Sistema de Comunicação e Protocolo (COMPROT)
NOVOEX	Siscomex Exportação Web (Novoex)
HISAQ	Sistema de Histórico de Aquisições (HISAQ)
SISGAD	Sistema de Gestão Acadêmica (Sisgad)
UNISERPRO	Universidade Corporativa Serpro (UNISERPRO)
SUNAC	Superintendência de Relacionamento com Cliente (SUNAC)
PROSUT (PSDS)	Programa de Suporte à Política de Transporte (Prosut) – Processo de Software da Organização (PSDS)
IE	Instituição de Ensino (IE)
IN	Instrução Normativa (IN)
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil (SIPEC)
PACCS	Plano de Avaliação e Classificação de Cargos e Salários (PACCS)
SICAF	Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF)
MPT	Ministério Público do Trabalho (MPT)
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios (SICONV)
PB/TR	Projeto Básico/Termo de Referência
PPP	Point to Point Protocol (PPP)
GT	Grupo de Trabalho (GT)
SIGECOM	Sistema de Gestão Comercial (SIGECOM)
DD	Decisão de Diretoria (DD)
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais (Rais)
SEFIP	Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
SGSI	Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI)

Lista complementar de abreviaturas e siglas

DAC	Documento de Atribuições e Competências
SINOR WEB	Sistema de Informações Normativas
UD	Unidades de Desenvolvimento
UO	Unidades de Operações
UG	Unidades de Gestão Empresarial
UA	Unidades de Administração
CGIPC	Comitê de Gestão e Integração de Processos Corporativos
SGDES	Sistema de Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do Serpro
e-CAR	Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados
PCGR	Política Corporativa de Gestão de Riscos
MGOP	Modelo de Governança de Processos
PSGIS	Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços
PAQ	Processo de Aquisição e Contratações do SERPRO
PGOP	Processo de Governança de Processos do SERPRO
PGPS	Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos do SERPRO
PROAV	Processo de Avaliação de Contratos de Receita Deficitários
ANS	Acordos de Nível de Serviço
ANO	Acordos de Nível Operacional
RNF	Requisitos Não Funcionais
DIOPE	Diretoria de Operações
PCVTIC	Processo de Gestão de Tecnologia
DIDES	Diretoria de Desenvolvimento
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
BPMS	<i>Business Process Management Suite</i>
PPM	<i>Project Portfolio Management</i>
CETEC	Coordenação Estratégica de Tecnologia
SUNAC	Superintendência de Relacionamento com Clientes
SUPOP	Superintendência de Produtos e Serviços
CPD	Centro de Processamento de Dados
UGD	Unidade de Gestão de Demandas de Contratações
PAQ	Processo de Aquisições e Contratações do SERPRO
GIS	Gerenciamento Integrado de Serviços
PSGS	Processo Serpro de Gerenciamento de Serviços
SIMRAV	Sistema Integrado do Monitoramento e Registro Automático de Veículos
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
SUPGL	Superintendência de Gestão Logística
SUPST	Superintendência de Suporte à Tecnologia
SUPOP	Superintendência de Produtos e Serviços - Operações
COGTI	Coordenação Geral de Infraestrutura de TIC
SUPGF	Superintendência de Gestão Financeira
SUPDC	Superintendência de Desempenho e Controle
PNS	Processo de Negócios Serpro
SUNCE	Superintendência de Relacionamento com Clientes Especiais
SISFAT	Sistema de Faturamento
COEEP	Coordenação Escritório Estratégico de Projetos
DIRAD	Diretoria Administrativa
UNISE	Universidade Corporativa do SERPRO – UNISE
SUPGA	Superintendência de Aquisições
SUPGP	Superintendência de Gestão de Pessoas
SUPSC	Superintendência de Sistemas Corporativos
EGOP	Escritório de Governança de Processos
DP	Diretor Presidente
DS	Diretor Superintendente
DIRCL	Diretoria de Relacionamento com Cliente
DCGCI	Departamento de Gestão de Controle Interno
ACI	Ações de Controle Interno
NCI	Notas de Controle Interno
GFC	Gratificação de Função de Confiança
PLANCAP	Plano de Capacitação Tecnológica
PLANCAD	Plano de Capacitação Desenvolvimento Institucional
COATI	Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação
SIACOR	Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse
SGC	Sistema de Gestão de Contratos
HISQA-GC	Sistema de Histórico de Aquisições – GC
SIPES	Sistema Integrado de Patrimônio e Estoque
PSS	Programa de Segurança do SERPRO
GCP	Gerenciamento Corporativo de Problemas
PCSI	Política Corporativa de Segurança da Informação
SUNFJ	Superintendência de Relacionamento com Clientes - Sistemas Fazendários e Judiciais
SUNMP	Superintendência de Relacionamento com Clientes - Planejamento, Orçamento e Gestão
SUNNE	Superintendência De Relacionamento Com Clientes - Negócios Estratégicos
SUNSE	Superintendência De Relacionamento Com Clientes - Comércio Exterior
SUPCD	Superintendência De Produtos E Serviços - Centro De Dados
SISAUD	Sistema Integrado Serpro de Auditoria
NR	Notas de Ressarcimento
PAS/SERPRO	Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO
PAS-ODONTO	Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS

1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 Identificação da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Serviço Federal de Processamento de Dados			
Denominação Abreviada: SERPRO			
Código SIORG: 000090	Código LOA: 25207	Código SIAFI: 25207	
Natureza Jurídica: 201-1 Empresa Pública		CNPJ: 33.683.111/0001-07	
Principal Atividade: Consultoria em tecnologia da informação			Código CNAE: 62.04-0-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2021-8000	(61) 2021-8531	-
Endereço Eletrônico: serpro@serpro.gov.br			
Página na Internet: http://www.serpro.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Grandes Áreas Norte Quadra 601, Módulo V, Brasília – DF, CEP 70.836-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
As competências legais e finalidades do SERPRO foram estabelecidas por meio da Lei Nº 4.516, de 01/12/1964, modificada pela Lei Nº 5.615, de 13/10/1970, pela Lei Nº 9.649 de 27/05/1998, e pela Lei Nº 12.249 de 11/06/2010, artigos 67 e 68.			
O Estatuto Social do SERPRO foi estabelecido pelo Decreto Nº 6.791 de 10/03/2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Os órgãos superiores do SERPRO tem suas competências estabelecidas no Estatuto Social, Decreto 6.971/2009, na Resolução DE-007/2013, de 24/06/2013 (Delegação direta de poderes a titulares de cargos de direção e chefia), em conformidade com a Deliberação DE-001/2013, de 24/06/2013 (Autoriza o Diretor-Presidente a delegar competências).			
A descrição de competências das Diretorias funcionais estão documentadas na Resolução DE-006/2011, de 27/05/2011.			
Os demais titulares de cargos de chefia possuem a descrição de competências registradas em Documento de Atribuições e Competências (DAC).			
Os documentos tipificados como organizacionais são arquivados em mídia eletrônica no Sistema de Informações Normativas (SINOR WEB), podendo ser consultados com facilidade a qualquer tempo por qualquer empregado.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Revista Tema			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
803010	SERPRO - REGIONAL BRASILIA		
803011	SERPRO - ESCRITORIO DE GOIANIA - GO		
803012	SERPRO - ESCRITORIO DE CUIABA - MT		
803013	SERPRO - ESCRITORIO DE CAMPO GRANDE - MS		
803014	SERPRO - ESCRITORIO DE PALMAS - TO		
803020	SERPRO - REGIONAL BELEM		
803021	SERPRO - ESCRITORIO DE MANAUS - AM		
803022	SERPRO - ESCRITORIO DE RIO BRANCO - AC		
803023	SERPRO - ESCRITORIO DE MACAPA - AP		

803024	SERPRO - ESCRITORIO DE BOA VISTA - RR
803025	SERPRO - ESCRITORIO DE PORTO VELHO - RO
803030	SERPRO - REGIONAL FORTALEZA
803031	SERPRO - ESCRITORIO DE SAO LUIS - MA
803032	SERPRO - ESCRITORIO DE TERESINA - PI
803040	SERPRO - REGIONAL RECIFE
803041	SERPRO - ESCRITORIO DE NATAL/RN
803042	SERPRO - ESCRITORIO DE MACEIO - AL
803044	SERPRO - ESCRITORIO DE JOAO PESSOA - PB
803050	SERPRO - REGIONAL SALVADOR
803051	SERPRO - ESCRITORIO DE ARACAJU - SE
803060	SERPRO - REGIONAL BELO HORIZONTE
803070	SERPRO - REGIONAL RIO DE JANEIRO
803071	SERPRO - ESCRITORIO DE VITORIA
803080	SERPRO - REGIONAL SAO PAULO
803081	SERPRO - ESCRITORIO DE SANTOS/SP
803082	SERPRO - ESCRITORIO RIBEIRAO PRETO/SP
803083	SERPRO - ESCRITORIO S.J.RIO PRETO/SP
803084	SERPRO - ESCRITORIO DE BAURU/SP
803085	SERPRO - ESCRITORIO PRES.PRUDENTE/SP
803086	SERPRO - ESCRITORIO DE CAMPINAS/SP
803088	SERPRO - ESCRITORIO TAUBATE /SP
803090	SERPRO - REGIONAL CURITIBA
803100	SERPRO - REGIONAL PORTO ALEGRE
803400	SERPRO- REGIONAL FLORIANOPOLIS
806001	SERPRO - SEDE - DEPARTAMENTO FINANCEIRO
806030	SERPRO - REGIONAL BRASILIA
808011	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
808016	ADMINISTRACAO FEDERAL
808018	SERVICOS ESPECIAIS
808024	SUPERINTEND.DE NEGOCIOS SISTEMAS CORPORATIVOS
808028	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO-SUPDE
808029	SUPERINTENDENCIA ADM.TRIB.E COMERCIO EXTERIOR
808030	SUP REL C/CLIENTES-SIS FAZEND E JUDICIAIS
808031	SUPERINTENDÊNCIA DE SUPORTE À TECNOLOGIA
808032	COORDENACAO DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
808034	SUP. DE REL. COM CLIENTES-CLIENTES ESPECIAIS
808117	GERENCIA DE SERVICOS
808118	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS
808119	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO FINANCEIRA
808120	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO LOGISTICA
808122	SUPER. DE GESTAO DAS AQUISICOES E CONTRATOS
808127	SUPER. DE PRODUTOS E SERVICOS - CENTRO DE DADOS
808132	SUPERINTENDENCIA DE OPERAÇÕES SUPOP
808133	SUPER. SUPORTE E INFRA DE TIC - SUPSI
808135	COORDENACAO GERAL DE GESTAO DE SEG DA INFORMA
808136	COORDENACAO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE TIC
808137	COORDENAÇÃO DE SUPORTE À GESTÃO EMPRESARIAL
808210	DIRETORIA
808211	AUDITORIA
808212	CONSULTORIA JURIDICA
808217	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA
808220	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
808225	COORDEN.estrat.de respons.social e cidadania
808229	COORDEN.ESCRITORIO ESTRATEGICO DE PROJETOS
808233	COORDENAÇÃO ESTRAT.DE ACOES GOVERNAMENTAIS
808234	SUP. DE GESTAO EMP.DES E CONTROLE EMPRESARIAL
808240	UNIVERSIDADE CORPORATIVA - UNISE
809007	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS - PSE
809901	DIVISÃO DE ORÇAMENTO EMPRESARIAL

1.1.1 Introdução

Este Relatório contém informações solicitadas através da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, e da Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013. Em cumprimento a estes normativos, estão listados abaixo os itens que não se aplicam à realidade do SERPRO e suas respectivas justificativas:

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Item 3.3.4 - Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores: Não se aplica ao SERPRO. Maiores informações sobre a Política de Remuneração paga a Administradores constam no item 3.3.1 deste documento.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Item 4.1.1 - Programação de Despesas Correntes: O SERPRO não faz parte do orçamento fiscal. A empresa consta no Programa de Dispêndios Globais - PDG e as informações são incluídas no sistema SIEST/DEST

Item 4.1.3 - Execução orçamentária de Créditos recebidos por Movimentação: O SERPRO não faz parte do orçamento fiscal. A empresa consta no Programa de Dispêndios Globais - PDG e as informações são incluídas no sistema SIEST/DEST

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Item 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores inativos e Pensionistas: Não se aplica ao SERPRO, por ser empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Item 5.1.5.4 - Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico: Não se aplica ao SERPRO. Os únicos atos encaminhados de modo físico são as admissões (além daqueles encaminhados via SISAC). Os atos de desligamento e de cancelamento de desligamento são encaminhados via SISAC.

Item 5.2.2 - Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados: Não se aplica ao SERPRO, porque não há terceirizados a substituir.

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Item 6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial: Não se aplica ao SERPRO, pois este não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Item 6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, exceto Imóvel funcional: Não se aplica ao SERPRO, pois este não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Item 6.2.3 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada: Não se aplica ao SERPRO, pois este não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Item 11.5.2 - Posição da Unidade como investidora: Não se aplica ao SERPRO, pois este não possui participação societária em nenhuma outra empresa.

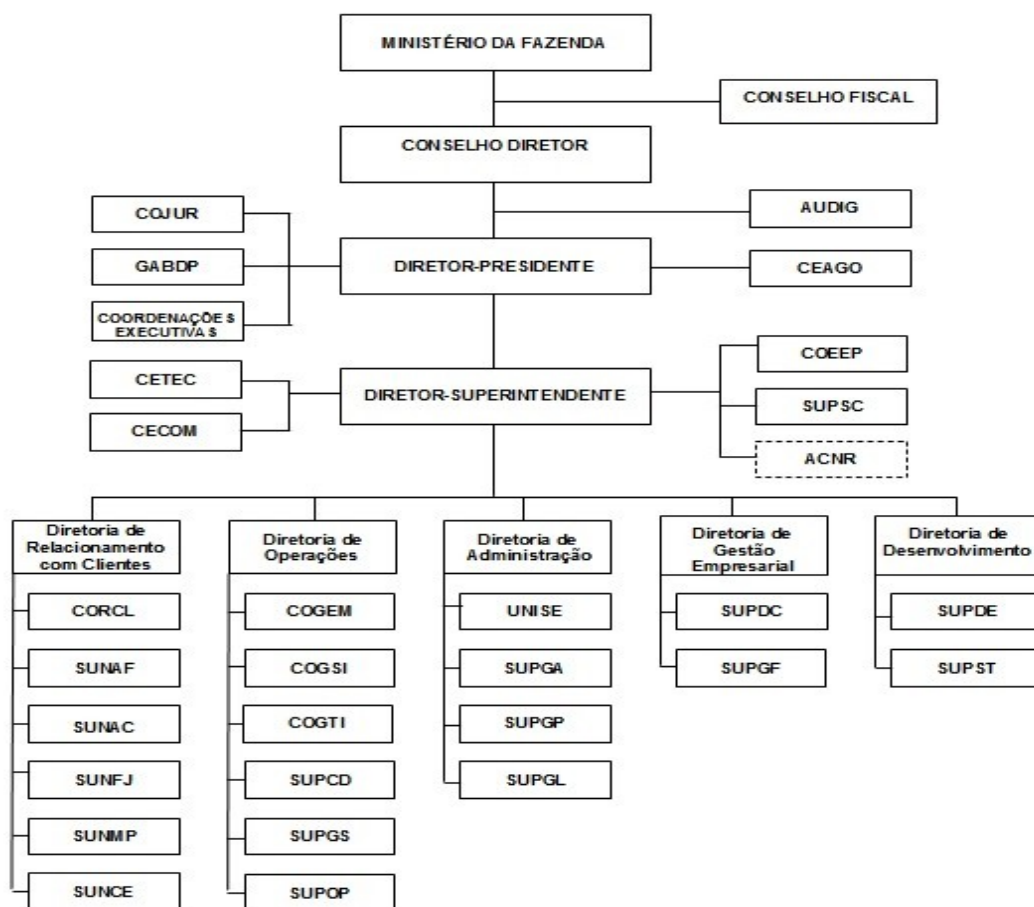
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

De acordo com o Estatuto Social, publicado por meio do Decreto nº 6.791 de 10/03/2009, o SERPRO tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, incluindo as atividades de teleprocessamento e comunicação de dados, voz e imagens, que sejam requeridas, em caráter limitado e especializado, para a realização dos referidos serviços, e a prestação de assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade.

O Estatuto Social também define que são finalidades do SERPRO:

- atender prioritariamente, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda;
- aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, mediante contratação;
- viabilizar soluções no campo da modernização e do apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

1.3 Descrição resumida das atribuições das áreas



(Fonte: Resolução OE-019/2012, de 31/08/2012)

Por intermédio da Deliberação DE-004/2012, aprovada em 01/08/2012, o Conselho Diretor, na forma prevista no inciso XII do art. 7º do Estatuto Social do SERPRO, aprovou a área de atuação dos Diretores, bem como os órgãos a eles vinculados.

A composição e as competências do Conselho Diretor e Fiscal, estão descritas no Estatuto do SERPRO.

A Auditoria-Geral tem como missão assessorar o Conselho Diretor no desempenho de suas funções, fornecendo-lhe relatórios com informações resultantes de análises e avaliação do desempenho dos controles internos do SERPRO.

A Consultoria Jurídica presta atendimento Consultivo, Judicial e Estratégico para a Direção da Empresa, garantindo segurança a tomada de decisão.

As Unidades de Relacionamento com Clientes tem como objetivo captar negócios voltados a tratar e tornar disponíveis informações que apoiem o Governo Federal de forma integrada, com o desenvolvimento de soluções baseadas em modernas ferramentas de TIC.

As Unidades de Desenvolvimento concentram processos produtivos de desenvolvimento, visando a racionalização e o melhor aproveitamento dos recursos de desenvolvimento de sistemas, a alta produtividade das equipes e a boa qualidade dos produtos entregues aos clientes.

As Unidades de Operações tem como objetivo o fornecimento da infraestrutura tecnológica, envolvendo hospedagem de aplicações e servidores, armazenamento de dados, gerenciamento e administração de aplicações, de serviços e de redes; convergência de dados, voz e vídeo; gerenciamento e administração de serviços, dentre outros, com elevados níveis de qualidade, segurança e competitividade.

As Unidades de Gestão Empresarial tem como objetivo gerir o desempenho e o controle empresarial e os processos de gestão econômico-financeira, voltados a garantir a capacidade de investimento, a transparência e a sustentabilidade, além de gerar informações de gestão empresarial estruturadas, necessárias ao processo decisório da Empresa.

As Unidades de Administração tem como processos finalísticos a gestão de pessoas e a gestão logística, de modo a viabilizar o desenvolvimento de pessoas, a manutenção do ambiente físico da empresa e a normatização do processo de contratação de bens e serviços de qualquer natureza.

As Coordenações Estratégicas têm como objetivo fomentar, gerir, formular, coordenar e executar diretrizes relacionadas a assuntos corporativos estratégicos, de modo a dar maior flexibilidade para o atendimento aos programas e aos projetos de governo, bem como reforçar o papel do SERPRO na prestação dos serviços com agilidade e qualidade.

1.4 Principais Processos – finalísticos e apoio

Em 2013, o SERPRO passou a classificar seus processos considerando o entendimento comum de mercado, que separa como “finalísticos” os processos com foco sobre o negócio principal da organização e “de apoio” todos os processos que não entregam valor ao cliente, suportando aqueles que o fazem.

Relatório de Gestão 2013 - versão final

Finalísticos				
Nome do Processo	Unidade gestora	Descrição	Principais Produtos e Serviços	Principais ações em 2013
PNS - Processo de Negócio do SERPRO	CORCL – Coordenação de Relacionamento com Clientes	"tem por objetivo orientar, padronizar e documentar as atividades realizadas pelas Unidades de Relacionamento com Clientes internos e externos da Empresa."	- Registrar o atendimento ao Cliente; - Administrar as demandas do Cliente; - Promover a solução; - Gerir a contratação do serviço; - Planejar e gerir o plano de viabilização da solução; - Criar e manter a modelagem dos processos de negócio do Cliente; - Elaborar planos de negócio.	- Criação de um novo modelo de contratação e consequente reestruturação do subprocesso "Atender Cliente" para retratar o acompanhamento dos níveis dos serviços prestados, a identificação de novas necessidades do cliente e a identificação e tratamento das melhorias para os serviços prestados com o objetivo de atendimento ao cliente e busca de sua satisfação; - Atualização do subprocesso "Gerir Garantia de Qualidade do Negócio", com a publicação do novo formato da Lista de Verificação, atualização da OTEC - Revisões de QGN e dos artefatos ligados ao subprocesso; - Implementação de melhorias no subprocesso "Gerir Demanda" originadas no ciclo de QGN de 2012, além da implementação da integração com o PROSEG - Processo Serpro de Segurança; criação da OTEC para solicitações de serviço de segurança da informação; e separação da OTEC de Solicitação de serviço - uma para Diretoria de Desenvolvimento (DIDES) e outra para Diretoria de Operações (DIOPE); - Atualização do subprocesso "Gerir Contrato" para implementar a integração com o Processo Gerenciamento de Nível de Serviço do PSGIS.
PSGIS - Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços	SUPGS – Superintendência de Gerência de Serviços	"processo corporativo no qual são definidos os processos de gerenciamento de serviços de TI no Serpro, que são utilizados durante todo o ciclo de vida dos serviços, desde a sua internalização nas áreas de infraestrutura pelas áreas de relacionamento com clientes, até o completo atendimento da demanda, seja ela uma demanda por novos serviços, alterações ou correções de desvios nos serviços existentes."	- Gerenciamento de incidente; - Gerenciamento de mudança; - Gerenciamento de problema; - Gerenciamento de requisição de serviço; - Gerenciamento de configuração; - Gerenciamento da função central de serviço; - Gerenciamento de demanda;	- Promovido o primeiro Ciclo de Revisão do macroprocesso, tendo como produto: a redefinição dos valores gerados; a elaboração dos indicadores de resultado e desempenho; a análise e identificação de riscos do processo; a geração do Plano de Implementação de Melhorias. - Realizada a transformação dos processos Gerenciamento de mudanças, Gerenciamento de incidentes, Gerenciamento de requisições de serviço, Gerenciamento de eventos e Gerenciamento de níveis de serviço para o novo modelo de atuação da SUPGS (Superintendência de Gestão de Serviços); - Publicação de desdobramentos operacionais dos processos do PSGIS na SUPOP (Superintendência de Operações); - Revisão e padronização dos procedimentos operacionais que se desdobram a partir do PSGIS na SUPCD (Superintendência de Centro de Dados); - Publicação do subprocesso "PSGIS - Gerenciamento da Melhoria Contínua do PSGIS - Planejamento da Evolução do Processo".
PRADA - Processo de Gestão do Atendimento às Demandas de Desenvolvimento de Aplicações	SUPDE – Superintendência de Desenvolvimento	Visa o atendimento, a gestão e a entrega das demandas de construção e manutenção de soluções de software.	Entrega de soluções de software.	- Publicada toda a documentação descritiva do processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO; - Iniciadas as discussões sobre a integração do processo com o PSDS - Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções.
PSDS - Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções	SUPDE – Superintendência de Desenvolvimento	"visa padronizar e documentar as atividades do ciclo de vida de desenvolvimento de software para conceber soluções de TI com maior produtividade e melhor qualidade para os clientes do SERPRO."	- Construção (implementação, homologação e testes) de Soluções de software.	- Iniciada a migração dos diagramas do Sítio do Processo (EPF Composer) para o Portfólio Corporativo de Processos, conforme padrão estabelecido pelo Escritório de Governança de Processos (BPMN 1.2); - Iniciadas as discussões sobre a integração do processo com o PRADA - Processo de Gestão do Atendimento às Demandas de Desenvolvimento de Aplicações; - Transferida a gestão do Processo da SUPST (Superintendência de Suporte à Tecnologia) para a SUPDE (Superintendência de Desenvolvimento); - Não houve a implantação de novas releases do processo em 2013.
PROINFRA - Processo de Implantação de Novos Serviços de Infraestrutura	COGTI – Coordenação Geral de Infraestrutura de TIC	"Orientar e padronizar as atividades necessárias para construir um novo serviço com base em tecnologias de infraestrutura"	- Inclusão de novos serviços de TIC baseados em infraestrutura no catálogo de serviços do SERPRO.	- Iniciado o mapeamento das atividades do processo; - Capacitada a equipe responsável pela modelagem do processo no curso de Modelagem de Processos de Negócio (BPM + BPMN + Ferramenta Oryx).
PROCID - Processo de Inclusão Digital	CEAGO – Coordenação Estratégica de Ações Governamentais	"Busca promover a inclusão digital e social das comunidades excluídas do universo das Tecnologias da Comunicação e Informação TIC."	- Montagem de telecentros comunitários; - Acesso aos serviços de governo eletrônico dos três níveis: federal, estadual e municipal; - Acesso à informação variada por meio da rede mundial de computadores (Internet); - Cursos de informática e de educação à distância para atualização profissional; - Reforço escolar para crianças, jovens e adultos; - Fomento da produção cultural comunitária (áudio, vídeo, web-art); - Distribuição de conhecimento; - Estimulo à inserção social com a possibilidade de participação em redes de relacionamento, blogs e fóruns virtuais.	- A gestão do processo foi transferida da Universidade Corporativa (UNISE) para a Coordenação Estratégica de Ações Governamentais (CEAGO); - Não houve a implantação de novas releases do processo em 2013; - Iniciada a modelagem do processo para incorporação ao Portfólio Corporativo de Processos do Serpro.
OUIVODORIA - Processo de Ouvidoria e Informações ao Cidadão	Ouvidoria	"Realizar as atividades de ouvidoria do Serpro, prestar informações ao cidadão sobre as atividades do Serpro e disponibilizar informações sobre as atividades do processo."	- Fornecimento de informações ao cidadão; - Atendimento a manifestações de empregados.	- Não houve alterações no processo no ano de 2013.
PROAUDIG - Processo de Auditoria Geral	AUDIG – Auditoria Geral	Processo que visa atender aos Órgãos de Fiscalização e Controle Externos/Internos por meio de relatórios de auditoria e esclarecimentos pontuais, além de realizar auditorias nos processos corporativos, com base no plano de trabalho anual, aprovado pela Controladoria-Geral da União – SFC/CGU-PR e pelo Conselho Diretor, visando examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais, o desempenho da gestão, a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos, quanto a economicidade, a eficácia e a eficiência das citadas gestões, adotando o tipo e forma de auditoria mais adequada, recomendando as ações necessárias ao seu aprimoramento e regularização.	- Relatórios de auditoria inerentes à gestão de pessoas, orçamentária e financeira, empresarial, logística, estratégia de desenvolvimento e capacitação e tecnologia da informação; - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT; - Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna – RAINT; - Sumário de Atividade de Auditoria Interna – SAAI; - Informe sobre as Ações dos Órgãos de Fiscalização e Controle – Externo/Interno; - Resumo de Atividades da Auditoria-Geral; - Parecer da Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anual e Controles Internos e Relatório sobre as Auditorias Planejadas e Executadas; - Informações pertinentes à Auditoria-Geral, destinadas a integrar o Relatório de Gestão/Prestação de Contas do SERPRO; - Relatório Informe – Sumário Executivo; - Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis e relatório de forma longa.	- Não houve alterações no processo no ano de 2013; - Iniciadas as discussões sobre o primeiro ciclo de revisão do processo, planejado para 2014.

Relatório de Gestão 2013 - versão final

Nome do Processo	Unidade gestora	Descrição	Apoio	
			Principais Produtos e Serviços	Principais ações em 2013
PD – Processo Decisório	GABDP – Gabinete do Diretor-Presidente	Encaminhar proposições que dependem de decisão da Diretoria Colegiada do Serpro e promover tais decisões necessárias.	Decisões da diretoria	- Não houve alterações significativas no processo no ano de 2013; - Revisado o objetivo definido para o processo.
PCVTIC – Processo de Ciclo de Vida de Tecnologia da Informação e Comunicações	CETEC – Coordenação Estratégica de Tecnologia	"Abrange as tecnologias e suas subcategorias em todas as suas etapas, desde o momento em que são prospectadas até o momento em que são eliminadas."	Manutenção do Catálogo de Tecnologia, Atualização e sustentação do Parque tecnológico do SERPRO.	- Publicada a 4ª versão do processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO para: criação da fase de Análise; a realização de testes de produtos de tecnologia na fase de Prospeção e a consequente eliminação da fase de Absorção; a definição dos atores do processo ao longo de sua execução. A nova versão visa dar maior agilidade no atendimento às demandas do PCVTIC e amplia a comunicação entre as unidades envolvidas nas ações de prospeção, internalização, sustentação e declínio de produtos de tecnologia.
PRESC – Processo de Responsabilidade Social e Cidadania	CEAGO – Coordenação Estratégica de Ações Governamentais	Tem por objetivo "promover a realização e execução do desenvolvimento social e a cidadania, alinhado às políticas e à orientação do Governo Federal."	Realização de ações sociais e de promoção da cidadania.	- Não houve alterações no processo no ano de 2013.
PROCERDI – Processos do serviço de Certificação Digital do Serpro	SUPOP – Superintendência de Operações	Orienta as ações inerentes ao ciclo de vida do agente de registro e dos certificados digitais emitidos pelo SERPRO.	Emissão de certificados digitais	- Não houve alterações no processo no ano de 2013.
PROSEG - Processo de Segurança da Informação	COGSI – Coordenação de Gestão da Segurança da Informação	Integra a segurança da informação aos produtos e serviços do SERPRO.	Segurança da informação	- Revisados os desdobramentos operacionais do processo de segurança na unidade de centro de dados; - Compartilhada a gestão do subprocesso Implementar Segurança de Pessoas com a SUPGL - Superintendência de Gestão Logística (unidade responsável pela gestão dos contratos de vigilância terceirizada).
PAQ – Processo de Aquisições e Contratações do SERPRO	SUPGA – Superintendência de Gestão de Aquisições e Contratos	Processo que orienta as atividades relacionadas às aquisições e contratações do SERPRO desde o registro das demandas de contratações até o encerramento contratual, incluindo todas as ações de gerenciamento contratual.	Gestão dos contratos do SERPRO	- Promovido o primeiro Ciclo de Revisão do macroprocesso, tendo como produto: a redefinição dos valores gerados; a elaboração dos indicadores de resultado e desempenho; a análise e identificação de riscos do processo; a geração do Plano de Implementação de Melhorias; - Revisados os desdobramentos operacionais do processo de aquisições na unidade de centro de dados; - Publicadas novas versões dos subprocessos: Autuação e Guarda de Documentos Contratuais, Contratação - Seleção do Fornecedor, Gerenciamento Contratual, Gestão de Riscos e Planejamento da Contratação.
PGP – Processo de Gestão de Pessoas	SUPGP – Superintendência de Gestão de Pessoas	Realiza a gestão de pessoas no SERPRO.	Gestão dos empregados do SERPRO	- Publicados no Portfólio Corporativo de Processos os subprocessos: Alterar jornada de trabalho, Gerenciamento dos sistemas SGP e SIAPE, Recrutamento interno e Ressarcimento dos valores de banda larga ao teletrabalhador.
PGF – Processos da Gestão Financeira do SERPRO	SUPGF – Superintendência de Gestão Empresarial/ Financeira	Realiza a gestão financeira, tributária, contábil, de riscos e de controles internos do SERPRO.	Gestão financeira, tributária, contábil, de riscos e de controles internos.	- Não houve alterações no processo no ano de 2013.
PEDUCA – Processo de Educação Corporativa	UNISE – Universidade Corporativa do Serpro	Promove o desenvolvimento de competências organizacionais e individuais, além de ações educacionais para a sociedade.	Educação corporativa e ações sociais de capacitação.	- Publicados os subprocessos "Gerir congresso interno" e "Promover estágio curricular".
PROGECON - Processo da Gestão do Conhecimento	UNISE – Universidade Corporativa do Serpro	Realiza a gestão do conhecimento organizacional.	Gestão do conhecimento	- Publicados no Portfólio Corporativo de Processos os subprocessos "Gerir Informação organizacional", "Prover informação bibliográfica" e "Gerir biblioteca"; - Realizado o planejamento para 2014 do primeiro ciclo de revisão do processo.
PROJUR – Processo Jurídico	COJUR – Consultoria Jurídica	Assessorar juridicamente a empresa e defender os interesses do SERPRO nas causas não trabalhistas.	Assessoria jurídica.	- Não houve alterações no processo no ano de 2013.
PROLOG – Processo de Gestão Logística	SUPGL – Superintendência de Gestão Logística	Orienta a gestão logística do SERPRO, seus subprocessos e relacionamentos com os demais processos da empresa.	Gestão logística.	- Revisados os desdobramentos operacionais do processo de gestão logística na unidade de centro de dados; - Publicados os subprocessos de "Transporte", "Gestão patrimonial", "Gestão de seguros", "Administração de materiais" e "Manutenção de infraestrutura de instalações".
PSCN – Processo SERPRO de Continuidade de Negócio	COGSI – Coordenação de Gestão da Segurança da Informação	Estabelece uma estrutura de subprocessos, atividades, papéis e artefatos para apoiar a Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) no âmbito do SERPRO	Gestão da continuidade de negócios	- Transferida a gestão do processo da SUPGS - Superintendência de Gestão de Serviços para a COGSI - Coordenação de Gestão da Segurança da Informação.
PROSUTE – Processo de Suporte à Tecnologia	SUPST – Superintendência de Suporte à Tecnologia	Provê suporte, alinha, integra e otimiza as tecnologias e processos relacionados ao desenvolvimento de sistemas do SERPRO.	Suporte tecnológico ao processo de desenvolvimento de sistemas	- Não houve alterações no processo no ano de 2013.
PROCOM – Processo de Comunicação Social	CECOM – Coordenação Estratégica de Comunicação Social	Realizar a produção e divulgação jornalística, assessoria de imprensa, publicidade e organização de eventos internos e externos.	Comunicação Social	- Publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos.
PGOP – Processo de Governança de Processos	EGOP – Escritório de Governança de Processos	Realizar a governança de processos do Serpro, provendo a esses visibilidade, padronização, gerenciamento de desempenho e melhoria contínua, de maneira que os mesmos atendam os ofereçam informações para tomada de decisão e atendam aos objetivos estratégicos da organização.	- Governança dos processos corporativos; - Gerenciamento do Portfólio de Processos do SERPRO.	- Promovido o primeiro Ciclo de Revisão do macroprocesso, tendo como produto: a redefinição dos valores gerados; a elaboração dos indicadores de resultado e desempenho; a análise e identificação de riscos do processo; a geração do Plano de Implementação de Melhorias; - Publicados todos os 27 processos corporativos; - Realizada a prospeção de ferramenta de BPMs para apoiar a gestão dos processos corporativos; - Implantada a Comunidade Serpro de Processos em todas as 11 regionais da empresa; - Capacitadas cerca de 400 pessoas em Modelagem de Processos de Negócio (BPMN, BPMN e ferramenta de modelagem); - Iniciado o levantamento dos processos que integrarão a ferramenta de ERP, que será possivelmente adquirida.
PGPS – Processo de Gestão de Estratégia e Projetos do SERPRO	COEEP – Coordenação do Escritório Estratégico de Projetos	Viabilizar a gestão estratégica e aumentar as chances de atingir os benefícios esperados dos projetos.	- Planejamento estratégico; - Gerenciamento do portfólio de Projetos; - Gestão de projetos.	- Promovido o primeiro Ciclo de Revisão do macroprocesso, tendo como produto: a redefinição dos valores gerados; a elaboração dos indicadores de resultado e desempenho; a análise e identificação de riscos do processo; a geração do Plano de Implementação de Melhorias; - Modelados e publicados os processos relacionados ao gerenciamento da estratégia; - Realizadas revisões no processo para alongar o planejamento da estratégia até 2022 e iniciadas as discussões de metodologia para o desdobramento dos objetivos estratégicos até o nível de processos.
PRODCE – Processo de Gestão de Custos	SUPDC – Superintendência de Gestão Empresarial/ Desempenho e Controle	Realizar as atividades de desempenho e controle empresarial (gestão orçamentária, comercial, de planos de negócio, de custos e o controle interno do SERPRO).	Gestão empresarial	Mapeadas as atividades de gestão comercial, de gestão de planos de negócio e de controle interno, aglutinando-as ao PROCRC – Processo orçamentário e ao PROCGC – Processo de gestão de Custos; gerando, assim, um único macroprocesso denominado PRODCE – Processo de Desempenho e Controle Empresarial.
PI – Processo de Gestão da Inovação	DIRET – Diretoria	Captar propostas e gerir o portfólio de inovações do SERPRO.	Gestão do portfólio de inovações do SERPRO.	- Mapeadas as atividades e modelado o processo de inovações; - Publicado o processo no Portfólio Corporativo de Processos do SERPRO.

1.5 – Principais parceiros

O SERPRO não mantém relação de parceria com empresas e instituições. Para execução dos serviços que requerem mão de obra específica, não prevista nos quadros de empregados, são contratadas empresas terceirizadas, conforme informações apresentadas nos itens 5.2.3 e 5.2.4 deste relatório.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

O Perfil Empresarial e a trajetória do SERPRO relacionam-se estreitamente com a história da informática brasileira. Ao longo de seus 49 anos de existência, a empresa cumpre seu objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública Federal. De acordo com o estabelecido no Art. 3º do seu Estatuto Social, são finalidades do SERPRO:

- I - atender prioritariamente, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda;
- II - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, mediante contratação;
- III - viabilizar soluções no campo da modernização e do apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- IV - atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V - incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Considerando tais finalidades, o SERPRO define os seus componentes estratégicos, fundamentando sua atuação e visando oferecer aos clientes soluções de tecnologia da informação e comunicações (TIC) que lhes permitam a concentração nas suas atividades principais sustentadas por sistemas de informações necessários às suas operações.

COMPONENTES ESTRATÉGICOS	
Visão	Missão
Ser reconhecida como empresa estratégica pelo governo federal e sociedade.	Prover e integrar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade.
Negócio	Produtos e Serviços
Tecnologia da Informação e Comunicações.	Sistemas de Informação; Serviços de Tecnologia da Informação e Integração de Soluções; Consultoria e Informações; Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações dos Sistemas Estruturadores do Governo Federal.
Força Motriz	Fatores críticos
Capacidade de inovar e realizar.	Produtividade e eficiência; Disponibilidade e utilidade; Domínio tecnológico.
Premissas	Valores
Conquistar reconhecimento de Clientes, Estado e Sociedade; Prestar serviços com pontualidade, inovação, qualidade e segurança; Empregar soluções inovadoras com tecnologia adequada; Desenvolver soluções de tecnologia da informação de forma cooperada; Orientar a gestão para resultados que assegurem a sustentabilidade; Praticar gestão integrada e participativa; Manter os empregados comprometidos e motivados; Atuar com ética e responsabilidade cidadã.	Confiança e credibilidade; Compromisso com resultados; Confidencialidade e segurança das informações; Respeito às pessoas; Responsabilidade social e cidadania; Integridade profissional e pessoal; Orgulho de trabalhar no Ser pro; Gosto por desafios; Equidade de gênero e raça; Competência técnica.

2.1.1 Estratégia de atuação

A estratégia de atuação do SERPRO é definida por meio do planejamento estratégico da empresa. Nesse processo são definidos os componentes estratégicos, que orientam os trabalhos da empresa, para alinhamento às diretrizes emanadas pelos Conselhos e pela Direção, bem como para atender às necessidades de seus clientes, Estado e sociedade brasileira, no âmbito da tecnologia da informação e comunicação.

O Ciclo Estratégico é organizado em duas fases: Formulação da estratégia; e Monitoramento e controle da estratégia. Cada uma possui um conjunto de atividades que geram produtos para atingir seu objetivo. O quadro a seguir apresenta essas fases com respectivas atividades e produtos.

Fase	Atividades	Produtos
Formulação da estratégia	Definir Componentes Estratégicos Identificar Objetivos Estratégicos Definir Soluções Divulgar Estratégia	Componentes estratégicos Objetivos estratégicos Projetos estratégicos Planejamento Estratégico divulgado
Monitoramento e controle da estratégia	Preparar Monitoramento e Controle da Estratégia Executar Ciclo de Monitoramento e Controle da Estratégia Controlar Estratégia Encerrar Ciclo Estratégico	Descrição dos atributos dos indicadores Relatório de monitoramento e controle da estratégia Oficina de controle

Na fase de “formulação da estratégia” são definidos ou revisados os componentes estratégicos, como visão, missão, valores. Em seguida os objetivos estratégicos são identificados e descritos, com seus nós críticos e focos de resultados. O planejamento estratégico do ministério supervisor serve de insumo para essa etapa. Os nós críticos (causas fundamentais) servem como centros práticos de ação e de construção dos focos de resultados. Esses últimos representam o estado desejado, quando do atingimento do objetivo. Após escolha do nó crítico e foco de resultado são definidas as metas e indicadores que serão usados para medir desempenho. Ainda na fase de formulação da estratégia são definidos os projetos estratégicos, que realizam as metas definidas.

Concomitantemente, são realizados os planos táticos que desdobram os elementos estratégicos em objetivos, metas e projetos táticos. O nível operacional é atendido no contexto de planejamento de cada operação, onde são geradas atividades que compõem o plano de trabalho de cada empregado. Essas são vinculadas aos objetivos estratégicos e táticos por meio do Sistema de Gerenciamento de Desempenho dos Empregados do SERPRO (SGDES). Desta forma, a empresa busca alinhar o nível operacional à sua estratégia.

A fase “monitoramento e controle da estratégia” inicia-se com a especificação de indicadores, onde são detalhados os atributos de fórmula, fonte de dados, procedimento de coleta, entre outros.

Após a atividade de preparação iniciam-se os períodos de monitoramento e controle da estratégia, onde participam os responsáveis pelo objetivo, metas e projetos estratégicos. Os períodos ocorrem a cada dois meses (fevereiro a janeiro do ano seguinte) e são apoiados pela ferramenta informatizada Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-CAR). O propósito do período é acompanhar o andamento dos projetos, o desempenho das metas e verificar se estão na direção estabelecida pelos objetivos estratégicos. Ao final de cada monitoramento são realizadas oficinas de controle para analisar os resultados coletados e deliberar sobre mudanças no plano, ações corretivas e preventivas. No último monitoramento e controle ocorre o encerramento do ciclo estratégico do ano.

Com base nessa metodologia, o planejamento estratégico do SERPRO passa a ser representado pelos seguintes elementos:

- Componentes Estratégicos
- Objetivos estratégicos
- Metas estratégicas
- Projetos estratégicos

Os componentes estratégicos foram apresentados no item 2.1 deste documento. Eles fornecem as diretrizes que norteiam as metas, projetos e ações da empresa, levando ao cumprimento de sua missão.

Nos próximos tópicos serão apresentados: os objetivos estratégicos, as metas e os projetos estratégicos gerados para o exercício de 2013.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

O objetivo é um elemento fundamental no planejamento estratégico. Pode ser definido como um comportamento desejável ou resultado final a ser atingido em vista da estratégia da organização. A árvore de objetivo contém os atributos que descreve: nome, causas e consequências. A partir desses elementos são identificados os nós críticos e focos de resultados. Esses servem para relacionar com o plano de trabalho da empresa, onde os projetos buscam desatar os nós críticos que uma vez resolvidos atingem o objetivo, cujos resultados são controlados pelos focos de resultados. Assim, quando os projetos atingem o foco de resultado, isso significa que o objetivo foi atingido.

No Ciclo Estratégico 2013 os objetivos foram identificados e selecionados na fase de Formulação da estratégia, com a participação da diretoria, coordenações estratégicas, unidades organizacionais e órgãos de assessoramento. Foram selecionados sete objetivos, que estão descritos nos quadros a seguir:

Objetivo 1 – Dimensão Governo e Sociedade	
Objetivo OE01	Fortalecer reconhecimento da empresa como garantia de segurança, continuidade e retenção de saber para o interesse público.
Foco de resultado	Índice de imagem do SERPRO.
Nó crítico (principal causa)	Identidade do SERPRO e de suas realizações não são consolidadas.
Objetivo 2 - Dimensão Econômica	
Objetivo OE02	Consolidar a sustentabilidade econômica.
Foco de resultado	50 milhões de lucro.
Nós críticos (principal causa)	Alguns contratos de receita deficitários; Lacunas na gestão dos processos produtivos.
Objetivo 3 – Dimensão Processo	
Objetivo OE03	Garantir serviços com qualidade e resiliência.
Foco de resultado	Ampliar a disponibilidade dos serviços.
Nós críticos (principal causa)	Lacunas na gestão das arquiteturas das soluções de software; Dificuldade em atender alguns níveis de serviço contratados; Não existe uma abordagem corporativa integrada para garantir qualidade e resiliência.
Objetivo 5 – Governo e Sociedade	
Objetivo OE05	Aprimorar a relação comercial.
Foco de resultado	Efetividade na realização dos contratos de receita.
Nós críticos (principal causa)	Condições insuficientes para a gestão comercial na fase de pré-venda; Gestão deficiente de contrato de receita; Falta de gestão integrada das solicitações dos clientes.

Objetivo 7 – Dimensão Tecnologia	
Objetivo OE07	Manter os serviços atualizados no mais alto nível tecnológico agregando valor ao negócio do cliente.
Foco de resultado	6 (seis) projetos caracterizados como inovadores no portfólio de projetos.
Nós críticos (principal causa)	Iniciamos a inovação pela tecnologia e não pelo negócio; A inovação não está estruturada, organizada e internalizada na empresa.
Objetivo 9 – Dimensão Aprendizado e Crescimento	
Objetivo OE09	Prover as condições para o desenvolvimento sustentável.
Foco de resultado	Realização das metas dos nós críticos.
Nós críticos (principais causas)	Limitação da infraestrutura de Centros de Dados; Falta uma formação contínua dos novos e atuais gestores e lideranças; Carência de uma abordagem mais direta na formação de gerentes e empregados em atuar com visão de negócio; Necessidade de qualificar o processo de contratação de despesa; Necessidade de garantir a qualidade de vida do funcionário do SERPRO no ambiente de trabalho.
Objetivo X – Dimensão Processo	
Objetivo OEX	Promover a qualificação dos processos de gestão.
Foco de resultado	Conformidade nos processos definidos como prioritários para 2013.
Nós críticos (principais causas)	Falta de um planejamento e gestor corporativo para priorização, gestão e conformidade dos processos; Baixa automação de alguns processos produtivos, inclusive sem uso de tecnologias baseadas em automação de fluxo.

2.1.3 Metas estratégicas

Na definição das metas estratégicas, o SERPRO vem buscando atender as seguintes premissas:

- 1) utilidade: representar o que é estratégico e útil para a tomada de decisão;
- 2) conformidade: normas empresariais e recomendações dos órgãos de controle.
- 3) mensurabilidade: capacidade de medir e monitorar o indicador.

Da mesma forma que as estratégias se modificam de um ano para outro, ou mesmo dentro de um mesmo ano – as chamadas estratégias emergentes – o conjunto de metas corporativas também se altera. Se isso não acontecesse, a empresa correria o risco de perseguir metas divergentes de sua realidade. Além disso, a empresa busca aprender com a execução de seu planejamento. Esse aprendizado pode levar a reflexão, onde a revisão de suas metas torna-se necessária.

Para o plano estratégico, foram definidos 29 (vinte e nove) indicadores para 2013, agrupados por objetivo e dimensão, conforme item 2.3 deste documento. Cada indicador foi especificado com um conjunto de propriedades que o caracteriza e reduz a ambiguidade entre seus usuários. O tópico 2.3.1 apresenta de forma sucinta o resultado dos indicadores no período.

O SERPRO busca garantir um conjunto mínimo e estável de indicadores, num processo contínuo de gestão e coleta sistematizada, de modo a permitir a análise histórica e evolutiva da empresa. Esses podem estar ou não incluídos no plano estratégico da empresa.

2.1.4 Divulgação do Planejamento Estratégico

Para cada ciclo de planejamento estratégico é elaborado um Plano de Comunicação, cujo objetivo é divulgar os objetivos estratégicos e seus resultados ao longo do ano, por meio dos veículos de comunicações institucionais. O plano atinge como público tanto o corpo funcional como gerencial.

Ações de Divulgação realizadas em 2013

- 5 telas de abertura apresentando os objetivos estratégicos, suas dimensões e metas;
- Criação da imagem para a série de matérias sobre os objetivos estratégicos;
- 11 Emails marketing com links para as matérias sobre os relatórios mais importantes do ano;
- Papel de Parede na semana do lançamento da primeira série de matérias do objetivo estratégico;
- Notas no Primeira Leitura sobre a aprovação do Ciclo do Planejamento Estratégico 2013 e seus objetivos estratégicos;
- Nota no Direto sobre o Ciclo do Planejamento Estratégico 2013;
- Matéria na intranet do Portal Integrado abordando cada um dos objetivos estratégicos;
- Foram produzidos 5 vídeos envolvendo matérias sobre os objetivos estratégicos organizacionais;
- Produção de uma matéria, para cada ciclo, sobre os relatórios de monitoramento do ciclo estratégico;
- Cobertura do evento de lançamento;
- Matéria no Portal Integrado com o balanço do ano do Ciclo Estratégico 2013.

2.1.5 Avaliação dos Riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício em referência

Decorrente da prática anual de planejamento estratégico do SERPRO, a cada exercício são estabelecidos objetivos estratégicos que levam em consideração os dados históricos dos indicadores correlatos. Tais objetivos, ao serem traduzidos em metas e projetos específicos, alinham-se naturalmente aos componentes estratégicos de Missão, Visão e Valores. Pela metodologia aplicada institucionalmente, as atividades de discernimento da Alta Liderança consideram os riscos que podem impactar na realização, total ou parcial, de cada objetivo pretendido para o período foco do planejamento. Além disso, cada projeto realiza a gestão de riscos, que ajudam a controlar as incertezas de implementação da estratégia. Também são estabelecidos ciclos de monitoramento com previsão de que sejam adotadas ações preventivas e corretivas, para minimizar o risco de não cumprimento dos objetivos traçados.

Em setembro/2013 foi publicada a resolução DE 12/2013 - Política Corporativa de Gestão de Riscos que visa subsidiar o SERPRO quanto à adoção corporativa de conceitos e princípios, garantindo o alcance de seus objetivos organizacionais, sobretudo os estratégicos.

2.1.6 Impactos dos resultados dos projetos nos objetivos estratégicos

O desempenho dos objetivos estratégicos é mensurado pelas metas e a execução realizada por Projetos Estratégicos. O acompanhamento da estratégia apresenta os resultados obtidos na execução da fase 2 – Monitoramento e Controle da Estratégia, detalhando a situação dos objetivos, suas respectivas metas e projetos estratégicos. Os 29 indicadores estão associados às 29 metas estabelecidas e se encontram descritos nos itens 2.3 e seu desempenho detalhado no item 2.3.1. Abaixo segue um resumo da avaliação dos resultados do atingimento dos objetivos estabelecidos para 2013.

Dos sete objetivos estratégicos, dois finalizaram de forma adequada com a obtenção dos resultados esperados no ano e quatro foram alcançados parcialmente. Das 29 metas, 11 (38%) foram atingidas.

Objetivo OE01 - Fortalecer o reconhecimento da empresa como garantia de segurança, continuidade e retenção de saber para o interesse público: O objetivo OE1 atingiu os resultados previstos para 2013. Evoluiu na consolidação da identidade do SERPRO e de suas realizações e na instituição do índice de imagem da empresa junto aos clientes. A avaliação da imagem institucional obteve um índice positivo. Com a aferição e implantação do índice, ele pode ser acompanhado e servirá como sensor para a concepção e realização de ações de aproximação com os clientes e sociedade, de forma a manter o reconhecimento da empresa como garantia de segurança, continuidade e retenção de saber para o interesse público.

Objetivo OE02 - Consolidar a sustentabilidade econômica: O objetivo estratégico OE2 foi resolvido parcialmente, com uma de suas metas “OE2 - N1b - Dias de esforço não remunerado” atingidas em 2013. Apesar das dificuldades enfrentadas, evoluiu rumo ao alcance da sustentabilidade econômica das finanças da empresa com leve melhora no equilíbrio entre custos e receita.

Objetivo OE03 - Garantir serviços com qualidade e resiliência: O objetivo estratégico OE3 foi resolvido parcialmente. Contribuiu com a realização de ações para o fornecimento de serviços com melhores níveis de atendimento e melhoria na arquitetura tecnológica de suporte ao crescimento da demanda. A principal razão do desempenho apresentado pelos indicadores foi o problema de fluxo de caixa no decorrer do ano de 2013.

Objetivo OE05 - Aprimorar a relação comercial: O objetivo estratégico OE5 foi resolvido parcialmente. Evoluiu no fortalecimento da relação comercial com padrões, ferramentas e procedimentos que buscam maior agilidade e controle dos acordos comerciais com os clientes. O cenário de contingenciamento determinado pelo governo federal foi a principal causa a afetar os resultados. As entregas dos projetos contribuíram para a evolução e solução de lacunas na gestão comercial na fase de pré-venda, na melhoria da gestão de contratos de receita e na gestão integrada das solicitações dos clientes.

Objetivo OE07 – Manter os serviços atualizados no mais alto nível tecnológico agregando valor ao negócio do cliente: O objetivo OE7 resolveu os desafios e transformações esperados para 2013 por meio dos resultados obtidos

com a conclusão dos protótipos das Linhas de Inovação e a estruturação, organização e internalização do tema Inovação no SERPRO. As soluções de tecnologia da informação providas nas linhas de inovação permitem a aproximação dos clientes do SERPRO de seus usuários (sociedade), tendo suas necessidades atendidas e facilitadas por meio da tecnologia embarcada.

Objetivo OE09 – Prover as condições para o desenvolvimento sustentável: O objetivo estratégico OE9 foi resolvido parcialmente. Evoluiu na construção da relação entre empregado e empresa firmada no diálogo e na responsabilidade mútua, onde cada papel é reconhecido e atua dentro de suas atribuições, convergindo esforços para resultados duradouros. Os nós críticos que tratam de falta de uma formação contínua de novos e atuais gestores e lideranças, carência de uma abordagem mais direta na formação de gerentes e empregados em atuar com visão de negócio, necessidade de qualificar o processo de contratação de despesa, e promoção da qualidade de vida do empregado no ambiente de trabalho, entregaram resultados básicos que estabelecem bases para a execução de ações que efetivamente virão a resolver os problemas apontados.

Objetivo OEX – Promover a qualificação dos processos de gestão: O objetivo estratégico OEX foi solucionado parcialmente. Contribuiu com o aprimoramento dos processos internos de gestão para tornar a empresa mais ágil e economicamente estável, por meio de ferramentas produtivas e atividades que favoreçam a integração e otimização de recursos. Dentre os resultados obtidos destacam-se: a aplicação do modelo de verificação de conformidade do Modelo de Governança de Processos (MGOP) no Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS), Processo de Aquisição e Contratações do SERPRO (PAQ), Processo de Governança de Processos do SERPRO (PGOP) e Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos do SERPRO (PGPS); a implantação da Comunidade s de Processos em todas as regionais; a consolidação da implantação da solução *Application Lifecycle Management* (ALM) nos pólos de desenvolvimento, nas unidades de relacionamento com cliente e nos clientes; e a aquisição e contratação da ferramenta *Project Portfolio Management* (PPM).

2.1.7 Plano de Ações - Projetos Estratégicos

Esta seção apresenta objetivo e situação dos projetos estratégicos do SERPRO em 2013, além daqueles projetos estratégicos de períodos anteriores que ainda não foram reportados como encerrados em Relatórios de Gestão passados.

2.1.7.1 Projetos Estratégicos 2013

1. J04 – Modernização da Gestão Comercial Corporativa	
Objetivo	Eliminar lacunas da gestão comercial por meio da implementação de mecanismos e instrumentos: até 31/12/2013 1. Processo de Avaliação de Contratos de Receita Deficitários – PROAV 2. Disponibilizar artefato Capa Resumo Apresentação e Capa Desempenho Econ. de Contratos de Receita. 3. Provimento de condições de registro e documentação das negociações com cliente da fase de pré-venda até a assinatura do contrato (diário de bordo). 4. Implementar Sistemática de Avaliação de Minutas de Propostas Comerciais até 30/06/2014 1. Sistema de orçamentos de receita 2. Padronização das propostas comerciais e adoção de numeração única 3. Automatização das propostas comerciais 4. Rever e implementar Sistema de registro de produção 5. Implementar Extrato de Execução para Contratos de Receita 6. Treinamento para gestores de contrato
Situação	Em andamento.
2. J06 – Modernização das ferramentas de desenvolvimento	
Objetivo	Selecionar e internalizar uma solução integrada de gestão do ciclo de vida do desenvolvimento, com objetivo de promover melhorias na execução e gestão dos projetos de software, tais como: - Aumento da produtividade na gestão de projetos de software; - Melhoria na qualidade dos produtos de software; - Melhoria da gestão dos produtos de software; - Maior gestão dos recursos envolvidos no desenvolvimento de software; - Melhor acompanhamento e gestão da conformidade com o processo de desenvolvimento de software; e - Visibilidade à alta liderança do andamento dos projetos em desenvolvimento e da capacidade de desenvolvimento disponível. Escopo do Projeto: - Seleção de Solução de Gestão de Ciclo de Vida de Aplicação – ALM; - Aquisição de Capacitação orientada à administração, gestão e uso da Solução ALM; - Aquisição de serviços de consultoria e suporte técnico; - Aquisição de Infraestrutura de Hardware e Software (Desenvolvimento, Homologação e Produção); - Instalação e Configuração
Situação	Concluído.
3. J31 – Campanha Institucional	
Objetivo	Fortalecer junto aos clientes, potenciais clientes e empregados (as) os elementos que compõem a identidade da empresa, tornando, assim, sua imagem mais fortalecida e consolidada no mercado alvo. Os elementos a serem trabalhados como tema principal da campanha são: qualidade, segurança, compromisso e inovação.
Situação	Concluído.

4. J34 – Gestão de demandas dos clientes – visão ponta a ponta	
Objetivo	Prover uma visão integral das demandas, desde sua entrada no SERPRO até a entrega dos produtos e serviços para o cliente, identificando e disponibilizando informações para a tomada de decisão de gestores de negócio e, quando for o caso, para decisões estratégicas.
Situação	Em andamento.
5. J35 – Aprimoramento dos processos de gestão de insumos de produção	
Objetivo	Contribuir com a consolidação da sustentabilidade econômica da empresa.
Situação	Em andamento.
6. J36 – Seleção de uma nova ferramenta de gestão de demandas	
Objetivo	Elaborar projeto básico para aquisição de nova ferramenta de gestão de demandas contendo: levantamento de requisitos, definição de requisitos, e proposta de solução com análise de viabilidade.
Situação	Em andamento.
7. J37 – Instrumentalização e padronização da gestão de contratos de receita	
Objetivo	Identificar as lacunas na interlocução com o cliente, promover melhorias nos processos e sistemas corporativos de apoio ao negócio, atualizando as normas envolvidas.
Situação	Concluído.
8. J41 – Implantação de infraestrutura de alta disponibilidade	
Objetivo	Acompanhar as ações definidas, para o ano de 2013, no plano de ações construído para o contrato do Ministério da Fazenda. O robustecimento da infraestrutura de produção em BSB e SP, com aprimoramento dos seguintes processos incidente; gerenciamento de eventos, mudança, configuração, problemas, de forma sistêmica, tendo como referencial o nível de maturidade 4 do modelo ITIL visando suportar os níveis de serviços acordados.
Situação	Em andamento.
9. J42 – Implantação do gerenciamento integrado de eventos das soluções de software e infraestrutura	
Objetivo	Definição de padrão para eventos e log (taxonomia, sintaxe e transporte), criação e painéis de alertas mais relevantes, com foco na disponibilidade e no desempenho dos Serviços de Clientes, em conformidade com os ANS (Acordos de Nível de Serviço) e ANO (Acordos de Nível Operacional).
Situação	Em andamento.
10. J43 – Reestruturação e massificação de testes de requisitos não funcionais nas soluções de software	
Objetivo	1) Reestruturar o serviço de testes de RNF (Requisitos Não Funcionais). 2) Expandir a execução de testes de RNF nas soluções de software. 3) Definir métricas para os testes de RNF. 4) Identificar os custos dos projetos de testes.
Situação	Em andamento.
11. J45 – Implantação do modelo de resiliência para o SERPRO	
Objetivo	Construir o primeiro piloto de Engenharia de Resiliência Corporativa do SERPRO, na DIOPE (Diretoria de Operações).
Situação	Em andamento.

12. J47 – Melhorias na internalização e sustentação das tecnologias de desenvolvimento	
Objetivo	- Estabelecer diretrizes para a gestão de tecnologias de desenvolvimento contemplando a prospecção, internalização sustentação e descarte. - Definir lista de Tecnologias de Desenvolvimento Estruturantes - Designar gestores das Tecnologias Estruturantes - Alinhar as diretrizes ao Processo de Gestão de Tecnologia (PCVTIC) com foco nas tecnologias de desenvolvimento. - Definir Modelo de Governança para gestão de tecnologias de desenvolvimento - Realizar Piloto de Planejamento de Tecnologia com base no modelo de Governança - Definir Arquitetura Empresarial DIDES (Diretoria de Desenvolvimento)
Situação	Em andamento.
13. J48 – Sistematização do atendimento de demandas fora do padrão	
Objetivo	Estabelecer e implantar procedimentos para que o SERPRO possa estar preparado para o atendimento de demandas de cliente que não se enquadrem no padrão de atendimento já sistematizado.
Situação	Concluído.
14. J49 – Revisão e institucionalização do modelo de governança de processos	
Objetivo	Reforçar o direcionamento estratégico e ampliar os conhecimentos de gestão por processos na organização como um todo, investindo na mudança da cultura organizacional a partir de um modelo de gestão funcional para a construção do modelo de gestão baseado em processos.
Situação	Em andamento.
15. J50 – Implantação do Enterprise Resource Planning (ERP) corporativo	
Objetivo	Implantar Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP no SERPRO, aliando integração, padronização e automação de processos à modernização tecnológica, provendo otimização de recursos, confiabilidade e agilidade na obtenção de informações.
Situação	Em andamento.
16. J51 – Ferramenta de Business Process Management Suite (BPMS)	
Objetivo	Definição, prospecção e implantação de uma ferramenta, arquitetura de solução e modelo tecnológico dela. Desenho de um ou mais processos corporativos dentro da ferramenta. Implementar a execução dos processos que forem desenhados e definidos.
Situação	Em andamento.
17. J52 – Implantação de ferramenta Project Portfolio Management (PPM) – Flamboyant	
Objetivo	Prospecção e adquirir uma ferramenta para suporte às atividades de gestão de projetos e portfólios.
Situação	Em andamento.
18. J53 – Implantar no SERPRO as linhas de inovação definidas	
Objetivo	Atender em 2013 as metas definidas no planejamento estratégico: - Implantar 1 protótipo para cada linha de inovação (mapas, mobilidade, mineração de dados e plataforma como serviço) verificando o custo da oportunidade de despendar energia para utilizar uma determinada tecnologia. Esta meta envolve desenvolver protótipos em parceria com áreas de negócio da empresa que gerem oportunidade de geração de novos negócios. Adicionalmente, visa-se a internalização das tecnologias prospectadas, disseminando conhecimento e promovendo capacitação interna.

	- Ciclo de capacitação tecnologia/negócio e negócio/tecnologia. Esta meta envolve capacitação em mão dupla. De um lado, a Coordenação Estratégica de Tecnologia - CETEC deve realizar palestras para os analistas de negócio, divulgando as linhas de inovação, o andamento dos protótipos e internalizações; De outro lado, busca-se aumentar o conhecimento da CETEC em negócios específicos do SERPRO, visando aumentar as chances de sucesso das inovações propostas.
Situação	Concluído.
19. J54 – Estruturação do Programa de Inovação	
Objetivo	Definir e criar os meios para que o SERPRO tenha um programa de inovação e uma gestão da inovação.
Situação	Concluído.
20. J55 – Diagnóstico e sistematização do investimento em inovação e pesquisa	
Objetivo	Identificar, mensurar e propor a aplicação de recursos em atividades inovativas, ou seja, atividades necessárias para o desenvolvimento e implementação de produtos e processos novos ou aperfeiçoados.
Situação	Concluído. O trabalho foi desenvolvido em dois focos: o primeiro, o diagnóstico do investimento em inovação, a partir da adoção de um método que propicia comparações com outras empresas do setor e o segundo, uma sistemática que possa estabelecer uma dinâmica de investimento voltado à inovação.
21. J56 – Plano de Campanha sobre inovação	
Objetivo	Desenvolver e executar um Plano de Campanha a fim de transformar a inovação em um valor da empresa reconhecido interna e externamente.
Situação	Suspenso em dezembro de 2013, para definições do comitê de inovação sobre novas datas de implementação do programa no SERPRO.
22. J57 – Obra do novo centro de dados de São Paulo	
Objetivo	Dotar a Regional São Paulo de um novo Centro de Dados que permitirá manter o atendimento às demandas atuais e ampliar sua capacidade de atendimento de novos contratos, dentro das práticas de TIER 4, com atendimento ininterrupto.
Situação	Em andamento.
23. J58 – Instituição da grade básica por função para gestores atuais e novas lideranças	
Objetivo	Estruturar uma grade básica com os conhecimentos requeridos por função de confiança, para a efetiva atuação dos atuais e futuros gestores da Empresa.
Situação	Concluído.
24. J59 – Sensibilização de gerentes e empregados na visão negócio	
Objetivo	Definir um Plano de Capacitação para aprimoramento da visão de negócio do SERPRO, com foco comportamental, com projeto-piloto para ser aplicado a gerentes e empregados que atuam na Superintendência de Relacionamento com Clientes - SUNAC e Superintendência de Produtos e Serviços - SUPOP
Situação	Concluído.
25. J61 – Automatização da gestão de contrato	
Objetivo	Agilizar o processo de gestão contratual, no sentido de aprimorar as informações necessárias a tomadas de decisões empresariais.
Situação	Em andamento.

26. J62 - Padronizar e internalizar conceitos de solicitações de serviço do cliente	
Objetivo	Identificar os processos que utilizam os termos, conceituar os termos (se possível, discutir a governança dos conceitos), definir um repositório, elaborar um plano de internalização.
Situação	Em andamento.
27. J63 – Expansão do centro de dados do Rio de Janeiro	
Objetivo	Dotar a Regional Rio de Janeiro de um espaço característico de Centro de Processamento de Dados (CPD), adicionalmente à Sala Cofre existente, para atendimento às demandas de novos contratos, junto a clientes do SERPRO.
Situação	Em andamento.
28. J64 – Instituição do planejamento corporativo dos investimentos, aquisições e contratações	
Objetivo	a) orientar, estruturar, integrar e alinhar as demandas e necessidades das Unidades Organizacionais do SERPRO com a gestão orçamentária e com as soluções tecnológicas existentes na Empresa; b) contribuir com orientações, sugestões e implementações de melhoria nos trabalhos da Unidade de Gestão de Demandas de Contratações (UGD); c) fomentar o aprimoramento dos trabalhos e das atividades do Comitê de Planejamento do Subprocesso de Demandas e Planos de Contratações, instituído pela Decisão de Diretoria OE-110/2012; d) viabilizar a adequada integração do funcionamento do Comitê com o Processo de Aquisições e Contratações do SERPRO (PAQ), instituído pela Resolução GE-002/2011; e e) divulgar para todo o ambiente corporativo os seus resultados.
Situação	Em andamento.
29. J67 – Qualidade de vida no trabalho	
Objetivo	Elaborar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no SERPRO, baseado no que pensam os empregados a respeito de QVT e quais são as fontes de bem-estar e de mal-estar no trabalho.
Situação	Concluído.
30. J68 – Tratamento de registro de problemas críticos	
Objetivo	Realizar tratamento prioritário aos registros de problemas críticos dos clientes Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Receita Federal do Brasil - RFB (e-Processo), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (SAJ) e Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
Situação	Em andamento.
31. J70 – Implantação do ALM na SUPDE	
Objetivo	Migrar até dez/2013, 25% das áreas funcionais de cada departamento da Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE utilizando o <i>Application Lifecycle Management</i> (ALM).
Situação	Concluído.

2.1.7.2 Projetos Estratégicos de Anos Anteriores

1. Mitigação do Passivo Trabalhista	
Objetivo	Implementar ações que contribuam para a redução do passivo trabalhista.
Situação	Suspenso. O projeto é composto de oito subprojetos, quais sejam: Solução FCA/FCT; Política Judicial de Acordos; Banco de Horas; Política Administrativa de Acordos; Ressarcimento de Valores de Condenações PSE; Manual do Gestor; Qualificação de Mesa Permanente; e Realização de Segundo Circuito COJUR. Dos referidos subprojetos, a implantação da “Política Judicial de Acordos” no âmbito do SERPRO, encontra-se suspenso em função do contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Decreto n.º 8.062/2013, de 29 de julho de 2013, e das dificuldades financeiras que a Empresa vem enfrentando para saldar seus compromissos, mesmo depois da revogação do Decreto de contingenciamento. As medidas necessárias à conclusão do subprojeto de implantação da “Política Judicial de Acordos” serão adotadas tão logo a situação financeira da Empresa se estabilize e permita que a Política seja estabelecida e efetivamente cumprida.
2. Qualificação dos Processos de Contratações	
Objetivo	Implantar o novo processo de contratação instituído pela Norma GA 14 versão 2 de 29 de junho de 2012 e garantir que as contratações estejam aderentes a este processo.
Situação	Cancelado. Projeto foi cancelado por ter sido vinculado ao projeto J64 - Instituição do planejamento corporativo dos investimentos, aquisições e contratações.
3. Métrica para Desenvolvimento de Software e Atividades Complementares	
Objetivo	Apresentar uma nova proposta de medição dos serviços de TI prestados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, relacionados ao desenvolvimento de software e serviços complementares, em termos de tamanho e esforço e, principalmente, do preço a ser praticado pela empresa.
Situação	Concluído.
4. Novo Modelo de Relacionamento Comercial com o Ministério da Fazenda	
Objetivo	Promover a internalização do Novo Modelo de Relacionamento Comercial com o Ministério da Fazenda.
Situação	Concluído.
5. Infraestrutura como Serviço	
Objetivo	Criar um novo tipo de serviço, no catálogo do SERPRO, que possibilitará ao Centro de Dados oferecer servidores e armazenamento “em nuvem”, seguindo o modelo que, na literatura técnica, se convencionou chamar de Infraestrutura como Serviço.
Situação	Em andamento.
6. Implantação da Virtualização no Centro de Dados	
Objetivo	Implantar a tecnologia de virtualização no centro de dados, de forma a otimizar o uso dos recursos de centro de dados.
Situação	Em andamento.
7. Adequação da Área Central do Centro de Dados da Regional Brasília	
Objetivo	Adequar a área central do centro de dados da Regional Brasília, originalmente projetada para abrigar serviços de monitoração e pessoas, para receber equipamentos de produção, de modo a possibilitar a celebração de novos contratos de receita com clientes, com o aumento de área física e de disponibilidade de energia elétrica e de climatização.
Situação	Em andamento.

8. Capacitação Gerencial em Competências Conversacionais e Gestão de Pessoas	
Objetivo	Estruturar e integrar ações educacionais visando a capacitação do corpo gerencial da empresa, de forma a ampliar sua visão sobre as funções Administração Pública e fortalecer sua atuação como gestores de processos e líderes de pessoas.
Situação	Concluído.
9. Melhorias de Requisitos e Integrações no Processo de Desenvolvimento	
Objetivo	Disponibilizar os recursos necessários para uma equipe de desenvolvimento fazer análise de requisitos através de prototipação e identificar os pontos de melhoria no relacionamento com as áreas de negócios.
Situação	Concluído.
10. Gerenciamento Integrado de Serviços do SERPRO	
Objetivo	2009-2010: Elaborar modelo de Gerenciamento Integrado de Serviços - GIS. O modelo tem como objetivo estabelecer as diretrizes de funcionamento do Gerenciamento Integrado de Serviços na organização e subsidiará as demais etapas do projeto, visando proporcionar a gestão de demandas por recursos de infraestrutura ou serviços de TIC, desde a sua internalização pela URC e demais áreas da organização, até a entrega do serviço ao cliente, a partir da qual são estabelecidas ações para atuação proativa na gestão do ciclo de vida deste serviço contratado, garantindo a conformidade com os níveis de serviço estabelecidos. 2010-2011: estruturar a área responsável pelo Gerenciamento Integrado de Serviços, revisar e publicar os processos de gerenciamento do antigo PSGS, implantar as gestões corporativas dos processos conforme modelo de gestão GIS e mapear os novos processos de gerenciamento de demanda de porte elevado para infraestrutura, nível de serviço, capacidade e disponibilidade. 2011-2012: implantar o processo de gerenciamento de demanda de porte elevado para infraestrutura, elaborar e disponibilizar EAD para reciclagem de conhecimento (transição PSGS para PSGIS), realizar integrações dos processos do PSGIS com demais processos corporativos para alinhamento ao negócio. 2013-2014: implantar as gestões corporativas de configuração, requisição de serviço, eventos, demanda e nível de serviço.
Situação	Em andamento.
11. E-Gov nos Telecentros	
Objetivo	Disponibilizar os serviços de governo itinerante nos telecentros, a fim, de tornar os serviços do Governo Eletrônico mais acessíveis às camadas menos favorecidas.
Situação	Em andamento.
12. Projeto Sabiá	
Objetivo	Viabilizar o acesso das pessoas aos direitos, bens e serviços, independente das suas capacidades físicas, motoras, perceptivas e condições culturais e sociais, eliminando as barreiras arquitetônicas e tecnológicas, atendendo à Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, conforme previsto no Programa SERPRO de Responsabilidade Social e Cidadania, no eixo acessibilidade.
Situação	Concluído.
13. Escritório de Métricas em Pontos de Função da Superintendência de Desenvolvimento (Escritório de Contagem de Pontos de Função)	
Objetivo	Implantar o escritório de métricas em ponto de função (PF) na Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE, objetivando garantir a efetividades das estimativas de tamanho dos projetos de software a serem desenvolvidos pela SUPDE.
Situação	Concluído.

14. Governança de Tecnologia da Informação	
Objetivo	Adequação do Modelo de TI às necessidades de Governança de TI no SERPRO que já se encontram em andamento na empresa, com foco em 2 áreas: Comitê de Gestão e de Integração de Processos Corporativos do SERPRO (CGIPC) e Processo de Ciclo de Vida de Tecnologia (PCVTIC).
Situação	Em andamento. Em 2013, a Coordenação Estratégica de Tecnologia - CETEC entregou a nova versão do PCVTIC que permite uma melhor comunicação entre as unidades produtivas, maior agilidade nas atividades e enriquecimento das informações relacionadas às tecnologias presentes no SERPRO. Para 2014, os entregáveis finais são: melhorar a integração entre o PCVTIC e os demais processos produtivos do SERPRO e evoluir o Catálogo de Tecnologia para atender à nova versão do PCVTIC.
15. Segmentação das Redes do SERPRO	
Objetivo	Segmentar a rede interna do SERPRO de forma a melhorar a gerência dos serviços e padronizar o endereçamento de rede. Também serão criados/adicionados as seguintes ZDMS: • Serviços da torre de controle; • Gerência da torre controle; • Desenvolvimento e virtualização. Essa estrutura oferecerá níveis de segurança de acordo com o tipo de trabalho executado por cada perfil de usuário em cada rede, garantindo segurança, auditabilidade e rastreabilidade.
Situação	Em andamento.
16. Gestão de Continuidade de Negócios	
Objetivo	Definir estratégia, arquitetura e processos visando a contratação e implementação da infraestrutura que possibilite a continuidade de negócios.
Situação	Concluído.
17. Sistema Integrado do Monitoramento e Registro Automático de Veículos – SIMRAV	
Objetivo	Servir aos órgãos executivos de trânsito como instrumento para prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas. Possibilitar a obtenção dos dados de veículos e de seus proprietários, registrar em nível nacional as transações e troca de informações e garantir a integração das entidades envolvidas, criando condições para diminuir as ocorrências de roubo e furto de veículos. Fornece dados que subsidiam o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN na sua missão de regulamentar e garantir a segurança no trânsito.
Situação	Em andamento.
18. e-Processo	
Objetivo	Agilizar o andamento processual na Receita Federal do Brasil - RFB, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Tendo como objetivo central a transformação dos processos administrativos em processos digitais e o controle dos processos tipo papel, com o gerenciamento do seu fluxo de trabalho, no âmbito da RFB, do CARF e da PGFN, com segurança, agilidade, fidedignidade e transparência. O projeto tem total alinhamento com o planejamento estratégico do SERPRO visto que visa oferecer a evolução de um serviço de Tecnologia da Informação ao seu cliente Receita Federal, além de ser um serviço de grande importância para este cliente, no que se refere à otimização dos seus procedimentos de trabalho.
Situação	Em andamento.

19. ACPUC - Unificação de Crédito Previdenciário e Fazendário	
Objetivo	Integração do tratamento dos créditos previdenciários e créditos tributários. Será criada a Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social), substituindo a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e gerando a Declaração de Contribuições Fiscais e Tributárias – Previdenciária (DCTF-Prev).
Situação	Em andamento.
20. SPED - Sistema Público de Escrituração Digital	
Objetivo	Construir, implantar e produzir solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). (Emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, Escrituração Fiscal e Contábil).
Situação	Concluído.
21. MCT - Macro Processo do Crédito Tributário	
Objetivo	Prover a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e a Procuradoria-Geral Federal - PGF de sistema de informações baseado em TIC que promova a Visão Integrada do Macroprocesso do Crédito Público no âmbito do Ministério da Fazenda, tratando-o em todas as etapas do seu ciclo operacional. O projeto visa otimizar procedimentos operacionais ora existentes com consequente redução em seus custos, simplificar e padronizar o processo de cobrança, além propiciar um atendimento com maior efetividade ao contribuinte.
Situação	Em andamento.

2.2 Ações do Plano Plurianual - PPA

Os investimentos do SERPRO em 2013 ocorreram sob um programa de caráter geral estabelecido pelo DEST/MP denominado Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, código 0807 que se desdobrou nas seguintes ações:

Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Para essas atividades, em vista de sua natureza e pluralidade de elementos que as compõem, não foram estabelecidas metas físicas, apenas estabelecidas, em caráter balizador, as dotações orçamentárias, de forma idêntica às constantes dos Relatórios de Gestão anterior.

PLANO PLURIANUAL – PPA 2010 – 2013			
EXECUÇÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO 2013			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
AÇÃO	PREVISÃO ANUAL	REALIZAÇÃO ANUAL	(%) REALIZAÇÃO
4101 – Manutenção de Bens Imóveis	73.034.218	24.980.782	34,20%
4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	6.965.782	3.510.520	50,40%
4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	130.000.000	118.432.240	91,10%
Total	210.000.000	146.923.542	69,96%

2.2.1 Justificativas

Do montante total aprovado para a realização de investimentos em 2013, foram realizados quase 70% (R\$ 146,9 milhões).

Os percentuais de realização dos investimentos em informática foram de pouco mais de 91 % de maneira global, sendo realizado 96,04% em Hardware e 88,13% em Software. Os investimentos de Infraestrutura, Obras e Bens, tiveram a realização de 34,20% e 50,40% respectivamente.

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis (Obras)

Justificativa: Foi aprovado para Obras um valor de R\$ 73 milhões, desse montante foram realizados 34,20% (R\$ 24,9 milhões), não sendo possível a realização de cerca de R\$ 48 milhões. A não realização de cerca de R\$ 48 milhões justificam-se por diversas razões, entre elas: - problemas no fluxo de caixa na ordem de R\$ 31,5 milhões, - necessidades de adequação de projetos de obras durante a execução, - dificuldades nos processos de licitação e outras.

Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)

Justificativa: Em 2013 foi aprovado o montante de R\$ 6,9 milhões para investimentos em bens de infraestrutura, desse montante foram realizados 50,4% (R\$ 3,5 milhões). A não realização de cerca de R\$ 3,4 milhões se deve principalmente a problemas relativos ao atraso no fornecimento dos bens por parte dos fornecedores e às dificuldades de fluxo de caixa no exercício.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)

Justificativa: Em 2013 foi aprovado o montante de R\$ 130 milhões em Informática, desse montante foram realizados 91,1% (cerca de R\$ 118,4 milhões). A não realização de cerca de R\$ 11,5 milhões se deve principalmente a contratações que não foram concluídas no exercício e foram prorrogadas para 2014.

2.2.1.2 Detalhamento da Justificativa

Ação: 4101 - Obras

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Obras) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística - SUPGL:

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
Brasília	Obras e serviços relativos à nova subestação rebaixadora de energia elétrica do prédio da Regional Brasília.	Atraso por parte da fornecedora Companhia Energética de Brasília – CEB.
Brasília	Aquisição do sistema de climatização do centro de comando da Regional Brasília-DF.	Atrasos por falta de pagamento e fornecimento de material devidamente justificado à fiscalização.
Brasília	Adequação da área central do centro de dados do SERPRO na Regional Brasília.	Atraso da contratada na conclusão da subestação, devido ao atraso da Companhia Energética de Brasília – CEB.
Brasília	Instalação de sistema de detecção e combate a incêndio para a Área Central do <i>Datacenter</i> da Regional Brasília.	Atraso na licitação.
Brasília	Reabertura de dutos, instalação de cabos de “MT” 240mm ² EPR 15kv, montagem de conjuntos desconectáveis.	Atraso por parte da fornecedora Companhia Energética de Brasília – CEB.

Relatório de Gestão 2013 - versão final

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
Brasília	Termo aditivo ao contrato RG nº 50.303 com a TM SOLUTIONS - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., para acréscimo de serviços/materiais.	Atraso no pagamento pelo SERPRO.
Brasília	Elaboração de projetos executivos de arquitetura, hidrossanitário e complementares, para construção e reforma de banheiros coletivos, incluindo os meios de acesso predial.	Atraso na aprovação pelo SERPRO.
Curitiba	Adequação e modernização dos sanitários.	Cortes orçamentários motivados pelo Ministério da Fazenda.
Fortaleza	Elaboração do projeto de ampliação da Regional Fortaleza.	Atraso na finalização da contratação por conta da demora na aprovação da prefeitura.
Fortaleza	Instalação de exaustores axiais eólicos e captadores de ar natural nos WCs e copa da Regional Fortaleza.	Contratação suspensa após a licitação por problema de fluxo de caixa.
Fortaleza	Grupo motor-gerador, <i>nobreak</i> e adequação elétrica.	Prazo de execução finda somente em 2014. serviço em execução dentro do prazo contratual.
Goiânia	Contratação do sistema elétrico do novo prédio do escritório de Goiânia.	Atrasos no fornecimento de material devidamente justificado à fiscalização.
Goiânia	Aquisição do sistema de climatização, com serviços de instalação.	Atrasos no fornecimento de material devidamente justificado à fiscalização.
Manaus	Obra de construção de base de concreto armado para sustentação do novo grupo gerador, a ser instalado no escritório de manaus.	A obra não foi concluída em 2013 devido ao processo licitatório ter iniciado somente em 16 de dez/2013. Conclusão prevista para mar/2014.
Recife	Fornecimento e execução de serviço de cabeamento estruturado, para adequação de rede local da Regional Recife.	Saldo em função de multa aplicada descontada diretamente na última fatura bem como em função de itens não executados por mudanças do projeto em fase de execução, natural do regime de empreitada por preço unitário e devidamente consignado através do 2º termo aditivo ao contrato.
Recife	Reforma da pavimentação/sinalização/iluminação dos estacionamentos frontal e posterior, com demolição do bloco D.	Saldo em função de itens não executados por mudanças do projeto em fase de execução, natural do regime de empreitada por preço unitário. Tais ajustes estão devidamente autuados no processo nº 19866.000045/2013-55.
Recife	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de um mezanino em estrutura metálica e a construção de salas para serviços gerais e depósitos em dois lotes, da Regional Recife.	Saldo em função de itens não executados por mudanças do projeto em fase de execução, natural do regime de empreitada por preço unitário. Tais ajustes estão devidamente autuados no processo nº 19866.000020/2013-51.
Rio de Janeiro	Mesa elevadora hidráulica destinada à movimentação vertical de equipamentos de TI do centro de dados da Regional Rio de Janeiro.	A instalação da mesa elevatória depende da construção de uma base em concreto, de responsabilidade do SERPRO, a qual não foi concluída. O contrato RG 50.716 foi prorrogado até 28/02/2014.

Relatório de Gestão 2013 - versão final

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
Rio de Janeiro	Três tanques de combustível (diesel) em polietileno com capacidade 1.000 litros cada.	Após várias tentativas de contratação (por pregão ou por dispensa), as empresas especializadas não se interessaram, em função de vislumbrarem dificuldades de aprovação da obra junto ao INEA (meio ambiente).
Rio de Janeiro	Contratar a execução de base em concreto armado e plataforma metálica, que será instalada na fachada posterior do prédio 2 do SERPRO - Regional Rio de Janeiro - Horto.	A empresa contratada para a execução dessa obra não cumpriu os termos da proposta de serviços. Nova contratação prevista para 2014.
São Paulo	Centro de dados em São Paulo com previsão de área construída de aproximadamente de 15.000m ² , sendo 2.000m ² de área específica para produção.	Falta de liberação final dos órgãos públicos da PMSP (alvará de construção, Secretaria do Verde e Meio Ambiente) e CET para o início das obras.
São Paulo	Contratação de empresa especializada para a execução do <i>retrofit</i> , incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, dos <i>chillers</i> e torres de resfriamento do sistema central de água gelada da Regional São Paulo.	Suspensão e prorrogação da vigência do contrato em função dos problemas de fluxo de caixa do SERPRO.
São Paulo	Execução de serviços de reforma e revitalização da entrada e interior do Bloco 3B - Centro de Dados, situado no prédio da Regional São Paulo.	Suspensão e prorrogação da vigência do contrato em função dos problemas de fluxo de caixa do SERPRO.
São Paulo	Fornecimento e instalação de 2 (dois) elevadores novos, com a retirada dos antigos.	Atraso pelo fornecedor na montagem do elevador n.º 01 e demora na liberação da documentação legal por parte da PMSP. Consequentemente houve atraso na substituição do elevador de n.º 02.
São Paulo	Implantação do cabeamento estruturado nos prédios da Regional São Paulo.	Parcela referente a serviços não realizados por modificações, por parte do SERPRO, no projeto executivo.
Brasília Sede	Contratação de empresa de engenharia especializada em fornecimento, instalação e atualização tecnológica de elevadores.	Atraso no pagamento pelo SERPRO.
Brasília Sede	Contratação de empresa para elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômica, anteprojeto, especificações técnicas e projeto executivo, objetivando a aquisição e a instalação de novo sistema de ar-condicionado.	Atraso na aprovação pelo SERPRO.
Brasília Sede	Projeto de instalações elétricas, com a finalidade de modernizar as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, no edifício Sede do SERPRO em Brasília.	Parcela referente a fiscalização futura.

Ação 4102 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos (Bens)

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Bens) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Logística – SUPGL

Relatório de Gestão 2013 - versão final

<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativa</i>
Campo Grande	Aquisição de 1(um) fogão elétrico.	Contratação cancelada.
Curitiba	Fornecimento e instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo <i>fan coil</i> .	Contratação cancelada devido a problemas no fluxo de caixa.
Fortaleza	Aquisição e instalação de um novo grupo motor gerador de 575 KVA a ser instalado na Regional Fortaleza.	Objeto 01 (<i>splits</i>): atraso na finalização dos serviços, com aplicação de penalidade ao fornecedor. Objeto 02 (estabilizador): prazo de fornecimento do estabilizador em jan/2014.
Fortaleza	Grupo motor gerador, <i>nobreak</i> e adequação elétrica.	Prazo de execução finda somente em 2014. Serviço em execução dentro do prazo contratual.
Goiânia	Fornecimento e instalação de mobiliário corporativo.	Contratação transferida para o exercício 2014.
São Paulo	Aquisição de câmeras de segurança <i>speed dome</i> , para instalação em rede, no circuito de CFTV da Regional São Paulo.	Problemas de especificação técnica durante a fase de licitação.
Teresina	Grupo motor gerador, <i>nobreak</i> e adequação elétrica.	Fornecimento em atraso.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Informática)

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as justificativas relacionadas pelas áreas demandantes para os investimentos de informática são apresentadas no quadro seguinte:

Software

<i>Área Demandante</i>	<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativas</i>
SUPST	Belém	Aquisição de licenças da ferramenta <i>ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION</i> versão 8 ou superior.	Conclusão da contratação para 2014.
SUPOP	Brasília	Aquisição de equipamentos, servidor e software.	Não houve tempo hábil para instalação e por isso o empenho não foi liquidado em 2013.
SUPST	Brasília	Aquisição de licença de uso perpétuo e suporte nível <i>Platinum</i> da plataforma <i>Liferay Portal Enterprise</i> .	Conclusão da contratação para 2014.
SUPST	Brasília	Aquisição de licenças da ferramenta <i>ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION</i> versão 8 ou superior.	Conclusão da contratação para 2014.
SUPST	Rio de Janeiro	Aquisição de licenças da ferramenta <i>ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION</i> versão 8 ou superior.	Conclusão da contratação para 2014.
COGTI	Brasília Sede	Contratação de serviços de atualização de licenças, manutenção e suporte técnico à solução de segurança da informação e gerenciamento de eventos.	A aquisição passou por uma revisão e foi transferida para 2014.

Hardware

<i>Área Demandante</i>	<i>Regional</i>	<i>Objeto</i>	<i>Justificativas</i>
SUPGS	Brasília	Aquisição de solução para Sistema de Visualização Vídeo Wall.	Aquisição redimensionada e os quantitativos para 2013 foram diminuídos. O restante da aquisição acontecerá em 2014.
COGTI	Brasília	Aquisição de dispositivos para infovia.	O processo foi iniciado no fim do ano e não houve tempo hábil para entrega e liquidação do pagamento.
COGTI	Brasília	Aquisição de <i>scanners</i> .	A aquisição passou por uma revisão e foi transferida para 2014.
COGTI	Recife	Aquisição de 4 (quatro) placas para servidor.	O processo foi iniciado no fim do ano e não houve tempo hábil para entrega e liquidação do pagamento.
SUPGS	Rio de Janeiro	Aquisição de solução para Sistema de Visualização Vídeo Wall.	Aquisição redimensionada e os quantitativos para 2013 foram diminuídos. O restante da aquisição acontecerá em 2014.
SUPGS	São Paulo	Aquisição de solução para Sistema de Visualização Vídeo Wall.	Aquisição redimensionada e os quantitativos para 2013 foram diminuídos. O restante da aquisição acontecerá em 2014.
COGTI	São Paulo	Aquisição 4 (quatro) discos rígidos.	O processo foi iniciado no fim do ano e não houve tempo hábil para entrega e liquidação do pagamento.
SUPGS	Brasília Sede	Aquisição de solução para Sistema de Visualização Vídeo Wall.	Aquisição redimensionada e os quantitativos para 2013 foram diminuídos. O restante da aquisição acontecerá em 2014.
SUPOP	Brasília Sede	Aquisição de tablets.	O valor ficou menor que o orçamento. Valor a realizar corresponde a desconto e não será realizado.
COGTI	Brasília Sede	Aquisição de 3 (três) iPads.	Aquisição cancelada pelo demandante.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

2.3.1 Identificação dos Indicadores Estratégicos

Relatório de Gestão 2013 - versão final

Nome do indicador	UND	Meta	Alinhamento (Objetivo-Dimensão)
1. Índice da imagem do SERPRO institucionalizado	Qtd	1	Objetivo 1 – Governo e Sociedade
2. Entregas do projeto J31 – Campanha institucional	%	100%	Objetivo 1 – Governo e Sociedade
3. Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	R\$ Milhões	50	Objetivo 2 – Econômico
4. Cobertura de custos na execução dos contratos de receita	%	100%	Objetivo 2 – Econômico
5. Dias de esforço não remunerado	Dia	48	Objetivo 2 – Econômico
6. Serviços externos ativos com previsão de utilização de insumos	%	100%	Objetivo 2 – Econômico
7. Nível de apropriação de insumos em relação ao previsto	%	70%	Objetivo 2 - Econômico
8. Cumprimento do nível de serviço de disponibilidade	%	98%	Objetivo 3 – Processo
9. Evolução projetos estruturação gestão arquitetura de software	%	100%	Objetivo 3 – Processo
10. Entregas dos projetos do OE3_N2	%	100%	Objetivo 3 – Processo
11. Evolução do processo de elaboração e validação do modelo	%	100%	Objetivo 3 – Processo
12. Realização de contratos de receita	%	95%	Objetivo 5 – Governo e Sociedade
13. Propostas comerciais com valor acima de R\$1 milhão aceitas	%	80%	Objetivo 5 – Governo e Sociedade
14. Gestão de contratos automatizada	Qtd	15	Objetivo 5 – Governo e Sociedade
15. Demandas atendidas no prazo	%	80%	Objetivo 5 – Governo e Sociedade
16. Projetos inovadores	Qtd	6	Objetivo 7 – Tecnologia
17. Protótipos construídos por linhas de inovação	Qtd	4	Objetivo 7 – Tecnologia
18. Ciclo de capacitação tecnologia/negócio e negócio/tecnologia	Qtd	2	Objetivo 7 – Tecnologia
19. Dispendios em atividades inovativas/receita líquida	%	3,50%	Objetivo 7 – Tecnologia
20. Realização das metas dos nós críticos	%	100%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
21. Execução da obra do novo centro de dados de São Paulo	%	100%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
22. Evolução da expansão do centro de dados do Rio de Janeiro	%	100%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
23. Instituição da Grade Básica	%	100%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
24. Projeto piloto sensibilização gerentes e empregados instituído	%	100%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
25. Aderência ao plano de contratações	%	70%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
26. Entregas do projeto J67 – QVT	%	100%	Objetivo 9 – Aprendizado e Crescimento
27. Conformidade nos processos definidos como prioritários 2013	%	80%	Objetivo X – Processo
28. Realização do nó crítico OEX_N1	%	100%	Objetivo X – Processo
29. Automação de processos PSDS (PRADA), PGOP e PGPS	%	80%	Objetivo X – Processo

2.3.1.2 Análise do Desempenho dos Indicadores Estratégicos

Nesta seção é apresentado o desempenho dos 29 (vinte e nove) indicadores estratégicos do SERPRO. Aborda a utilidade ou finalidade do indicador, o tipo, a fórmula de cálculo, o método de aferição, a área responsável pela medição, a meta e o respectivo resultado alcançado no exercício de 2013 e a série histórica dos indicadores.

1. Índice da imagem do SERPRO institucionalizado

- a) Utilidade / finalidade:** Garantir a implantação do índice da imagem do SERPRO de forma institucional.
b) Tipo: Efetividade.
c) Fórmula de cálculo: Quantidade de medição da imagem no período.
d) Método de aferição: Será informado a partir da quantidade de medições da imagem do SERPRO.
e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Comunicação Social - CECOM
f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 1 / 1 – dentro da meta
g) Interpretação: Quanto maior, melhor.
h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	1

2. Entregas do projeto J31 – Campanha institucional

- a) Utilidade / finalidade:** Aferir a realização das entregas do projeto estratégico J.31.
b) Tipo: Eficácia.
c) Fórmula de cálculo: $ICI = ((E1 \times 1,15) + (E2 \times 1,2) + (E3 \times 1,1) + (E4 \times 1,1) + (E5 \times 1,05) + (E6 \times 1,1) + (E7 \times 1,15) + (E8 \times 1,1) + (E9 \times 1,05)) \times 10$

Onde:

ICM - Índice Campanha Institucional

E1 - Entrega 1, Diagnóstico de Imagem, dividida em E1.1 (valor referência) = 0,5 e E1.2 (2º medição) = 0,5.

E2 - Entrega 2, Participação em eventos promovidos pelos clientes do SERPRO, dividida em E1.1; E1.2; E1.3 e E1.4, cada um vale 0,25.

E3 - Entrega 3, Material Institucional, dividida em E3.1 (elaboração) = 0,5 e E3.2 (fornecimento) = 0,5.

E4 - Entrega 4, Encontro com Parlamentares no Centro de Dados do SERPRO (0,5 Deputados e 0,5 Senadores) = 1.

E5 - Entrega 5, Mapeamento das mídias = 1.

E6 - Entrega 6, Ciclo de Capacitação em Comunicação Pública, dividido em E6.1 (1º Ciclo) = 0,25; E6.2 (2º Ciclo) = 0,25; E6.3 (3º Ciclo) = 0,25 e E6.4 (4º Ciclo) = 0,25.

E7 - Entrega 7, Vídeo Institucional do SERPRO, dividido em E7.1 (Produção) = 0,5 e E7.2 (Veiculação) = 0,5.

E8 - Entrega 8, Seminário SERPRO de Tecnologia, dividido em E8.1 (Seminário p/ jornalistas da EBC) = 0,3 e E8.2 (Seminário p/ Jornal de grande circulação) = 0,7

E9 - Entrega 9, Conteúdo Relacionado ao Atendimento aos Clientes = 1

- d) Método de aferição:** Dados coletados do cronograma do projeto (base OpenProj). Procedimento de coleta: verificação das realizações do período.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Coordenação Estratégica De Comunicação Social - CECOM

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 100% / 97% - Não atingiu a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior melhor

h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** O resultado do indicador foi impactado pela limitação orçamentária da empresa, imposta pelo contingenciamento federal, o que só possibilitou a participação em 3 de 4 eventos previstos para a divulgação da imagem institucional da empresa em eventos promovidos pelos clientes.

i) **Principais medidas implementadas:** Foram realizadas durante o ano reuniões de controle para mitigação dos riscos inerentes ao não atingimento da meta.

j) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2013	97%

3. Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro

a) **Utilidade / finalidade:** Demonstrar o resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro no exercício, sem o compute de ajustes e provisões não decorrentes das atividades operacionais da Empresa no Exercício.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** RE = LB - DO

Onde:

RE = Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro

LB = Lucro bruto

DO= Despesas operacionais (antes do lançamento de ajustes e provisões não decorrentes das atividades operacionais da Empresa no Exercício)

d) **Método de aferição:** Consulta ao Demonstrativo do Resultado (DRE) que é apurado mensalmente.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 50 milhões / -18,83 milhões - Não atingiu a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior melhor.

h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** O desempenho desse indicador foi afetado diretamente por eventos extraordinários apurados no decorrer do exercício. Dentre esses, cita-se: contingenciamento orçamentário federal, o qual resultou na realização dos contratos de receita em níveis abaixo do previsto; ações judiciais liquidadas; e apropriação de créditos junto ao SERPRO. Caso não houvesse a incidência desses dois últimos eventos o resultado teria excedido a meta e alcançado um montante de R\$ 153,5 milhões.

i) **Principais medidas implementadas:** Além das reuniões de controle para mitigação dos riscos inerentes ao indicador, destaca-se a atividade da Coordenação de Cobrança de Débitos junto aos clientes.

j) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2011	- 52,41
2012	101,87
2013	-18,83

4. Cobertura de custos na execução dos contratos de receita

a) **Utilidade / finalidade:** Aferir se os custos dos contratos estão cobertos pela receita operacional líquida obtida na execução dos contratos de receita.

b) **Tipo:** Eficiência.

c) **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Somatório da receita operacional líquida} / \text{Somatório dos custos dos contratos}) * 100]$.

d) Método de aferição: Coleta de informações dos Relatórios de Custos Rentabilidade por Cliente Contratos e Unidade de Relacionamento com o Cliente (URC) dos Relatórios Gerenciais do Sistema de Custos Empresariais.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 98,78% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O contingenciamento de recursos federais, impactou nas demandas dos clientes, fazendo com que as realizações de contratos ficassem aquém do previsto, isso contribuiu para o não atingimento da meta.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões de controle para mitigação dos riscos e definição de ações em relação ao aumento de faturamento e redução de gastos.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2011	85,52%
2012	100,10%
2013	98,78%

5. Dias de esforço não remunerado¹

a) Utilidade / finalidade: Aferir a redução do prazo anual médio de recebimento de faturas.

b) Tipo: Eficiência.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{Saldo Inicial de Contas a Receber} + \text{Saldo Final de Contas a Receber} / 2) - \text{Parcela RFB em Avaliação de Direito na CGU}] / (\text{Total da Receita} / \text{Quantidade de dias no período avaliado})$.

d) Método de aferição: Controle setorial, por meio do acompanhamento do relatório extrato mensal SERPRO – Receita – Sistema Siareweb.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira - SUPGF.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 48 dias / 40,34 dias – Meta superada.

g) Interpretação: Quanto menor melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2011	85,26
2012	72,88
2013	40,34

6. Serviços externos ativos com previsão de utilização de insumos

a) Utilidade / finalidade: Aferir o percentual de serviços externos ativos com mapas de consumo elaborados e precificados (previsão de utilização de insumos) para atender o planejamento da produção.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{SEPI} / \text{CSEA}) \times 100]$

Onde:

SEPI – Total de códigos de serviços externos ativos com previsão de insumos

CSEA – Total de códigos de serviços externos ativos

d) Método de aferição: Coleta das informações efetuadas a partir do Sistema de Gestão Comercial (SIGECOM) e InfoSERPRO (módulo Adare).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC.

¹ Indicador revisto em relação a 2012. Retirou-se da fórmula a parcela correspondente a Receita Federal que se encontra em avaliação de direito na CGU.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 55,09% - Meta não atingida.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Dentre os fatores que contribuíram para o não atingimento, destaca-se os seguintes:

- O atual processo de gestão dos códigos de serviço dificultou a manutenção do cadastro.
- Grande volume de dados a ser atualizado.
- Impossibilidade de priorização da atividade de atualização do cadastro em algumas unidades.

i) Principais medidas implementadas: Foram realizadas reuniões de alinhamento com todas as Unidades de Relacionamento com os Clientes (URCs), com a participação da Coordenação de Relacionamento com os Clientes (CORCL), e apresentado o relatório com a posição individualizada de cada URC, indicando as providências para promoção de ajustes necessários a serem implantadas. Realizou-se ainda, um trabalho para revisão dos códigos dos serviços sem previsão de utilização de insumos.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2011	40%
2012	44%
2013	55,09%

7. Nível de apropriação de insumos em relação ao previsto

a) Utilidade / finalidade: Aferir o nível de apropriação de insumos em relação ao previsto.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(SEAA / CSEA) \times 100]$

Onde:

SEAA – Total de códigos de serviços externos ativos com apropriação adequada.

CSEA – Total de códigos de serviços externos ativos.

d) Método de aferição: Coleta dos dados são obtidos através da ferramenta DW Financeiro que obtêm os dados primários no Sistema de Gestão de Contratos (SIGECOM) e InfoSERPRO/Adare.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 70% / 22,10% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Entre os fatores que contribuíram para o não atingimento, destaca-se os seguintes:

- Desalinhamento entre o processo de gestão das UPS e das URC;
- Dificuldade na determinação dos volumes dos insumos;
- Não elaboração das previsões objeto do indicador serviços externos ativos com previsão de utilização de insumos.

i) Principais medidas implementadas: Foram tomadas ações que passam pela revisão dos processos de determinação dos volumes previstos e gestão da apropriação, com o objetivo de buscar o atingimento da meta deste indicador.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2012	18%
2013	22,10%

8. Cumprimento do nível de serviço de disponibilidade

a) Utilidade / finalidade: Apresentar a evolução da disponibilidade dos serviços contratados pelos clientes e disponibilizados pelo SERPRO.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\sum \text{Qtde de NS cumpridos no período} / \sum \text{Qtde NS contratados no período}) \times 100]$

d) Método de aferição: Dados coletados e tratados dos relatórios de prestações de contas emitidos pela Superintendência de Gestão de Serviços (SUPGS) e validados pelas Unidades de Relacionamento com os Clientes (URC).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão de Serviços - SUPGS

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 98% / 97,51% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto Maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Instabilidade do ambiente de alguns serviços, causadas por elevação inesperada do consumo de recursos dos servidores de aplicação, de banco de dados. Problema na execução de rotina salnew2013.sh. Atraso na carga *batch* do SIAFI Operacional (GRU Gestão). Dificuldade para emitir DARF da dívida. Indisponibilidade no COMPROT e SUCOSERV. E por último, incidentes no NOVOEX.

i) Principais medidas implementadas: Foram implantadas ações de tratamento dos registros de problemas (RDP) críticos, conforme projeto “J68 tratamento dos RDPs”. Permitiram melhorar o indicador em relação ao mesmo mês de 2012, sazonalmente característico por alta demanda e concorrência de serviços de encerramento de exercício.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2012	96,17
2013	97,51

9. Evolução projetos estruturação gestão arquitetura de software

a) Utilidade / finalidade: Acompanhar a evolução dos projetos “Estruturação de Gestão de Arquitetura de Software” e “Sistematização do Atendimento de Demandas Fora do Padrão”.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Somatório dos percentuais das entregas D1 a D9.

Considerou-se que cada entrega realizada (com termo de aceite), listada a seguir, tem o mesmo peso e, portanto, equivale a 11,11% do total.

Considerar:

D1 Diretrizes para Gestão de Tecnologia de Desenvolvimento

D2 Tecnologias de Apoio ao Desenvolvimento Estruturantes Definidas

D3 Gestores de Tecnologia Designados

D4 Modelo de Governança de Gestão de Tecnologia do Desenvolvimento

D5 Estratégia de Internalização de novas Tecnologias de Solução junto a DIOPE

D6 Arquitetura Empresarial DIDES

D7 Modelo de Governança com piloto Implantado

D8 Critérios para tratamento de demandas fora do padrão estabelecidos e negociados com os clientes (Sistemática elaborada);

D9 Roteiros para internalizar na Empresa (Sistemática implantada);

d) Método de aferição: Consulta aos dados dos projetos na ferramenta Controle, acompanhamento e Avaliação de Resultado (e-Car) e o Termo de Aceite, referente a entrega, com o 'de acordo' do gestor da meta ou do objetivo.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Suporte à Tecnologia – SUPST.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 77% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O Indicador não atingiu a meta planejada, pois o projeto “J47-Melhorias na internalização e sustentação de tecnologias de desenvolvimento” não conseguiu concluir duas entregas previstas no planejamento. A entrega “Estratégia de Internalização de novas Tecnologias de Solução junto a Diretoria Operacional (DIOPE)” não foi concluída por dificuldade de definir estratégias de descarte de tecnologias em aplicações em produção, que necessitam de tratamento junto aos clientes. A entrega “Modelo de Governança com piloto Implantado” não foi concluída pois após aplicação do modelo de governança houve sugestões de ajustes, que estão sendo trabalhadas.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões de controle para mitigação dos riscos.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	77%

10. Entregas dos projetos do OE3_N2

a) Utilidade / finalidade: Avaliar e acompanhar a evolução das entregas dos produtos dos projetos vinculados ao OE3 N2 – dificuldade de atender aos Níveis de Serviço Contratado.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Somatório dos percentuais das entregas relativas aos projetos J41, J42 e J43, ciclo estratégico 2013.

Considerar:

D1. J41 – conformidade dos processos corporativos realizado (20%)

D2. J41 – ações de aquisições executadas (30%) - um terço conclusa

D3. J41 - adequação da infraestrutura realizada (30%) - um quarto conclusa

D4. J41 – validação da infraestrutura de alta disponibilidade (10%)

D5. J 41 – ações de recursos humanos executadas (10%)

D6. J42 – Sistemática do gerenciamento integrado dos eventos de monitoração

D7. J42 – Modelo de monitoração para aplicação de software

D8. J42 – Sistemática para levantamento de topologia (substitui resultado O3 N1 J46, sistemática de gestão do conhecimento sobre integração de soluções implantada.

D9 J42 – Sistemática testada para 2 serviços e mapas de integração criados

D10 J43 - Elaborar aprovar o planejamento do projeto até 28 de fevereiro

D11 J43 - Definir o modelo de relacionamento da SUPST com a URC e com SUPDE (para os testes de RNF) até 29/05

D12 J43 – Definir o modelo de relacionamento da SUPST com a DIOPE (para os testes de Requisitos Não- Funcionais RNF) até 28/06

D13 J43 - Identificação dos custos para realização de cada teste de RNF e envio para aprovação da SUPDC até 30/07

D14 J43 – Processos PSDS, PNS e PSGIS alterados até 30/08

d) Método de aferição: Consulta aos dados dos projetos na ferramenta Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-Car) e o Termo de Aceite.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Relacionamento com Clientes Especiais (SUNCE).

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 55,25% - Meta não atingida.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: As principais causas foram: problemas de fluxo de caixa e dificuldade de alocação de recursos.

i) Principais medidas implementadas: Foram empreendidas ações corretivas como a designação de Grupo de Trabalho, criação de Projeto Piloto de testes e replanejamento de atividades interdependentes.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	55,25%

11. Evolução do processo de elaboração e validação do modelo

a) Utilidade / finalidade: Aferir a evolução da elaboração e validação do modelo de aferição de resiliência.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{Somatório das entregas realizadas do modelo de resiliência} / \text{total de entregas planejadas do modelo de resiliência}) \times 100]$.

d) Método de aferição: Consulta das entregas do projeto registradas na ferramenta Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (eCar).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Geral de Gestão da Segurança da Informação – COGSI.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 60% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Atraso no cronograma do projeto em razão de problemas com o fluxo de caixa que culminou na paralisação de contrato com fornecedor que apoiaria a definição e implantação do modelo de resiliência.

i) Principais medidas implementadas: As medidas capazes de apoiar no desempenho do indicador ficaram restringidas as reuniões de controle do planejamento estratégico.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	60%

12. Realização de contratos de receita

a) Utilidade / finalidade: Acompanhar a capacidade de realização dos contratos de receita, por meio da entrega de serviços pelo SERPRO.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{Faturamento Realizado Acumulado} / \text{Faturamento Previsto até o mês de apuração no Ano}) \times 100]$.

d) Método de aferição: Consulta e coleta de dados fornecidas pelo sistema DW Financeiro.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 95% / 86,42% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Contribuíram para o não atingimento da meta o cenário de contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal aos clientes, o represamento de demandas pelos clientes, bem como os atrasos em determinadas entregas aos clientes.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões periódicas de controle para mitigação dos riscos e definição de ações pontuais.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2011	92,81%
2012	99,13%
2013	86,42%

13. Propostas comerciais com valor acima de R\$1 milhão aceitas

a) Utilidade / finalidade: Evidenciar o percentual de propostas comerciais que têm a concordância do cliente e que resultam na efetivação da contratação do SERPRO.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{somatório de propostas comerciais que resultem em contratação} / \text{total de propostas comerciais apresentadas aos clientes}) \times 100]$

d) Método de aferição: Consulta aos dados fornecidos em planilha pelas Unidades de relacionamento com os Clientes – URCs.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 80% / 56,70% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O não atingimento da meta se deve aos seguintes fatos:

- A validade de uma proposta comercial é de 60 dias da data da sua apresentação. Desta forma, ainda há um conjunto de propostas comerciais apresentadas em 2013, que estão com seu prazo de validade não vencido, mas que foram computadas na apuração do indicador.
- O volume de propostas apresentadas está sendo maior que a expectativa inicial e envolvem eventuais clientes novos, não somente aqueles que já estavam na carteira de clientes do SERPRO.
- Há ainda, por parte de vários órgãos, a prática de solicitar ao SERPRO Propostas Comerciais apenas como forma de pesquisa de preço.

i) Principais medidas implementadas: Foram implantadas dentre outras entregas: nova norma de contratos de receita e a atualização do Subprocesso Gerir Contratos; implantada sistemática de avaliação de proposta comerciais.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	56,70%

14. Gestão de contratos automatizada

a) Utilidade / finalidade: Medir o percentual de lacunas de automatização da gestão de contratos sanadas.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{Quantidade de lacunas tratadas} / \text{pela quantidade total de lacunas identificadas}) \times 100]$

d) Método de aferição: Coleta das informações (identificação de lacunas não automatizadas) junto aos sistemas de apoio à gestão de contratos das URCs

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 15% / 0 – Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: A ferramenta Sistema de Faturamento (SISFAT), indicada para automatizar as lacunas identificadas na prestação de contas, depende de prévia negociação com seus clientes, além de possíveis customizações, cujas ações estão previstas no projeto J61 para 2014.

i) Principais medidas implementadas: A ferramenta Sistema de Faturamento (SISFAT) foi indicada como corporativa para as URCs e estas ficaram de avaliar o seu uso junto a cada um de seus clientes. Eventuais necessidades de ajustes seriam tratadas para tornar a ferramenta corporativa.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	0

15. Demandas atendidas no prazo

a) Utilidade / finalidade: Avaliar se as demandas abertas pelos clientes do SERPRO estão sendo entregues nos prazos previamente pactuados.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(QDP / QTD) \times 100]$.

Onde:

QDP = Quantidade de Demandas entregues no prazo no período avaliado.

QTD = Quantidade de Demandas entregues no período avaliado.

O evento de entrega da demanda é caracterizado pela sua disponibilização para homologação por parte do cliente.

d) Método de aferição: Os dados são extraídos da ferramenta de gestão de Demanda utilizada por cada Unidade de Relacionamento com os Clientes (URC) no atendimento de seus clientes.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 80% / 82,57% - Superou a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	82,57%

16. Projetos inovadores

a) Utilidade / finalidade: Mensurar a quantidade de projetos caracterizados como inovadores no portfólio de projetos do SERPRO.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Somatório das quantidades de projetos inovadores.

d) Método de aferição: Consulta e seleção dos projetos que possuem o atributo “projeto inovador” na ferramenta de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-Car).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 6 / 15 – Superou a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	15

17. Protótipos construídos por linhas de inovação

a) Utilidade / finalidade: Monitorar o quantitativo de protótipos construídos, por linhas de inovação definidas (mapas, mobilidade, plataforma como serviço e mineração de dados).

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Somatório de quantidade de protótipos entregues, por linha de inovação.

d) Método de aferição: Os dados coletados na Coordenação Estratégica de Tecnologia (CETEC) e consolidados.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Tecnologia – CETEC.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 4 / 4 – Atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	4

18. Ciclo de capacitação tecnologia/negócio e negócio/tecnologia

a) Utilidade / finalidade: Monitorar o quantitativo de capacitação com o objetivo de alinhar os esforços e conhecimento de tecnologia para negócio e negócio para tecnologia.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Quantidade de eventos realizados de capacitação tecnologia-negócio e negócio-tecnologia.

d) Método de aferição: Os dados coletados na Coordenação Estratégica de Tecnologia (CETEC), junto aos responsáveis pela formatação dos treinamentos.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Tecnologia – CETEC.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 2 / 2 – Atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	2

19. Dispendios em atividades inovativas/receita líquida

a) Utilidade / finalidade: Indicar o percentual de dispendios em atividades destinadas a inovação em relação a Receita Líquida do SERPRO.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $PDAI = [(VDAI / RLAA) \times 100]$

Onde:

PDAI = Percentual de Dispendios em Atividades Inovativas (em %).

VDAI = Valor Dispendido em Atividades Inovativas (em R\$).

RLAA = Receita Líquida Acumulada no Ano (em R\$).

d) Método de aferição: Identificar nos sistemas HISAQ, SISGAD e SIAFI os valores de dispendios com atividades inovativas e de posse da receita líquida do SERPRO acumulada coletada junto ao balanço da empresa, procede-se com o cálculo do indicador.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desempenho e Controle – SUPDC

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 3,5% / 1,25% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Problemas no fluxo de caixa inviabilizaram as ações no sentido de alavancar o investimento financeiro necessário para o atingimento da meta. A prioridade voltou-se para as despesas correntes, crescimento vegetativo e demais gastos com menor grau de incerteza.

i) Principais medidas implementadas: As medidas capazes de apoiar no desempenho do indicador ficaram restringidas as reuniões periódicas de controle do planejamento estratégico.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2011	2,30%
2012	2,92%
2013	1,25%

20. Realização das metas dos nós críticos

a) Utilidade / finalidade: Medir o cumprimento das metas dos nós críticos do OE9 – Prover as condições para o desenvolvimento sustentável, de responsabilidade da Diretoria Administrativa – DIRAD.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(A_OE9_N1 + A_OE9_N2 + A_OE9_N3 + A_OE9_N4 + A_OE9_N5)/5] \times 100$

Onde:

A_OE9_N1 = 0, se meta não atingida; 0,5 meta parcialmente atingida; 1, se meta atingida.

A_OE9_N2 = 0, se meta não atingida; 0,5 meta parcialmente atingida; 1, se meta atingida.

A_OE9_N3 = 0, se meta não atingida; 0,5 meta parcialmente atingida; 1, se meta atingida.

A_OE9_N4 = 0, se meta não atingida; 0,5 meta parcialmente atingida; 1, se meta atingida.

A_OE9_N5 = 0, se meta não atingida; 0,5 meta parcialmente atingida; 1, se meta atingida.

d) Método de aferição: Consulta e consolidação das informações junto a ferramenta de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (eCar).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Assessoria da Diretoria de Administração - DIRAD.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 90% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Principais fatores foram as dificuldades na obtenção do alvará junto aos órgãos competentes do Município de São Paulo e problemas no fluxo de caixa.

i) Principais medidas implementadas: O resultado foi influenciado principalmente por fatores externos.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	90%

21. Execução da obra do novo centro de dados de São Paulo

a) Utilidade / finalidade: Avaliar periodicamente a quantidade das atividades concluídas, em relação ao total das atividades previstas para o projeto.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{total de atividades concluídas} \times 100) / (\text{total de atividades previstas para 2013})]$

d) Método de aferição: Consulta ao cronograma disponível na ferramenta de gestão de projetos Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (eCar).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão e Logística – SUPGL.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 34% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: O resultado foi influenciado por fatores externos relacionados a dificuldades de obtenção de licenças junto às secretarias do município de São Paulo, além de problemas no fluxo de caixa.

i) Principais medidas implementadas: Ações junto a Prefeitura de São Paulo no sentido obter o alvará de construção.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	34%

22. Evolução da expansão do centro de dados do Rio de Janeiro

a) Utilidade / finalidade: Avaliar periodicamente a quantidade das atividades concluídas, em relação ao total das atividades previstas para o projeto.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $[(\text{total de atividades concluídas} \times 100) / (\text{total de atividades previstas para 2013})]$

d) Método de aferição: Consulta ao cronograma disponível na ferramenta de gestão de projetos Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (eCar).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão e Logística – SUPGL.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 72% - Não atingiu a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior melhor.

h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** Problemas no fluxo de caixa impactaram na execução das obras.

i) **Principais medidas implementadas:** As medidas capazes de apoiar no desempenho do indicador ficou restringida as reuniões de controle do planejamento estratégico.

j) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2013	72%

23. Instituição da Grade Básica

a) **Utilidade / finalidade:** Medir a evolução da construção da grade básica por função gerencial

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** $[(\text{quantidade de etapas realizadas etapa} / \text{quantidade total de etapas planejada}) \times 100]$.

Onde:

Etapal – Definir empresas para realizar “benchmarking”.

Etapal2 – Realizar “benchmarking”.

Etapal3 – Consolidar e analisar as informações obtidas por meio do “benchmarking”.

Etapal4- Elaborar a proposta de projeto da grade básica por função até o nível de departamento.

Etapal5 - Definir quais são as funções que serão abrangidas por função gerencial.

Etapal6 – Identificar as áreas que fornecerão os conteúdos que comporão a grade básica por função gerencial.

Etapal7 – Definir com as áreas os conteúdos que comporão a grade básica por função gerencial.

Etapal8 – Construir a proposta de grade básica por função gerencial.

Etapal9 – Apresentar a proposta à Coordenadora da UNISERPRO.

Etapal10 – Apresentar a proposta à Diretoria para validação.

Etapal11 - Validar a proposta.

Etapal12 – Elaborar documentação necessária para instituição da grade básica por função gerencial.

Etapal13 – Obter da Diretoria aprovação da documentação que instituirá a grade básica por função gerencial.

Etapal14 – Publicar a documentação organizacional instituindo a grade básica por função gerencial.

d) **Método de aferição:** Consulta e consolidação da fonte de dados junto ao cronograma do projeto na ferramenta de gestão de projetos.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Universidade Corporativa do SERPRO – UNISE.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 100% / 100% - Atingiu a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior melhor.

h) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2013	100%

24. Projeto piloto sensibilização gerentes e empregados instituído

a) **Utilidade / finalidade:** Medir a evolução para garantir a estruturação do projeto-piloto.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** $[(\text{quantidade de etapas realizadas etapa} / \text{quantidade total de etapas planejada}) \times 100]$.

Onde:

Etapal – Reuniões com solicitantes da demanda para entendimento da mesma

Etapal2 - Reunião com o coordenador da CORCL para alinhamento com os projetos vinculados ao OE5OE5

- Etapa3 - Reunião por áudio com Esaú/SUPGS para identificação dos serviços com maior recorrência de indisponibilidade
 Etapa4 - Oficina para definição do foco de atuação do projeto
 Etapa5 - Reunião para orientação estratégica do projeto-piloto com SUNAC e SUPOP
 Etapa6 - Reunião com representantes SUNAC e SUPOP para alinhamento de entendimento do projeto-piloto
 Etapa7 - Definição do Grupo de Trabalho
 Etapa8 - Definição das Ações Educacionais
 Etapa9 - Definição dos recursos educacionais necessários
 Etapa10- Validação do Portfólio de ações educacionais
 Etapa11 - Plenária de abertura do projeto-piloto

d) Método de aferição: Consulta ao cronograma do projeto - Procedimento de coleta: verificação das realizações do período.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Universidade Corporativa do SERPRO - UNISE

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 100% - Atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	100%

25. Aderência ao plano de contratações

a) Utilidade / finalidade: Medir o percentual físico de contratações aderentes ao Plano de Contratações

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: [(Quantidade de itens efetivamente contratados, que constam do Plano de Contratações / Quantidade de itens contratados, independente se constam ou não do Plano de Contratações) x 100].

d) Método de aferição: Informações consolidadas com base no relatório parametrizado do BI-HisAq e Controle Setorial da Superintendência de Aquisições (SUPGA). Essas informações são comparadas com o controle de contratações concluídas monitoradas pelo plano de contratações do SERPRO.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Aquisições - SUPGA.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 70% / 100% - Superou a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	100%

26. Entregas do projeto J67 – QVT

a) Utilidade / finalidade: Medir o percentual de entregas realizadas para a conclusão do projeto.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: [(Quantidades entregues / Total de quantidades previstas) x 100].

Considera-se:

Entrega 1 Plano de Ação = 20%

Entrega 2 Diagnóstico = 20%

Entrega 3 Política de QVT = 20%

Entrega 4 Programa de QVT = 40%

d) Método de aferição: Acompanhamento realizado conforme entregas registradas no relatório de produção.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão de Pessoa - SUPGP

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 100% / 100% - Superou a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior melhor.

h) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2013	100%

27. Conformidade nos processos definidos como prioritários 2013

a) **Utilidade / finalidade:** Medir a conformidade nos processos definidos como prioritários para 2013 do “OEX – Promover a qualificação dos processos de gestão”.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** $[(A_PGOP + A_PSGIS + A_PNS + A_PAQ + A_PGPS) / 5] \times 100$

Onde:

A_PGOP = 0, se não obteve conformidade; 1, se obteve conformidade;

A_PSGIS = 0, se não obteve conformidade; 1, se obteve conformidade;

A_PNS = 0, se não obteve conformidade; 1, se obteve conformidade;

A_PAQ = 0, se não obteve conformidade; 1, se obteve conformidade;

A_PGPS = 0, se não obteve conformidade; 1, se obteve conformidade;

d) **Método de aferição:** Consulta à ferramenta Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-Car), Monitoramento, parecer sobre entregas do projeto “J49 – Revisão e institucionalização do modelo de governança de processos.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 80% / 80% - Atingiu a meta.

g) **Interpretação:** quanto maior melhor.

j) **Série histórica:**

Ano	Desempenho
2013	80%

28. Realização do nó crítico OEX_N1

a) **Utilidade / finalidade:** Medir o cumprimento das entregas do nó crítico N1.

b) **Tipo:** Eficácia.

c) **Fórmula de cálculo:** $[(A + B + C + D + E + F + G) / 7] \times 100$

Onde:

A é 1 para modelo de governança por processo revisado, 0 caso contrário.

B é 1 para prioridade dos processos para 2013, 0 caso contrário.

C é 1 para o modelo executado para o processo PGOP, 0 caso contrário.

D é 1 para o modelo executado para o processo PGPS, 0 caso contrário.

E é 1 para o modelo executado para o processo PAQ, 0 caso contrário.

F é 1 para o modelo executado para o processo PNS, 0 caso contrário.

G é 1 para o modelo executado para o processo PSGIS, 0 caso contrário.

d) **Método de aferição:** Extração dos dados a partir das consultas e consolidação junto aos sistemas: eCAR, Oryx, Sítio do EGOP, SINOR.

e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC.

f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 100% / 70% - Não atingiu a meta.

g) **Interpretação:** Quanto maior melhor.

h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** As principais causas que impactaram nos resultados foram: dificuldades de realizar entregas dependentes de procedimentos de aquisição devido a problemas de fluxo de caixa e alocação de recursos.

i) Principais medidas implementadas: Ciclo de monitoramento, reuniões de controle para mitigação dos riscos e definição de ações para apoiar o desempenho dos projetos selecionados para atender o plano estratégico.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	100%

29. Automatização de processos PSDS (PRADA), PGOP e PGPS

a) Utilidade / finalidade: Medir a evolução dos projetos de automatização dos processos definidos no objetivo estratégico OEX, nó crítico OEX_N2.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Somatório dos percentuais das entregas D1 a D17.

Considera-se:

- 11 polos de desenvolvimento com projetos no ALM (PSDS): até Novembro/2013
- Implantação de 01 projeto-piloto por polo/URC (PSDS): até Dezembro/2013
- Implantação do ALM na SUPST – PROSUT (PSDS): Até Maio/2013
- Implantação do ALM sob a ótica da URC – modelo de uso (PNS): até Dezembro/2013
- Implantação do ALM sob a ótica do Cliente – modelo de uso (PNS): até Dezembro/2013
- Substituição do Mantis-Homologação pelo ALM (PSDS): até Setembro/2013
- Contratação de licenças adicionais do ALM – SUPDE, SUPST, URC (PSDS e PNS): até Agosto/2013
- 25% Equipes funcionais da SUPDE com uso pleno do ALM (PSDS): até Dezembro/2013
- Aquisição/contratação da ferramenta PPM: até Setembro/2013
- Estratégia de implantação definida: até Julho/2013
- Instalação/homologação da solução: até Novembro/2013
- 01 Piloto na ferramenta PPM (COEP) e 01 Projeto de URC: até Dezembro/2013
- Aquisição de ferramenta e modelo tecnológico: até Dezembro/2013
- Mapa do processo-piloto (Processo Decisório) no BPMS: até Dezembro/2013
- Processo-piloto (Processo Decisório) implementado no BPMS: até Dezembro/2013
- Aquisição do ERP corporativo: até Novembro/2013
- Contratação do ERP corporativo: até Dezembro/2013

d) Método de aferição: Consulta aos dados do projeto no e-Car.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: SUPDE.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 80% / 66% - Não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: As principais causas que impactaram e contribuíram para não atingir a meta foram: problemas de fluxo de caixa e dificuldade de alocação de recursos.

i) Principais medidas implementadas: Reuniões de alinhamento com as outras áreas envolvidas, além das reuniões de controle para garantir o engajamento dos envolvidos.

j) Série histórica:

Ano	Desempenho
2013	66%

2.3.2 Indicadores Corporativos de Caráter Permanente

Nesta seção é apresentado um conjunto de seis indicadores corporativos de caráter permanente. Todos esses indicadores apresentam série histórica e são monitorados periodicamente.

Indicador	Meta / Referência	Alinhamento (Dimensão)
1. Horas de Treinamento	$\geq 36h$	Aprendizado e Crescimento
2. EBITDA	$\geq 11,99\%$	Econômico
3. Liquidez Corrente	$=$ ou > 1	Econômico
4. Imobilização do Capital Próprio	< 1	Econômico
5. Endividamento Total	< 1	Econômico
6. Margem líquida	> 0	Econômico

2.3.2.1 Análise do Desempenho dos Indicadores Corporativos de Caráter Permanente

A seguir são apresentados os detalhamentos dos indicadores corporativos de caráter permanente.

1. Horas de Treinamento

- a) **Utilidade / finalidade:** Medir o número de horas de treinamento a fim de garantir a equidade do programa.
- b) **Tipo:** Eficácia.
- c) **Fórmula de cálculo:** Somatório de horas de treinamento das Unidades por Diretoria / Total de empregados das Unidades pertencentes a cada Diretoria.
- d) **Método de aferição:** Coleta de dados junto ao Sistema de Gestão Acadêmica – SISGAD.
- e) **Área responsável pelo cálculo ou medição:** Universidade SERPRO – UNISE.
- f) **Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício:** 36h / 29h19 – não atingiu a meta.
- f.1) **Decomposição da meta e do desempenho de 2013 por Diretoria:**

Diretoria	Meta (h)	Resultado (h)
Diretor Presidente (DP)	35	16:07
Diretor Superintendente (DS)	34	15:40
Diretoria de Relacionamento com Cliente (DIRCL)	49	13:44
Diretoria de Operacional (DIOPE)	29	11:55
Diretoria de Administrativa (DIRAD)	35	19:13
Diretoria de Gestão Empresarial (DIGEM)	26	17:33
Diretoria de Desenvolvimento (DIDES)	44	10:55
SERPRO	36*	29,2**
* Média das metas das Diretorias; ** Resultado = Somatório das cargas horárias mensais das Diretorias / Total dos empregados das Diretorias		

g) **Interpretação:** Quanto maior, melhor.

h) **Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado:** Em função de problemas no fluxo de caixa, a Empresa decidiu estrategicamente, adiar para o exercício seguinte (2014), capacitações de amplitude nacional (competências conversacionais no nível funcional e gerencial, entre outras), sendo assim, o cumprimento integral da meta que havia sido projetada ficou impossibilitado, levando em consideração a totalidade de ações educacionais planejadas para 2013.

i) Série histórica: Este indicador evoluiu para contemplar novas ações educacionais inclusive no cálculo dos anos anteriores.

Ano	Desempenho
2010	69,4
2011	50,9
2012	38,5
2013	29,2

2. EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*)

a) Utilidade / finalidade: Demonstrar os recursos disponíveis para financiar os investimentos em bens de capital; efetuar o pagamento de impostos; e remunerar os acionistas através de dividendos.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo: $[\text{Lucro} / (\text{Prejuízo Operacional} (+) \text{ Depreciações e Amortizações} (-) \text{ Receitas Financeiras} (+) \text{ Despesas Financeiras})] \times 100$.

d) Método de aferição: Coleta dos dados junto ao relatório Demonstrativo do Resultado (DRE).

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: 11,99% / 19,26% - Superou a meta.

g) Interpretação: Quanto maior, melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2010	-12,81
2011	-0,59%
2012	14,53%
2013	19,26%

3. Liquidez Corrente

a) Utilidade / finalidade: Permite evidenciar a posição patrimonial da entidade, ou seja, avalia o disponível em relação às obrigações.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: Disponível/ Passivo Circulante.

d) Método de aferição: Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial, mensalmente.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: Igual ou maior que 1 / 0,93 - não atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior, melhor.

h) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Em 2013 o indicador ficou, pela primeira vez, abaixo de 1. Esse movimento é resultado das dificuldades de caixa que a empresa vive que pode ser observado pelo pagamento prioritário de faturas vencidas enquanto os novos passivos vão se acumulando.

i) Série histórica:

Ano	Desempenho
2010	1,68
2011	1,65
2012	1,51
2013	0,93

4. Imobilização do Capital Próprio

a) Utilidade / finalidade: Representa quanto (%) do Patrimônio Líquido está alocado em Ativo Permanente, ou seja, em bens não líquidos como investimentos em edificações, terrenos, máquinas pesadas etc.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $(\text{Ativo Imobilizado} + \text{Ativo Intangível}) / \text{Patrimônio Líquido}$

c.1) A fórmula do indicador foi alterada em 2013 de: ativo imobilizado/patrimônio líquido, para: (ativo imobilizado+ativo intangível)/patrimônio líquido, para representar uma melhor análise quanto ao nível de investimento permanente da empresa.

d) Método de aferição: Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial, mensalmente.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: menor que 1 / 0,61 – atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto menor, melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2010	0,60
2011	0,60
2012	0,61
2013	0,61

5. Endividamento Total

a) Utilidade / finalidade: Mostra a participação de capitais de terceiros sobre os recursos totais da empresa. Indicam o montante de recursos de terceiros sendo usado para gerar lucros.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $\text{Passivo total} / \text{Patrimônio Líquido}$.

d) Método de aferição: Mensal. Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF.

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: Menor que 1 / 0,86 – atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto menor, melhor.

i) Série histórica:

Ano	Desempenho
2010	1,25
2011	1,42
2012	1,26
2013	0,86

6. Margem Líquida

a) Utilidade / finalidade: Mede a fração de cada real de vendas que resultou em lucro líquido.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo: $\text{Resultado mensal} / \text{Receita operacional líquida mensal}$

d) Método de aferição: Os dados são coletados dos demonstrativos contábeis Balanço Patrimonial, mensalmente.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Financeira – SUPGF

f) Meta – Referência / Resultado do indicador no exercício: Maior que 0 / 0,47 – atingiu a meta.

g) Interpretação: Quanto maior, melhor.

h) Série histórica:

Ano	Desempenho
2010	-0,21
2011	0,50
2012	0,66
2013	0,47

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A governança corporativa é exercida pelo conjunto formado por Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Auditoria Geral e Diretoria do SERPRO.

O Conselho Diretor é formado por 6 membros, designados pelo Ministro da Fazenda com base no Decreto 6.791/2009, com atribuição de fixar política e diretrizes básicas do SERPRO, além das atividades de deliberar, manifestar-se, autorizar e decidir, conforme previstas no Artigo 7º do citado decreto. Atua por meio de reuniões com cronograma ordinariamente mensal, tendo suas decisões registradas em atas, com desdobramento de suas determinações por meio de documento organizacional denominado “Deliberação”, o qual resulta disponível na intranet da empresa no ambiente de informações do Sistema de Informações Normativa (SINOR), com comunicação semanal por correio eletrônico para todos os empregados.

O Conselho Fiscal é formado por três membros titulares com seus respectivos suplentes, designados pelo Ministro da Fazenda com base no Decreto 6.791/2009, com atribuição de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, além das atividades de examinar, opinar, denunciar, analisar, acompanhar, elaborar e aprovar, conforme previstas no Artigo 15 do citado decreto. Atua por meio de reuniões com cronograma ordinariamente mensal, tendo suas decisões registradas em atas.

A Auditoria Geral é uma unidade organizacional que assessora o Conselho Diretor, com atribuição e competência para auditar o cumprimento dos controles internos da empresa. Segue plano de trabalho anual, submetido a aprovação do Conselho Diretor. Sua forma de atuação, bem como seus respectivos instrumentos, estão relacionados no item 9 deste relatório.

A Diretoria do SERPRO é formada por 7 diretores, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor-Superintendente e cinco Diretores (Administração, Desenvolvimento, Gestão Empresarial, Operações e Relação com Clientes). Todos os diretores são designados pelo Presidente da República, com base no decreto 6.791/2009, por indicação do Ministro da Fazenda, com atribuição de estabelecer o direcionamento empresarial para planejamento, organização, serviços e outras atividades do SERPRO, além das atividades de aprovar, decidir, propor, monitorar, cumprir, fazer cumprir, representar, designar, supervisionar, participar e exercer, conforme previstas nos Artigos 10, 11 e 12 do citado decreto. Atua por meio de reuniões com cronograma ordinariamente semanal, tendo suas decisões registradas em atas, com desdobramento de suas determinações em documentos organizacionais denominados “Resolução” e “Decisão de Diretoria”, os quais resultam disponíveis na intranet da empresa no ambiente de informações do Sistema de Informações Normativas (SINORWEB), com comunicação semanal por correio eletrônico para todos os empregados.

3.1.1 Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da Unidade

O Departamento de Gestão de Controle Interno – DCGCI, instituído em 2012, tem atribuições para coordenar ações voltadas a:

- gerir atividades inerentes ao processo de gestão preventiva do controle interno;
- controlar a cobertura, pelo SERPRO, de obrigações que lhe são imputadas;
- verificar conformidade e coerência das estruturas e normativos organizacionais ao conjunto de obrigações;
- verificar coesão entre regras de formalização de diretrizes e instruções;
- verificar conformidade entre práticas e obrigações;
- selecionar metodologia para avaliar riscos empresariais;
- identificar riscos empresariais e alternativas para sua mitigação;
- identificar fragilidades de gestão pela não segregação de funções;
- elaborar Relatório de Gestão do SERPRO;
- normatizar acesso a sistemas corporativos para consulta às informações em ações de gestão, auditoria e controle.

3.1.2 Atividades em 2103

Foram executadas duas Ações de Controle Interno (ACI), demandadas pela Diretoria de Gestão Empresarial.

A ACI-001/2013, iniciada no primeiro semestre de 2013, teve como objetivo analisar o processo de ressarcimento do passivo de PSE (pessoal do quadro externo do SERPRO) e resultou na emissão de recomendações para as áreas envolvidas. Como consequência, a Diretoria instituiu grupo de trabalho para revisão do processo, com previsão de terminar suas atividades em 2014.

A ACI-002/2013, iniciada no segundo semestre de 2013, teve como objetivo analisar o processo de faturamento do desenvolvimento e iniciou-se com coleta de informações junto às áreas envolvidas, com previsão de finalizar sua atividade de análise no decorrer de 2014.

Foram emitidas 8 Notas de Controle Interno (NCI), direcionadas a determinadas unidades da estrutura do SERPRO recomendando equacionar situações específicas identificadas pelo DCGCI em documentos organizacionais.

Foram executados estudos de normativos, além de planejamento e estruturação de informações necessárias para elaboração do Relatório de Gestão.

Foi instituída pela Resolução DE-012/2013 a Política Corporativa de Gestão de Riscos, determinando o uso, em documentos organizacionais normativos, dos conceitos estabelecidos pelas Normas ABNT ISO 31000 e ABNT ISO Guia 73, além de estabelecer prazo de um ano para sua implementação em todas as normas vigentes.

3.1.3 Composição da Equipe

Até o final de 2013, o DCGCI foi composto por 1 gerente e 4 analistas de gestão empresarial.

3.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica: As respostas a este item refletem a percepção do Departamento de Gestão do Controle Interno sobre os aspectos questionados e levam em consideração a percepção da Alta Direção sobre essas questões em exercícios anteriores, assim como em relação aos itens da Pesquisa de Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos, realizada pelo TCU no período 2012-2013. A elevação de um nível, em relação ao exercício anterior, na resposta ao item 19 reflete a instituição, em 2013, da Política Corporativa de Gestão de Riscos e o início das atividades, respectivas e consequentes, para sua implementação a médio prazo.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscalização

1. Base normativa da remuneração:

- O DEST fixa a remuneração completa dos diretores das estatais, ouvido o Ministério Supervisor. É vedado expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do ACT na sua respectiva data-base. Desvincular a remuneração e benefícios dos diretores daquela percebida pelos empregados ou do órgão de origem dos dirigentes, ressalvado o disposto no art. 3º do Decreto-Lei 2.355/87.

Decreto-Lei 2.355/87 (art.3º), Decreto 3.735 /01 (art. 1º, inciso III), Portaria MP 250/05 (art 1º), Decreto nº 7.675/12 (Anexo I, art. 6º, inciso IV, alínea “h”) e Lei 6.404/76 (art. 152)

Conselheiros recebem 10% da remuneração média dos diretores, conforme Lei 9.292/96 e 6.404/76 (art. 162, §3º). Não podem receber RVA. A remuneração é composta por honorários e 13º salário.

“Art. 1º A remuneração mensal devida aos membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista federais, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas.

§ 1º A remuneração só será devida ao membro suplente do conselho fiscal no mês em que comparecer a reuniões do conselho a que pertencer, conforme registro em ata, no livro próprio.”

2. Objetivos da política ou prática de remuneração:

- Remunerar pela prática laboral correspondente ao cargo efetivo. Cargos iguais possuem mesma remuneração (Diretor, VP e Presidente), responsabilidades idênticas, decisões colegiadas e mesmo nível hierárquico. Decreto-Lei 2.355/87 (art.3º). A remuneração dos diretores segue valores próprios, desvinculada dos empregados e do órgão de origem do Diretor. Decreto-Lei 2.355/87 (art.3º) e Constituição Federal (art.37, inciso XIII).

3. Composição da remuneração, indicando:

a) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: honorários recebidos pela prática laboral.

b) a proporção de cada elemento na remuneração total: a remuneração é composta pelos honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias (esta última somente para os diretores).

c) a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração: o reajuste é limitado ao IPCA realizado dos últimos 12 meses.

d) as razões que justificam a composição da remuneração: vide base normativa no item 1.

4. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada.

Conforme estabelecido no estatuto no que se refere aos quantitativos, composição e competências da Diretoria e Conselhos com a finalidade da empresa.

- As descrições solicitadas para os itens 04, 05, 07, 08, 09 e 10 constantes na Portaria TCU 175, não se aplicam ao SERPRO.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Conselho de Administração														
NOME DO CONSELHEIRO	Período de Exercício		Remuneração											
	INÍCIO	FIM	JAN/13*	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13**
Pricilla Maria Santana	01/01/13	30/09/13	3.962,32	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16			5.276,26
Marcos Vinicius Ferreira Mazoni	01/01/13	31/12/13	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	6.546,31
Alexandre Ribeiro Motta	01/01/13	31/12/13	3.962,32	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	7.250,10
Raimundo Jose Rodrigues da Silva	01/01/13	31/12/13	3.962,32	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	9.189,75
Delfino Natal de Souza	01/01/13	22/05/13	3.962,32	2.736,16	2.736,16	2.736,16	1.853,53							1.710,55
Fernando Nascimento Barbosa	01/01/13	28/06/12*	258,99	-	-									258,99
Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira	04/11/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.462,54	3.540,53
Ilan Bruno Guimarães de Souza	04/11/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.462,54	3.540,53
Walter Disney Noleto Costa	26/08/13	14/10/13									3.177,48	1.147,42		1.051,55
Nazaré Lopes Bretas	24/06/13	31/12/13	-	-	-	-	882,63		2.491,97	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	5.375,04
Fabiana Vieira Lima	01/01/13	17/07/13	3.478,88	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	1.412,21					2.268,22
														220.770,47

Conselho Fiscal														
NOME DO CONSELHEIRO	Período de Exercício		Remuneração											
	INÍCIO	FIM	JAN/13*	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13**
Priscila de Souza Cavalcante de Castro	01/01/13	31/12/13	3.738,18	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	8.907,35
Ernesto Cameiro Preciado		20/05/12*	224,13	-	-									375,12
Carlos Oswaldo Botelho Gadelha Filho (S)	01/01/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Julietta Alida Garcia Verleun		20/06/12*	363,30	-	-									608,04
Nina Maria Arcela	01/01/13	31/12/13	3.599,01	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	8.674,43
Maria D'arc Lopes Beserra (S)	01/01/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	2.736,16	-	2.736,16	-	846,70
Cilcio Luiz da Costa Vieira	01/01/13	31/12/13	3.962,32	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	2.736,16	9.282,47
Stela Maris Monteiro Simão (S)	01/01/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	2.736,16	-	-	-	-	423,35
														131.297,68

* Janeiro: Pagamento referente ao retroativo do exercício 2012.

** Dezembro: Pagamento do retroativo de Abril a Dezembro 2013 conforme nova remuneração aprovada de R\$ 3.159,51. E acertos exercícios anteriores.

Os pagamentos de dezembro de exercícios anteriores referem-se à diferença salarial dos dias decorridos entre a nomeação e a efetiva posse. Em 10/06/2013 o Serpro recebeu esclarecimento da PGFN para considerar a data da posse, em não do DOU, para o fim de direitos e deveres do Conselheiro de Administração. Os valores pagos a maior foram deduzidos.

Observações Conselho de Administração:

Paulo de Tarso Cancela Campolina de Oliveira tomou posse em 04/11/2013.

Ilan Bruno Guimarães de Souza tomou posse em 04/11/2013.

Nazaré Lopes Bretas tomou posse em 24/06/2013.

Pricilla Maria Santana foi dispensada em 30/09/2013.

Walter Disney Noleto Costa foi designado em 17/07/2013 e dispensado em 14/10/2013. Tomou posse em 26.08.2013

Delfino Natal de Souza foi dispensado em 22/05/2013.

Fernando Nascimento Barbosa foi dispensado em 28/06/2012. Pagamento referente a exercício anterior.

Fabiana Vieira Lima foi dispensada em 17/07/2013.

Observações Conselho Fiscal:

(S) Substituto

Ernesto Cameiro Preciado foi dispensado em 20/05/2012. Pagamento referente a exercício anterior.

Julietta Alida Garcia Verleun foi dispensado em 20/06/2012. Pagamento referente a exercício anterior.

Em agosto e outubro, Maria D'arc Lopes Beserra substituiu o titular.

Em julho, Stela Maris Monteiro Simão substituiu o titular.

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

Demonstrativo sintético da remuneração dos Conselhos
Em R\$

Remuneração Conselhos			
Órgão Conselho Fiscal			
	2011	2012	2013
Número de Membros	6	5	6
I – Remuneração Fixa	-	-	-
II – Salário ou Pró labore	92.210,30	88.648,89	131.297,68
III – Total da Remuneração	92.210,30	88.648,89	131.297,68
Órgão Conselho Diretor			
	2011	2012	2013
Número de Membros	10	8	10
I – Remuneração Fixa	-	-	-
II – Salário ou Pró labore	171.617,71	179.032,34	220.770,47
III – Total da Remuneração	171.617,71	179.032,34	220.770,47

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	7	7**	7*
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.544.946,41	2.407.754,78	2.271.442,89
a) salário ou pró-labore	2.411.971,35	2.269.764,48	2.216.490,21
b) benefícios diretos e indiretos	47.775,06***	51.783,30	54.952,68
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	85.200,00****	86.000,00	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	2.544.946,41	2.407.754,78	2.271.442,89
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-
Fonte: Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho – GPRET *No decorrer de 2011, 11 Diretores exerceram o cargo, sendo que 3 Diretores atuaram de Janeiro a Maio 2011, 1 Diretor atuou até Fevereiro 2011, 1 Diretor assumiu em Fevereiro. **No decorrer de 2012, 08 Diretores exerceram o cargo, sendo que 1 Diretor atuou de Janeiro a Maio 2012 e outro assumiu no mesmo mês. Em 31/12/12, havia 7 Diretores Mandatários em atuação. ***Os valores considerados são referentes a Auxílio Creche e Auxílio Alimentação. ****Os valores se referem ao Auxílio Moradia pago a 4 diretores. No decorrer de 2013, permaneceram 7 diretores em atuação.			

3.4 Sistema de correção da Unidade

A Unidade Organizacional responsável pela gestão dos processos disciplinares instituídos no âmbito do SERPRO é o Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial - DPARD, vinculado ao Gabinete do Diretor-Presidente, criado pela Decisão de Diretoria OE-005/2013, datada de 18 de janeiro de 2013, com o encargo de monitorar e orientar a sua instauração, subsidiar a Diretoria da Empresa de informações tempestivas sobre a matéria e aos Conselhos, Diretor e Fiscal, bem como os órgãos de controle, interno e externos, além de manter o controle e guarda do acervo documental referente ao tema.

3.4.1 - Atribuições específicas

- Receber representações e denúncias encaminhadas pelos cidadãos, empregados, usuários, órgãos ou entidades, oriundas da Ouvidoria, da Comissão de Ética do SERPRO e de outros órgãos de governo com atribuições similares;
- Emitir juízo de admissibilidade quanto a pertinência de representações e de denúncias relativas à atuação de dirigentes e empregados do SERPRO;
- Solicitar, quando necessário, parecer jurídico e/ou laudo técnico, considerando a complexidade da representação ou denúncia, visando subsidiar a análise da admissibilidade;
- Recomendar a instauração, de ofício ou por determinação superior, de procedimentos disciplinares junto ao titular da Unidade Organizacional envolvida no processo;
- Orientar as atividades das comissões disciplinares (processos de sindicância, processos administrativos disciplinares) no âmbito do SERPRO, quanto ao cumprimento dos preceitos normativos e legais pertinentes;
- Requisitar diligências, informações, processos e documentos, referentes aos processos de sindicância ou processo administrativo disciplinar instituídos no âmbito do SERPRO;
- Acompanhar o andamento dos expedientes, referentes a processos disciplinares, em curso junto aos órgãos de controle interno e externo.

3.4.2 - Base normativa e legal

A atividade correcional na Empresa é regulamentada pela Norma OE-005, versão 01, de 01/08/2012 – Regime disciplinar – apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades, pelo disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela Lei nº 9.784/99 – Lei do Processo Administrativo Federal, pelos princípios e normas do Código Penal e do Código do Processo Penal, pelo Código Civil e Código do Processo Civil, a jurisprudência, os princípios gerais do direito.

3.4.3 - Resultados das atividades

As atividades desempenhadas pelo DPARD no exercício de 2013, apresentaram os seguintes resultados:

3.4.3.1 - Análise de admissibilidade

No decorrer do exercício de 2013, foram realizados doze procedimentos de análise de admissibilidade dos quais geraram três processos de sindicância, quatro processos administrativos disciplinares e cinco não caracterizaram a necessidade de instauração de procedimentos apuratórios ou investigativos.

É oportuno registrar que o Departamento teve participação direta em um PAD e duas sindicâncias.

3.4.3.2 - Acompanhamento de processos

No exercício de 2013, o Departamento realizou o acompanhamento dos processos disciplinares, Sindicâncias e PAD, instaurados até dezembro/2013, encontravam-se em andamento três processos administrativos disciplinares e três processos de sindicância, devidamente informados ao Conselho Diretor.

Outrossim, foram instituídos, em 2013, oito processos disciplinares, sendo cinco Sindicâncias e três PAD.

Como resultado desses processos tivemos uma demissão, duas advertências, quatro arquivamentos e uma recomendação para abertura de um PAD.

Vale destacar que estão em andamento, oriundos de exercícios anteriores, três processos disciplinares, sendo uma Sindicância e dois PAD, que devido à complexidade aguardam análises de forense computacional.

3.4.3.3 - Atendimento de demandas externas

No âmbito do tratamento e atendimento de demandas oriundas de órgãos externos, foram tratados os seguintes ofícios:

- 1) Ofício nº 40.515/2013, de 18/03/2013;
- 2) Ofício nº 11.147/2013, de 10/04/2013;
- 3) Ofício nº 16.127/2013/CSMF/COREC/CRG/CGU-PR, de 29/05/2013;
- 4) Ofício nº 2035/2013/DBD – S.2 – CGU/PR;
- 5) Ofício nº 11147/2013/CGU/PR, de 10/04/2013;
- 6) Solicitação de Auditoria da CGU nº 201306063/01, de 20/06/2013;
- 7) Ofício nº 114/2013-RFB/Coger/Esco07, de 07/08/2013;
- 8) Ofício nº 24593/2013/CGU-PR, de 19/08/2013;
- 9) Ofício nº 123/2013-RFB/Coger/Esco07, de 26/08/2013;
- 10) Ofício nº 27.368/2013/CGU-PR, de 11/09/2013;
- 11) Ofício nº 28.009/2013/CGU/PR, de 16/09/2013;
- 12) Ofício nº 2035/2013/DBD – S.2, de 16/09/2013;
- 13) Ofício nº 17.530/2013/PR-SP, de 11/10/2013;
- 14) Ofício nº 33.695/2013/CGU-PR, de 05/11/2013;
- 15) Ofício nº 3.066/2013/fcm, de 08/11/2013;
- 16) Ofício nº 65/2013/COGER/GMF/MF-DF, de 18/12/2013.

3.4.3.4 - Capacitação de empregados

Em abril de 2013, a equipe do DPARD participou do curso “Metodologia das Sindicâncias”, realizado pela empresa Lex Magister, com carga horária de 30 horas/aula.

Em outubro de 2013, sob a coordenação do DPARD, o SERPRO, em parceria com a

Corregedoria-Setorial do Ministério da Fazenda, realizou um curso de capacitação para Membros de Comissão de Processos Disciplinares que contou com participação de vinte e cinco empregados do SERPRO e cinco servidores do quadro da Corregedoria-Geral do MF.

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O SERPRO aplica os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria Ministerial nº 1.043, de 24 de julho de 2007, publicada no DOU de 25 de julho de 2007, que trata da inclusão de dados referentes às ações disciplinares instituídas, desde 2008, pelos órgãos vinculados ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria Geral da União – CGU-PAD.

Em razão da criação da área em fevereiro de 2013, foi estabelecido que a alimentação do sistema CGU-PAD seria efetuada com registros de processos a partir do exercício de 2008.

No exercício de 2013, foram efetuados, dentre processos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, 103 registros no sistema CGU-PAD, dos quais setenta e dois correspondem a processos de sindicância e trinta e um referem-se a processos administrativos disciplinares – PAD, instaurados na Empresa a partir de 2008.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Durante o exercício de 2013 não foram instituídos indicadores para medições relacionadas ao modelo de governança ou à efetividade dos controles internos, tendo sido priorizadas a implementação de atividades relativas à sua própria estruturação, a execução de algumas análises de controles relativos a questões pontuais e as atividades para organizar corporativamente as ações de gestão de riscos já existentes.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 – Programação

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			210.000.000	Sem ocorrência	Sem ocorrência	
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			210.000.000			
Dotação final 2012 (B)			225.500.000			
Variação (A/B-1)*100			-6.87			

Observação: o quadro acima foi adaptado à realidade da empresa. O SERPRO não possui despesas correntes, pois não faz parte do orçamento fiscal.

4.1.1.1 Análise Crítica

A proposta inicial foi aprovada sem alterações, e no decorrer do exercício não tivemos créditos especiais, extraordinários, suplementações ou cancelamentos. Entretanto na Ação 4103 –

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento, a empresa movimentou, quando da reprogramação, recursos da natureza de despesas hardware para software, transação que não alterou o valor da Ação.

A redução de 6,87%, observada de um exercício para o outro, ocorreu devido à adequação do plano de investimentos que foi definido para o exercício de 2013.

O SERPRO não tem Reserva de Contingência e as informações de Despesas Correntes foram aprovadas conforme Decreto 7.375, de 29.11.2010, revisão final, pelo fato do SERPRO não integrar o Orçamento Fiscal e posteriormente revisonadas pelo Decreto 7.605, de 11.11.2011 e Ofício 876/2011 DEST.

4.1.2 – Realização da Despesa

a) Despesas por Modalidade de Contratação - créditos originários da unidade				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	420.448.452,90	443.580.371,83	420.448.452,90	336.458.175,05
a) Convite	23.900,00	13.950,00	23.900,00	13.950,00
b)Tomada de Preços	371.044,00	426.476,55	371.044,00	426.476,55
c) Concorrência	10.945.002,02	10.578.024,17	10.945.002,02	4.829.691,30
d) Pregão	409.108.506,88	432.561.921,11	409.108.506,88	331.188.057,20
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	279.745.176,71	252.181.587,17	279.745.176,71	206.304.007,90
a) Dispensa	32.485.366,63	33.613.599,62	32.485.366,63	31.469.468,93
b) Inexigibilidade	247.259.810,08	218.567.987,55	247.259.810,08	174.834.538,97
3. Regime de Execução Especial	N/A	N/A	N/A	N/A
a) Suprimento de Fundos	N/A	N/A	N/A	N/A
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	997.492.168,38	1.158.666.609,23	997.492.168,38	1.158.659.334,93
a) Pagamento em Folha	991.299.523,29	1.153.361.933,69	991.299.523,29	1.153.360.369,41
b) Diárias	6.192.645,09	5.304.675,54	6.192.645,09	5.298.965,52
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1+2+3+4+5)	1.697.685.797,99	1.854.428.568,23	1.697.685.797,99	1.701.421.517,88

Fonte: Siafi Gerencial

b) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários da unidade						
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios					
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
4 - Investimentos	206.102.574,98	146.923.541,86	0,00	0,00	198.132.315,84	118.452.052,48
449039 - outros servicos de terceiros- pessoa juridica	60.708.693,25	71.481.420,85	0,00	0,00	76.361.695,99	42.437.226,58
449051 - obras e instalacoes	34.704.770,25	24.980.781,65	0,00	0,00	27.803.290,58	29.469.453,43
449052 - equipamentos e material permanente	110.689.111,48	50.461.339,36	0,00	0,00	93.967.329,27	46.545.372,47
5 - Inversões Financeiras - NA						
6 - Amortização da Dívida - NA						

c) Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários da Unidade						Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
			Exercícios				
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	
1 – Despesas de Pessoal	1.192.907.020	1.460.274.503	0	0	933.898.140	1.173.819.706	
319005 – outros benef. Prev. Do servidor ou do militar	0	701.922			0	0	
319007 - contrib. a entidades fechadas de previdencia	76.062.629	78.513.176	0	0	65.825.290	76.448.217	
319011 - vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	896.590.061	991.299.523	0	0	715.592.350	789.676.567	
319013 - obrigacoes patronais	147.645.484	160.461.332	0	0	113.374.673	106.828.281	
319016 - outras despesas variaveis - pessoal civil	31.495.815	23.560.213	0	0	0	0	
319091 - sentencas judiciais	39.545.086	203.809.637	0	0	37.498.566	198.974.217	
319094 - indenizacoes e restituicoes trabalhistas	46.410	37.210	0	0	0	0	
319096 - ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	1.521.536	1.891.490	0	0	1.607.261	1.892.424	
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	
N/A	0	0	0	0	0	0	
3- Outras Despesas Correntes	532.381.251	578.069.115	0	0	96.969.980	96.361.780	
339008 – outros beneficios assistenciais	6.204.026	6.188.145	0	0	0	0	
339014 - diarias - pessoal civil	5.304.676	6.192.645	0	0	7.110.245	8.000.306	
339030 - material de consumo	7.550.607	5.751.680	0	0	6.970.461	4.902.184	
339031 - premiacoes cult., art., cient., desp. e outr.	72.340	0	0	0	340	88.383	
339032 – material de consumo	0	0	0	0	0	0	
339033 - passagens e despesas com locomocao	10.578.946	11.595.315	0	0	7.246.610	10.896.821	
339035 - servicos de consultoria	385.842	3.520.350	0	0	312.242	2.615.770	
339036 - outros servicos de terceiros - pessoa fisica	507.787	489.315	0	0	434.616	423.240	
339037 - locacao de mao-de-obra	52.651.903	57.699.181	0	0	28.022.639	22.854.597	
339039 - outros servicos de terceiros-pessoa juridica	441.322.448	478.537.171	0	0	39.111.573	38.504.695	
339047 - obrigacoes tributarias e contributivas	3.094.011	4.109.276	0	0	2.233.213	2.783.821	
339049 – auxilio-transporte	2.254.759	2.041.269	0	0	5.528.039	5.291.964	
339067 - depositos compulsorios	0	0	0	0	0	0	
339093 - indenizacoes e restituicoes	2.453.905	1.944.768	0	0	0	0	

Observação: o quadro acima foi adaptado à realidade da empresa, pois o SERPRO não faz parte do orçamento fiscal.

4.1.2.1 Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício:

1 - DESPESAS DE PESSOAL

Os acréscimos verificados nas contas: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil e 319013 – Obrigações Patronais decorreram do acordo coletivo celebrado com os empregados e promoções/reclassificações fixadas na política de pessoal.

O aumento percebido na despesa com Sentenças Judiciais (319091) refere-se à ação trabalhista da Regional de Belo Horizonte.

3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Os aumentos verificados na conta 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica originaram-se da contratação de serviços de manutenção dos servidores mainframe e da repactuação dos contratos de serviços contínuos.

Na rubrica 339037 – Locação de Mão de obra refere-se às repactuações dos contratos de locação, onde foram contemplados os reajustes oriundos dos dissídios coletivos dos prestadores de serviços.

4 – INVESTIMENTOS

A redução na realização dos investimentos justifica-se pelos seguintes fatores: dificuldades de caixa que levou o adiamento de alguns projetos, processos licitatórios iniciados no final do exercício e dificuldades na liberação de licenças.

4.2 Transferências de Recursos

4.2.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício - 2013

Posição em 31.12.2013									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)									
CNPJ: 33.683.111/0001-07				UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)					
Informações sobre as Transferências									
Mod ali- dade	Nº do instru- mento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra- partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1 *	RG 48542 **	CNPJ 83.899.526/0001-82	700.008,00	158.008,00 ***	271.000,00	542.000,00	01/03/2012	01/03/2014	4
1 *	RG 45642 **	CNPJ 75.095.679/0001-49	569.305,28	100.000,00 ***	156.435,04	312.870,08	06/05/2011	05/05/2014	1
1 *	RG 45449 **	CNPJ 17.217.985/0001-40	427.500,00	85.500,00 ***	340.720,00	340.720,00 (a)	17/03/2011	16/09/2013	4
3 *	RG 50737 **	CNPJ 34.621.748/0001-23	753.838,55	129.772,80 ***	312.032,87	312.032,87	15/05/2013	14/05/2015	1
Observações: * Modalidade à cuja legislação o SERPRO aderiu por analogia, na ausência de outra, especificamente dedicada às entidades que não utilizam recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União; **Registro interno do SERPRO; *** Contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis; **** Os repasses do SERPRO já foram totalmente concluídos e executados pela Gestão Financeira - SUPGE, por meio de GRU.									
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: GDIG, HISAQ, SUPGE. 03 – CONVÊNIOS: UFMG-RG: 45449, UFPR-RG: 45642, UFSC-RG: 48542, 01-TERMO DE COOPERAÇÃO: UFPA – RG: 50737									
(a) Convênio UFMG concluído e com devolução de saldo R\$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais)									

4.2.2 Quantidade instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios - 2011, 2012, 2013.

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
CNPJ:	33.683.111/0001-07
UG/GESTÃO:	UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	3	3	3	427.435,04	672.046,28	96.108,76
Contrato de Repasse		-	-		-	-
Termo de Cooperação	1	-	-	312.032,87	-	-
Termo de Compromisso		-	-	-	-	-
Totais	4	3	3	739.467,91	672.046,28	96.108,76

Fonte: GDIG, HISAQ, SUPGF. 03 – CONVÊNIOS: UFMG – RG: 45449, UFPR – RG: 45642, UFSC – RG: 48542, 01- TERMO DE COOPERAÇÃO: UFPA – RG: 50737

4.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ: 33.683.111/0001-07		UG/GESTÃO: UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	03		-
		Montante Repassado	427.435,04		-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas*	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	672.046,28	-	-
	Contas NÃO*	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	117.326,28	-	-
2011	Contas Prestadas*	Quantidade	03	-	-
		Montante Repassado	96.108,76	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	195.000,00**	-	-

Fonte: GDIG, HISAQ, SUPGF. (**) O convênio RG 43890, da UFSC, já teve suas contas aprovadas e encerrada em 2012. Em 2012 a Prestação de Contas Parcial do Convênio com a UFPR não se deu por conta da greve das universidades federais, que prejudicou o controle administrativo-financeiro do Convênio. Essa prestação de contas parcial aconteceu no início de 2013. Os demais, da UFMG RG 45.449 e da UFPR, RG 45.642, tiveram aprovação da Prestação de Contas Parcial. A Prestação de Contas final UFMG se dará no início de 2014.

4.2.4 –Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					
CNPJ:33.683.111/0001-07			UG/GESTÃO:UNISE (até 2011) CETEC (2012 em diante)		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013*	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	03	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R\$)	427.435,04	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado (R\$)	0		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	
2012**	Quantidade de contas prestadas			05	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	05		
		Quantidade Reprovada	0		
		Quantidade de TCE	0		
		Montante repassado	672.046,28		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1		
		Montante repassado (R\$)	117.326,28		
2011**	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	03		
		Quantidade Reprovada	0		
		Quantidade de TCE	0		
		Montante Repassado	96.108,76		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
Exercício*** Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	195,000,00		
Fonte: GDIG, HISAQ, SUPGF. (**) O convênio RG 43890, da UFSC, já teve suas contas aprovadas e encerrada em 2012. Em 2012 a Prestação de Contas Parcial do Convênio com a UFPR não se deu por conta da greve das universidades federais, que prejudicou o controle administrativo-financeiro do Convênio. Essa prestação de contas parcial aconteceu no início de 2013. Os demais, da UFMG RG 45.449 e da UFPR, RG 45.642, tiveram aprovação da Prestação de Contas Parcial. A Prestação de Contas final UFMG se dará no início de 2014.					

4.2.5 – Análise Crítica

- **Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:** Em situação da não apresentação da prestação de contas parcial, o SERPRO suspende transferências futuras, até a regularização da apresentação de prestação de contas.

- **Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:** Tendo a transferência suspensa, por conta do atraso na apresentação da prestação de contas parcial, o SERPRO, tão logo regularizada a situação, efetua a transferência das parcelas atrasadas/suspensas, de modo a regularizar o pagamento suspenso das bolsas.
- **Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:** Via de regra os convênios/termo de cooperação apresentam as prestações de contas parcial conforme os prazos regulamentados.
- **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:** A CETEC conta com equipe adequada para a gestão dos convênios/termo de cooperação.
- **Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:** Os convênios/termo de cooperação são geridos, em sua especialidade, por áreas definidas, como a de gestão, CETEC, financeira, SUPGF, contratual, SUPGA, jurídica e COJUR. A CETEC conta, ainda, com empregados na região em que são executadas as pesquisas técnico-científicas, de modo a que o braço técnico da gestão chegue até a equipe de pesquisa, in loco, propriamente dita.
- **Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ:** O SERPRO, enquanto partícipe e agente das pesquisas técnico-científica com as Universidades Públicas Federais (MG, PR, PA, SC), promove a resolução de demandas técnicas de seus clientes, e corrobora, igualmente, para alavancar as condições de fomento e estudos das entidades de ensino, as quais recebem investimentos do SERPRO para P&D nas áreas de interesse conjunto SERPRO e IE. Vale destacar que essas pesquisas reforçam a execução da política governamental, no que tange ao estímulo e uso de softwares e plataformas livres.

4.6 Renúncia de Receitas

A Lei 12.546 de 14 de Dezembro de 2011 e posteriores atualizações, alteraram a base de cálculo das contribuições previdenciárias (INSS Patronal) das empresas prestadores de serviços de TI. Com a nova regra estabelecida em seu art. 7º, o SERPRO deixou de recolher sobre a Folha de Pagamento e passou a recolher sobre o Faturamento, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 150 milhões (Valor Nominal) em 2013.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstrativo da força de trabalho – Quadro de servidores ativos

5.1.1.1 Lotação

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2013	Egressos em 2013
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	N / A			
2 Provimento de cargo em comissão				
3 Provimento de Emprego Público				
3.1 Celetistas	11.575¹	10.609	138	256
3.1.1 Quadro Interno	N / A	7.583	133	192
3.1.2 Quadro Externo	N / A	3.026	5	64
3.2 Mandatários	7	7	0	0
3.2 Requisitados	11	11	5	0
Total	11.575¹	10.627	143	256

Fonte: InfoGP – Dez/2013 / Séries Históricas 2013 – Admissões e Desligamentos.

- Quadro Adaptado às características do SERPRO, empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- ⁽¹⁾ Portaria nº. 23 de 20/11/2008.
- ** Dos 7 mandatários, 5 são requisitados e 2 são empregados do SERPRO
- *** Por estarem cumprindo o mandato, os 2 mandatários do SERPRO têm seus contratos celetistas interrompidos e portanto não estão incluídos no item 3.1 – Celetistas
- Por “Quadro Externo” entende-se os empregados cedidos do SERPRO.

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na Situação em 31 de dezembro
1 Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1 Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2 Exercício de Função de Confiança	3
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	N / A
2 Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	36
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	N / A
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	36
3 Removidos	N / A
4 Licença remunerada	N / A
5 Licença não remunerada	30
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2 Serviço Militar	N / A
5.3 Atividade Política	0
5.4 Interesses particulares	17
5.5 Mandato classista	13
7 Outras situações (Especificar o ato normativo)	191
7.1 Aposentadoria por Invalidez Temporária (Regulamento da Previdência Social)	51
7.2 Licença Adoção – 120 dias (Clausula 6ª do ACT)	1
7.3 Licença Maternidade (Norma GP 054)	16
7.4 Licença para Tratamento de Saúde (Norma GP 049)	104
7.5 Licença por Acidente no Trabalho (Regulamento da Previdência Social)	11
7.6 Prorrogação de Licença Maternidade (Norma GP 054)	8
8 Total de servidores afastados	260

Fonte: InfoGP – Dez/2013 e Controles Interno da Universidade Corporativa – UNISE

- Quadro Adaptado às características do SERPRO, empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- Os empregados informados no item 2.4 estão fazendo Doutorado/Mestrado (14 Mestrado e 22 Doutorado) e contam com liberação de horas.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	1.138	1.138	12	22
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1.119	1.119	12	22
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	3	3	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	16	16	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1.138	1.138	12	22

Fonte: Info GP Dez/2013

* Quadro adaptado às características do SERPRO:

- Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: foram considerados os empregados do quadro interno que recebem Gratificação de Função de Confiança (GFC).
- Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado: foram considerados os empregados do quadro interno cedidos a outros órgãos que recebem Gratificação de Função de Confiança (GFC).
- Servidores de Outros órgãos e Esferas: foram considerados os diretores que não pertencem ao quadro do SERPRO e os empregados requisitados que recebem Gratificação de Função de Confiança (GFC).

** O item 1 (Cargos em Comissão) não se aplica ao SERPRO, por ser empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal - Segundo a Idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1 Provimento de cargo efetivo	N / A				
2 Provimento de cargo em comissão					
3 Provimento de emprego público					
3.1 Celetistas	721	2.273	1.890	4.772	953
3.1.1 Quadro Interno	713	2.259	1.424	2.688	499
3.1.2 Quadro Externo	8	14	466	2.084	454
3.2 Mandatários	0	0	3	3	1
3.3 Requisitados	0	3	4	2	2
3 Total	721	2.276	1.897	4.777	956

Fonte: InfoGP – Dez/2013

- Quadro Adaptado às características do SERPRO, empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- Por “Quadro Externo” entende-se os empregados cedidos do SERPRO.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal - Segundo a Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Provitimento de cargo efetivo	N / A								
2 Provitimento de cargo em comissão									
3 Provitimento de emprego público									
3.1 Celetistas	0	0	71	322	4.044	5.982	0	176	14
3.1.1 Quadro Interno	0	0	27	172	2.371	4.843	0	159	11
3.1.2 Quadro Externo	0	0	44	150	1.673	1.139	0	17	3
3.2 Mandatário	0	0	0	0	1	5	0	1	0
3.3 Requisitados	0	0	0	0	1	10	0	0	0
3 Total	0	0	71	322	4.046	5.997	0	177	14

LEGENDA: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: InfoGP - Dez/2013

* Quadro adaptado às características do SERPRO.

- Por “Quadro Externo” entende-se os empregados cedidos do SERPRO.

5.1.3 Custos de Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis (valores em R\$ 1,00)							Total	
		Retri- buições	Gratificações	Adicionais	Inden- zações	Benefícios Assisten- ciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios anteriores		
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2013	N / A *								
	2012									
	2011									
Celetistas – Quadro Interno ¹										
Exercícios	2013	543.407.828,64	-	142.469.777,27	2.003.807,37	-	-	-	-	687.881.413,28
	2012	493.897.950,89	-	129.837.282,69	1.819.247,35	-	-	-	-	625.554.480,93
	2011	450.517.174,65	-	118.469.452,93	1.677.520,08	-	-	-	-	570.664.147,66
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	N / A *								
	2012									
	2011									
Cedidos – Quadro Externo ¹										
Exercícios	2013	111.419.921,74	-	11.257.814,58	1.946.630,27	-	-	-	-	124.624.366,59
	2012	105.075.579,31	-	10.578.170,19	1.864.378,30	-	-	-	-	117.518.127,80
	2011	96.679.249,79	-	10.060.866,74	1.683.438,10	-	-	-	-	108.423.554,63
Requisitados ¹										
Exercícios	2013	1.085.636,08								
	2012	821.792,36	-	-	-	-	-	-	-	821.792,36
	2011	708.788,36	-	-	-	-	-	-	-	708.788,36
Diretores ¹										
Exercícios	2013	2.411.971,35								
	2012	2.269.764,48	-	-	-	-	-	-	-	2.269.764,48
	2011	2.216.490,21	-	-	-	-	-	-	-	2.216.490,21
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2013	N / A *								
	2012									
	2011									

Fonte: InfoGP - Dez/2013 e Controles Internos - Departamento das Relações do Trabalho GPRET

* Quadro adaptado às características do SERPRO.

- Por “Quadro Externo” entende-se os empregados cedidos do SERPRO.

Decisões Judiciais		
Exercícios	2013	198.974.216,76
	2012	37.498.566,07
	2011	24.822.147,34
	2010	23.061.643,46

Fonte: Fluxo de caixa / Demais Despesas e Custos / Sentenças Judiciais – Superintendência de Gestão Financeira - SUPGF

¹ Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão: foram considerados todos os empregados do SERPRO, à exceção do Quadro Externo; Servidores cedidos com ônus ou em Licença: foram considerados todos os empregados do Quadro Externo do SERPRO; Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior: foi considerado o quadro de Diretores do SERPRO (Diretor-Presidente; Diretor-Superintendente e Diretores); Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial: foram considerados os empregados Requisitados do Serpro.

Observações:

Vencimentos e vantagens fixas: Referência Salarial, Incorporações, ATS e EQA; Gratificações = FCT/FCA/GFE e GFC; Adicionais: Demais Rubricas.

Em 2011, 3 Diretores atuaram de Janeiro a Maio 2011; 1 Diretor atuou até Fevereiro 2011. Da mesma forma, 1 Diretor assumiu em Fevereiro de 2011 e 3 Diretores assumiram a partir de Maio de 2011. Em 31/12/11, havia 7 Diretores Mandatários em atuação. No que diz respeito aos empregados Requisitados, em 2011 havia 10 empregados na condição de Janeiro a Fevereiro, 8 em Março e em Maio, 7 em Abril, 5 em Junho e 6 empregados requisitados de Julho a Dezembro.

Em 2012, 08 Diretores exerceram o cargo, sendo que 1 Diretor atuou de Janeiro a Maio 2012 e outro assumiu no mesmo mês. Em 2012, havia 07 Diretores Mandatários em atuação e 07 empregados requisitados de Janeiro a Dezembro.

Quanto aos empregados requisitados, em 2013 haviam sete empregados até Março. Três foram designados em Março e um em Julho, totalizando onze.

5.1.4 Cadastramento no SISAC

5.1.4.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	-	167*	294
Concessão de aposentadoria	Não se Aplica**			
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	-	-	167	294

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

* Não foram considerados os empregados admitidos em Dez/2013 que foram cadastrados no SISAC em Jan/2014.

** Campos não se aplicam ao SERPRO por ser empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

5.1.4.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	-	-	228*	356
Cancelamento de concessão	Não se aplica**			
Cancelamento de desligamento	-	-	35	19
Totais	-	-	263	375

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

* Não foram considerados os empregados admitidos em Dez/2013 que foram cadastrados no SISAC em Jan/2014.

** Campos não se aplicam ao SERPRO por ser empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

5.1.4.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	165	2	0
Concessão de aposentadoria	Não se Aplica*			
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	0	165	2	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	228	0	0
Cancelamento de concessão	Não se Aplica**			
Cancelamento de desligamento	0	35	0	0
Total	0	263	2	0

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

* Campos não se aplicam ao SERPRO por ser empresa pública federal, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

5.1.5 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Esclarecemos que o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO tem seu pagamento processado pelo Sistema SIAPE e, o consequente, cadastro dos empregados sob o controle desse sistema, inclusive quando são processadas as rotinas de acumulação de cargos entre todos os órgãos do SIPEC.

Importa esclarecer que a unidade da Secretaria de Gestão Pública (Segep) do Ministério do Planejamento responsável por esses processamentos é a Auditoria de Recursos Humanos.

Esclarecemos, ainda, que todos os empregados admitidos no SERPRO, previamente são consultados no SIAPE, visando identificar possíveis indícios de acumulação de cargos, funções ou empregos públicos. Isso quer dizer que, no presente momento, não temos conhecimento de informações dessa natureza.

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No último tratamento com relação ao assunto identificamos 9 situações com indícios de irregularidade. Todos foram devidamente notificados e regularizados dentro do procedimento sumário de acumulação de cargos.

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

5.1.7 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos - Informado de acordo com a UNIDADE

Os indicadores estratégicos e corporativos de Recursos Humanos são os constantes nos itens 2.5.1 e 2.5.2. A seguir informamos demais indicadores.

a) Rotatividade – TURNOVER

ATOS	QUANTIDADE POR ANO		
	2011	2012	2013
Ingressos	343	728	138
Desligamentos	755	384	256
Diferença entre Ingressos e Desligamentos no período	-412	344	-118
TURNOVER	5,00	5,27	1,84

Fonte: InfoGP – Dez/2013

b) Indicadores de Absenteísmo

Mês / Causa	% Absenteísmo Sobre Horas Úteis				
	Causa Médica	Legal	Voluntário	Abono Chefla	Compulsório
Janeiro	1,99	2,32	0,05	2,20	0,00
Fevereiro	1,36	3,00	0,06	0,70	0,00
Março	1,71	4,24	0,10	0,73	0,00
Abril	2,06	2,86	0,04	0,53	0,00
Maior	2,06	2,95	0,06	0,47	0,01
Junho	2,19	4,27	0,07	0,48	0,00
Julho	1,99	2,86	0,06	0,54	0,00
Agosto	1,96	3,85	0,58	0,45	0,00
Setembro	2,05	3,27	0,35	0,38	0,00
Outubro	2,24	6,02	0,06	0,38	0,00
Novembro	1,85	3,22	0,05	0,46	0,00
Dezembro	2,17	2,94	0,06	0,44	0,00
Média 2013	1,97	3,48	0,13	0,64	0,00
Média Geral 2013	1,25				

Fonte: InfoGP – Jan a Dez 2013

c) Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Informações do consolidado nacional do Serviço de Saúde Ocupacional – 2014		Quantitativo
ATESTADOS	Total de atestados	17.371
	Total de dias	52.329
	Empregados encaminhados para Auxílio Doença	228
ACIDENTES DE TRABALHO	Acidente de Trabalho Típico	
	Total de acidentes	52
	Nº de dias de afastamento	183
	Acidente de Trajeto	
	Total de acidentes	29
	Total de dias	146
DOENÇA OCUPACIONAL	Novas ocorrências	4
	Nº de dias de afastamento	60*
EXAMES OCUPACIONAIS	PERIÓDICOS	
	Quadro Interno	
	Convocados	5.917
	Concluídos	3.419
	Escritório / PSE	
	Convocados	1.252
	Concluídos	747
	Total concluídos	4.166
	ADMISSIONAL	97
	DEMISSIONAL	170
	RETORNO AO TRABALHO	142
PROC. MÉDICO / ENFERMAGEM	Médico	3.975
	Enfermagem	15.180

Fonte: Controles Internos – Departamento da Gestão do Comportamento Organizacional, do Desenvolvimento e da Saúde

* Considerados apenas os 15 dias iniciais, pois a partir do 16º todos foram encaminhados à Previdência
Existem 5 casos, não considerados aqui, que estão em fase de contestação da caracterização de doença profissional

d) Educação Continuada

- **Programa de Capacitação e Desenvolvimento Corporativo:** contempla cinco planos de capacitação: Plancap - Plano de Capacitação Tecnológica, Plancad - Plano de Capacitação Desenvolvimento Institucional, PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Integração do SERPRO e Plano de Eventos Corporativos.

ANO	PLANO	Nº Ações Educacionais	Participações	Carga Horária Total
2013	PLANCAP	789	8.499	150.678
	PLANCAD	646	13.673	125.272
	EVENTOS	173	715	17.083
	INTEGRAÇÃO	203	3.671	4.596
	PDG	29	768	3.491
2012	PLANCAP	468	7.841	137.576
	PLANCAD	355	12.888	113.779
	EVENTOS	228	739	12.126
	INTEGRAÇÃO	253	311	1.568
	PDG	15	7.573	56.007
2011	PLANCAP	2.225	10.956	193.026
	PLANCAD	215	7.248	77.638
	EVENTOS	151	537	11.482
	INTEGRAÇÃO	19	3.918	17.873
	PDG	30	2.909	43.194

Fonte: BISISGAD – UNISERPRO

- Programa de Incentivo à Educação Superior

Em 2013, 29 empregados participaram do Programa de Incentivo a Educação Superior, em áreas de conhecimento da empresa, sendo 15 em área de tecnologia e 14 em área de gestão. No ano citado, 14 empregados concluíram a participação no Programa.

- Programa de Educação Pós-Graduada

Em 2013, 128 empregados participaram do Programa, sendo 10 em doutorado, 8 em mestrado e 112 em cursos de especialização. A maior concentração, 105 empregados, foi em área de gestão, no entanto, os cursos estão relacionados com atividades estratégicas da empresa e parte deles tem foco em tecnologia. Em relação aos cursos iniciados nos anos anteriores, 67 profissionais concluíram a participação no Programa em 2013, sendo 7 em mestrado e 60 em cursos de especialização.

- Valor Total Executado com os Programas em 2013

Programa	Valor Executado em 2013 (R\$)
Educação Superior	86.162,00
Educação Pós-Graduada	3.580.280,11
Total	3.666.442,11

Fonte: Controles Internos - UNISERPRO

e) Distribuição do Quadro de Pessoal por Plano de Cargos e Salários.

A partir de novembro de 2008, os empregados são contratados pela empresa sob a égide do PGCS, sendo facultado aos empregados integrantes de outros planos, o ingresso neste a qualquer tempo, mediante opção formal.

Quadro de Pessoal por Plano em 31.12.2013			
Plano de Cargos e Salários	Cargo	Quantidade de Empregados	Total
PGCS	Analista	3.583	4.865
	Técnico	913	
	Auxiliar	369	
RARH 2	Analista	559	5.729
	Técnico	1.413	
	Auxiliar	3.757	
PACCS	Analista	3	15
	Auxiliar	12	
TOTAL			10.609

Fonte: InfoGP – Dez/2013

Os Diretores e Requisitados do SERPRO não estão contabilizados no indicador acima por não fazerem parte de nenhum dos Planos de Carreira do SERPRO, sendo regidos por legislação específica.

f) Promoções por mérito e por tempo de serviço.

Em 2013, foram promovidos 2.206 empregados por tempo de serviço e 2.358 por mérito, o que corresponde a 43 % do total de empregados em Dezembro de 2013.

Empregados promovidos em 2013				
Plano	Quadro	Por tempo de serviço	Por mérito	Total
PACCS*	Quadro interno	-	3	3
	Quadro externo	-	6	6
RARH-2	Quadro interno	849	302	1.151
	Quadro externo	510	230	740
PGCS	Quadro interno	824	1.732	2.556
	Quadro externo	23	85	108
Total		2.206	2.358	4.564

- Do quantitativo de 9 (nove) empregados promovidos por mérito no PACCS, 4 (quatro) são referentes a Promoção por mérito de 2012, devido à ocorrência do referido processo ter sido realizado em abril de 2013, com efeitos retroativos.
- Por “Quadro Externo” entende-se os empregados cedidos do SERPRO.

5.2 Terceirização de mão de obra empregada pela e contratação de estagiários

5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício*	Egressos no Exercício*
	2013	2012	2011		
Analista – Medicina do Trabalho	19	23	19	-	-
Técnico – Enfermagem do Trabalho	0	0	5	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Em algumas localidades, a terceirização ocorre em razão de a lista de espera de candidatos já ter se esgotado ou de não haver candidatos aprovados no concurso público.					
* Não há esse tipo de controle, uma vez que os serviços contratados da empresa terceirizada podem ser prestados por qualquer profissional que a empresa disponibilize no momento.					

Fonte: Controles Internos – Departamento da Gestão do Comportamento Organizacional do Desenvolvimento e da Saúde – GPCDS.

- Terceirização das atividades de advocacia:

Conforme solicitação contida no Ofício Circular nº 2/2012/AECI/GMF/MF-DF, de 20/09/2012 - Incluir no Relatório de Gestão 2012, informações sobre o resultado final do processo de substituição de terceirizados de advocacia.

Complementando as informações sobre esse assunto no exercício de 2013, informamos que para o preenchimento das cinco vagas aprovadas, fez-se necessária a convocação de 24 candidatos. Por fim, somente quatro advogados foram contratados, restando uma vaga, em razão de o último candidato não acudir o chamado do SERPRO e de o concurso público ter alcançado o seu termo final em 14/01/2013. Assim, tornou-se necessária a previsão de vaga no concurso público realizado em 2013, o qual disponibilizou duas vagas para o cargo de Analista, com Especialização em Advocacia e a formação de cadastro de reserva para Brasília-DF. No entanto, até o presente momento, não houve a efetivação da contratação dos profissionais aprovados para preenchimento das vagas disponibilizadas no certame realizado em 2013, em função, num primeiro momento, do contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Decreto nº 8.062, datado de 29/07/2013, que dispunha sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo Federal e o impacto gerado no recebimento de suas receitas contratuais, e, em seguida, em razão da dificuldade financeira que a Empresa vem enfrentando, impactando diretamente, em limitações para incremento do seu quadro de pessoal.

Outra providência adotada, foi a criação, em 01/04/2013, da Divisão do Contencioso Judicial Superior Trabalhista, cuja responsabilidade é a condução de todas as ações judiciais que alcançam os tribunais superiores, originárias de todas unidades federativas do Brasil, e que, atualmente, correspondem a aproximadamente 580 processos, os quais encontram-se sob a responsabilidade do escritório de advocacia contrato, anteriormente citado. A equipe da referida Divisão é composta, tão somente, pelo titular da área e um advogado contratado por intermédio de concurso público, que anteriormente integrava o Departamento do Contencioso Judicial Trabalhista (CJJDF) e que, com a criação da Divisão, foi movimentado para este órgão. Os demais advogados que irão atuar nessa área serão contratados dentre os aprovados no concurso público realizado em 2013, cujas contratações, conforme antes exposto, não foram efetuadas.

Assim, tem-se que o quadro de profissionais necessários à absorção do contencioso trabalhista da Região Centro-Oeste, Estado do Tocantins e processos que alcançam os Tribunais Superiores, o qual, atualmente, corresponde a cerca de 1.080 ações, não se encontra plenamente composto, razão pela qual a Empresa mantém contrato de despesa com o escritório de advocacia Nilton Correia Advogados Associados, registrado sob o número RG 49446/2012. O referido Contrato somente poderá ser encerrado quando as áreas que irão absorver a condução do contencioso trabalhista referenciado apresentem-se adequadamente compostas, tanto quantitativamente, frente o volume de processos ativos, quanto qualitativamente, sendo fundamental o transcurso de tempo necessário à formação dos profissionais que ingressam na Empresa, os quais necessitarão apreender conhecimentos requeridos acerca dos processos e realidade da Empresa, por meio da realização de capacitações específicas, acompanhamento gerencial e vivência de supervisão da condução de dos processos sob sua responsabilidade.

5.2.2 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELÉM													
UG/Gestão: SUPGL/GLBLM							CNPJ: 33.683.111/0003-60						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	44927	09.211.205.0001-90	01/10/10	30/09/14	16	1	-	13	-	2	P
2011	V	O	46919	63.724.470.0001-18	16/08/11	15/08/13	4	1	-	3	-	-	E
2011	L	O	47133	10.828.575.0001-50	01/09/11	31/08/13	2	1	-	1	-	-	E
2012	L	O	48212	13.268.416.0001-37	16/01/16	15/01/17	15	5	-	10	-	-	P
2013	L	O	50512	06.028.733.0001-10	01/04/13	31/03/18	2	2	-	-	-	-	A

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELO HORIZONTE													
UG/Gestão: SUPGL/GLBHE								CNPJ: 33.683.111/0007-94					
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	44402	04.437.161.0001-06	03/05/10	02/05/14	29	24	-	5	-	-	P
2011	V	O	45318	03.108.004.0001-86	09/02/11	08/02/15	16	16	5	5	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Relatório de Gestão 2013 - versão final

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BRASILIA													
UG/Gestão: SUPGL/GLBSA							CNPJ: 33.683.111/0001-07						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	44808	08.531.933.0001-17	25/08/10	24/08/14	-	-	1	1	-	-	P
2011	L	O	47774	08.531.933.0001-17	16/11/11	15/11/14	1	1	-	-	-	-	P
2011	L	O	48078	10.466.523.0001-10	27/12/11	26/12/14	-	-	1	1	-	-	P
2011	V	O	47943	08.837.257.0001-04	20/12/11	19/12/14	2	2	2	2	-	-	P
2012	V	O	49043	03.667.044.0002-20	01/06/12	31/05/14	116	21	9	99	-	5	P
2012	L	O	49688	01.708.458.0001-62	01/10/12	03/01/15	72	50	-	22	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – CURITIBA													
UG/Gestão: SUPGL/GLFCTA							CNPJ: 33.683.111/0010-90						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	44574	05.948.378/0001-35	01/07/10	30/11/13	16	3	1	14	-	-	E
2013	V	O	51604	03.260.209/0001-82	01/12/13	30/06/14	16	3	1	14	-	-	A
2011	L	O	46301	11.945.317/0001-17	25/07/11	24/07/14	18	18	1	1	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 44.574
- Objeto do contrato: Serviços de Vigilância
- Qual o problema verificado: Falta de Pagamento dos Funcionários e não entrega de documentação comprobatória de quitação de obrigações trabalhistas. Bloqueio judicial de valores a serem pagos para a empresa.
- Providências adotadas para solução: Negociação com empresa junto ao Ministério Público para quitação dos salários atrasados dos empregados e rescisão do contrato para contratação de outra empresa. O SERPRO não logrou êxito na negociação, haja visto o bloqueio de todos valores por ordem judicial.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – Florianópolis													
UG/Gestão: SUPGL/GLFNS							CNPJ: 33.683.111/0019-28						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	50685	03.116.865/0001-06	06/05/13	05/05/14	4	4	-	-	-	-	A

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 50.685
- Objeto do contrato: Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação
- Qual o problema verificado: reposição dos materiais e produtos de limpeza; alta rotatividade das empregadas ocupantes dos postos de trabalho; falta de funcionários sem reposição.
- Providências adotadas para solução: reuniões com a preposta e representantes da empresa; desconto em pagamentos pelas falhas na execução dos serviços; e notificações e advertências.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – FORTALEZA													
UG/Gestão: SUPGL/GLFLA							CNPJ: 33.683.111/0004.41						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	43674	04.894.089.0001-38	01/10/09	30/09/13	16	19	8	5	-	-	E
2013	L	O	51464	11.108.001/0001-70	01/11/13	31/10/14	15	12	1	4	-	-	A
2010	V	O	44211	05.594.403.0001-20	01/03/10	28/02/14	-	-	29	29	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 43.674
- Objeto do contrato: Prestação de serviços de limpeza, copa e jardinagem
- Qual o problema verificado: irregularidades na certidão trabalhista com impedimento de licitar no âmbito da administração pública, conforme registro no SICAF.
- Providências adotadas para solução: o gestor solicitou a rescisão do contrato tendo em vista o impedimento da empresa em contratar com órgãos públicos.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – PORTO ALEGRE													
UG/Gestão: SUPGL/GLPAE							CNPJ: 33.683.111/0011-70						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	46179	11.301.568/0001-69	18/07/11	17/07/14	9	9	4	4	-	-	P
2012	V	O	49386	04.281.402/0001-62	19/08/12	18/08/14	5	5	15	15	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 46.179
- Objeto do contrato: Serviços de higiene, limpeza e jardinagem
- Qual o problema verificado: Descumprimento do contrato no quesito entrega de uniformes e EPIs: Calças, camisas, jaquetas, botas e sapatos.
- Providências adotadas para solução: Reuniões foram realizadas, prazos foram concedidos, no entanto, os problemas persistiram. Foram aplicadas as sanções de advertência e multa, com registro no SICAF. Após a aplicação dessas penalidades, a situação normalizou, estando hoje o problema resolvido.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RECIFE													
UG/Gestão: SUPGL/GLRCE							CNPJ: 33.683.111/0005-22						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	43573	04.896.282/0001-08	10/09/09	09/09/14	7	7	13	13	1	1	P
2011	L	O	47907	09.540.692/0001-35	12/12/11	11/12/14	8	8	12	12	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 43.573
- Objeto do contrato: Prestação de serviço de vigilância desarmada
- Qual o problema verificado: abandono de 01 posto
- Providências adotadas para solução: o preposto do fornecedor do serviço foi comunicado do ocorrido. O preposto tentou argumentar com justificativa não procedente, sendo a empresa penalizada pecuniariamente com desconto na fatura.

Relatório de Gestão 2013 - versão final

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: SUPGL/GLRJO							CNPJ: 33.683.111/0008-75						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	41036	36.529.998/0001-63	09/09/07	30/11/13	66	66	1	1	-	-	E
2009	V	O	43168	06.037.043/0001-28	01/05/09	30/04/14	-	-	66	66	-	-	P
2011	V	O	46201	06.141.118/0001-16	08/07/11	07/07/14	-	-	50	50	-	-	P
2012	L	O	49941	12.135.947/0001-99	01/12/12	30/11/17	71	71	-	-	-	-	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS –SALVADOR													
UG/Gestão: SUPGL/GLSDR							CNPJ: 33.683.111/0006-03						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	42154	03.394.369/0001-14	01/08/08	31/07/13	-	-	19	19	-	-	E
2011	L	O	45203	03.595.040/0001-11	03/01/11	02/01/15	22	22	-	-	-	-	P
2011	V	O	45805	02.081.574/0001-67	01/06/11	31/05/14	-	-	4	4	-	-	P
2013	V	O	51100	05.567.754/0001-41	01/08/13	31/07/14	-	-	20	20	-	-	A

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO													
UG/Gestão: SUPGL/GLSPO							CNPJ: 33.683.111/0009-56						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	44551	08.439.717.001-46	07/06/10	06/06/14	1	1	-	-	-	-	P
2010	V	O	44849	10.478.353.0001-55	05/09/10	04/09/15	65	23	12	53	-	1	A
2011	L	O	45937	10.565.981.0001-78	01/07/11	30/06/14	62	52	1	11	1	1	P

Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

5.2.3 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELÉM													
UG/Gestão: SUPGL/GLBLM							CNPJ: 33.683.111/0003-60						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	42512	06.088.979.0001-88	21/10/08	20/10/13	-	-	-	-	1	1	E
2008	11	O	41383	07.611.485.0001-07	02/01/08	01/01/13	14	10	-	4	-	-	E
2011	8	O	45246	03.534.028.0001-05	16/01/11	30/04/13	3	2	-	1	-	-	E
2011	2	O	45457	08.823.749.0001-40	01/03/11	29/02/16	-	-	1	1	-	-	P
2011	2	O	45553	09.245.682.0001-77	12/04/11	11/04/13	-	-	3	3	-	-	P
2011	9	O	46519	01.427.148.0001-70	01/08/11	30/04/13	9	6	1	3	-	1	E
2012	12	O	47778	10.587.618.0001-53	01/12/11	30/11/16	-	1	-	1	-	-	P
2012	5	O	48939	13.258.895.0001-07	16/05/12	15/05/17	-	-	4	4	-	-	P
2012	11	O	49938	13.523.446.0001-42	03/12/12	02/12/17	2	1	-	1	-	-	E
2013	9	O	50694	01.427.148.0001-70	01/05/13	30/04/14	12	3	1	9	-	1	A
2013	12	O	50974	61.600.839.0001-55	01/07/13	30/06/18	-	-	15	15	-	-	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELO HORIZONTE													
UG/Gestão: SUPGL/GLBHE							CNPJ: 33.683.111/0007-94						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	42837	06.227.199.0001-71	23/12/08	22/12/13	-	-	-	-	2	2	E
2008	12	O	42536	09.065.084.0001-16	21/10/08	20/10/13	-	-	-	-	1	1	P
2010	7	O	44404	10.688.049.0001-70	03/05/10	02/05/14	2	-	-	2	-	-	P
2010	5	O	44403	06.090.065.0001-51	03/05/10	02/05/14	9	4	-	4	-	1	P
2010	11	O	44383	19.201.128.0001-41	26/04/10	25/04/14	14	14	-	-	-	-	P
2010	L, 4	O	44402	04.437.161.0001-06	03/05/10	02/05/14	29	24	-	5	-	-	P
2011	V	O	45318	03.108.004.0001-86	09/02/11	08/02/15	16	16	5	5	-	-	P
2012	9	O	49360	33.158.874.0001-20	01/08/12	31/07/14	9	9	1	1	-	-	P
2012	2	O	48398	02.447.032.0001-65	03/02/08	02/02/15	4	4	-	-	-	-	E
2013	12	O	51417	14.682.038.0001-14	21/10/13	20/10/14	-	-	-	-	2	2	A
2013	12	O	51781	02.726.717.0001-40	23/12/13	22/12/14	-	-	-	-	1	1	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BRASÍLIA													
UG/Gestão: SUPGL/GLBSA							CNPJ: 33.683.111/0001-07						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	8	E	40608	03.591.509.0001-44	11/06/07	10/06/13	4	4	10	10	1	1	E
2009	2	O	43436	00.691.905.0001-52	29/07/09	28/07/14	24	7	-	16	-	1	P
2010	2	O	44757	08.865.102.0001-81	09/08/10	08/08/14	-		1	1	-	-	P
2010	2	O	44758	08.338.786.0001-78	09/08/10	08/08/14	-	-	1	1	-	-	P
2010	12	O	44823	09.074.738.0001-78	25/08/10	24/08/13	-	-	-	-	6	6	E
2010	4,5	O	44808	08.531.933.0001-17	25/08/10	24/08/14	-	-	1	1	-	-	P
2010	11	O	44281	33.583.592.0001-01	01/04/10	31/03/14	41	41	-	-	-	-	P
2010	9	O	44119	32.928.418.0001-50	03/02/10	02/02/13	18	12	2	8	1	-	E
2010	4	O	44206	01.708.458.0001-62	05/03/10	04/03/14	32	23	-	9	-	-	P
2011	4,5	O	47774	08.531.933.0001-17	16/11/11	15/11/14	-	-	2	1	-	1	P
2011	4,5	O	48078	10.466.523.0001-10	27/12/11	26/12/14	-	-	1	1	-	-	P
2011	8	O	45821	08.220.952.0001-22	02/06/11	31/05/14	4	4	34	34	1	1	P
2011	7	O	47964	07.951.388.0001-55	22/12/11	21/12/13	1	1	5	5	-	-	E
2011	9	O	45319	72.620.735.0001-29	26/01/11	25/01/14	6	5	1	2	-	-	P
2012	10	O	49739	07.675.984.0001-50	15/10/12	14/10/14	-	-	8	8	-	-	P
2012	6	O	49984	02.093.942.0001-97	29/11/12	28/11/14	3	3	-	-	-	-	P
2012	2	O	49346	11.745.674.0001-31	24/07/12	23/07/13	-	-	2	2	-	-	A
2012	5	O	48097	38.042.487.0001-48	02/01/12	01/01/15	-	6	80	67		7	P
2012	2	O	49667	08.338.786.0001-63	17/09/12	16/09/14	-	-	1	-	-	1	P
2012	2	O	49668	14.487.384.0001-23	10/09/12	09/10/14	-	-	1	1	-	-	P
2012	11	O	49799	61.600.839.0001-55	19/10/12	18/10/14	1	1	-	-	-	-	P
2012	12	O	49889	00.706.148.0001-46	09/11/12	08/11/14	-	-	2	2	4	4	P
2013	8	O	50328	02.007.167.0001-00	04/02/13	03/02/15	14	14	2	2	-	-	P
2013	11	O	51480	86.819.323.0001-27	05/11/13	04/11/14	3	3	-	-	-	-	A
2013	12	O	51578	04.477.223.0001-03	02/12/13	01/12/14	-	1	6	5	-	-	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 47.964
- Objeto do contrato: Prestação de serviços contínuos de operação de mesas telefônicas
- Qual o problema verificado: atraso no pagamento dos empregados, referente a salário auxílio alimentação e transporte.
- Providências adotadas para solução: Aplicação de advertência; aplicação de multas; retenção de pagamento de faturas para o SERPRO proceder o pagamento direto aos empregados; e não renovação do contrato.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – CURITIBA													
UG/Gestão: SUPGL/GLCTA							CNPJ: 33.683.111/0010-90						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	4	O	42649	80.033.004.0001-05	01/12/08	30/11/13	2	2	-	-	-	-	E
2013	4	O	51573	80.033.004.0001-05	01/12/13	30/11/14	2	2	-	-	-	-	A
2012	7	O	49700	05.912.569/0001-47	03/10/12	02/10/14	2	2	-	-	-	-	P
2010	11	O	44694	51.549.301.0007-03	15/07/10	14/07/14	13	13	-	-	-	-	P
2011	12	O	45488	03.502.533.0001-60	01/04/11	31/03/14	-	-	-	-	2	2	P
2011	2	O	45638	09.576.274.0001-06	02/05/11	01/08/13	-	-	4	4	-	-	E
2013	2	O	51030	14.164.110/0001-01	02/08/13	01/08/14	-	-	2	2	-	-	A
2011	12	O	45682	09.459.649.0001-40	01/06/13	31/05/14	-	-	-	-	1	1	P
2012	9	O	49070	12.229.984.0001-66	07/06/12	06/06/13	3	3	8	8	-	-	E
2013	9	O	51060	12.229.984.0001-66	23/07/13	22/07/14	3	3	8	8	-	-	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 49.070
- Objeto do contrato: Luiz Carlos Amaral - EPP
- Qual o problema verificado: Perda da adesão ao SIMPLES Nacional, de forma que o valor do contrato tornou-se inexecutável para o fornecedor.
- Providências adotadas para solução: Rescisão contratual e realização de nova licitação.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – Florianópolis													
UG/Gestão: SUPGL/GLFNS							CNPJ: 33.683.111/0019-28						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4,5,12	O	45010	09.310.539/0001-11	06/11/10	04/05/13	3	3	6	6	-	-	E
2013	4	O	50765	09.310.539/0001-11	16/05/13	15/05/14	2	2	-	-	-	-	A
2013	5	O	51048	05.912.569/0001-47	01/07/13	30/06/14	-	-	4	3	-	1	A
2013	2	O	51078	72.243.439/0001-56	01/08/13	31/07/14	-	-	1	1	-	-	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- Nº do contrato onde foram registrados problemas: 50.765
- Objeto do contrato: Prestação de Serviço de Copeiragem
- Qual o problema verificado: reposição dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços; falta de atuação do preposto da empresa; e falta de funcionário sem reposição;

d) Providências adotadas para solução: reuniões com representantes da empresa (não o preposto); e notificações e advertências.

a) Nº do contrato onde foram registrados problemas: 51.048

b) Objeto do contrato: Prestação de Serviço de Recepção e Apoio ao Malote

c) Qual o problema verificado: falta de uniformes; atraso e falta de pagamento de salários e benefícios; falta de funcionário sem reposição; dificuldades de contato com a empresa para solução dos problemas; e abandono dos postos e ação ajuizada no Ministério Público do Trabalho quanto a falta de pagamento de salário e benefícios.

d) Providências adotadas para solução: Diante ao primeiro atraso no salário, foi realizado o pagamento direto aos funcionários, com o respectivo desconto na fatura; a empresa foi formalmente advertida e multada, com os devidos registros no SICAF; e com o abandono dos postos iniciou-se o processo de rescisão do contrato, inclusive com depósito cautelar, a pedido do MPT, individualmente aos funcionários que moveram a ação.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – FORTALEZA													
UG/Gestão: SUPGL/GLFLA							CNPJ: 33.683.111/0004.41						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	44093	02.441.569.0001-18	01/02/10	31/01/14	-	-	5	4	-	1	P
2011	5	O	47906	12.452.610.0001-05	01/12/13	30/11/14	-	-	2	2	-	-	P
2012	9	O	49019	12.067.103.0001-58	28/05/13	27/05/14	3	3	11	11	-	-	P
2013	4	O	51490	09.019.150/0001-11	01/11/13	31/10/14	3	1	-	2	-	-	A
2013	12	O	51498	05.485.325/001-06	01/11/13	31/10/14	2	-	-	2	-	-	A
2013	11	O	50598	23.497.944/0001-11	10/04/13	09/04/18	-	3	-	8	-	-	A
Obs.: O Contrato RG 51.498 refere-se a serviços de Jardinagem													

Obs.: O Contrato RG 51.498 refere-se a serviços de Jardinagem

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – PORTO ALEGRE													
UG/Gestão: SUPGL/GLPAE						CNPJ: 33.683.111/0011-70							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	42313	07.161.152/0001-15	02/09/08	01/09/13	-	-	-	-	1	1	E
2011	5,12	O	47505	94.851.250/0001-89	01/11/11	31/10/14	-	-	9	9	-	-	P
2011	4	O	46178	09.279.420/0001-23	18/07/11	17/07/13	3	3	-	-	-	-	E
2012	9	O	49397	86.937.992/0001-01	18/08/12	17/08/13	4	4	9	9	-	-	E
2012	2	O	49523	00.695.097/0001-02	23/08/12	22/08/14	1	1	2	2	-	1	P
2013	9	O	51110	12.229.840/0001.66	18/08/13	17/08/14	4	4	9	9	-	-	A
2013	4	O	50560	14.029.530/0001-77	01/04/13	31/03/14	2	2	1	1	-	-	A
2013	12	O	51376	11.193.884/0001-64	08/10/13	07/10/14	-	-	-	-	1	1	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Problemas ocorridos no período:

- a) N° do contrato onde foram registrados problemas: 46.178
b) Objeto do contrato: Serviços de copeiragem
c) Qual o problema verificado: Alegando dificuldades financeiras, a empresa atrasou o pagamento de salários e benefícios aos seus empregados, como também deixou de fornecer insumos básicos para o cumprimento do contrato, quais sejam: café, açúcar, leite, chá e água.
d) Providências adotadas para solução: Diversas reuniões foram realizadas com o fornecedor, que não conseguiu mais atender de forma satisfatória, o cumprimento do contrato. Dessa maneira, foram aplicadas as sanções de advertência e multa, o contrato não foi renovado e uma nova empresa foi contratada para a prestação dos serviços.

- a) N° do contrato onde foram registrados problemas: 49.397
b) Objeto do contrato: Manutenção predial
c) Qual o problema verificado: A empresa descumpru o contrato na disponibilização do ferramental necessário para o cumprimento do contrato.
d) Providências adotadas para solução: Reuniões foram realizadas, prazos concedidos e a empresa continuou descumprindo o contrato neste quesito. Foram aplicadas as penalidades de advertência e multa. Decorrido um ano, o contrato não foi renovado.

- a) N° do contrato onde foram registrados problemas: 51.110
b) Objeto do contrato: Manutenção predial
c) Qual o problema verificado: A empresa apresentou problemas, reiteradamente, com falta de empregados e substituição imediata de empregados faltantes.
d) Providências adotadas para solução: Diversas reuniões foram realizadas na tentativa de resolver o problema. Na reincidência, foi aplicada a advertência, cumpridos os prazos, sem justificativa, foi aplicada a multa com registro no SICAF.

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RECIFE													
UG/Gestão: SUPGL/GLRCE							CNPJ: 33.683.111/0005-22						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	42510	05.877.704/0001-60	15/10/08	14/10/13	-	-	-	-	2	2	P
2008	11	O	41605	10.998.292/0001-57	11/03/08	10/03/13	1	1	14	14	-	-	P
2008	12	O	41688	02.726.118/0001-27	19/03/08	18/03/13	-	-	2	2	-	-	E
2011	12	O	47910	07.135.180/0001-68	12/12/11	11/12/14	1	1	1	1	-	-	P
2011	8	O	48051	01.880.463/001-58	23/12/11	22/12/14	5	5	6	6	-	-	P
2011	4	O	47909	10.339.944.0001-41	11/12/11	10/12/13	-	-	3	3	-	-	E
2012	4	O	50170	02.726.118/0001-27	12/12/12	11/12/14	1	1	2	2	-	-	P
2012	2	O	48081	08.466.488/0001-59	02/01/12	01/01/14	-	-	6	6	-	-	P
2012	11	O	48980	40.971.129/0001-61	10/05/12	09/05/17	1	1	1	1	-	-	A
2013	12	O	50584	11.399.787/0001-22	20/03/13	19/03/14	-	-	2	2	-	-	A
Obs: O contrato RG 48980 é executado no escritório Serpro de João Pessoa/PB													

Obs: O contrato RG 48980 é executado no escritório Serpro de João Pessoa/PB

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Relatório de Gestão 2013 - versão final

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: SUPGL/GLRJO							CNPJ: 33.683.111/0008-75						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	41592	00.674.347/0001-10	14/02/08	13/02/13	-	-	5	5	9	9	E
2008	2	O	41690	08.974.048/0001-02	19/03/08	18/03/13	2	2	-	-	-	-	E
2010	7	O	44742	68.582.709/0001-86	03/08/10	02/08/15	4	4	-	-	-	-	P
2010	8	O	45106	32.330.003/0001-80	05/11/10	04/11/15	22	22	-	-	2	2	E
2010	7	O	44742	68.582.709/0001-86	03/08/10	02/08/15	4	4	-	-	-	-	P
2012	2	O	48282	02.228.225/0001-25	01/02/12	31/07/17	14	14	2	2	-	-	P
2012	9	O	49363	03.160.875/0001-49	01/08/12	30/07/17	12	12	1	1	-	-	P
2012	11	O	49598	07.544.068/0001-80	01/09/12	31/08/17	24	24	2	2	-	-	E
2012	4	O	49963	68.565.530/0001-10	01/12/12	30/11/17	23	23	-	-	-	-	P
2012	9	O	49995	76.678.005/0001-41	01/09/12	31/08/17	22	22	-	-	-	-	P

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SALVADOR													
UG/Gestão: SUPGL/GLSDR							CNPJ: 33.683.111/0006-03						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	42597	01.650.008/0001-66	03/11/08	02/11/13	-	-	-	-	2	2	E
2009	11	O	43428	61.600.839/0001-55	15/07/09	14/07/13	-	-	13	13	-	-	E
2009	12	O	43126	04.404.025/0001-01	15/10/09	27/12/13	16	16	-	-	1	1	E
2010	9	O	45019	13.491.709/0001-89	15/10/10	31/03/13	-	-	1	1	-	-	E
2010	9	O	45056	15.243.835/0001-40	01/11/10	31/03/13	-	-	9	9	-	-	E
2012	2	O	48540	08.491.024/0001-00	01/03/12	15/01/14	-	-	3	3	-	-	E
2012	12	O	48646	09.504.335/0001-11	12/03/12	11/03/14	-	-	2	2	-	-	P
2013	9	O	50536	06.019.214/0001-96	01/04/13	31/03/14	2	2	10	10	-	-	A
2013	12	O	51567	11.193.884/0001-64	02/12/13	01/04/14	-	-	-	-	-	1	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

UNIDADE CONTRATANTE													
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO													
UG/Gestão: SUPGL/GLSPO							CNPJ: 33.683.111/0009-56						
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	8,9	O	41379	01.756.239.0001-59	01/01/08	31/03/12	14	14	26	24	-	2	E
2008	2	O	42578	07.605.506.0001-73	01/12/08	30/11/13	4	3	-	1	-	-	E
2008	2	O	42584	59.126.045.0001-50	01/12/08	30/11/13	4	4	-	-	-	-	E
2008	2	O	42605	05.449.253.0001-60	01/12/08	01/12/13	3	-	-	2	-	1	E
2008	12	O	42798	08.662.712-0001-88	24/12/08	23/12/13	2	1	4	5	2	2	E
2009	2	O	43513	47.900.949.0001-01	24/09/09	23/09/14	3	-	-	3	-	-	A
2009	12	O	42722	05.877.704/0001-60	02/02/09	01/02/14	-	-	-	-	5	5	A
2010	11	O	44719	51.549.301/0001-00	02/08/10	01/08/15	-	-	22	22	-	-	A
2010	7	O	44163	67.071.001.0003-60	10/02/10	09/02/14	1	1	-	-	-	-	P
2010	10	O	44849	10.478.353.0001-55	05/09/10	04/09/15	4	-	-	4	-	-	A
2010	7	O	44849	10.478.353.0001-55	05/09/10	04/09/15	2	1	-	1	-	-	A
2011	11	O	45937	10.565.981.0001-78	01/07/11	30/06/14	25	9	-	15	-	1	P
2011	4	O	45937	10.565.981.0001-78	01/07/11	30/06/14	13	11	-	2	-	-	P
2011	8	O	46468	01.978.473.0001-20	22/07/11	21/07/14	1	-	3	4	-	-	P
2011	6	O	45754	05.373.051.0001-82	04/07/11	03/08/12	2	-	-	2	-	-	E
2011	12	O	47391	00.706.148/0001-46	01/11/11	31/10/14	-	-	1	1	4	4	P
2012	12	O	49217	04.440.542.0001-36	02/01/12	01/07/14	7	7	-	-	-	-	P
2012	8,9	O	48726	05.208.211.0001-38	01/04/12	31/12/12	26	15	13	23	-	1	E
2012	6	O	49357	01.546.939.0001-19	06/08/12	05/08/17	1	-	-	1	-	-	A
2012	2	O	49661	53.499.240.0001-49	24/09/12	23/09/17	2	1	-	1	-	-	A
2012	2	O	50188	05.553.237.0001-13	17/12/12	16/12/14	4	4	-	-	-	-	P
2012	2	O	50189	10.944.071.0001-04	17/12/12	16/12/14	5	2	-	3	-	-	P
2013	2	O	50620	13.620.215/0001-57	15/04/13	14/04/18	4	2	-	2	-	-	A
2013	2	O	51540	13.620.215/0001-57	01/12/13	30/11/14	6	-	-	6	-	-	A
2013	8,9	O	50191	03.539.770/0001-03	02/01/13	01/01/14	18	18	3	3	-	-	A
2013	8,9	O	50131	00.192.707/0001-47	01/01/13	31/12/14	-	-	14	12	-	2	P
2013	11	O	50830	61.600.839/001-55	31/05/13	30/08/17	-	-	6	6	-	-	A

Área: 1 - Segurança; 2 - Transportes; 3 - Informática; 4 - Copeiragem; 5 - Recepção; 6 - Reprografia; 7 - Telecomunicações; 8 - Manutenção de Bens Móveis; 9 - Manutenção de Bens Imóveis; 10 - Brigadista; 11 - Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12 - Outros

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

5.2.4 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	0	0	0	0	
1.2 Área Meio	39	57	62	54	R\$ 339.548,25
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	9	13	13	10	R\$ 48.806,55
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	48	70	75	64	R\$ 388.354,80

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A norma GL 046 - TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS LEVES, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E BENS é o instrumento interno do SERPRO que estabelece diretrizes gerais para o planejamento e execução das atividades de transporte de pessoas e cargas leves, equipamentos, materiais e bens. Consta definido no item 3, da referida norma, que os **Veículos de Propriedade do SERPRO**: são os veículos de transporte de uso geral de pessoal a serviço, adquiridos pelo SERPRO, e os veículos para transporte institucional, utilizados para atender a Direção da Empresa, quando da execução de suas atividades oficiais e/ou institucionais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Unidade

Atualmente, os veículos para transporte institucional correspondem a 4 (quatro) unidades, utilizados pela diretoria da empresa em deslocamentos para atendimento aos clientes do SERPRO e em eventos institucionais, obedecendo regras de uso de acordo com a norma GL 046, já citada. Os demais veículos de propriedade do SERPRO, classificados como de uso geral de pessoal a serviço, totalizam outras 4 (quatro) unidades, sendo que apenas uma unidade permanece em uso devido a excelente conservação e baixo custo de manutenção. Dois veículos estão *sob judice*, vez que penhorados, e um deles é objeto de alienação em processo de Leilão.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

As respostas das alíneas “c”, “d”, “e” e “f” encontram-se no quadro abaixo:

Veículo	Grupo	UJ Proprietária	Idade (ref. Dez/2013)	Km rodados 2013	Custos Associados (R\$)	OBS
Grupo Institucional						
Fiat Linea 2010 – Placa JIK 7597	Institucional	Sede	3 anos	15961	7.895,43	-
Fiat Palio Weekend 2010 – Placa JIS 5306	Institucional	Sede	3 anos	4831	2.599,49	-
Fiat Palio Weekend 2010 – Placa JIS 5316	Institucional	Sede	3 anos	9094	4.451,32	-
Chevrolet Astra 2004	Institucional	Sede	9 anos	1080	1.048,00	-
Total Institucional 4 unidades				30966	15.994,24	-
Média				7.741,5	3.998,56	-
Grupo uso geral						
Volkswagen Kombi 1988 - Placa JEY 1230	Propriedade do SERPRO	Sede	25 anos	0	161,38	Bem penhorado
Fiat - Placa Palio Weekend 2003 JGQ 5220	Propriedade do SERPRO	Sede	10 anos	0	561,87	Bem penhorado
Volkswagen Kombi 1995	Propriedade do SERPRO	Rio Grande do Sul	18 anos	591	647,82	-
Volskwgen Gol 1995.	Propriedade do SERPRO	Rio Grande Sul	18 anos	0	563,70	Bem em processo de alienação por Leilão Público
Total uso geral 4 unidades				591	1934,77	-
Média				147,75	483,70	-
Custos com pessoal envolvido com a operação da frota					R\$ 280.091,16	

g) Plano de substituição da frota

A substituição dos veículos de propriedade do SERPRO é determinada pelo estado de conservação, sendo alienados quando a relação custo - benefício entre dispêndio com manutenção e tempo de uso demonstra-se desfavorável face à aquisição de um novo veículo, com garantia de fábrica. Por determinação normativa, toda e qualquer despesa com veículos de patrimônio do SERPRO, referente a conserto e/ou recuperação, não poderá ultrapassar o limite de 60%(sessenta por cento) do valor venal do veículo, constante das tabelas atualizadas mensalmente e publicadas pela imprensa especializada em assuntos automotivos ou valores apostos em declarações emitidas por concessionárias autorizadas. A última substituição ocorreu no exercício 2010, com a aquisição de três carros para substituição da frota existente a época de veículos para transporte institucional.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Apenas os serviços prestados à Direção do SERPRO se fazem por meio de veículos de propriedade do SERPRO, aproveitando o recurso de mão de obra remanescente no quadro de empregados e atendendo com maior disponibilidade os horários diferenciados necessários à atuação institucional que são prestados. Os demais serviços são prestados em veículos locados, conforme avaliação constante da alínea “a” posterior.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Por determinação normativa, a utilização dos veículos é registrada em boletim diário de veículo, constando todos os dados do deslocamento (data, hora e quilometragem de saída e chegada, solicitante, itinerário, finalidade do serviço); sendo vedada a utilização de veículos em qualquer situação que não esteja diretamente relacionada às atividades de serviço do SERPRO e vedada a guarda em garagem residencial; ressalte-se que utilização é condicionada a condução preferencial de motorista do quadro interno da empresa e a registro de despesas em formulário padrão; como regra multas serão de responsabilidade do condutor; e as despesas decorrentes de manutenção e/ou conserto, por danos ou mau uso, comprovada responsabilidade, serão imputadas ao condutor.

6.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

A comparação de benefícios entre as opções de aquisição e terceirização da frota de veículos para atender necessidades de Transporte de Pessoas e Cargas Leves, de acordo com o Relatório de Julho/2013 extraído do Processo de Transporte, demonstrou que a terceirização desses serviços resulta mais vantajosa, considerando aspectos econômicos, financeiros e operacionais, a seguir transcritas:

“I) Ativos e representatividade do serviço:

a) Estes ativos não representam bem de capital e sim ferramentas de trabalho para uma empresa como o SERPRO, não sendo decisão estratégica imobilizar este tipo de bem (veículos).

b) Não existem nas Regionais e Sede estruturas físicas, administrativas e pessoal especializado para lidar com estes ativos (veículos).

c) A distribuição geográfica da Empresa, com a demanda pulverizada por vários Estados da Federação, impossibilita a busca de ganhos em uma contratação única e consolidada. Isto também implica em menor compartilhamento em nível Nacional.

II) Basicamente esta comparação poderia ser efetuada somente em relação aos custos de aquisição e terceirização, pois os custos de manutenção e operação dos veículos tenderiam a ser os mesmos, quer eles sejam comprados, quer sejam alugados.

III) As empresas de terceirização de veículos geralmente ofertam os serviços contemplando a propriedade do bem e também a manutenção de seus ativos, uma vez que tem que garantir a qualidade mínima no momento da venda, obtendo recursos necessários à renovação da frota. No caso de aquisição dos ativos (veículos) pelo SERPRO, a consequência seria o desmembramento dos contratos de prestação de serviços em duas contratações distintas, que seriam serviço de operação de equipamentos (motoristas) e serviços de manutenção de equipamentos o que caracteriza uma alternativa de maior dificuldade.

IV) O diferencial de custos finais em relação à opção de terceirização é que as empresas especializadas neste segmento de serviço tem estruturas específicas para a atividade (oficinas, pessoal treinado etc), trabalham com uma demanda expressiva e em crescimento, conseguindo reduções de preços junto ao mercado fornecedor de veículos, peças e serviços, permitindo, assim, ofertar custos mais atrativos que os obtidos na aquisição de veículos por parte do SERPRO.”

QUADRO COMPARATIVO DE BENEFÍCIOS DA TERCEIRIZAÇÃO		
PRINCIPAIS ITENS DE CUSTO	AQUISIÇÃO – SERPRO	TERCEIRIZAÇÃO
Investimento para aquisição e renovação de frota	Obtenção de dotação orçamentária para aquisição e renovação de frota a cada 3 anos, conforme norma GL41. Risco de manter frota de faixa etária elevada e custos elevados de manutenção caso não ocorra renovação da frota neste período.	Responsabilidade do contratado para aquisição/renovação da frota de veículos, mantendo-os novos e adequados às atividades e às condições do contrato.
Licenciamento e emplacamento	Obtenção de dotação orçamentária para pagamento das taxas.	Veículo já licenciado
Seguro	Obtenção de dotação orçamentária para pagamento das taxas.	Valor incluso no contrato
Custos extras com manutenção, principalmente corretivas	Necessidade de licitação ou verbas extras previstas em orçamento anual.	Responsabilidade do contratado
Custos de controle e administração de frota	Inexistência de especialista / função não é aderente ao negócio da Empresa	Responsabilidade do contratado
Disponibilidade de atendimento	Frota tende a ser estática, na medida em que há dificuldade para novas aquisições que podem ser demandadas em função de execução de serviço.	Flexibilidade na ampliação ou redução de frota
Responsabilidade sobre sinistros (incêndio, roubo, colisões, furto, etc)	Necessidade de assessoria jurídica	Responsabilidade do contratado
Veículo reserva	Necessidade de dotação orçamentária para eventuais substituições de veículos em função de manutenção e/ou sinistro.	Responsabilidade do contratado
Venda de veículos	Leilões públicos para alienação precisam ser realizados e há o risco de se obter valores abaixo do mercado.	Ônus do contratado

BENEFÍCIOS - OUTRAS CONSIDERAÇÕES	
BENEFÍCIOS DA TERCEIRIZAÇÃO	DESVANTAGENS DA TERCEIRIZAÇÃO
Substituição imediata de veículos avariados ou furtados	Menor autonomia na qualidade de manutenção
Veículos rastreados e monitoramento para controle e eficácia da frota	Responder por obrigações trabalhistas, em falta pelo prestador
Atendimento por especialistas nos processos (transporte, manutenção)	Riscos na escolha do prestador de serviços
Redução de custos administrativos (controles diversos, pagamento de impostos, seguros, relatórios, equipes adicionais e fora do foco da empresa)	

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

REGIONAL	RAZÃO SOCIAL	CNPJ/MF
SEDE / BRASILIA	COOP. MISTA DE CONSUMO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO – COOPERTRAN	00.691.905/0001-55
BELÉM	ATLANTA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	09.245.682/0001-77
Manaus	R PINHEIRO GRIMM TRANSPORTES	08.823.749/0001-40
BELO HORIZONTE	TRANSUEL LTDA	02.447.032/0001-65
CURITIBA	RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	14.164.110/0001-01
FLORIANÓPOLIS	TRANSPORTES SIDELA LTDA	72.243.439/0001-56
FORTALEZA	TUPÃ IMPORTAÇÕES LTDA	02.441.569/0001-18
São Luis		
PORTO ALEGRE	PERTINÁ LOGÍSTICA LTDA – ME	00.695.087/0001-02
RECIFE	GVP AUTO LOCADORA & SERVIÇOS LTDA	08.466.488/0001-59
RIO DE JANEIRO	RODI-COOP COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGAS, UTILITÁRIO E LOCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	02.228.225/0001-25
Vitória	RODI-COOP COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGAS, UTILITÁRIO E LOCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO	02.228.225/0001-25
SALVADOR	FERREIRA & GOMES TRANSPORTE LTDA – EPP	08.491.024/0001-00
SÃO PAULO	JWA TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA	47.900.949/0001-01
	BEIJA FLOR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	53.499.240/0001-49
	ARGUS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA – EPP	13.620.215/0001-57
Campinas	CONTATO RIO SERVIÇOS EIRELI	05.553.237/0001-13
Taubaté		
Bauru	ROGÉRIO GIMENES – EPP	10.944.071/0001-04
Presidente Prudente		
Ribeirão Preto		
S.J. Rio Preto		
Santos		

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Saliente-se que as licitações para contratação dos serviços de transporte para o SERPRO, ocorrem por meio de Pregão Eletrônico, vez que os serviços estão especificados como comuns, conforme disposto no art. 2º, § 1º, do decreto nº 5.450/05. Atendida todas as especificações, a seleção será menor preço.

REGIONAL/Escritório Vinculado	CONTRATO RG	VIGÊNCIA ATUAL	VALORES PAGOS ATÉ DEZ/2013	VALOR MENSAL CONTRATADO
SEDE / BRASILIA	43.436	29/07/2009 a 28/07/2014	3.887.852,05	76.906,47
BELÉM	45.553	12/04/2011 à 11/04/2014	476.430,05	14.366,84
Manaus	45.457	01/03/11 à 29/02/2015	165.501,53	4.724,07
BELO HORIZONTE	48.398	03/02/2012 à 02/02/2015	541.027,32	22.949,24
CURITIBA	51.030	02/08/2013 à 01/08/2014	66.614,18	11.741,56
FLORIANÓPOLIS	51.078	01/08/2013 à 31/07/2014	39.762,88	6.757,58
FORTALEZA	44.093	01/02/2010 à 01/05/2014	797.723,03	13.182,05
São Luis				
PORTO ALEGRE	49.523	23/08/2012 à 22/08/2014	317.967,58	20.446,47
RECIFE	48.081	02/01/2012 à 01/01/2015	690.056,43	28.469,09
RIO DE JANEIRO	48.282	01/02/2012 à 31/01/2015	2.538.031,29	108.810,00
Vitória	51.029	16/07/2013 à 15/07/2014	78.301,63	13.090,91
SALVADOR	48.540	01/03/2012 à 28/02/2014	435.337,68	20.909,09
SÃO PAULO	43.513	25/09/2009 à 24/09/2014	4.741,37	20.959,89
	49.661	24/09/2012 à 23/09/2017	233.163,15	15.649,78
	50.620	15/04/2013 à 14/04/2018	296.392,13	31.400,00
	50.188	17/12/2012 à 16/12/2014	257.827,62	20.740,41
Campinas				
Taubaté	50.189	17/12/2012 à 16/12/2014	290.655,85	25.421,52
Bauru				
Presidente Prudente				
Ribeirão Preto				
S.J. Rio Preto				
Santos				

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A norma GL 046, versão 04, já citada anteriormente, é o instrumento interno do SERPRO que estabelece diretrizes gerais para o planejamento e execução das atividades de transporte de pessoas e cargas leves, equipamentos, materiais e bens, e no seu item 3, b, versa que o Transporte de Pessoas e Cargas Leves é o serviço de transporte para deslocamento de empregados do SERPRO, no exercício de suas atividades, em atendimento a demandas contratadas ou de empregados de empresas terceirizadas, para realização de atividades externas. Atualmente, esse serviço é prestado por frota de veículos terceirizados, cujo controle de custo e quilometragem, considera o quantitativo total de veículos locados pelas projeções da Superintendência de Logística em cada Regional do SERPRO.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

O serviço tem por objeto atender as demandas internas de deslocamento de empregados a serviço e remessa de materiais/equipamentos para clientes e fornecedores. Os serviços atendem o transporte de pessoas entre os prédios do próprio SERPRO, entre a Regional e seus Escritórios e entre o SERPRO e seus Clientes, na cidade da Regional e nos municípios do Estado, em atividades administrativas e em especial para transporte do pessoal da área de negócios para atendimento a clientes e de deslocamento de técnicos para suporte de sistemas e instalação de equipamentos.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A Frota de Veículos terceirizada está classificada apenas como uso geral, totalizando 83 veículos, conforme detalhamento a seguir:

REGIONAL e escritórios	VEICULOS LOCADOS
SEDE / BRASILIA	16 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	3 UTILITÁRIOS 7 PASSAGEIROS
	1 PICK-UP
	2 MOTOCICLETAS
BELÉM	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
BELO HORIZONTE	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
CURITIBA	2 VEÍCULOS 7 PASSAGEIROS
FLORIANÓPOLIS	1 VEÍCULO 7 PASSAGEIROS
FORTALEZA	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	1 VEÍCULO 2 PASSAGEIROS
	1 MOTOCICLETA
PORTO ALEGRE	3 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
RECIFE	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	1 VEÍCULO 7 PASSAGEIROS
	1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
	1 MOTOCICLETA
RIO DE JANEIRO	6 VEÍCULOS 7 PASSAGEIROS
	7 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	1 CAMINHÃO BAÚ 1.7 TONEL.
	2 MOTOCICLETAS
SALVADOR	2 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS
	1 UTILITÁRIO 8 PASSAGEIROS
SÃO PAULO	3 VEÍCULOS 14 PASSAGEIROS
	2 VEÍCULOS 15 PASSAGEIROS
	2 UTILITÁRIOS TIPO FURGÃO
	2 UTILITÁRIOS 8 PASSAGEIROS
	9 VEÍCULOS 5 PASSAGEIROS

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supracitada

REGIONAL	Km rodado, em cada Regional, no exercício 2013
Brasília	324864
Belém	47355
Fortaleza	50548
Recife	155794
Salvador	56025
Belo Horizonte	63297
Rio de Janeiro	242120
São Paulo	446714
Curitiba	33591
Porto Alegre	62287
Florianópolis	16592
MÉDIA DE CADA VEÍCULO DO GRUPO	18.062 KM/ANO

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

Os veículos locados possuem no máximo três anos de uso da data do primeiro licenciamento, conforme acordo em contrato, sendo que os de transporte de cargas possuem no máximo cinco anos da data do primeiro licenciamento, devendo serem substituídos ao completar esse período. A seguir quadro demonstrativo com a média de idade da frota:

REGIONAL	Média tempo de uso da frota de veículos
Brasília	2 anos
Belém	3 anos
Fortaleza	3 anos
Recife	2 anos
Salvador	2 anos
Belo Horizonte	3 anos
Rio de Janeiro	2 anos
São Paulo	1 ano
Curitiba	2 anos
Porto Alegre	1 ano
Florianópolis	1 ano

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado.

Todos os custos associados à manutenção da frota estão incluídos nos contratos firmados.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Por determinação normativa, os serviços são prestados mediante solicitação do demandante por meio de requisição de serviço, constando data, horário, destino, percursos, identificação dos empregados que utilizarão os serviços. A utilização dos veículos é registrada em formulário padrão, denominado boletim diário de veículo, constando todos os dados do deslocamento (data, hora e quilometragem de saída e chegada, solicitante, itinerário, finalidade do serviço); sendo vedada a utilização de veículos em qualquer situação que não esteja diretamente relacionada às atividades de serviço do SERPRO.

Ao final de cada viagem realizada, a qualidade é mensurada, através da coleta eletrônica da opinião do demandante, que poderá avaliar o serviço como excelente, ótimo, bom, regular, ruim. Outro ponto de controle de qualidade averigua o atendimento realizado, como dentro do prazo solicitado ou fora do prazo solicitado, tomando por referência os serviços requeridos no prazo mínimo anterior de 24 horas.

6.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O SERPRO não possui imóveis locados de terceiros no exterior. A distribuição desses imóveis no Brasil está de acordo com a tabela abaixo.

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros		
Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis locados de Terceiros pela Unidade	
	2013	2012
Total Regional Brasília:	3	3
Goiânia	1	1
Campo Grande	1	1
Palmas	1	1
Total Regional Belém	2	2
Belém	1	1
Manaus	1	1
Total Regional Fortaleza	1	1
Fortaleza	1	1
Total Regional São Paulo	1	1
Ribeirão Preto	1	1
Total Regional Florianópolis	1	1
Florianópolis	1	1
Total Brasil	8	8

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? Maiores informações constam no item 7.1.1.
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Fonte: Respostas ao Questionário de Perfil de GovTI 2012- TCU/SEFTI. Em 2013, as informações foram atualizadas pelas áreas envolvidas.	

7.1.1 Análise Crítica

Item 3: Em setembro de 2011, durante a realização da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do SERPRO foi aprovada a 4ª versão do Manual de Auditoria, elaborado com o objetivo de servir de instrumento orientador e normatizador, quanto ao cumprimento da missão institucional da Auditoria-Geral. Este Manual contém as diretrizes, os princípios, os conceitos e os padrões técnicos a ser utilizados nas atividades realizadas pela Auditoria-Geral do SERPRO, tendo o Manual Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) sido um dos documentos/legislações utilizados para embasar a elaboração do Manual de Auditoria do SERPRO.

A principal mudança inserida após a publicação do referido Manual, é que a partir de 2012 as auditorias realizadas por todas as Coordenações de Auditoria passaram a focar na melhoria dos processos internos, buscando examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos adotados, recomendando as ações necessárias ao seu aprimoramento e regularização.

A Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação (COATI) tem como função realizar auditorias nos processos referentes à gestão da Tecnologia da informação, com base no plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho Diretor, normas de procedimentos estabelecidas pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e melhores práticas aplicadas pelo TCU.

No decorrer de 2013 foram realizadas auditorias nos seguintes processos corporativos:

- **Processo SERPRO de Desenvolvimento de Soluções (PSDS):** tem como objetivo padronizar e documentar as atividades realizadas para conceber soluções de TI com maior produtividade e melhor qualidade para os clientes do SERPRO. A Designação teve como objetivo realizar auditoria no Processo “Execução de projeto de desenvolvimento”, com ênfase nos subprocessos “Modelar requisitos”, “Desenvolver o modelo de análise e projeto” e “Construir unidades de implementação”, a fim de verificar a eficácia e a eficiência dos controles internos aplicáveis ao desenvolvimento de sistemas.
- **Processo SERPRO de Gerenciamento integrado de Serviços (PSGIS):** compõe todos os processos de gerenciamento de serviços de TIC no SERPRO. A Designação teve como objetivo realizar auditoria no Processo “Gestão integrada de serviços”, a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos aplicáveis ao atendimento das demandas ocorridas durante o período de Janeiro a Dezembro de 2012.
- **Processo de Negócio do SERPRO (PNS):** tem por objetivo orientar, padronizar e documentar as atividades realizadas pelas Unidades de Relacionamento com Clientes internos e externos da Empresa. O escopo da designação abrangeu a análise do subprocesso “Gerir demandas de clientes”, relativa ao processo “Gestão de clientes”, a fim de verificar os controles internos aplicáveis à gestão das demandas, desde sua abertura até o seu fechamento.
- **Processo de Gestão Mainframe:** processo responsável pelo gerenciamento de recursos e atividades relativos à produção de serviços no ambiente mainframe, incluindo o gerenciamento da disponibilidade, desempenho, configuração e a produção. A Designação teve como objetivo avaliar o Processo “Gerenciar processamento mainframe”, com foco no gerenciamento de recursos e atividades, nos ambientes de Centro de Dados das Regionais Brasília e São Paulo.
- **Processo de Ciclo de Vida de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCVTIC):** visa estabelecer uma estrutura de processos que contemple o ciclo de vida tecnológico em todas as etapas, bem como aprimorar o acompanhamento e o controle do Processo de Gestão de Tecnologia. A Designação teve como propósito realizar auditoria no processo “Análise do ciclo de vida tecnológico”, a fim de verificar a eficácia e a eficiência dos controles internos aplicáveis ao subprocesso “Prospecção de tecnologias”, no que tange à obtenção de tecnologias a serem utilizadas pela Empresa.

- **Processo de Gestão de Certificado Digital do SERPRO:** processo responsável pela criação, emissão e revogação de Certificados Digitais. Os exames realizados durante a designação abrangeram a análise dos controles internos aplicáveis ao subprocesso “Produzir Certificação Digital”, relativo ao processo “Gestão de Certificado Digital”, verificando-se a criação, a emissão e a revogação de Certificados Digitais durante o período de Janeiro a Dezembro de 2012, providos pelo Centro de Certificação Digital (CCD) do SERPRO.

Item 4: O SERPRO por ser uma empresa de TI entendeu que sua estratégia de TI e a estratégia corporativa se sobrepõem e desde 2011 adotou o conceito que seu PDTI corresponde ao plano estratégico.

Item 5: Cabe explicitar que embora todas as sentenças sejam verdadeiras, ainda existem alguns processos corporativos não automatizados e lacunas de integração entre os sistemas existentes. Tais circunstâncias já foi diagnosticadas pela organização, a qual tem ações planejadas e em andamento para a evolução deste cenário.

Item 7: 1º) O processo de aquisições e contratações do SERPRO está integralmente mapeado e publicado;

2º) A área de Desenvolvimento depende de informações disponibilizadas pelas Unidades de Relacionamento com Cliente.

3º) Existe o processo que dá suporte ao desenvolvimento de software no entanto os contratos firmados com os clientes, algumas vezes, não consideram os procedimentos definidos no processo.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Utilização e descarte				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			x		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x

☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Busca-se o uso racional dos consumos			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			x	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			x	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	x			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.			x	
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				x
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x
Considerações Gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	10.228.833	11.720.592	12.933.892	1.252.191,01	2.376.408,76	2.539.835,64
Água	128.894	130.262	136.455	1.117.016,41	1.746.217,16	1.959.312,76
Energia Elétrica	47.601.300	47.078.824	46.704.348	15.729.351,69	14.524.737,55	15.128.807,05
			Total	16.846.368,11	18.647.363,47	19.627.955,45

Fonte: Acervo PSGl e HISAQ.

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando

a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos

- **Estímulo ao uso racional de água:** i) manutenção periódica do sistema de água e esgoto; ii) identificação e conserto de pontos de vazamentos; iii) instalação de descargas a vácuo em três Regionais; iv) instalação de torneiras automáticas com tempo limitado de vazão; v) implantação de projetos em climatização que minimiza o consumo de água; vi) campanhas de conscientização.
- **Estímulo ao uso racional de energia:** instituição de Comissões Interna de Conservação de Energia, na Sede e Regionais, anualmente, conforme determinação do Decreto nº 99.656/90, com o objetivo de elaboração, implantação e acompanhamento de programas de conservação de energia, visando a utilização racional e a otimização do consumo de energia, tais como: i) substituição das luminárias convencionais por luminárias econômicas; ii) aquisição de novos equipamentos de alta eficiência energética e elevado fator de potência; iii) orientação às empresas terceirizadas responsáveis pela manutenção do sistema elétrico e de climatização, no sentido de desligar as luminárias e computadores das estações de trabalho, após o expediente, mantendo em funcionamento apenas o indispensável; iv) campanhas permanentes de sensibilização dos empregados.
- **Estímulo ao uso racional de papel:** i) implantação de solução de gerenciamento de impressão que permite um maior acompanhamento da utilização dos recursos; ii) impressões em frente e verso como *default*; iii) atribuição de cotas para cada empregado e identificação das impressões de uso particular e a serviço.

b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP)

Em 08/08/2012 o SERPRO celebrou Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de integrar esforços para desenvolver, no âmbito da empresa, projetos destinados à implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. O mencionado Termo de Adesão foi publicado no DOU – Seção 3, página 121, de 13/08/2012.

c) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

Vide quadro A.8.2

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	029.489/2012-1	Acórdão nº 423/2013 – TCU – 1ª Câmara	9.3	(DE)	Ofício nº 0229/2013-TCU/SECEX-SP, de 21/02/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados - Regional São Paulo					000090
Descrição da Deliberação					
“9.3. determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados - Regional São Paulo, que: 9.3.1. em conformidade com o que dispõe os incisos I e III, do art. 3º e inciso III, do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c o § 2º, do art. 9º do Decreto nº 5.450/2005, bem como os Acórdãos nº 1789/2009 e nº 114/2007, todos do Plenário desta Corte de Contas, atente para a inclusão, no termo de referência de futuros pregões lançados pela empresa, do orçamento detalhado da aquisição que vier a realizar; 9.3.2. em cumprimento ao disposto no art. 9º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, atente para a inclusão expressa do critério de aceitabilidade de preços nos editais dos próximos pregões patrocinados pela empresa”.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Aquisições e Contratos - SUPGA					000090
Síntese da Providência Adotada					
Mediante Ofício DP-009855/2013, de 05/04/2013 o Diretor-Presidente informou ao TCU as seguintes providências adotadas pelo SERPRO face às determinações do Acórdão: 1) A Norma GA-005, anexo I, prevê nos itens 4.5.4.1 a 4.5.4.3 a obrigação de fazer constar nos termos de referência elaborados, o valor estimado, detalhado por item, grupo ou parcelas, além do global. Prevê ainda o objetivo de tal estimativa, fundamentado na necessidade de balizar as decisões do pregoeiro ou da Comissão de Licitação, além de previsão orçamentária, seleção da melhor proposta e adjudicação da contratação. A Norma aborda também a necessidade de que tais estimativas sejam baseadas em pesquisas de mercado e preços praticados à outros Órgãos da Administração Pública, convertidos em moeda nacional quando pesquisados em moeda estrangeira e finalmente quanto à obrigatoriedade de constar dos processos administrativos tal detalhamento. Assim, entendemos atendida a recomendação do TCU, sendo reforçado à Divisão de Pareceres e Orientação Técnica - GAOTE, área responsável pela análise de conformidade dos Termos de Referência elaborados, a observância ao cumprimento das condições previstas no Normativo Interno. 2) O item 7.1 do edital do Pregão 2224/2012 prevê expressamente o critério de julgamento das propostas, conforme transcrito: "7.1 O julgamento das propostas será feito segundo o critério de menor preço global, para o objeto constante do Anexo I deste Edital." Além disso, o valor estimado para a contratação visa justamente balizar a Administração para a aceitabilidade da proposta no que diz respeito ao preço, acrescentando à análise de aceitabilidade, os critérios técnicos previstos no Anexo I do Edital. Apesar de entender suficiente para a expressa definição do critério de aceitabilidade de preços a combinação acima, com o objetivo de atender a recomendação do TCU, tal Acórdão foi encaminhado aos elaboradores de edital para conhecimento e providências.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Todos os Termos de Referência elaborados possuem orçamento detalhado para a definição do valor estimado da contratação, fundamentado em pesquisa de mercado, conforme exigência normativa.
Todos os editais de pregões possuem cláusula específica para o critério de aceitabilidade de preços.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A exigência quanto à necessidade de constar o orçamento nos Termos de Referência consta no normativo interno e os modelos de editais citam expressamente o critério de aceitabilidade de preços. A cultura organizacional estabelecida, que preza pelo cumprimento das disposições normativas e orientações da Auditoria Interna e Órgãos de Controle, favoreceu a adoção das providências.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	028.016/2011-4	Acórdão Nº 2344/2013 - TCU - 1ª Câmara	1.8	(DE)	Ofício 0387/2013 – TCU/SecexDefesa, de 26/04/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Descrição da Deliberação					
“1.8.determinar à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP) e ao Serviço Federal de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda (SERPRO/MF) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, implantem as alterações necessárias no sistema Spiunet, bem como em outros sistemas relacionados se tal for necessário, para que possam ser neles registrados os bens imóveis de fundações e de empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, usando como procedimento de homologação - para fins de cumprimento do item 5.2. do Acórdão 2.315/2008-2ª Câmara - o cadastro dos bens imóveis das entidades: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) e Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Síntese da Providência Adotada					
Mediante Ofício DP – 014311/2013, de 16/05/2013, o Diretor-Presidente encaminhou ao TCU resposta para o referido Ofício. O Diretor-Presidente informou ao TCU que o SERPRO, como empresa prestadora de serviços de Tecnologia da Informação, não pode implementar regras de negócios sem que sejam definidas e demandadas formalmente pelo gestor do Sistema, no caso a Secretaria de Patrimônio da União. Desta forma, aguardará manifestação da mesma para dar cumprimento às determinações inerentes ao SERPRO, constantes do Acórdão em comento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não se aplica					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	010.133/2013-5	Acórdão 2927/2013-TCU-Plenário	9.12	(RE)	Ofício de Comunicação 0571/2013-TCU/SecexAdmin, de 31/10/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Descrição da Deliberação					
“9.12 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Comissão Gestora do Siconv e à Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação – SLTI/MP que, conjuntamente com equipes do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO: 9.12.1. adote as medidas pertinentes e necessárias com vistas à incorporação do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor) como módulo adicional de gerenciamento dos contratos de repasse, no âmbito do Siconv, ou, se não for possível ou viável tal incorporação, adote medidas que tornem possível o desenvolvimento de um módulo semelhante, inspirado no Siacor, com as mesmas funcionalidades previstas naquele sistema, de modo a possibilitar a utilização por todos os órgãos concedentes de recursos que operacionalizam as transferências voluntárias via Siconv, além dos órgãos de controle e dos cidadãos, independentemente de solicitação prévia, bastando apenas cadastramento do usuário no Siconv; 9.12.2. em etapa seguinte, providencie a extensão do referido módulo aos convênios e outros instrumentos congêneres, observadas as limitações e peculiaridades relativas a esses instrumentos;”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Síntese da Providência Adotada					
Mediante Ofício DP – 035338/2013, de 21/11/2013, o Diretor-Presidente informou ao TCU que, embora as determinações do referido Acórdão envolvam o SERPRO indiretamente, a ação de cumprimento é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Comissão Gestora do Siconv e da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação, razão pela qual aguardamos manifestação dos mesmos para dar cumprimento às recomendações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não se aplica					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	019.377/2007-4	Acórdão 6050/2009 – TCU – 2ª Câmara, de 17/11/2009	1.5.1 e 1.5.3	(DE)	Ofício de Comunicação de Julgamento de Contas/Determinação com Prazo nº 923/2009 – TCU/SECEX-2, de 02/12/2009
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)					000090
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Faça constar de seus documentos de cobrança (notas fiscais e faturas) a descrição completa do serviço prestado, a fim de bem mensurar os itens quantitativamente e qualitativamente, a bem do controle do cumprimento de suas obrigações frente a seus clientes; 1.5.3. Por força do Princípio da eficiência, constante do art. 37 da Constituição Federal da República, e em nome da transparência, modernize, no prazo de 180 dias contados da ciência deste Acórdão, as rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita, e que o sistema também permita realizar pesquisas mediante filtragem parametrizada;”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Gestão Empresarial – Financeira - SUPGF					000090
Síntese da Providência Adotada					
Item: 1.5.1: Implementação do sistema SIAREWEB Item: 1.5.3: “A adoção de nova variação na forma de estruturar as RAs do SIAFI implicaria em um enorme esforço de desenvolvimento por parte da STN, tendo em vista que as alterações teriam reflexos em todos os usuários do documento. Levou-se em conta também que a complexidade da alteração, as limitações burocráticas e contratuais exigiriam um prazo muito maior do que o prazo concedido. Outro ponto considerado foi a proximidade de utilização por parte do SERPRO, de sistema ERP, independente do SIAFI, que atende as alterações solicitadas e já está em processo de contratação.”					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Com a implementação do sistema de administração da receita via web (SIAREWEB), ocorreram ganhos de produtividade, de controle e de identificação dos serviços prestados. Ocorreu também um aprimoramento da vinculação das descrições dos serviços com as descrições contratuais. Já constam de nossos documentos de cobrança as descrições completas dos serviços prestados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Item: 1.5.1: “A implementação do sistema SIAREWEB por si só já atendeu a solicitação do TCU, a adoção de providências pelo Gestor foi facilitada pois a implementação do referido sistema já estava em curso.” Item: 1.5.3: ““A complexidade do procedimento, os impactos em outros usuários, e a burocracia necessária para a adoção das alterações solicitadas atuaram negativamente no processo, prejudicando a adoção de providências pelo Gestor. No entanto, está sendo sugerida a adoção de alternativas (procedimentos) que já integram o nosso sistema SIAREWEB que nos permitiriam realizar a identificação dos documentos de receita uma vez que a apropriação já é realizada automaticamente pelo sistema SIAFI. Nosso sistema também já nos permite filtragem parametrizada. Vale observar que nesse período também foi implementado o sistema DW Contas a Receber, sistema este que possibilita a construção de inúmeros relatórios, através da parametrização da série histórica, facilitando a gestão e tornando transparente a apropriação das receitas e suas respectivas baixas.”					

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final no Exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

9.2. Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	Nº 208885 - Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2007.	4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)	Ofício nº 22468/2008/DEFAZ/DE/ SFC /CGU-PR, de 16/07/2008.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Operações e Diretoria de Administração			00090
Descrição da Recomendação			
Que seja dada a devida priorização ao desenvolvimento do sistema Hisaq, com o foco de atender ao maior número de fases dos processos de aquisição de bens e serviços em um mesmo sistema; caso reste a necessidade de outros sistemas de apoio, que eles sejam integrados à nova versão do sistema Hisaq, evitando o preenchimento manual de informações;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Aquisições e Contratos - SUPGA			000090
Síntese da Providência Adotada			
Conforme e-mail de 25/04/2013 encaminhado à SFC/CGU-PR contendo histórico das providências adotadas: Foi realizada, em 19/04/2013, apresentação para equipe da CGU demonstrando os módulos já em operação no Sistema Hisaq. Foi solicitado, então, histórico relativo as alterações feitas no sistema após a auditoria de gestão realizada por aquela Secretaria, o qual segue: 1.1) Migração do Sistema de Gestão de Contratos (SGC) para o HisAq por meio da implantação do módulo Gestão de Contratos dentro do HisAq (módulo HisAq-GC). Essa etapa (migração e gestão por meio do HisAq-GC) foi concluída em Jan/2011. O SGC está em uso apenas para consulta, quando há necessidade de informações mais detalhadas (exemplo, medições que foram realizadas nesse sistema) dos contratos de vigência de 5 anos que foram criados no SGC e que vencerão até 2015; 1.2) Criado registro de histórico de transações de negócio (registro de log das principais funcionalidades do HisAq). 1.3) Criação do módulo Orçamento (para atender a Unidade Orçamentária do SERPRO) já integrado com o HisAq-GC. 1.4) Criação de relatórios para os módulos Contratação, Registro e Publicação, Movimentação de Processos, Gestão de Contratos, e Orçamento para subsidiar a gestão, supervisão e apoiar decisão;			

1.5) Criação de ferramenta de Processo Eletrônico de Documentos - Processo Verde, mas ainda não está integrada ao HisAq, e falta evoluções para atender todo o PAQ - Processo de Aquisições e Contratações do SERPRO.

1.6) Criação de ferramenta BI HisAq, extrator de qualquer informação, em qualquer nível de detalhe, dos dados do HisAq, que permite qualquer usuário do HisAq, desde que devidamente treinado, criar relatórios de dados desse sistema.

2) Projetos em curso:

2.1) *Módulo Demandas e Planos minimamente* - funcionalidade de importação das principais informações da planilha Plano de Contratação para permitir que o elaborador de Projeto Básico/Termo de Referência vincule o PB/TR ao Documento de Oficialização da Demanda - isso atende minimamente o subprocesso Demandas e Planos do PAQ e estará em produção até Ago/2013. A previsão desse módulo ser completamente implantado no HisAq é de Dez/2014;

2.2) *Monitoramento do Contrato* - Evoluindo módulo HisAq-GC para viabilizar a gestão física dos contratos, emissão de Ordem de Serviço/Bens - previsão Dez/2013;

2.2.1) Evoluir BI HisAq para contemplar atributos do Monitoramento do Contrato - previsão Ago/2014;

A expectativa é que o HisAq permaneça em contínuo desenvolvimento.

Mediante acompanhamento do PPP encaminhado pela SFC/CGU-PR em 08/10/2013, esta recomendação foi considerada atendida, com base na apresentação realizada pelo SERPRO para equipe da CGU em 19/04/2013.

Síntese dos Resultados Obtidos

Vide síntese da providência adotada

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

1) Fatores positivos: com os módulos Projeto Básico, Contratação, Registro e Publicação, e Gestão de Contratos integrados em um único sistema, as repetições de informações reportadas pelo Órgão de Controle foram solucionadas já que tais dados estão uniformizados em uma única base de dados e integrados de forma "on-line".

2) Fatores negativos: a respeito do que foi entregue, não há o que se reclamar. No entanto, a cerca de um mês, desde 20/out/2013 aproximadamente, todas as demandas evolutivas (melhorias do sistema, integrações com sistemas estruturantes - SIAFI, SIASG - e sistemas internos - Patrimônio, entre outros, novos módulos, etc) foram canceladas pela Superintendência de Sistemas Corporativos (SUPSC) sem justificativa. Acreditamos que seja por causa da eminente contratação de solução integrada ERP.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	Nº 208885 - Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2007.	4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)	Ofício nº 22468/2008/DEFAZ/DE/ SFC /CGU-PR, de 16/07/2008.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Operações e Diretoria de Administração			00090
Descrição da Recomendação			
Que, tão logo os sistemas em desenvolvimento estejam operacionais, seja preparada uma apresentação a esta equipe de auditoria, demonstrando como as dificuldades encontradas foram superadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Aquisições e Contratos – SUPGA			00090

Síntese da Providência Adotada
Foi realizada, em 19/04/2013, apresentação para equipe da CGU demonstrando os módulos já em operação no Sistema Hisaq. Em 25/04/2013 foi encaminhado à SFC/CGU-PR e-mail contendo os slides da apresentação realizada e histórico das providências adotadas:
Síntese dos Resultados Obtidos
Informações descritas na recomendação nº 004.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Informações descritas na recomendação nº 004.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	N.º 246682 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2009	1.1.2 Assunto Avaliação dos Resultados 1.1.2.1 Informação: (003) Nota de Auditoria nº 03	Ofício nº 33.949/2010/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 14 de outubro de 2010
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Mapeie as causas dos atrasos e do mau desempenho dos projetos, de forma a adotar medidas concretas que solucionem esses problemas, indicando, para cada projeto, os processos, atos administrativos e recursos humanos, logísticos e financeiros necessários para resolver os referidos problemas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Síntese da Providência Adotada			
A Coordenação de Escritório Estratégico de Projetos - COEEP empreendeu as diversas medidas, com vistas a mapear e tratar causas identificadas contributivas para geração de deficiências na gestão de projetos, com destaque para as listadas a seguir: - Revisão da Norma OE/003, de 2002 (Versão 08, em 01/11/2011), para estabelecer critérios objetivos e procedimentos para instituição e funcionamento de um Órgão Temporário (relativo a um projeto determinado), com o objetivo de verificação da conformidade do Processo de Gerenciamento e Estratégia do SERPRO – PGPS na instituição, alteração e/ou prorrogação de um Órgão Temporário. - Implementação da Versão 5.1 do PGPS, com melhorias no processo e roteiros de gestão de acordo com o grau de complexidade do projeto, incluindo a customização do Portfólio de Projetos (e-CAR). - Implantação do ciclo mensal de análise de aderência dos projetos, classificados como Órgãos Temporários ou Estratégicos, ao PGPS. - Capacitação, em 2012, de 60 representantes de Escritórios de Projetos Setoriais e gestores de projetos (foco nos gestores de projetos de Órgãos Temporários e Estratégicos) na Versão 5.1 do PGPS. - Definição final dos requisitos funcionais e não funcionais e elaboração do projeto básico para aquisição de uma nova ferramenta de gestão corporativa de projetos e portfólios.			

Mediante acompanhamento do PPP encaminhado pela SFC/CGU-PR em 08/10/2013, esta recomendação foi considerada atendida
Síntese dos Resultados Obtidos
As ações de atualização normativa e melhoria contínua do PGPS contribuem para que o processo de gestão de projetos mantenha-se alinhado às necessidades e desafios da organização. Os ciclos de monitoramento e controle, que contemplam projetos estratégicos, contribuem para aumentar a maturidade da gestão destes projetos e facilitar a comunicação. Os investimentos em capacitação contribuem para institucionalizar o tema gestão de projetos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O fator positivo que facilita as ações citadas se refere à experiência adquirida ao longo dos anos com implantação da melhoria contínua de processos, ferramentas e investimento em capacitação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.4 – INFORMAÇÃO: Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Que o SERPRO, quando da utilização de sigla em indicadores, seja na descrição ou na fórmula, apresente o seu significado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Monitoramento realizado mediante trabalho de auditoria: GE-AC/0001/2012. Conforme descrito no relatório do referido trabalho: “A COEEP instituiu o Formulário (FormDAI) com orientações para a utilização de informações padronizadas para especificação de indicadores, contemplando, entre outros, nome/sigla do indicador, fórmula de cálculo, propósito, fonte dos dados e procedimento de coleta, meta, existência de série histórica, tendência”. Mediante acompanhamento do PPP encaminhado a esta Audig pela SFC/CGU-PR em 08/10/2013, esta recomendação foi considerada atendida			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria do entendimento e comunicação a respeito dos indicadores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A informação referente ao significado dos indicadores facilita o entendimento e comunicação a respeito dos mesmos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.9.5 - Constatação: Ausência de respaldo legal do convênio de reciprocidade em vigor entre o SERPRO e a CASSI, cujo objetivo é o uso recíproco das respectivas redes credenciadas de assistência à saúde.	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DIRAD			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o SERPRO elabore previsão de prazo, com cronograma definido e indicação dos responsáveis por cada etapa, para implementação do plano de ação para a substituição da Cassi na oferta de assistência à saúde aos beneficiários do seu plano de saúde, por uma rede credenciada própria ou a pela contratação de entidade congênere em regiões ou localidades com dificuldade ou carência de contratação, adequando-se ao disposto na Resolução Normativa nº 137 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de 14/11/2006, sem prejuízo da comunicação dessas medidas à ANS e da busca de manifestação respectiva daquela agência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Em 07/06/2013 a assessora da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do Tribunal de Contas da União – TCU/Selog, mediante Ofício 1006/2013-TCU/Selog, de 24/05/2013 encaminhou, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1222/2013-TCU-Plenário (acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam). Mediante o referido Acórdão, os Ministros acordaram em: “9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento; 9.2. tornar insubsistentes os Acórdãos 1780/2011 e 513/2012, ambos do Plenário; 9.3. considerar improcedente a representação tratada nestes autos; 9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Como o Acórdão nº 1222/2013-TCU-Plenário tornou insubsistentes os Acórdãos 1780/2011 e 513/2012, não há o que se falar em substituição da Cassi e por isso a recomendação perdeu sua essência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica neste caso, dado o TCU ter considerado os Acórdãos insubsistentes			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	3.1.1.1. Constatação: Assinatura de contrato de locação de imóveis de terceiros com cláusula que fere o princípio da indisponibilidade do interesse público.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Logística - SUPGL			000090
Descrição da Recomendação			
Revise seus normativos internos relacionados ao processo de contratação, orientando ao gestor sobre os seguintes aspectos, sempre que for realizar benfeitorias em imóveis de terceiros: - realize análise prévia da economicidade da contratação da reforma, da capacidade dos benefícios futuros decorrentes da contratação de forma a compensar os seus custos e a demonstração de ser a alternativa escolhida a que traz o melhor resultado de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e patrimoniais em um dado cenário (custo/benefício); e - providencie a formalização, por meio de documento próprio, do consentimento prévio do locador quanto às benfeitorias úteis realizadas no imóvel, com vistas a cumprir o disposto no art. 23, inc. VI, da Lei 8.245/91 e assegurar o direito a indenização ou retenção previstos no art. 35 da referida Lei.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Logística - SUPGL			000090
Síntese da Providência Adotada			
Foi elaborada e publicada a Norma GL 047 – versão 01, a qual estabelece critérios para a seleção de imóvel para locação e a realização de benfeitorias em imóvel de terceiros.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Como resultado da recomendação e implantação da norma GL-047, obteve-se um único documento orientador para a escolha de um imóvel para locação, com obrigatoriedade da exigência do documento de Habite-se e outros relativos a regularidade fiscal e jurídica, além de um roteiro para a devida instrução do processo de locação (pesquisa no SPIU, avaliação do imóvel pela CEF, avaliação técnica da engenharia, pesquisa de mercado, etc). A norma é, em especial, um norteador para as decisões sobre as benfeitorias nos imóveis locados, na medida em que conceitua e exemplifica cada benfeitoria (útil, voluntária, necessária, reparativa), bem como atribui as responsabilidades pela execução / ressarcimento / reposição. Traz ainda definições a respeito das benfeitorias em imóveis da União cedidos gratuitamente para uso pelo SERPRO e a classificação orçamentária destas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A padronização dos procedimentos por meio da norma, promoveu entendimento único dos conceitos e das responsabilidades de cada parte. As regionais, assim como a gestão central de logística, tem hoje um instrumento que garante com maior efetividade a aplicação regular de recursos. Antes de decidir por dar andamento numa benfeitoria, tem-se claramente definido onde o objeto se enquadra e de quem é a responsabilidade pelos recursos para sua execução. Traz ainda como fator positivo, a segurança decorrente da obrigatoriedade do Habite-se, os cuidados por ocasião do recebimento e entrega dos imóveis. Não identificamos fatores prejudiciais decorrentes das providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	4.1.1.2. Informação Necessidades de melhorias nos controles referentes ao desvio de função de empregados cedidos.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO revise seus normativos internos, com vistas a estabelecer a obrigatoriedade de que: a) no momento da cessão do empregado, seja assinado um termo de compromisso, pela chefia imediata do órgão cessionário e pelo empregado, estabelecendo que o empregado exercerá apenas as funções referentes ao cargo que ocupa; b) para a aprovação da prorrogação das cessões, seja apresentado um relatório resumido das atividades exercidas pelo empregado cedido, contendo manifestação da chefia imediata e do empregado de que não houve desvio de função naquele período; c) para as cessões em que não é necessária a prorrogação anual da cessão, seja encaminhado ao SERPRO relatório anual resumido das atividades exercidas pelo empregado cedido, contendo manifestação da chefia imediata e do empregado de que não houve desvio de função naquele período, que será avaliado pela SUPGP; d) quando do retorno do empregado à empresa, seja encaminhado um relatório resumido das atividades exercidas pelo empregado cedido a partir do último relatório anual, contendo manifestação da chefia imediata e do empregado de que não houve desvio de função.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Publicação da nova versão da Norma GP/035, versão 03, em destaque no item 4.1.8.6. O termo não é de compromisso, mas sim de responsabilidade conforme consta na referida norma			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em função da publicação da Norma GP 035, Cessão de Empregados, que incluiu a obrigatoriedade de assinatura por parte da chefia imediata do empregado, no Órgão Cessionário (requisitante), dos Termos de Responsabilidade para Cessão e Prorrogação de Empregado, os riscos do desempenho de atividades (do exercício de atividades) incompatíveis com Cargo e Especialização-Qualificação-Habilitação, foram minimizados, além de permitir maior controle da Empresa para subsidiar a Consultoria Jurídica do SERPRO no processo de cessão de empregados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Temos que destacar como fator positivo, maior clareza e controle no processo pelo Órgão Gestor, bem como, a corresponsabilidade da chefia imediata do Órgão Cessionário (órgão externo). Já como fator negativo, destacamos o fato das chefias imediatas dos empregados cedidos não pertencerem ao corpo funcional do SERPRO, o que dificulta ações diretas do SERPRO, são possíveis apenas ações indiretas por meio dos Órgãos Centrais, que vem sendo constantemente envolvidos visando minimizar os fatores de risco e aumentar o controle dos empregados PSE.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	4.1.1.3. Informação Necessidades de melhorias nos controles referentes à verificação do cometimento de irregularidade por empregado cedido.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO revise seus normativos internos, com vistas a estabelecer a obrigatoriedade de que: - no momento da cessão do empregado, seja assinado um termo de compromisso, pela chefia imediata do órgão cessionário, estabelecendo que o órgão cessionário se responsabiliza pela apuração dos fatos, caso ocorra algum indício de infração no período da cessão, e encaminhe os resultados dessa apuração ao SERPRO para aplicação das eventuais penalidades; - para a aprovação da prorrogação das cessões, seja apresentada manifestação da chefia imediata de que não houve nenhum indício de cometimento de infração pelo empregado naquele período; - para as cessões em que não é necessária a prorrogação anual da cessão, seja apresentada à SUPGP manifestação anual da chefia imediata de que não houve nenhum indício de cometimento de infração pelo empregado naquele período; - quando do retorno do empregado à empresa, seja apresentada à SUPGP manifestação da chefia imediata de que não houve nenhum indício de cometimento de infração pelo empregado a partir da última manifestação, ou seja, apresentado o processo apuratório realizado, para o caso de indícios de cometimento de infração.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Edição da nova versão da Normada GP/035, onde o assunto está disciplinado, conforme observa-se nos 4.1.9 e 4.1.9.1			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em função da publicação da Norma GP 035, Cessão de Empregados, que incluiu a obrigatoriedade de assinatura por parte da chefia imediata do empregado, no Órgão Cessionário (requisitante), de novo Termo de Responsabilidade para Prorrogação de Cessão de Empregado, traz em seu texto a obrigatoriedade da chefia imediata informar se o referido empregado responde a qualquer processo de sindicância ou administrativo disciplinar, permitiu ainda uma melhor organização no processo, visto que, o SERPRO identificando que o empregado está respondendo a algum processo, irá solicitar cópia do mesmo para os procedimentos cabíveis, conforme normativos da empresa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Temos que destacar como fator positivo a clareza e maior controle no processo pelo órgão gestor, bem como acesso às informações referentes à possíveis processos de sindicância ou administrativo disciplinar que o empregado esteja respondendo. Já como fator negativo, destacamos o fato das chefias imediatas dos empregados cedidos não pertencerem ao corpo funcional do SERPRO, o que dificulta ações diretas do SERPRO, são possíveis apenas ações indiretas por meio dos Órgãos Centrais, que vem sendo constantemente envolvido visando minimizar esse fato visando aumentar o controle dos empregados PSE, e ainda, que muitos dos processos correm em Segredo de Justiça o que limita a atuação desta empresa.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	4.2.1.1. Constatação Falta de efetividade nos controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas no momento da destituição de função exigida pela Lei 8.730/93.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
Que o SERPRO revise os normativos internos buscando dotá-los de mecanismos mais eficazes de informação, conscientização e cobrança dos empregados da empresa na obrigatoriedade da entrega da declaração de bens e rendas no momento da destituição de função ou desligamento do SERPRO.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Síntese da Providência Adotada			
Norma GP/003 alterada em 10/09/2012			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Implementado módulo no sistema Sistema de Gestão de Pessoas que permite o controle efetivo do processo de entrega da declaração de bens e rendas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Efetividade no controle do processo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	CONSTATAÇÃO: 2.2.1.1 As orientações contidas nas Notas de Auditoria emitidas pela Auditoria Interna do SERPRO devem ser avaliadas e respondidas pelos gestores e o atendimento acompanhado pela Auditoria Interna.	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Auditoria-Geral – AUDIG/CD			000090

Descrição da Recomendação	
Recomendamos que as orientações emitidas pela Auditoria Interna nas Notas de Auditoria tenham seu conteúdo avaliado e respondido pelos respectivos gestores das áreas do SERPRO e o atendimento das orientações seja acompanhado pela Auditoria Interna.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Auditoria-Geral – AUDIG/CD	000090
Síntese da Providência Adotada	
Em razão do instrumento Nota de Auditoria não pressupor interação entre gestores e auditoria interna no Sistema Integrado SERPRO de Auditoria – SISAUD, o que impossibilita a resposta dos gestores às notas emitidas pela Auditoria via sistema, estabeleceu-se que a partir das designações de auditoria do 3º quadrimestre de 2013 serão utilizados apenas os instrumentos Ocorrências e Recomendações nos trabalhos de auditoria. Vale ressaltar que tais instrumentos já contemplam apresentação de respostas pelos gestores e o acompanhamento de providências pela auditoria interna.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Acompanhamento de todas as melhorias propostas pela Auditoria interna. Possibilidade de medição da eficácia das melhorias propostas	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Pontos negativos: Dificuldades, no início, em transformar oportunidades de melhorias, tratadas via notas de auditoria em recomendações para os gestores; Pontos positivos: Maior foco em recomendações que tenham maior valor agregado para gestão.	

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 190703 - Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2006.	3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033)	Ofício nº 23167/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU -PR, de 19/07/2007
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Descrição da Recomendação			
Que a Administração do SERPRO trate com a devida prioridade a questão da reestruturação da área jurídica, realizando os estudos necessários, o mais rápido possível, a fim de identificar as necessidades de recursos humanos e tecnológicos e tome as providências necessárias para que seja dada solução conclusiva ao caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação informada em 26/11/2013, pela Consultoria Jurídica – COJUR mediante despacho de Protocolo 023853/2009-49, dessa data 1. Quanto às adequações na estrutura da COJUR, padronização de pareceres jurídicos, implantação de sistemas de cálculos judiciais e adequações no quadro de pessoal 1.1. Adequações na estrutura da COJUR:			

A Consultoria Jurídica - COJUR, em atenção ao contido no Plano de Providências, realizou inúmeras alterações, desde 2007, em sua estrutura organizacional, buscando alcançar uma atuação estratégica na Empresa e atender, em termos estruturais, às diferentes demandas da Empresa no que tange a questões jurídicas.

Situação atual: Providência atendida relativamente à compatibilização da estrutura orgânica da Consultoria, frente às necessidades das diversas áreas da Empresa.

1.2. Padronização dos Pareceres Jurídicos:

Relativamente à padronização dos pareceres jurídicos emitidos por esta Consultoria Jurídica, temos a informar que há preocupação permanente em se manter a coerência, a uniformidade e a atualização dos posicionamentos emitidos, por meio de intensa atuação dos gestores das áreas que compõem o consultivo, bem como, pela adoção da prática de consulta e análise prévia de pareceres emitidos anteriormente sobre um mesmo tema, armazenados no sistema CPC Notes. Concorrentemente, existe uma rede de comunicação entre os advogados do Consultivo para divulgação de alterações que venham a ocorrer na legislação vigente.

No que tange aos aspectos formais de pareceres jurídicos, a Consultoria Jurídica instituiu um Manual de Padronização de Parecer, contendo regras gerais de apresentação e formatação, bem como, um modelo de formatação de parecer, conforme documentos que seguem em anexo.

Situação atual: Providência atendida.

1.3. Implantação do Sistema de Cálculos Judiciais:

O desenvolvimento do referido sistema, inicialmente, previa dois módulos distintos, um referente à solicitação de realização de cálculos, distribuição de demandas de realização de cálculos judiciais entre os profissionais responsáveis, controle de prazos e devolução ao solicitante dos cálculos realizados. Este módulo encontra-se em plena utilização desde 1º de dezembro de 2013, conforme informado em 05/03/2013, e comprovado por extrato do sistema que segue em anexo.

O segundo módulo, referia-se à funcionalidade para realização dos cálculos e arquivamento dos mesmos em um repositório para pesquisas posteriores. No entanto, em razão da inviabilidade da aplicação de ajustes necessários apontados na primeira versão da solução desenvolvida, em virtude de outras demandas prioritárias de implantação de sistemas internos e de orientação da Empresa para a descontinuidade de desenvolvimento e implantação de novos sistemas internos, a implementação do referido módulo foi descontinuada.

Situação atual: A providência não foi atendida, tendo as ações cabíveis sido descontinuadas, em razão da impossibilidade de continuidade do desenvolvimento interno da solução.

1.4. Adequação no Quadro de Pessoal:

Com vistas a atender com efetividade e eficiência às demandas apresentadas à Consultoria Jurídica, bem como possibilitar o pleno funcionamento da estrutura orgânica estabelecida, o quadro de pessoal foi recomposto, por meio, especialmente, de contratação de novos empregados, oriundos de concursos públicos realizados pela Empresa no período de 2007 a 2013, visto que não há em outras Unidades da Empresa profissionais com o perfil e requisitos estabelecidos para a condução das atribuições e responsabilidades das áreas técnicas da Consultoria.

O quadro de pessoal da COJUR sofreu um incremento de cerca de 54% do total de profissionais, se comparado o quadro total em dezembro de 2007, composto por 57 empregados, e o quadro de julho de 2013, totalizando 88 profissionais. Em relação aos ocupantes do cargo de Analista, especialização Advocacia, observa-se que entre 2007 e 2013, ocorreu um incremento de cerca de 55% de profissionais.

Além da necessidade de atender ao objetivo de a Consultoria Jurídica tornar-se estratégica na Empresa, sendo necessário compor o quadro de profissionais de cada órgão da estrutura organizacional estabelecida, o SERPRO vem reabsorvendo a condução do contencioso trabalhista terceirizado, por orientação do Tribunal de Contas da União, ensejando a necessidade de readequação quantitativa e qualitativamente do seu quadro de pessoal.

Para tanto, a Consultoria Jurídica da empresa procedeu à criação do Departamento do Contencioso Judicial Trabalhista em Brasília (CJJDF) e da Divisão do Contencioso Judicial Superior Trabalhista (CJJST), áreas criadas com a função precípua de absorver a condução das quase 700 ações judiciais conduzidas pelo escritório de advocacia terceirizado.

Para criar o corpo jurídico de advogados da área Contenciosa Trabalhista de Brasília, foram aditadas cinco novas vagas no concurso público realizado em 2008, para contratação de advogados. Para o preenchimento das cinco vagas aprovadas, fez-se necessária a convocação de 24 candidatos. Por fim, somente quatro advogados foram contratados, restando uma vaga, em razão de o último candidato não acudir o chamado do SERPRO e de o concurso público ter alcançado o seu termo final em 14/01/2013.

Assim, tornou-se necessária a previsão de vaga no concurso público realizado em 2013, o qual previu a disponibilização de duas vagas para o cargo de Analista, com Especialização em Advocacia e a formação de cadastro de reserva para Brasília-DF. No entanto, não houve a efetivação da contratação dos profissionais

aprovados para preenchimento das vagas disponibilizadas no certame realizado em 2013, em função do contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Decreto nº 8.062, datado de 29/07/2013, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo Federal e o impacto gerado no recebimento de suas receitas contratuais.

Atualmente, a área contenciosa de Brasília conta apenas com 07 (sete) advogados, dos quais, dois são ocupantes de funções gerenciais.

Situação atual: As providências para adequação do Quadro de Pessoal da COJUR foram adotadas, restando, no entanto, pendente a completa composição do quadro planejado para o Departamento Contencioso Trabalhista de Brasília, com vistas à completa absorção do patrocínio das causas dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste, Estado do Tocantins, e ações de todos os Estados que tramitam nos Tribunais Superiores, hoje sob a responsabilidade de escritório de advocacia terceirizado. A impossibilidade de alcance pleno dos resultados esperados com as ações adotadas para adequação do quadro de pessoal da Consultoria deriva da atual impossibilidade de contratação de profissionais aprovados no concurso público 2013, em função do contingenciamento orçamentário estabelecido pelo Decreto n.º 8.062/2013.

2. Quanto aos objetivos do Sistema de Cálculos Judiciais e do Sistema de Acompanhamentos de Processos Judiciais e cronograma de implantação do sistema

O Sistema de Cálculos Judiciais visava a automatização dos cálculos realizados no âmbito da COJUR, propiciando a agilidade, a possibilidade de atualizações frequentes, a rastreabilidade, a facilidade de consultas e emissão de relatórios aos envolvidos na condução dos processos judiciais.

O Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais, ora denominado SIJ – Sistema de Informações Jurídicas, solução contratada por meio de processo licitatório, a ser fornecida pela empresa Benner Sistemas S/A, tem o objetivo de gerenciar e controlar o andamento dos processos judiciais em todas as instâncias, efetuar a solicitação e o controle de pagamentos judiciais, permitir a solicitação e a emissão de pareceres, bem como emitir relatórios gerenciais relativos às informações constantes de sua base de dados.

O referido sistema encontra-se em fase de adequação e customização às necessidades do SERPRO, pela empresa contratada, tendo sido estabelecida como estimativa de implantação, a data de 06 de janeiro de 2014, conforme cronograma constante do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato RG n.º 45.218/2010, firmado em 14 de novembro de 2012.

Ocorre que, o cronograma estabelecido não foi passível de cumprimento e a situação atual do projeto demonstra a impossibilidade de implantação do software customizado e sua migração para software livre em janeiro de 2014, conforme estabelecido no Termo Aditivo supracitado.

A partir de abril de 2013, ocasião em que o gestor do contrato referenciado foi substituído, em virtude de afastamento do trabalho, por motivos de saúde, uma nova estratégia para condução do projeto de implantação do sistema de acompanhamento de processos judiciais e administrativos foi estabelecida, passando a ser elemento fundamental a participação dos futuros usuários da solução no processo de identificação de melhorias e adequação da versão proprietária do software ofertado pela empresa Benner Sistemas S/A.

Nesse sentido, foram realizadas oficinas com profissionais integrantes das equipes das áreas do contencioso trabalhista, do cível, do consultivo e da área de gestão, para apresentação do sistema e especificação das melhorias a serem implementadas, etapa esta definida como Aderência, cujo objetivo primordial foi a prevenção de possíveis inadequações do sistema e insatisfações dos usuários finais, especialmente os advogados da Consultoria, frente às necessidades da área e da Empresa.

Durante o referido trabalho foi essencial, preliminarmente, a apresentação das funcionalidades do sistema e leitura de respectiva documentação da solução por todos os envolvidos que não haviam sido apresentados ao sistema. Além disso, ficou evidenciada a necessidade de desmembramento do Módulo Contencioso em duas funcionalidades distintas, a Trabalhista e a Cível, abarcando as especificidades e características de cada um dos ramos processuais. Tal cenário ensejou a delonga na conclusão da etapa.

Ao ser efetivamente iniciada a execução da fase de Aderência, em abril de 2013, a mesma já se apresentava em atraso, se comparada à previsão de conclusão estabelecida no cronograma constante do 1º Termo Aditivo firmado, 05/02/2013, tendo sido possível somente em 05/07/2013, a assinatura do Termo de Aderência, por parte do SERPRO, e a continuidade das demais etapas previstas no cronograma. O atraso resultante foi de cinco meses, impactando, consequentemente, nas etapas subsequentes, a saber: desenvolvimento das adequações apontadas na fase de Aderência, instalação da solução customizada, parametrização do sistema, realização de testes, homologação da versão, realização de treinamentos e implementação da solução.

A etapa que está sendo iniciada, é a de definição dos parâmetros e tabelas que irão estabelecer a forma de funcionamento do sistema, denominada de Parametrização. Após a conclusão da referida etapa restam ainda, as

etapas de Testes e Homologação, Migração de Dados do sistema atual para a versão customizada, Treinamentos, Implementação da Solução e, por fim, Conversão da Solução para Software Livre. Por todo o exposto, o gestor do contrato, em conjunto com os representantes da empresa contratada, identificaram a necessidade de revisão do cronograma estabelecido no 1º Termo Aditivo e iniciaram a elaboração de um novo cronograma, prevendo as ações e respectivas cargas horárias necessárias à concretização efetiva e eficaz do projeto, tendo uma previsão preliminar de implantação da solução customizada para junho de 2014 e um período adicional de um ano para a conversão do sistema para software livre. Nesse sentido, a data anteriormente estabelecida para implantação e conversão do sistema de acompanhamento e controle de processos judiciais e administrativos, 06/01/2014, sofrerá, necessariamente, alteração, que será formalizada por meio da celebração de novo Termo Aditivo, nos termos da Lei. Por fim, registre-se que a necessidade de revisão do cronograma não configura como inércia ou descompromisso de qualquer das partes, e sim, da necessidade de reversão da estratégia anteriormente adotada, com vistas ao alcance efetivo do objeto contratado. Situação atual: As providências para implantação de novo sistema de acompanhamento de processos judiciais e administrativos não foram concluídas, em função da necessidade de revisão da estratégia de condução das medidas pertinentes, com vistas ao fiel cumprimento do objeto contratado e, especialmente, com o intuito de alcançarmos êxito com a implantação de nova solução e assim, otimizarmos os processos de trabalho dos advogados, a eliminar controles paralelos e permitir a extração de informações gerenciais que subsidiem o processo decisório na Empresa, sem a necessidade permanente de solicitação de apurações especiais à área de desenvolvimento responsável pelo atual sistema.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Vide resposta anterior

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	N.º 222250 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2008	3.3.1 – Assunto – Resultados de Auditorias no SISAC e Folha de Pagamento 3.3.1.1 Constatação	Ofício nº 22335/2009/DEFAZ/DE /SFC /CGU-PR, de 15/07/2009
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Administração - DIRAD			000090
Descrição da Recomendação			
Que o dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP – 015188/2009), inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação informada pela SUPGP mediante e-mail de 02/12/2013:			

“O Serviço Federal de Processamento de Dados aguarda a validação do seu entendimento de que com o Ofício nº 444/2009/MP/SE/DEST, datado em 09 de junho de 2009, os atos anteriores a 2008 foram convalidados pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais.”

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como fator positivo, há o entendimento prévio, obtido em reunião com a CGU em dezembro de 2012, de que os atos já foram convalidados em 09 de junho de 2009, por meio do Ofício nº 444/2009/MP/SE/DEST a ser ratificado pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE-MF). Como fator negativo, a falta desse atendimento pela SE-MF o que dificultaria a convalidação de atos pretéritos por parte da atual administrativa pública.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	N.º 246682 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2009	1.1.2 Assunto Avaliação dos Resultados 1.1.2.1 Informação: (003) Nota de Auditoria nº 03	Ofício nº 33.949/2010/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 14 de outubro de 2010.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Crie parâmetros de avaliação de eficiência e de eficácia na aplicação dos recursos auferidos por meio dos seus contratos de prestação de serviços, assim como aproprie os valores orçados e gastos, por natureza de despesa, com pessoal, custeio e investimentos, em cada projeto estratégico e prioritário da referida empresa			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Mediante despacho de protocolo nº 004637/2011-09 de 22/11/2013, a COEEP informou: “No que diz respeito à criação de condições para viabilizar a gestão de custos dos projetos, os esforços continuam direcionados para o projeto Flamboyant. Conforme último relato, o contrato foi assinado e atualmente está sendo realizada a instalação da ferramenta no SERPRO. A implantação ocorrerá prioritariamente para os projetos estratégicos e posteriormente para os demais projetos da empresa. O uso da ferramenta em produção está previsto para 2014”. A definição e implantação de uma ferramenta PPM (Project Portfolio Management) caracteriza-se como um trabalho complexo, que envolve definição e implantação de requisitos para atendimento das necessidades específicas da organização. Alguns fatores externos impactaram o andamento do projeto, conforme relato no item posterior, porém a última estimativa de prazo de assinatura do contrato foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os fatores negativos que impactaram o projeto foram dois. Houve desistência do processo licitatório, por parte do fornecedor que venceu a etapa de lances, alegando que sua ferramenta não contemplava todos os requisitos.			

Devido a este fato, ocorreu um replanejamento da etapa de homologação da ferramenta. Além disso, a restrição orçamentária da organização provocou replanejamento no processo de adjudicação do fornecedor e posterior assinatura do contrato.

Os fatores positivos que facilitarão as providências do gestor quanto ao objetivo principal são a maturidade do Processo PGPS (Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos), implantado desde 2004, e a disponibilidade de curso à distância de gestão de projetos, pois juntos compõem pilares importantes para o atingimento do objetivo de melhoria da gestão de custos de projetos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-	Resultado do Trabalho realizado pela CGU, com base em dados constantes do SIAPE, com o objetivo de avaliar a legalidade de despesas relativas à folha de pagamento do SERPRO	-	Ofício nº 3753/2011/DEFAZ I /DE/SFC/CGU-PR, de 11/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
solicita manifestação do SERPRO quanto ao disposto nos parágrafos 17, 20, 26 e 29 da Nota Técnica, bem como informações sobre as medidas adotadas ou que serão adotadas sobre o assunto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Monitoramento realizado mediante trabalho: GP-AC/0002/2013. Conforme consta no relatório de auditoria: "A Auditoria verificou o atendimento aos itens 01, 02, 03 e 04, pendentes de solução, constantes do Ofício nº 3753/2011 DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, que trata do resultado do trabalho de avaliação da legalidade de despesas referentes à Folha de Pagamento da Empresa. Os itens 05, 06, 07, e 08, registrados no referido Ofício, já foram atendidos pela Empresa. Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 007 de 26/11/2013, a Empresa posicionou-se da seguinte forma: item 1 - CGU - Empregados ocupantes de função de gerência com recebimento de hora extra. Posicionamento SUPGP: Por decisão de Diretoria, para a função gerencial de supervisão não será mais permitida a realização de horas extras. item 2 - CGU - Empregados com recebimento de hora extra por um período maior. item 3 - CGU - Empregados com hora extra incorporada ao salário e recebimento de hora extra. item 4 - CGU - Empregados que receberam hora extra em percentual entre 19% até 146% do salário. Posicionamento SUPGP: Com relação aos itens 2, 3 e 4, por decisão de Diretoria, as áreas envolvidas na realização expressiva de horas extras deverão apresentar estudo apontando mecanismos de controle e medidas que visem a redução na realização de jornada extraordinária". Justificativa para o não cumprimento: As providências estavam em fase de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Redução de realização de horas extras e a criação de mecanismos de controle.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.2 - Constatação: Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Que o SERPRO implemente ação integrada entre a área contábil e o escritório de projetos com os seguintes propósitos: a) atualizar os conceitos e os procedimentos atinentes a projetos e atividades registrados no PGPS com os conhecimentos contábeis pertinentes; b) atualizar a base da carteira de projeto, tomando por base o novo PGPS; e c) realizar estudo dos gastos no âmbito de projetos para verificar a sua ativação, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 04, do Comitê de Pronunciamento Técnico e das normas fiscais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00 de 22/11/2013, a COEEP informou: Com relação ao andamento do projeto Flamboyant, informamos que, conforme último relato, o contrato foi assinado e atualmente está sendo realizada a instalação da ferramenta no SERPRO. Nos últimos meses houve replanejamento do projeto, devido à restrição orçamentária da organização, comprometendo o processo de adjudicação do fornecedor e posterior assinatura do contrato. Após a instalação, a implantação da ferramenta ocorrerá prioritariamente para os projetos estratégicos, e posteriormente para os demais projetos da empresa. O uso da ferramenta em produção está previsto para 2014. Informamos que a definição e implantação de uma ferramenta PPM (Project Portfolio Management) caracteriza-se como um trabalho complexo, que envolve definição e implantação criteriosa de requisitos para atendimento das necessidades específicas da organização. Alguns fatores externos impactaram o andamento do projeto, conforme relato no item posterior.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os fatores negativos que impactaram o projeto foram dois. Houve desistência do processo licitatório, por parte do fornecedor que venceu a etapa de lances, alegando que sua ferramenta não contemplava todos os requisitos. Devido a este fato, ocorreu um replanejamento relativo a etapa de homologação da ferramenta. Além disso, a restrição orçamentária da organização provocou um replanejamento no processo de adjudicação do fornecedor e posterior assinatura do contrato. Os fatores positivos que facilitarão as providências do gestor quanto ao objetivo principal são a maturidade do Processo PGPS (Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos) e a disponibilidade de curso à distância de gestão de projetos, pois juntos compõem pilares importantes para o atingimento do objetivo de melhoria da gestão de custos de projetos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.2 - Constatação: Inconsistências na Classificação e Contabilização de Projetos	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF			000090
Descrição da Recomendação			
Instituir cronograma para a realização dos trabalhos do novo plano de investimento			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação informada mediante despacho de protocolo nº 032536/2011-00 de 22/11/2013: Foi criado o Grupo de Trabalho Interáreas para definição de parâmetros de mensuração do ativo e emissão de normativo interno para sua mensuração e contabilização. O GT foi criado através da Decisão de Diretoria OE 068/2013, com o objetivo normatizar e contabilizar os softwares desenvolvidos e utilizados internamente como ativo intangível (sistemas internos - novos e manutenções evolutivas, a fim de melhorar a performance do resultado empresarial e representar de forma fidedigna o patrimônio da entidade. O GT iniciou os trabalhos com a realização de um workshop, no qual foram colocados os benefícios do tratamento contábil dos gastos com construção de softwares no Ativo, como também foi apresentada a base legal e doutrinária que norteará as atividades do grupo. Evoluímos positivamente quanto a verificação da forma de apropriação das horas trabalhadas na área de desenvolvimento, como também quanto às informações fornecidas pelo sistema de custos, a fim de apurar os custos do ativo intangível e até 31/12/2013 emitiremos um normativo interno com o mapeamento das atividades e responsabilidades das áreas para a apuração e mensuração dos ativos intangíveis no SERPRO. Porém, a efetiva contabilização não ocorrerá no exercício 2013, visto que os sistemas internos não estão preparados para essa apropriação. Segundo os gestores, existe a previsão de entrada em produção do novo SIGECOM, o qual alimenta o sistema de custos para apropriação dos insumos dos projetos. Como há a necessidade de alteração da forma como o SIGECOM enviará as informações para o custo, como também da forma como receberá as informações da área de desenvolvimento, novas demandas foram solicitadas para esse sistema, no entanto, as entregas somente ocorrerão em 2014. Diante do exposto, o normativo que contemplará o mapeamento das atividades necessárias para a mensuração do ativo intangível e os responsáveis por essas atividades deverá ser publicado até 31/12/2013, porém, a previsão para a operacionalização do normativo, ou seja, o efetivo registro contábil do ativo intangível somente se dará em 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Vide resposta anterior			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.2.4 – INFORMAÇÃO: Nota de Auditoria Nº: 201108703/004, de 19/08/2011	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Que o grupo de trabalho instituído para elaborar metodologia para criação, medição e avaliação de indicadores corporativos implemente as melhorias citadas neste item, bem como inclua em seu escopo as seguintes recomendações da CGU/Auditoria Interna, quais sejam: - os indicadores e suas respectivas metas devem ser definidos com a antecedência necessária, a fim de permitir a adequada execução/monitoramento daquilo que foi planejado; - no momento da definição dos indicadores, devem ser consideradas as dificuldades de sua medição, bem como a indicação tempestiva dos responsáveis pelo cumprimento das metas estabelecidas; e - a Diretoria deve evitar promover mudanças em indicadores e/ou metas após estes já terem sido definidos no momento da elaboração do Planejamento Estratégico			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Mediante despacho de protocolo 032536/2011-00, de 22/11/2013, a COEEP informou: Estas orientações já são repassadas verbalmente para os envolvidos e serão acrescentadas explicitamente no FormDai (Formulário de Descrição dos Atributos dos Indicadores), que é o documento utilizado como referência para definição de indicadores. Esta atualização será realizada até o primeiro trimestre de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há fatores relevantes.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Nº 201108703 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2010	1.1.5.1 - Constatação: Fragilidade nos controles relativos ao Sistema de Planejamento Estratégico, à Folha de Pagamentos e às aquisições e suprimentos, comprometendo suas integridades.	Ofício nº 30275/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 11/10/2011

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Diretor-Superintendente - DS		000090
Descrição da Recomendação		
Que o SERPRO avalie a conveniência e oportunidade de se instituir política corporativa de gestão de risco com as atribuições de análise/avaliação, tratamento, aceitação e comunicação de riscos, de forma a:		
a) minimizar incertezas e ameaças, atuando como instrumento de suporte ao planejamento estratégico;		
b) aumentar a efetividade no gerenciamento da alocação de capital; e		
c) subsidiar as atividades da auditoria interna para os processos que apresentam o ambiente mais crítico de riscos		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Diretor-Superintendente - DS		000090
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 032552/2011-58, de 11/12/2013:		
“A Resolução DE-012/2013, assinada em 26/09/2013 pelo Diretor-Presidente Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, instituiu a Política Corporativa de Gestão de Riscos (PCGR), a qual estabelece princípios e responsabilidades, aponta fontes de referência para conceitos e padrões, além de determinar prazo de um ano para alinhamento das demais políticas e normas.”		
O cumprimento da referida recomendação será monitorado pela Audig no exercício 2014.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
As providências foram adotadas de acordo com as recomendações da CGU. A Política Corporativa de Gestão de Riscos (PCGR) foi instituída por meio da resolução DE-012/2013, assinada em 26/09/2013 pelo Diretor-Presidente, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni, e o alinhamento das demais políticas e normas, que demandará maior prazo de execução, será realizado durante o exercício em curso.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	1.1.1.1. Constatação: Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Descrição da Recomendação			
Que o SERPRO mantenha, no longo prazo, um núcleo razoável de indicadores estratégicos e táticos no relatório de gestão para uma melhor análise histórica da evolução do resultado da empresa na busca pelos seus objetivos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Escritório Estratégico de Projetos - COEEP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A CGU considerou esta recomendação como parcial pelo seguinte motivo:			
“Os indicadores foram definidos e constam no Relatório de Gestão SERPRO 2012. Contudo, será objeto de análise			

a continuidade destes indicadores nas próximas contas”.
Mediante Despacho de Protocolo nº 032194/2012, de 22/11/2013, a COEEP informou o que segue:
“medidas adotadas por essa Coordenação de forma a garantir que tais indicadores continuarão a ser medidos e informados nas próximas contas.
A medida adotada foi de definição de um conjunto de indicadores que tendem a uma perenidade maior, por serem indicadores clássicos de gestão empresarial, os quais constam na página 25 do Relatório de Gestão 2012. Além disso, o SERPRO implantou o serviço de gestão de indicadores corporativos, com emissão de relatórios para públicos específicos e implantou um painel informatizado de indicadores. Este painel encontra-se em uso pelos diretores e será disponibilizado para todos os empregados até dezembro de 2013.
A recomendação permanecerá com status de parcial até a próxima auditoria anual de gestão da SFC/CGU-PR.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há fatores relevantes

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	1.1.1.1. Constatação: Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO passe a manter, nos seus controles internos, todas as informações sobre os empregados que litigam contra a empresa que possam viabilizar a completa identificação dos processos passíveis de ressarcimento, bem como realize o levantamento de valores já pagos em processos encerrados, para posterior cobrança.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação informada em 26/11/2013 mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60 dessa data: Posicionamento acerca das Recomendações 001 e 002: A PGFN exarou novos pareceres, nos quais reitera a posição de que são passíveis de solicitação de ressarcimento tão somente os processos que tenham transitado em julgado, definitivamente. Adicionalmente, relativamente à nota de ressarcimento emitida, referente ao processo 458-2004-112-03-00-2, cuja reclamante é Aparecida Geralda de Freitas Costa, arquivado definitivamente na Justiça, a PGFN emitiu parecer no qual aponta a prescrição do direito de ressarcimento, no caso em pauta, pautando-se no estabelecido no Decreto n.º 20.910, de 6 de janeiro de 1932, em virtude de a certidão de arquivamento do processo discutido ser de 14 de novembro de 2007 e a nota de ressarcimento emitida pelo SERPRO, datar de 06 de maio de 2013, configurando, portanto, mais de cinco anos da data de arquivamento do processo na Justiça. O SERPRO continua adotando as ações necessárias ao acompanhamento mensal dos pagamentos efetuados em processos judiciais que envolvem empregados integrantes do quadro externo, para que, tão logo o processo transite em julgado, sejam adotadas as medidas cabíveis à emissão da Nota de Ressarcimento. De outro lado, foi instituído Grupo de Trabalho, por meio da Decisão de Diretoria OE/096/2013, de 16 de			

setembro de 2013, para mapear os processos de solicitação de ressarcimento do passivo trabalhista referente aos integrantes do quadro externo. O referido grupo iniciou os trabalhos, tendo deliberado pela necessidade de adoção de medida preliminar para identificação com maior precisão do contingente passível de solicitação de reembolso, considerando os empregados que efetivamente estiveram lotados em órgãos externos, a interposição de ações nos períodos correspondentes, os valores dispendidos nos processos identificados, a identificação dos processos encerrados e ainda, a atualização dos valores referentes aos referidos processos.

Consideramos como o principal aspecto que vem interferindo no êxito das recomendações propostas, as constantes tratativas junto ao órgão cessionário, Ministério da Fazenda, que vem apontando paulatinamente novas exigências e questionamentos adicionais acerca dos processos judiciais vinculados às notas de ressarcimento encaminhadas, bem como identificando novos aspectos relacionados à instrução processual realizada no curso do processo administrativo de requerimento do ressarcimento. Outro dificultador da concretização das providências, em sua integralidade, diz respeito à ausência de controles específicos que permitam a vinculação entre os pagamentos judiciais efetuados e a existência de reclamantes integrantes do quadro externo nos respectivos processos, especialmente em se tratando de processos demasiado antigos. Adicionalmente, restringem ainda a possibilidade de efetivação da solicitação de ressarcimento, dificuldades quanto ao colecionamento dos documentos comprobatórios da efetivação de pagamentos nos processos judiciais, visto que, em grande parte das situações, faz-se necessário o peticionamento ao juízo para desarquivamento de ações, além da constatação de processos que se foram incinerados ou cujas peças não estão íntegras, dificultando sua perfeita visualização.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Vide resposta acima

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	1.1.1.1. Constatação: Falta de continuidade no conjunto de indicadores no longo prazo.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO estabeleça e aplique procedimentos para cobrar os valores, devidamente atualizados, passíveis de ressarcimento em processos trabalhistas, cujo demandante seja empregado cedido e o pedido se refira a desvio de função no órgão cessionário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação informada em 26/11/2013 mediante despacho de protocolo nº 032189/2012-60 dessa data: Posicionamento acerca das Recomendações 001 e 002: A PGFN exarou novos pareceres, nos quais reitera a posição de que são passíveis de solicitação de ressarcimento tão somente os processos que tenham transitado em julgado, definitivamente. Adicionalmente, relativamente à nota de ressarcimento emitida, referente ao processo 458-2004-112-03-00-2, cuja reclamante é Aparecida Geralda de Freitas Costa, arquivado definitivamente na Justiça, a PGFN emitiu			

parecer no qual aponta a prescrição do direito de ressarcimento, no caso em pauta, pautando-se no estabelecido no Decreto n.º 20.910, de 6 de janeiro de 1932, em virtude de a certidão de arquivamento do processo discutido ser de 14 de novembro de 2007 e a nota de ressarcimento emitida pelo SERPRO, datar de 06 de maio de 2013, configurando, portanto, mais de cinco anos da data de arquivamento do processo na Justiça. O SERPRO continua adotando as ações necessárias ao acompanhamento mensal dos pagamentos efetuados em processos judiciais que envolvem empregados integrantes do quadro externo, para que, tão logo o processo transite em julgado, sejam adotadas as medidas cabíveis à emissão da Nota de Ressarcimento. De outro lado, foi instituído Grupo de Trabalho, por meio da Decisão de Diretoria OE/096/2013, de 16 de setembro de 2013, para mapear os processos de solicitação de ressarcimento do passivo trabalhista referente aos integrantes do quadro externo. O referido grupo iniciou os trabalhos, tendo deliberado pela necessidade de adoção de medida preliminar para identificação com maior precisão do contingente passível de solicitação de reembolso, considerando os empregados que efetivamente estiveram lotados em órgãos externos, a interposição de ações nos períodos correspondentes, os valores dispendidos nos processos identificados, a identificação dos processos encerrados e ainda, a atualização dos valores referentes aos referidos processos. Consideramos como o principal aspecto que vem interferindo no êxito das recomendações propostas, as constantes tratativas junto ao órgão cessionário, Ministério da Fazenda, que vem apontando paulatinamente novas exigências e questionamentos adicionais acerca dos processos judiciais vinculados às notas de ressarcimento encaminhadas, bem como identificando novos aspectos relacionados à instrução processual realizada no curso do processo administrativo de requerimento do ressarcimento. Outro dificultador da concretização das providências, em sua integralidade, diz respeito à ausência de controles específicos que permitam a vinculação entre os pagamentos judiciais efetuados e a existência de reclamantes integrantes do quadro externo nos respectivos processos, especialmente em se tratando de processos demasiado antigos. Adicionalmente, restringem ainda a possibilidade de efetivação da solicitação de ressarcimento, dificuldades quanto ao colecionamento dos documentos comprobatórios da efetivação de pagamentos nos processos judiciais, visto que, em grande parte das situações, faz-se necessário o peticionamento ao juízo para desarquivamento de ações, além da constatação de processos que se foram incinerados ou cujas peças não estão íntegras, dificultando sua perfeita visualização. Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Vide resposta acima

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	2.1.1.2. Informação (2) EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CONTENCIOSO JUDICIAL RELACIONADO À FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA (FCT) E À FUNÇÃO COMISSIONADA ADMINISTRATIVA (FCA)	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO, com vistas a se resguardar de futuras ações judiciais, implemente uma das seguintes ações: a) revisão do disposto nas normas GP-030/2007 e GP-053/2007 optando por passar a cumprir e fiscalizar o que for disposto nos normativos revisados para as designações de FCA e FCT, principalmente no que se refere a:			

- extraordinariedade da atividade desempenhada evitando a concessão das gratificações tanto para o desempenho de atividades ordinárias para a qual os empregados já foram contratados quanto para o desempenho de atividades de outro cargo, buscando-se a fundamentação em critérios objetivos; - temporariedade da concessão, não sendo razoável que empregados recebam, sem interrupção, indefinidas renovações das designações; e - necessidade de comprovação posterior da atividade extraordinária realizada; b) definição da maneira mais adequada de extinguir a FCA e FCT, reestruturando a tabela de remuneração dos empregados; ou c) outras ações consideradas mais adequadas pela empresa, capazes de resguardá-la de futuras ações judiciais sobre FCA e FCT.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP	000090
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Situação em 22/11/2013 informada mediante despacho de protocolo nº 032195/2012-63 desta data: - As Implementações das alterações nos normativos citados, abarcando os itens referentes à extraordinariedade da atividade desempenhada, à temporariedade da concessão e à necessidade de comprovação posterior da atividade extraordinária realizada, não foram realizadas por orientação da Consultoria Jurídica da Empresa, portanto, a ação foi cancelada: - Módulo em especificação e em desenvolvimento no Sistema de Gestão de Pessoas - SGP, contemplando alterações nos formulários das designações e no controle das atividades descritas no ato da designação, bem como no controle das verbas designadas, permanece em andamento dentro dos esforços da Equipe de Desenvolvimento da Empresa; e - Implementação de ação educativa para capacitação gerencial na sistemática e suas respectivas designações, com previsão de realização prorrogada para 2014 em função do momento de contenção orçamentária na Empresa.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
As medidas em adoção pela empresa, constituídas pela criação de módulo no SGP e implementação de ação educativa aos gestores responsáveis pelas designações, em detrimento da adoção das alternativas relativas à alteração normativa ou extinção da sistemática, foram motivadas e facilitadas por avaliação das áreas afetas (Superintendência de Pessoas e Consultoria Jurídica) quanto à sua conveniência e oportunidade além de sua consideração como sendo factíveis e de menores riscos envolvidos em relação às demais opções.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	2.1.1.3. Informação: Ausência de informações sobre os valores dos alvarás judiciais relativos às ações antigas da empresa	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO realize estudo acerca dos alvarás judiciais, abordando, no mínimo, os seguintes itens: - listagem dos processos que envolvem alvarás judiciais; - identificação da situação e dos valores passíveis de levantamento;			

- estabelecimento e implementação de um modelo de processo para a gestão e controle dos depósitos e levantamentos; e - cronograma de execução dos trabalhos para acompanhamento pela auditoria interna da empresa.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Consultoria Jurídica - COJUR	000090
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Situação informada em 26/11/2013, mediante despacho de protocolo nº 032189/2012 dessa data: Conforme informado anteriormente, a rotina para levantamento de alvarás e solicitação de estorno dos valores contidos nos mesmos, referentes a processos ativos, está implantada a nível nacional. Os advogados responsáveis pelos processos levantam o alvará junto à Justiça, encaminham os mesmos à COJUR/CJINF e este Departamento, de forma centralizada, efetua a solicitação de estorno dos valores especificados nos alvarás. As instituições bancárias efetuam o depósito dos valores devidos na conta do SERPRO. O SERPRO vinha utilizando do Convênio firmado com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, para realização do resgate centralizado de alvarás, ocorre que, a vigência dos referidos convênios foi expirada, em 14 de setembro de 2013 e 20 de julho de 2013, respectivamente, sem a possibilidade de renovação dos mesmos em função da falta de interesse demonstrado pela Caixa Econômica Federal na manutenção do referido serviço e em virtude de o Banco do Brasil estar implementando uma nova forma de fornecimento do serviço, tendo incluído cláusulas que necessitam ser discutidas previamente. A Consultoria Jurídica solicitou a intervenção da Diretoria da Empresa para mediar as tratativas com a Caixa Econômica Federal, instituição bancária que apresenta uma maior representatividade no universo de valores despendidos em processos judiciais, no sentido de viabilizar a celebração de um novo convênio para fornecimento do serviço de centralização de resgates de alvarás e emissão de informações gerenciais. No tocante ao convênio com o Banco do Brasil, a COJUR iniciou discussão como a Superintendência Financeira – SUPGE, para analisar os termos do contrato proposto pelo Banco e identificar uma solução conjunta que atenda às necessidades de ambas Unidades. Relativamente aos processos arquivados, referentes exclusivamente a Brasília, foi implementada rotina de levantamento de alvarás e solicitação de estorno junto ao Banco do Brasil dos valores passíveis de estorno, tendo sido efetuado o crédito em nome do SERPRO de R\$ 722.223,14 (Setecentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e três reais e quatorze centavos), no período de junho de 2012 à presente data. Tal rotina envolveu o levantamento de todos os processos de Brasília com saldos remanescentes no Banco do Brasil, a solicitação de desarquivamento dos processos junto à Justiça, a identificação dos valores efetivamente depositados pelo SERPRO, o peticionamento da expedição de alvarás junto ao Juiz e, por fim, a solicitação do estorno dos valores junto ao Banco do Brasil. O início das ações para levantamento dos saldos remanescentes existentes na Caixa Econômica Federal - CEF, referentes a processos de Brasília arquivados, aguardava a conclusão do trabalho realizado junto ao Banco do Brasil, tendo o mesmo ocorrido em julho de 2013, ocasião em que restou impossibilitada a elaboração de cronograma para execução das ações junto à CEF, em virtude da não renovação do Convênio registrado sob o n.º 42144, conforme mencionado anteriormente. Quanto ao levantamento dos saldos remanescentes de outras Regionais, referentes a processos arquivados, conforme informado anteriormente, considerando as demandas atuais impostas ao Contencioso Trabalhista, somado ao fato de que o acesso aos processos e o peticionamento da expedição de alvarás é de responsabilidade privativa de advogados, e que inexistem nas Regionais, atualmente, profissionais habilitados com possibilidade de assumir tais encargos, em virtude do grande número de prazos e audiências dos processos ativos, para que a rotina seja efetivamente implementada, faz-se necessário aguardar cenário de arquivamento de ações e não ajuizamento de novas demandas, ou a contratação de novos profissionais, que ficarão inicialmente designados apenas para atividades que envolvam levantamento de alvarás para, em seguida, definirmos um cronograma de atuação nas diversas Regionais. Diante do exposto, o prazo estimado para atendimento em todas as Regionais, que inicialmente havia sido estimado em um ano, deverá ser redimensionado, desde que atendido algum dos cenários acima mencionados. Assim, consideramos como principais variáveis que impactam negativamente na adoção das recomendações apresentadas, a descontinuidade dos convênios celebrados com as instituições bancárias, especialmente a Caixa Econômica Federal, sem a demonstração de qualquer interesse da referida instituição no fornecimento dos serviços de centralização de resgate de alvarás; a ausência de informações históricas sistematizadas acerca dos	

valores passíveis de retorno aos cofres do SERPRO, ensejando o estudo e a análise criteriosa para seleção das estratégias de coleta mais adequadas; as dificuldades de identificação de documentos comprobatórios de efetivações de pagamentos em processos judiciais, em virtude de muitos deles serem referentes a processos demasiado antigos que, em algumas situações, se encontram até mesmo incinerados; e a ausência de profissionais habilitados e disponíveis para execução das ações necessárias à concretização das providências.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Vide resposta anterior

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	2.1.1.3. Informação: Ausência de informações sobre os valores dos alvarás judiciais relativos às ações antigas da empresa	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO, além das ações que já estão em andamento, apresente um conjunto de medidas complementares com objetivo de melhorar a uniformização da produtividade entre os departamentos de desenvolvimento visando o atingimento de suas metas de produtividade, como, por exemplo, a intensificação dos treinamentos formais internos das equipes, a alocação temporária de membros das equipes menos produtivas em projetos nas equipes mais produtivas, tomando as cautelas necessárias para não elevar demasiadamente despesas com diárias e passagens, sem prejuízo das demais medidas que julgar necessárias.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação informada em 03/12/2013, mediante despacho de protocolo nº 032187/2012 dessa data: “No período de janeiro a outubro de 2013, foram concluídos em média, mensalmente, mais de 554 projetos de software na linguagem java pela unidade de desenvolvimento. Essa tecnologia é a que possui maior número de projetos de software atendidos na organização. Esses projetos alcançaram uma produtividade média de 10,8 PF/HH, bem acima da meta da Superintendência de Desenvolvimento para essa linguagem que é de 14 PF/HH. Em geral, há um cenário positivo no desenvolvimento na execução de projetos de software. Esse contexto é em decorrência de treinamentos realizados nas tecnologias, experiência e conhecimento em java e compartilhamento de conhecimento entre as diversas equipes da unidade. Tanto que a partir de set/2013 essa meta foi alterada para 12 PF/HH. Porém, é importante ressaltar mais uma vez que as divergências na produtividade de projetos de software não depende apenas de recursos humanos, mas existem vários fatores externos que podem impactá-la, como por exemplo porte do projeto. Projetos de manutenção com menos PF e esforço tendem a ter uma produtividade mais alta em função de escopo bem definido, sem muita mudança, levando menos tempo na definição de requisitos e nas outras fases do projeto. Já nos projetos de grande porte, no geral manutenções grandes ou novos sistemas (PF			

e esforço alto), tendem a ter dificuldade na definição dos requisitos e com isso muita mudança, levando a um maior retrabalho nas outras fases do projeto."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Vide resposta anterior

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	3.1.1.1. Constatação: Utilização de imóveis pelo SERPRO sem o devido alvará de utilização (habite-se), ou com a falta de regularidade desta documentação.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Logística - SUPGL			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO providencie a regularização da situação dos alvarás de utilização (habite-se) dos imóveis que ocupa e passe a prever em suas rotinas a necessidade da regularidade desta documentação como condição para ocupação de cada novo imóvel.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Logística - SUPGL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação em 22/11/2013 informada mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47: Do último posicionamento prestado à SFC/CGU estavam pendentes para ações pelo SERPRO, os documentos de "Habite-se" dos imóveis relativos ao Anexo I do Edifício Sede em Brasília, o prédio ocupado pelo Escritório de Manaus da Regional e o prédio da Regional Porto Alegre. BRASÍLIA Situação atual: Após cumprimento e apresentação das exigências da AGEFIS em que foi exigido a atualização de projetos e pagamentos de taxas de execução de obras (TEO), taxa de funcionamento de estabelecimento (TFE), referentes aos períodos de 2009 a 2012, foi mais uma vez renovada a solicitação de emissão do Habite-se conforme protocolo em 23/09/2013, porém a Administração de Brasília solicitou novos documentos, que estão em providências. Justificativa para o seu não Cumprimento até o momento: Exigência de apresentação de novos documentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em 20/11/2013, retornamos a Administração de Brasília para obter informações atualizadas sobre o andamento do processo e desenrolar da solicitação de Habite-se, para nossa surpresa surgiram novas exigências com respeito a outros Órgãos governamentais, listados abaixo, os quais estamos em fase de obtenção: - Declaração para habite-se da CEB, CAESB, NOVACAP, laudo Bombeiros, nada consta AGEFIS. - Projeto elétrico, telefônico, hidrossanitário, prevenção contra incêndio. - Fotografia da obra de arte, nota fiscal ou recibo emitido pelo artista plástico, habilitação do artista plástico fornecida pela secretaria de cultura do DF. Conforme analisamos, as dificuldades/exigências imposta intempestivamente pela ADM. de Brasília faz com que			

o cumprimento do Habite-se tenha seu prazo dilatado sem expectativa de prazo para finalização.

MANAUS
Situação atual: O proprietário do imóvel localizou o documento de Habite-se, firmado em 1978, quando da conclusão de sua construção (cópia em anexo). A referida cópia foi inserida no Processo

PORTO ALEGRE
Situação atual: A documentação continua em tramitação na Secretaria Municipal de Urbanismo. A última movimentação, novembro de 2013, dá conta que foi providenciado pelo SERPRO uma retificação no EVU (Estudo de Viabilidade Urbanística) por haver uma diferença na tabela de áreas, isto por orientação do revisor do projeto daquela Secretaria.

Justificativa para o seu não Cumprimento: A demora se dá um função do próprio órgão público, ou seja, pela morosidade da Secretaria citada. Sempre alegam excesso de solicitações e outras prioridades, porém reconhecem a morosidade mas insistem que o processo está tramitando.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor:
Um fator negativo, porém decisivo e que fez atrasar nosso processo é o fato de que após o incêndio da Boate Kiss, na cidade de Santa Maria - RS - todas as atenções se voltaram para as questões do Habite-se onde se concluiu que uma enormidade de estabelecimentos, organizações e entidades não dispunham desse documento. A corrida foi geral para a legalização, abarrotando o órgão público.

Outro fator, é a prioridade. Como exemplo, cito a Arena do Grêmio (estádio de futebol) que começou a sua construção a pouco mais de ano. Teve sua inauguração sem o habite-se. Feita a denúncia na sociedade, poucas semanas depois o estádio teve seu habite-se legalizado.

Providências do Gestor: No dia 18/11/2013, um representante do SERPRO esteve em audiência com o Secretário Municipal da SMURB, Sr. Cristiano Tatsch para solicitar providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	3.1.1.1. Constatação: Assinatura de contrato de locação de imóveis de terceiros com cláusula que fere o princípio da indisponibilidade do interesse público.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Logística - SUPGL			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO adeque seus contratos de locação de imóveis de terceiros ao interesse público, de acordo com os ditames art. 35 da Lei 8.245/91, estabelecendo que as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, sejam indenizáveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Logística - SUPGL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação em 22/11/2013/2013 informada mediante despacho de protocolo nº 032184/2012-47: “Do último posicionamento prestado à SFC/CGU ficaram pendentes para ações de adequação pelo SERPRO, os contratos de locação da Regional Florianópolis. FLORIANÓPOLIS			

Situação atual: Embora o gestor responsável tenha adotado todas as providências conforme o previsto no último posicionamento, no intuito de promover a unificação dos 7 contratos e consequentemente o ajuste na cláusula que trata das benfeitorias, verificou-se a inviabilidade jurídica de adotar tal solução. A Regional manterá os contratos distintos e estão sendo providenciados os Aditivos para ajustes dessa condição em cada contrato, prevista para conclusão até fev/14.

Justificativa para o seu não Cumprimento: Conforme o parecer COJUR 2013/1013, emitido por ocasião da análise do processo nº 19885.000012/2013-87, no qual estávamos promovendo a unificação dos 7 contratos de locação das salas onde está instalada a Regional Florianópolis, em razão da pluralidade de proprietários e das vigências/condições de cada contrato, conclui-se pela inviabilidade da unificação pretendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator negativo relevante na solução do problema é a diversidade de locadores e a falta de entendimento destes para as ações burocráticas necessárias ao SERPRO, provocando questionamentos e tornando o processo moroso, gerando desgaste excessivo na relação contratual. Para a adaptação da cláusula de benfeitoria cada proprietário precisa ser contatado, explicados os motivos para a alteração pretendida pelo SERPRO, esclarecer as muitas dúvidas a respeito de eventuais prejuízos que possam estar sujeitos, ressaltar os interesses do SERPRO, em reuniões extensas, até a concordância.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201203853 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2011	4.1.1.1. Informação Inconsistência nos registros existentes no SIAPE, referentes aos empregados cedidos do SERPRO.	Ofício nº 28655/2012/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 01/10/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
que o SERPRO atualize as informações no SIAPE, referentes aos empregados cedidos, criando procedimento que permita a constante atualização, de forma que as informações contidas no SIAPE sejam fidedignas e equivalentes às do SGP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Situação em 22/11/2013 informada mediante despacho de protocolo nº 032195/2012-63: A SUPGP já providenciou a correção junto ao sistema SIAPE da situação funcional dos seus empregados, conforme explanado abaixo. Aqueles empregados lotados no Ministério da Fazenda e Órgãos integrantes, que estavam na condição de cedido 08 (empregados requisitados), foram alterados para o código 23 (empregados celetistas), igualmente aqueles empregados anistiados que estavam classificados sob o código 43 (empregados anistiados), foram alterados também para o código 23, por determinação da área de Cadastro, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento. Destacamos que restam a ser promovidas cento e dois (102) correções do código 08 para o 023, empregados			

lotados no Ministério da Fazenda e Órgãos integrantes, que ainda não foram realizadas em razão do Órgão de lotação desses empregados, por não ter atendido a nossa solicitação de liberação do SIAPE para que possamos finalizar o trabalho. Situação Atual: A SUPGP já providenciou a correção junto ao sistema SIAPE da situação funcional dos seus empregados. Justificativa para o seu não cumprimento: - Aguardando liberação dos Órgãos. Não há como alterar a situação funcional no SIAPE sem que haja a liberação no SIAPE, dos dados cadastrais, pelo órgão no qual o empregado está cedido. Continuamos fazendo gestão juntos aos órgãos envolvidos visando a regularização do cadastro.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Maior segurança para a Empresa e o empregado com relação aos dados corretos nos sistemas. Dificuldade da liberação no SIAPE, para que a Empresa cumpra a determinação da Controladoria Geral da União e a legislação vigente, consequentemente o Cadastro dos 102 empregados ficando em desacordo com a legislação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.2.1 Necessidade de uniformização dos conceitos utilizados pelo SERPRO para se referir aos valores que a empresa deixa de receber dos clientes quando da não prestação dos serviços nos termos definidos em contrato;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Consultoria Jurídica – COJUR, Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira – SUPGF, Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que seja realizado estudo jurídico, financeiro e econômico de modo a permitir a uniformização dos conceitos utilizados dentro da empresa para se referir aos valores que o SERPRO deixa de receber dos clientes quando não cumpre os termos acordados em contrato, avaliando especialmente o enquadramento da situação frente à natureza do ato e suas implicações tributárias, considerando o Acórdão 03-18.563 de 22/09/2006 da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Consultoria Jurídica – COJUR, Superintendência da Gestão Empresarial - Financeira – SUPGF, Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 11/12/2013: Situação atual: Grupo de Trabalho criado em 21/10/2013 pela DD OE 121/2013, envolvendo as áreas de Relacionamento com Clientes, Consultoria Jurídica e Gestão Financeira, com a finalidade de dar consequência a referida recomendação. O Grupo realizou o estudo, fundamentado em legislação específica, normas internas e literaturas especializadas, obtendo os conceitos dos seguintes termos a serem uniformizados e utilizados na relação comercial: Desconto Condicional, Desconto Incondicional, Glosa e Multa. Estes conceitos serão incorporados pela Norma de Contrato de Receita (RC 002/2013) e deverá ser aplicado para os novos contratos e			

aditivos, quando da concordância dos clientes envolvidos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As providências foram adotadas de acordo com as recomendações da CGU. Foi criado um Grupo de Trabalho que realizou estudo conceituando os termos a serem uniformizados e utilizados na relação comercial, formalizados pela Norma de Contrato de Receita (RC 002/2013), os quais serão aplicados aos novos contratos e aditivos de comum acordo com os Clientes.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	CONSTATAÇÃO: 4.1.2.2 Inexistência de avaliação sistemática da adequação quantitativa e qualitativa da força de trabalho, por parte da área de recursos humanos do SERPRO;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o SERPRO dê continuidade ao trabalho referente ao GQPS, implementando a avaliação qualitativa e quantitativa conforme definido no estudo realizado pela própria empresa, de forma a fornecer subsídios para a alta administração no que se refere à alocação e realocação de funcionários, alinhado com o planejamento estratégico.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O prazo para atendimento da recomendação informado à CGU no Plano de Providências Permanente – PPP foi Fevereiro/2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação ainda em implementação			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 4.2.1.1	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de

		Fragilidade nas providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos;	02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o SERPRO, a fim de identificar eventuais situações de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, sem prejuízo de outras medidas consideradas necessárias, realize o batimento entre o cadastro de funcionários da empresa e o cadastro da RAIS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Pessoas - SUPGP			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O prazo para atendimento da recomendação informado à CGU no Plano de Providências Permanente – PPP foi Fevereiro/2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação ainda em implementação			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.2.2 Falha no planejamento de aquisição de licenças de software para o Gerenciamento de Identidades e Acessos;	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial - DPARD			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que seja instaurado processo de apuração de responsabilidade dos responsáveis pelo planejamento e execução do contrato 43.974, assinado em 21/12/2009, que adquiriu as licenças de Softwares de Gerenciamento de Identidade e Acesso – Plataforma Oracle, o qual será acompanhado pela Corregedoria desta CGU, avaliando especialmente a necessidade da aquisição; a adequabilidade da solução escolhida; a quantidade de licenças adquiridas; a demora na implantação e uso da solução; e a eficiência e economicidade da contratação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial - DPARD			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 11/12/2013: Situação atual: o prazo de conclusão dos trabalhos foi prorrogado, por meio da Decisão de Diretoria OE - 122/2013, da lavra do Diretor-Superintendente desta Empresa, para o período compreendido entre os dias 7 de			

dezembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As providências foram adotadas de acordo com as recomendações da CGU. Foi instituída Comissão de Sindicância 19863.000128/2013-74, por meio da Decisão de Diretoria 105/2013, com prazo previsto para concluir os trabalhos até 06/12/2013, prorrogado até 31/01/2014. Em 04/02/2014 o Diretor-Superintendente Gilberto Paganotto, após análise dos documentos finais constantes dos autos da referida Comissão de Sindicância, decidiu, diante da inobservância de quaisquer irregularidades na contratação, bem como da ausência de dano ao erário, pelo arquivamento do processo.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.2.3 Prestação de serviços pelo SERPRO sem cobertura contratual.	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o SERPRO formalize os contratos relativos aos serviços que estão sendo executados sem cobertura contratual e, caso haja impossibilidade dessa formalização, comunique mensalmente os Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração sobre a situação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 11/12/2013: Situação atual: Relatório de acompanhamento das ações elaborado e implementada uma sistemática de atualização por evento ocorrido, com a devida disponibilização para a Diretoria e no sitio corporativo da Diretoria de Relacionamento com Clientes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências foram adotadas de acordo com as recomendações da CGU. Os Contratos passíveis de formalização foram assinados, assim como foi implementada uma sistemática para notificar eventuais novos casos à Diretoria do SERPRO e aos Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)			000090
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

002	Nº 201306063 Referente à auditoria de gestão feita pela CGU no SERPRO, exercício 2012	Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.2.3 Prestação de serviços pelo SERPRO sem cobertura contratual.	Ofício nº 30.094/2013/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR, de 02/10/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Descrição da Recomendação			
"Recomendamos que seja realizada a correta vinculação das ordens de serviços aos contratos, no sistema de custos do SERPRO, que estão com status "aguardando vinculação" e que os custos dos serviços sem cobertura contratual não sejam alocados em contratos do mesmo cliente".			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Relacionamento com Clientes - CORCL			000090
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição informada mediante despacho de protocolo nº 030888/2013-20 de 11/12/2013: Situação atual: A força tarefa foi realizada e constatou ocorrências de solução imediata e outras de médio prazo, inclusive com a necessidade de ajuste no sistema de gestão comercial. Foi constatado que é requerida uma gestão permanente, visto que podem ocorrer novos casos, não previstos ou reincidentes. Justificativa para o seu não Cumprimento: devido ao volume de ocorrências, algumas unidades precisarão de mais tempo para a minimização dos desvios e implantação da gestão permanente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A identificação das ocorrências e de suas causas desencadeou ações e rotinas muito favoráveis à gestão.			

9.3. Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ.

A Auditoria-Geral situa-se, no organograma do SERPRO, como órgão de assessoramento ao Conselho Diretor, ficando vinculada a esse Conselho com encargos e atribuições fixados na legislação pertinente, cujo titular é escolhido dentre empregados do SERPRO, por indicação do Diretor Presidente, com aprovação do Conselho Diretor e Controladoria-Geral da União.

1. Denominação: Auditoria-Geral - Sigla: AUDIG/CD
2. Criação do Órgão: Deliberação nº 05, de 30/03/1971, do Conselho Diretor.
3. Vinculação Interna: Conselho Diretor – Art. 16 do Decreto 6.791/2009, de 10/03/2009, e Resolução OE – 019/2012, de 01/09/2012, do Diretor-Presidente.
4. Vinculação Externa: Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal – Art. 15 do Decreto 3.591/2000, de 06/09/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16/07/2002 e acrescentado pelo Decreto nº 4.440 de 25/10/2002.

Para administrar as atividades, face à missão institucional e atividades complementares fixadas em legislação pertinentes, a Auditoria-Geral está estruturada conforme diagrama a seguir.



Área/força de trabalho	Auditor Geral	Coordenador	Analista	Auxiliar	Total
Auditor-Geral	1	-	-	1	2
COAAF	-	1	2	-	3
COAPE	-	1	3	-	4
COALF	-	1	7	-	8
COATI	-	1	6	-	7
COARJ	-	1	5	1	7
COASP	-	1	7	1	9
Total	1	6	30	2	40

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações.

Designação: UN-AC/0001/2013

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão Estratégica de Desenvolvimento e Capacitação, com enfoque nos subprocessos Operacionalizar Documentação e Informação e Desenvolver e Capacitar Pessoas (Presencial e Ead).

Principais Constatações:

- 1) Participação financeira do SERPRO nos Programas de Educação Pós-graduada, Incentivo a Idiomas Estrangeiros e Incentivo à Educação Superior realizada em desacordo com o estabelecido em Editais e Termos de Compromisso firmados com os empregados participantes;
- 2) Normas com versões desatualizadas no sítio da Universidade, ausência de mapeamento e descritivo de alguns subprocessos na ferramenta oficial da Empresa (Oryx), inexistência de normativos para alguns Planos de Capacitação e Desenvolvimento dos empregados;
- 3) Inconformidades com relação ao programa de Estágio Curricular conforme segue: divergência quanto a responsabilidade pela elaboração dos Planos de Atividades dos Estagiários; divergências e problemas contratuais (descumprimento, valor divergente, Gestor do Contrato não mais pertencente ao quadro do SERPRO); assinatura de Termos de Compromisso por empregados sem a devida competência; ingresso de estagiário sem o devido encaminhamento do Termo de Compromisso formalizando sua contratação;
- 4) Ausência de sistemática de avaliação de risco sobre os controles internos mantidos na Universidade. Há apenas ações pontuais que visam a melhoria dos controles, em sua maioria de forma reativa.

Designação: GP-AC/0001/2013

Objetivo: Realizar auditoria nos subprocessos "Operacionalizar Relações do Trabalho" e "Gerenciar Quadro Externo (PSE)".

Principais Constatações:

- 1) Recursos humanos insuficientes para realização das atividades relativas as “Rescisões Contratuais”, considerando que, apesar da existência do módulo “Rescisão” no SGP, são realizados cálculos manuais por apenas um empregado sem a devida conferência por outro, o que gera vulnerabilidades e incidências de pagamentos e descontos incorretos;
- 2) Documento “Procedimentos Operacionais – Desligamento de Empregado” previsto no subitem 5.6 da Norma GP045 v04 não se encontra disponível na intranet da Empresa, conforme indicado no normativo, assim como não vem sendo praticado pelas Regionais.
Falhas na divulgação do documento no local indicado no normativo;
- 3) Fragilidades nos controles relativos aos ressarcimentos de valores dos empregados cedidos junto aos órgãos cessionários.
- 4) Existência de conflito entre Parecer da Consultoria Jurídica da Empresa e o Acordo Coletivo de Trabalho com relação à suspensão da contagem de tempo de trabalho efetivo, nos casos de afastamento para tratamento de saúde no pagamento de Licença Prêmio nos cálculos rescisórios;
- 5) Cálculos incorretos nas rescisões contratuais e inconformidades nos procedimentos de formalização.
- 6) Recolhimento indevido do INSS em função de informação incorreta na Tabela de Desconto de Segurado no SEFIP;
- 7) Inexistência de uma sistemática de avaliação de risco, contendo plano de ação para mitigação dos riscos e respectivos responsáveis.

Designação: GP-AC/0002/2013

Objetivo: Realizar auditoria no subprocesso “Operacionalizar Condições de Trabalho e Benefícios”.

Principais Constatações:

- 1) Carência de sistema informatizado;
- 2) Ausência e inconsistência no mapeamento (fluxo e descritivo) registrados na ferramenta ORYX;
- 3) Não publicação de “Modelo de Serviço Social” e do “Manual de Procedimentos de Serviço Social”;
- 4) Inexistência de uma sistemática de avaliação de risco, contendo plano de ação para mitigação dos riscos e respectivos responsáveis;
- 5) Não conformidade / irregularidade nos processos referentes a Segurança do Trabalho, Serviço de Saúde Ocupacional e Serviço Social;
- 6) Intempestividade na publicação de DACs;
- 7) Não realização de avaliação periódica dos controles internos;
- 8) Não finalização das ocorrências e recomendações em acompanhamento dos trabalhos anteriores (Resolução 19/92).

Designação: GF-AC/0001/2013

Objetivo: Realizar auditoria no processo “Planejamento e Gestão do Orçamento”.

Principais Constatações:

- 1) Lançamento da Dotação Orçamentária Inicial realizado após o primeiro dia útil do exercício financeiro;
- 2) Utilização de planilhas eletrônicas para consolidação da Proposta e Revisão Orçamentária;
- 3) Fragilidade do sistema Histórico de Aquisições – HISAQ;
- 4) Divergências entre os valores previstos e realizados sem tratamento por parte da Divisão de Estudos e Projeções Econômicas – DCEPE.

Designação: GL-AC/0001/2013

Objetivo: Realizar auditoria em Processos Organizacionais – Operacionalizar bens patrimoniais.

Principais Constatações:

- 1) Ausência de controle para os bens em clientes, considerando que o contrato de receita não prevê a relação e a responsabilização dos patrimônios por parte do cliente;
- 2) Ausência de formalização de procedimento na Norma GL 008 – Gestão Patrimonial, quanto à movimentação externa de bens dentro do mesmo município, bem como quanto à emissão de Notas Fiscais de Remessa para este caso;
- 3) Movimentação de bens penhorados;
- 4) Existência de bens não localizados;
- 5) Ausência de registros de movimentação e baixa de bens no Sistema Integrado de Patrimônio e Estoque – SIPES;
- 6) Ausência de segregação de funções dos envolvidos nas atividades de recebimento e aceitação de bens, bem como nas atividades do programa de inclusão digital;
- 7) Notas fiscais de remessa preenchidas sem padronização quanto ao valor dos bens movimentados;
- 8) Inexistência de estrutura de gestão de risco, que propicie a identificação, definição, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos.

Designação: GL-AC/0002/2013

Objetivo: Realizar auditoria no processo "Gestão de Aquisições e Contratos.

Principais Constatações:

- 1) Ausência de documentos que comprovem a execução das atividades de: Elaboração do Plano de Contratação, Planejamento Preliminar da Contratação e Planejamento Definitivo da Contratação;
- 2) Deficiências no subprocesso Gerenciamento Contratual, tais como:
 - Ausência de autuação de documentação prevista em contrato;
 - Descumprimento de cláusulas contratuais, como por exemplo, atraso da entrega do objeto, retenção de encargos previdenciários e descontos indevidos no pagamento de faturas;
 - Ausência de Dossiês de Pagamento, Sancionamento e Encerramento Contratual; e
 - Ausência do Plano de Inserção da Contratada.
- 3) Ausência de definição de procedimentos para acompanhamento da atividade de Aplicação de Sanção relativa ao Subprocesso Gerenciamento Contratual;
- 4) Necessidade de aprimoramento do Processo Verde, como repositório de informações, em meio digital, das documentações referentes ao PAQ e PGTC.

Designação: GL-AC/0003/2013

Objetivo: Realizar auditoria em Processos Organizacionais - “Operacionalizar obras e instalações prediais”.

Principais Constatações:

- 1) Quanto à atividade de Elaborar o Plano de Obras e Infraestrutura de Instalações - POI, foi evidenciada demanda sem vinculação com o Planejamento Estratégico;
- 2) Foi evidenciada desatualização da Norma GL-016 v.01 quanto ao alinhamento à legislação vigente;
- 3) Quanto à atividade de Monitorar etapas de execução do POI, foi evidenciado que o repositório de demandas do POI, no Portal da SUPGL, contém informações divergentes ou desatualizadas, em relação ao Relatório Mensal, HISAQ e Planilha de Execução de Obras;
- 4) Quanto à atividade de Planejamento Definitivo da Contratação, do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, foi evidenciada autuação de documentação incompleta ou desatualizada;
- 5) Quanto ao Planejamento da atividade de fiscalização e ao Monitoramento técnico da execução, atividades do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, foi evidenciada ausência de designação para fiscal de obra.
- 6) Quanto às atividades de Monitoramento da Execução e de Monitoramento Administrativo e Ateste, do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, foi evidenciado recebimento realizado por empregado que não faz parte da Comissão de Recebimento e Aceitação – CORAC;
- 7) Quanto à atividade de Monitoramento Administrativo e Ateste, do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, foi evidenciado descumprimento do cronograma físico-financeiro;
- 8) Quanto à atividade de Monitoramento administrativo e ateste, do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, foi evidenciada utilização de mão de obra especializada, em contrato de prestação de serviços de solução de impressão corporativa, onde não há previsão contratual, de postos de serviços. Portanto, tal fato, leva a ausência de retenção de encargos previdenciários.

-Quanto ao subprocesso de Gerenciamento Contratual, do Processo de Aquisições e Contratações – PAQ, foi constatado o que segue:

No trabalho GF-DC/0001/2011, foi emitida a Ocorrência 007, tendo sido constatada divergência entre os valores pagos por meio das Notas Fiscais 092 e 099 e o estabelecido no Contrato RG/Nº 43051 e Aditivo RG/Nº 44259, firmado com a empresa M14 Condicionamento e Atividades Físicas Ltda (Work Fit), referentes aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro de 2010.

Designação: TI-AC/0002/2013

Objetivo: Realizar auditoria no Processo Gestão Integrada de Serviços.

Principais Constatações:

- 1) Inexistência de sistemática de análise de riscos de segurança para o processo de Gerenciamento Corporativo de Incidentes (GCI), subordinado ao Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS). Tal situação configura-se como não conformidade à Decisão de Diretoria SG-135/2007, a qual estabelece as orientações para a gestão de riscos de segurança, em alinhamento às diretrizes do Programa de Segurança do SERPRO (PSS);
- 2) Inexistência de sistemática de análise de riscos de segurança para o processo de Gerenciamento Corporativo de Problemas (GCP), subordinado ao Processo SERPRO de Gerenciamento Integrado de Serviços (PSGIS). Tal situação configura-se como não conformidade à Decisão de Diretoria SG-135/2007, a qual estabelece as orientações para a gestão de riscos de segurança, em alinhamento às diretrizes do Programa de Segurança do SERPRO (PSS);

3) Falhas na classificação de prioridade do tratamento de incidentes de altíssima e alta severidades, pelos Gestores de Incidentes da empresa. Tal situação ocasiona o descumprimento das diretrizes de proteção à confidencialidade, disponibilidade e integridade de dados e informações sob a guarda do SERPRO, conforme o disposto na Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI).

Designação: TI-AC/0003/2013

Objetivo: Realizar auditoria no Processo “Execução de projeto de desenvolvimento”, com ênfase nos subprocessos “Modelar requisitos”, “Desenvolver o modelo de análise e projeto” e “Construir unidades de implementação”.

Principais Constatações:

- 1) Constatada utilização de ambiente dedicado à homologação de funcionalidades do projeto Novos Marcos Agrícolas, relativo ao Sistema Dívida Agrícola, como ambiente de produção, para liquidação emergencial de dívidas de instituições financeiras;
- 2) Ausência de artefatos necessários à condução da homologação do Sistema;
- 3) Constatadas apurações especiais para realizar ajustes na base de dados da homologação, valendo-se de dados que estão em ambiente de produção;
- 4) Inexistência de mecanismos para o efetivo controle de acesso físico de pessoas e de recursos de monitoração na Regional Florianópolis;
- 5) Existência de material combustível nas salas em que ficam instaladas estações servidoras das Regionais Belém, Florianópolis e Rio de Janeiro;
- 6) Insuficiência de câmeras que permitam a monitoração do acesso físico à sala das estações servidoras das Regionais Belém, Florianópolis e Rio de Janeiro

Designação: TI-AC/0004/2013

Objetivo: Realizar auditoria no Processo “Gestão de produção Mainframe”, com ênfase no subprocesso “Gerenciar processamento mainframe”.

Principais Constatações:

- 1) Desatualização na lista de autorizadores para execução de apurações especiais e execução de Rotinas *Batch* durante o horário de funcionamento do sistema on-line e Extensão de Horário, para o sistema SIAFI;
- 2) Desatualização dos Acordos de Nível Operacional entre as diversas áreas (SUNFJ, SUNAC, SUNAF, SUNMP, SUNNE e SUNSE) e a SUPCD;
- 3) Intempestividade das ações de monitoramento técnico da execução dos objetos contratuais, com vistas não só à constante manutenção dos níveis de serviços pretendidos pelo SERPRO, mas também à plena execução dos objetos, visando garantir permanentemente o atendimento às necessidades da empresa;
- 4) Degradação do ambiente de produção, em razão de submissão de códigos de baixa performance;
- 5) Habilitação de senhas de acesso do ambiente de produção para desenvolvedores e clientes;
- 6) Vulnerabilidades no ambiente de produção decorrentes de possibilidade de submissão de códigos maliciosos;
- 7) Intempestiva e incompleta identificação dos processos críticos à consecução dos objetivos e metas da Unidade;
- 8) Intempestivo e intermitente monitoramento dos indicadores de desempenho dos processos críticos à consecução dos resultados planejados pela Unidade;
- 9) Ausência de internalização da Decisão de Diretoria SG-135/2007 em todas as áreas que compõem a Unidade, no tocante à identificação e ao tratamento ou mitigação de riscos de segurança da informação;
- 10) Ausência de revisão dos controles internos adotados na Unidade, face não só aos normativos vigentes na empresa e às melhores práticas que tratam do tema, mas também em alinhamento ao Planejamento Estratégico empresarial.

Designação: TI-AC/0005/2013

Objetivo: Realizar auditoria no Processo “Análise do ciclo de vida tecnológico”, com ênfase no subprocesso “Prospectar tecnologias”.

Principais Constatações:

- Falta de ações e/ou atividades relacionadas à gestão da melhoria contínua do Processo de Ciclo de Vida Tecnológico, na versão 03, com vigência desde 23/12/2011 por intermédio da Norma TC/001, para a 04ª versão, ainda não publicada, mas que se encontra em aplicação por determinadas áreas da Empresa que fazem uso do referido Processo em suas atividades.

Designação: TI-AC/0006/2013

Objetivo: Realizar auditoria no processo “Gestão de Certificação Digital”, com ênfase no subprocesso “Produzir certificação digital”.

Principais Constatações:

- 1) Ausência de mapeamento e publicação do subprocesso "Produzir Certificação Digital" na ferramenta corporativa de modelagem de processos Oryx;
- 2) Demora no processo de aquisição de ferramenta de validação de dados biográficos constantes da Cédula de Identidade;
- 3) Ausência do tombamento /inventário de ativos e ativos de informação não inventariados;
- 4) Ativos sem cobertura contratual;

Designação: PC-ES/0001/2013

Objetivo: Realizar auditoria de Gestão no SERPROS - Fundo Multipatrocinado.

Principais Constatações:

- Aquisição de ativos junto ao Banco BVA com exposição ao risco, devido à concentração de recursos em um mesmo emissor e com garantias insuficientes.

Designação: PC-ES/0002/2013

Objetivo: Realizar auditoria na área de Tecnologia da Informação do Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

Principais Constatações:

- 1) Necessidade de revisão da Política de Segurança da Informação;
- 2) Necessidade de condução das análises críticas do SGSI e sua devida implementação;
- 3) Reavaliação e aprimoramento do sistema de controle interno da DISI, com adoção dos procedimentos apropriados para mitigar ou reduzir os riscos apontados no Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos;
- 4) Ausência de capacitação dos colaboradores em disciplinas referentes à Segurança da Informação e Governança de TI.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

As ocorrências e recomendações, frutos de impropriedades ou irregularidades, foram enviadas às áreas auditadas com o objetivo dos gestores justificarem e regularizarem os atos e fatos apontados, adotarem melhorias nos seus processos internos e/ou adequarem-se às normas e legislações pertinentes.

Os quadros abaixo demonstram a quantidade de ocorrências e recomendações direcionadas aos gestores responsáveis, todas registradas no Sisaud (Sistema Integrado SERPRO de Auditoria) em 2013.

Ocorrências emitidas em 2013

a) Medição

Área	Ocorrências	Aceitas	Aceitas c/ restrição	Não Aceitas
Gestão de Pessoas	16	6	10	0
Gestão Orçamentária e Financeira	2	2	0	0
Gestão Logística	27	16	11	0
Gestão Empresarial	0	0	0	0
Gestão Estratégica de Desenvolvimento e Capacitação	4	0	4	0
Gestão de Tecnologia da Informação	26	7	19	0
Total	75	31	44	0

Fonte: SISAUD - Sistema Integrado SERPRO de Auditoria.

b) Análise

O percentual de ocorrências aceitas foi 41%. Somando-se este número ao percentual das ocorrências aceitas com restrição, tendo em vista que a maioria das restrições foi para acompanhamento da implementação de providências, obtém-se percentual de 100% sob o total de ocorrências, o que demonstra alto grau de efetividade dos trabalhos de auditoria.

Recomendações emitidas em 2013

a) Medição

Área	Recomendações	Aceitas	Aceitas c/ restrição	Não Aceitas
Gestão de Pessoas	1	0	1	0
Gestão Orçamentária e Financeira	3	2	1	0
Gestão Logística	3	1	2	0
Gestão Empresarial	3	3	0	0
Gestão Estratégica de Desenvolvimento e Capacitação	0	0	0	0
Gestão de Tecnologia da Informação	7	3	3	1
Previdência Complementar	1	1	0	0
Total	18	10	7	1

Fonte: SISAUD - Sistema Integrado SERPRO de Auditoria.

b) Análise

O percentual de recomendações aceitas foi de aproximadamente 55%. Somando-se este número ao percentual das recomendações aceitas com restrição, tendo em vista que a maioria das restrições foi para acompanhamento da implementação de providências, obtém-se percentual de 94% sob o total de recomendações, o que demonstra alto grau de efetividade dos trabalhos de auditoria.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

As ocorrências e recomendações, quando respondidas pelos gestores, são analisadas pelos auditores que, ao avaliá-las, formam sua opinião, optando pelas seguintes alternativas:

Aceitar - quando a justificativa/resposta da ocorrência/recomendação atende plenamente a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados, não restando nenhuma dúvida quanto às medidas tomadas para regularização.

Aceitar com restrição - quando a justificativa da ocorrência/recomendação atende, em parte, a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados ou cuja justificativa apresenta prazos a serem tomados para regularização. Sempre que a providência informada pelo gestor para atender uma ocorrência/recomendação apresentar fatos que não podem ser checados dentro do período de auditoria, tal ocorrência/recomendação deve ser Aceita com Restrição e colocada em acompanhamento no sistema SISAUD, com o estabelecimento obrigatório de prazos para a adoção das providências e só podem ser retiradas desse estado quando o assunto for devidamente sanado e certificado pela Auditoria. Quando a certificação ocorrer ainda dentro do período de auditoria, isso deve ficar claro no relatório, a partir da utilização do campo “motivo”, a ser preenchido quando da análise da justificativa do gestor.

Não aceitar - quando a justificativa da ocorrência/recomendação não atende de forma alguma a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados na ocorrência/recomendação.

Quando a ocorrência não é aceita, tal fato enseja a elaboração de recomendação que deve ser direcionada ao órgão imediatamente superior àquele cuja ocorrência foi anteriormente enviada para apresentar a providência adotada para regularização do ato ou fato objeto da recomendação.

Quando a recomendação não é aceita, a Auditoria Interna solicita ao superior da área auditada que o mesmo adote providências cabíveis ao fato apontado e registra o ocorrido no relatório final.

Ao final de cada trabalho de auditoria, o respectivo relatório é disponibilizado para a área auditada, via Sistema Integrado SERPRO de Auditoria – SISAUD, e é realizada uma reunião de encerramento dos trabalhos com o Diretor e Superintendente da Unidade Auditada para apresentação do Relatório Final de Auditoria.

Ao final de cada quadrimestre, a Auditoria Interna emite um relatório das ocorrências e recomendações, a ser encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, que se encontram em acompanhamento no *follow up* do SISAUD e, caso haja necessidade, há uma interação com os gestores para atendimento/atualização do que fora informado.

Independentemente da existência de recomendações, todos os relatórios da Auditoria-Geral são enviados ao Conselho Fiscal, quando da conclusão dos trabalhos de auditoria.

Quadrimestralmente também são apresentados os principais achados de auditoria para o Conselho Diretor.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

A Auditoria-Geral utiliza-se do SISAUD - Sistema Integrado SERPRO de Auditoria para realizar monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna. A Sistemática de acompanhamento encontra-se descrita nos seguintes documentos:

1) Manual de Auditoria – Diretrizes e Normas: elaborado com o objetivo de servir de instrumento orientador e normatizador, quanto ao cumprimento da missão institucional da Auditoria-Geral, consoante às diretrizes, aos princípios, aos conceitos, às normas e às técnicas que norteiam as ações de controle do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e as melhores práticas do Tribunal de Contas da União (TCU), facilitando ao mesmo tempo o conhecimento da unidade pelos empregados que nela ingressarem.

2) Mapeamento de Processo ORYX: com o intuito de alinhar-se as práticas de governança por processos e ao disposto na Decisão de Diretoria – GE – 073/2010, que estabeleceu o modelo de Governança de Processos do SERPRO, esta Audig realizou o mapeamento de seus processos: Atender aos Órgãos de Fiscalização e Controle – Externo/Interno e Realizar Auditoria. Esse mapeamento encontra-se disponível a todos os empregados através da publicação no Portfólio e Ferramenta de Modelagem de Processos (Oryx) e permite uma visão ampla do fluxo de trabalho adotado e o entendimento da relação da Audig com as demais áreas da Empresa e com os Órgãos de Fiscalização e Controle.

O SISAUD - Sistema Integrado SERPRO de Auditoria é um sistema informatizado, que contempla as atividades dos trabalhos de auditoria, desde a abertura da designação, emissão de SA's, Ocorrências, Recomendações, respectivas respostas dos gestores, encerramento do trabalho, até monitoramento das ocorrências e recomendações pendentes de providências a serem adotadas, bem como certificadas.

Quando as ocorrências e recomendações são “aceitas com restrição” e, conseqüentemente, colocadas em acompanhamento no *follow up* do SISAUD, há o monitoramento da adoção das providências e cumprimento dos prazos informados pelos gestores para o pleno atendimento das respectivas ocorrências/recomendações e só são retiradas do acompanhamento quando o assunto é devidamente sanado pela área auditada e certificado pela Auditoria.

Conforme disposto no Manual de Auditoria – Diretrizes e Normas, os Coordenadores da Auditoria Interna devem fazer gestão junto à área auditada para que as pendências de ocorrências e recomendações não ultrapassem 2 (dois) anos de prazo para solucionar o fato detectado. Caso isso ocorra, ao final desses 2 (dois) anos, o Auditor-Geral comunicará o fato à Diretoria responsável pelo assunto tratado, solicitando providências.

E, quando a recomendação não é aceita, a Auditoria Interna solicita ao superior da área auditada que o mesmo adote providências cabíveis ao fato apontado e registra o ocorrido no relatório final.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

Conforme fluxo estabelecido no Manual de Auditoria – Diretrizes e Normas, após o encerramento de cada trabalho de auditoria, o Relatório Final de Auditoria é disponibilizado para a área auditada, via Sistema Integrado SERPRO de Auditoria – SISAUD, e é realizada uma reunião de encerramento dos trabalhos com o Diretor e Superintendente da Unidade Auditada.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna

Conforme explicitado anteriormente, após o encerramento de cada trabalho de auditoria, o Relatório Final de Auditoria é disponibilizado para a área auditada, via Sistema Integrado SERPRO de Auditoria – SISAUD, e é realizada uma reunião de encerramento dos trabalhos com o Diretor e Superintendente da Unidade Auditada.

Independentemente da existência de recomendações, todos os relatórios da Auditoria-Geral são enviados ao Conselho Fiscal, quando da conclusão dos trabalhos de auditoria.

Quadrimestralmente, também, são apresentados os principais achados de auditoria ao Conselho Diretor.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	N / A **		
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	N / A **		
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas * (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	1.138
	Entregaram a DBR	-	-	1.138
	Não cumpriram a obrigação	-	-	0

Fonte: InfoGP – Dez/2013

* Por "Funções Comissionadas" considera-se os empregados que recebem Gratificação de Função de Confiança – GFC.

** Os empregados do Serpro não se enquadram na situação descrita por serem regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Norma GP/003 v.09 regulamenta o assunto no SERPRO - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS, AUTORIZAÇÃO DE ACESSO, IMPOSTO DE RENDA. Adicionalmente, existem controles internos, realizados por meio de Sistema, no qual são registrados os empregados que autorizaram o acesso à DBR por meio de assinatura de Termo de Autorização e aqueles que entregaram a Declaração de Bens e Renda, por não terem autorizado o referido acesso.

Fonte: Departamento das Relações do Trabalho - GPRET

9.5 Medidas Adotadas em caso de dano ao Erário

Com base nos trabalhos de auditoria realizados no exercício 2013, não foram identificados fatos irregulares que causaram prejuízo ao erário que fosse necessária a abertura de Tomada de Contas Especial – TCE.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

O SERPRO possui diferentes canais de relacionamento com clientes e cidadãos. Por meio do portal institucional www.serpro.gov.br, estão disponíveis os espaços de Acesso à Informação (<https://www.serpro.gov.br/conteudo-oserpro/acesso-a-informacao>), da Central de Serviços SERPRO (<https://www.serpro.gov.br/conteudo-css/css>) e também o Fale Conosco (<https://www.serpro.gov.br/contact>).

O Acesso à Informação reúne dados do SERPRO que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso, conforme determina a Lei 12.527, de 18/11/2011. Os principais assuntos tratados são: institucional, ações e programas, auditorias, licitações e contratos, convênios, despesas e servidores, dentre outros. Na própria página do Acesso à Informação, há espaço destinado à publicação de relatórios referentes ao trabalho da equipe de atendimento à LAI na empresa.

A Central de Serviços SERPRO (CSS) é o ponto único de contato dentro do ambiente de tecnologia da informação disponibilizado para os clientes e usuários dos produtos e serviços SERPRO. É uma função estratégica, pois agrega os componentes necessários à percepção e satisfação em relação aos serviços prestados.

O Fale Conosco é uma área de recepção e seleção do atendimento a ser feito ao demandante. As comunicações que chegam por esse formulário do SERPRO são recebidas no endereço eletrônico serpro@serpro.gov.br. Os assuntos relacionados aos sistemas e serviços transformam-se em acionamentos na CSS. Os demais conteúdos são encaminhados para as respectivas áreas de envolvimento com o assunto. Por exemplo, questões sobre concursos públicos são encaminhadas para a Superintendência de Pessoas e questões de fornecedores sobre contratos e licitações para a Superintendência de Aquisições e Contratos.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

Toda vez que um acionamento for resolvido pela equipe Central de Serviços do SERPRO (CSS), automaticamente, é encaminhada uma notificação com informações da solução apresentada. Por meio desta notificação, o usuário poderá reabrir o acionamento se não concordar com a solução apresentada ou, ainda, avaliar o atendimento expressando sua opinião sobre o serviço realizado.

A Lei de Acesso à Informação do SERPRO destina uma seção do seu conteúdo para os Relatórios de atendimento à LAI, com dados referentes ao trabalho da equipe responsável no SERPRO.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Em dezembro de 2013, o SERPRO realizou uma pesquisa de imagem institucional. O trabalho envolveu 105 representantes dos seus principais clientes: Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento; Denatran; DNIT; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Receita Federal do Brasil; e Secretaria do Tesouro Nacional.

Segundo o levantamento, a imagem do SERPRO foi mais associada aos atributos de ética, competência, bom relacionamento, credibilidade, qualidade, conhecimento do cliente e segurança. Já na parte de avaliação dos serviços prestados, o índice geral dos clientes que se declaram satisfeitos foi de 55,24%, enquanto 27,62% deles se disseram insatisfeitos.

O estudo identifica ainda um elevado grau de reconhecimento da segurança, qualidade dos serviços e qualidade das pessoas no SERPRO. Questionados em relação à satisfação com a segurança de tecnologia da informação oferecida pelo SERPRO, 81,32% dos entrevistados que responderam este quesito se declaram satisfeitos ou muito satisfeitos.

Na pergunta direta sobre a imagem da empresa, 61,9% declaram ter uma visão positiva; 24,76%, negativa; 11,43%, indiferente; e 1,90% não respondeu. Na avaliação dos canais de atendimento, a satisfação apontada é de 81% (telefônico), 76% (e-mail) e 89% (presencial).

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Nas páginas a seguir constam demonstrações contábeis na seguinte ordem:

- BP - Balanço Patrimonial Comparativo ex. 2012 e 2013
- DRE - Demonstrativo Resultado do Exercício
- DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa
- DMPL - Demonstração das Mutações Patrimônio Líquido
- DRA - Demonstração do Resultado Abrangente
- DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado
- NE - Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL - COMPARATIVO

Em R\$

ATIVO	Notas Explicati vas	DEZEMBRO/2013	DEZEMBRO/2012
CIRCULANTE		607.317.646,71	741.896.579,98
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	42.931.883,77	58.046.683,90
Bancos c/ Movimento		481.047,32	93.157,70
Limite de Saque c/ Vinc. Pgto.		42.406.380,22	57.911.539,31
Fundo de Aplicação Financeira		44.456,23	41.986,89
. Ativos Financeiros	5	256.478,62	284.044,79
Outros Investimentos Líquido		256.478,62	284.044,79
. Créditos em Circulação		557.398.786,81	681.758.304,10
Créditos a Receber		557.064.192,83	681.417.781,52
Faturas a Receber Líquidas	6	420.320.202,37	548.050.795,50
Créditos Tributários	8	121.282.065,55	105.536.864,65
Ressarcimento de Pessoal	9	13.957.355,53	26.440.142,52
Créditos Diversos a Receber		1.504.569,38	1.389.978,85
Outros Créditos		-	5.928,60
Diversos Responsáveis		130.355,84	130.355,84
Recursos Vinculados		204.238,14	204.238,14
. Bens e Valores em Circulação	10	955.740,05	1.097.702,99
Estoques - Almojarifado		955.740,05	1.097.702,99
. Valores Pendentes a Curto Prazo		5.774.757,46	709.844,20
NÃO CIRCULANTE		1.365.685.363,55	1.351.191.229,77
. Realizável a Longo Prazo		721.528.781,93	734.016.008,05
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	11	252.823.101,76	266.493.283,13
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	12	468.379.708,79	467.204.644,61
Bens a Alienar		155.366,47	146.112,80
Outros Ativos		170.604,91	171.967,51
Imobilizado	14	504.572.034,52	495.101.156,49
Bens Imóveis		296.310.070,10	273.453.229,82
Bens Móveis		208.261.964,42	221.647.926,67
Intangível	15	139.584.547,10	122.074.065,23
Projetos e Softwares		139.584.547,10	122.074.065,23
TOTAL DO ATIVO		1.973.003.010,26	2.093.087.809,75

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

BALANÇO PATRIMONIAL - COMPARATIVO			
			Em R\$
PASSIVO	Notas Explicativas	DEZEMBRO/2013	DEZEMBRO/2012
CIRCULANTE		651.553.003,96	553.804.164,87
Depósitos	16	164.406.313,05	139.313.471,24
Consignações	16.1	33.858.418,93	23.053.323,72
Pensão Alimentícia		44.879,60	10.798,97
ISS		134.282,55	76.135,15
Plano de Previdência e Assist. Médica		33.678.616,72	22.964.085,60
Entidades Representativas de Classes		640,06	2.304,00
Tributos e Encargos Sociais	16.2	130.304.690,89	115.951.127,23
Depósitos Diversas Origens		243.203,23	309.020,29
Obrigações em Circulação		487.093.418,06	414.473.469,43
Obrigações a Pagar		484.922.371,48	414.391.225,66
Fornecedores		213.913.211,62	148.355.254,00
Pessoal a Pagar		3.080.662,99	5.212.945,88
Provisão para IRPJ	7	-	15.388.730,33
Provisão para CSLL	7	-	4.867.019,48
Férias	17	117.853.287,33	106.028.155,14
Licença-Prêmio	17	91.515.236,25	81.009.814,81
Plano de Previdência Complementar	18	13.072.158,17	11.473.956,71
Participação nos Lucros ou Resultados		47.696,64	47.696,64
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	19	45.440.118,48	42.007.652,87
Outras Obrigações		2.171.046,58	82.243,77
Valores Pendentes a Curto Prazo		53.272,85	17.224,20
NÃO CIRCULANTE		260.915.540,01	525.789.985,03
Obrigações Tributárias	20	82.113.073,20	68.660.852,20
Provisões Trabalhistas e Cíveis	21	127.349.398,28	237.315.159,48
Plano de Previdência Complementar		51.011.780,86	219.372.685,66
Outras Obrigações		441.287,67	441.287,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	1.060.534.466,29	1.013.493.659,85
Capital	22.1	867.354.829,23	867.354.829,23
Capital Social Subscrito		867.354.829,23	867.354.829,23
Reservas		193.179.637,06	146.138.830,62
Reservas de Reavaliação	22.2	138.214.228,61	138.214.228,61
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.626.027,57)	(1.598.461,40)
Reservas de Lucros	22.3	56.591.436,02	9.523.063,41
Reserva Legal		3.006.370,39	476.153,17
Reservas Estatutárias		5.639.377,16	202.605,38
Reserva de Retenção do Lucro		34.413.664,25	3.849.502,18
Reserva Especial de Dividendos		13.532.024,22	4.994.802,66
TOTAL DO PASSIVO		1.973.003.010,26	2.093.087.809,75

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS – COMPARATIVO			
Em R\$			
	Notas Explicativas	DEZEMBRO/2013	DEZEMBRO/2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.975.036.959,87	1.869.378.860,73
Receita de Serviços		1.975.036.959,87	1.869.378.860,73
DEDUÇÕES DA RECEITA		(297.865.235,13)	(285.516.850,39)
ISS		(95.922.011,92)	(90.289.715,07)
PASEP		(28.212.245,02)	(26.927.809,39)
COFINS		(129.973.407,32)	(124.054.686,30)
INSS Patronal		(39.437.134,75)	(42.452.198,20)
Descontos Concedidos		(3.180.221,49)	(1.747.716,33)
Vendas Canceladas		(1.140.214,63)	(64.725,10)
LUCRO BRUTO		1.677.171.724,74	1.583.862.010,34
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.523.605.755,29)	(1.479.961.489,87)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(1.018.801.193,77)	(1.084.304.279,11)
Remuneração		(1.018.604.707,86)	(923.775.246,78)
Encargos Sociais		(160.461.331,53)	(144.050.840,75)
Benefícios		(155.140.985,43)	(152.209.145,76)
Plano de Previdência Complementar	18.1.2.2	84.429.996,04	(107.945.762,61)
Projetos – Intangível		-	18.321,69
Pessoal Cedido – PSE		230.975.835,01	243.660.395,10
Locação		(60.142.434,37)	(55.359.407,95)
Softwares		(56.998.415,84)	(52.143.152,15)
Demais Bens		(3.144.018,53)	(3.216.255,80)
Depreciação e Amortização		(120.834.648,55)	(108.829.013,34)
Despesas Tributárias		(4.185.230,27)	(3.150.988,05)
Serviços de Comunicação		(83.509.467,82)	(95.066.487,52)
Manutenção		(105.314.411,94)	(98.809.339,13)
Serviços Públicos		(18.030.398,35)	(20.022.652,81)
Serviços Profissionais e Contratados		(77.870.031,10)	(64.110.015,45)
Materiais		(5.893.642,76)	(7.487.119,33)
Outras Despesas/Receitas	12.3	74.362.814,94	3.818.663,96
Resultado com Ações Judiciais		(68.502.752,34)	70.889.798,05
Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas		937.039,66	13.633.513,25
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		189.387.368,07	135.064.682,91
Resultado Financeiro	24	(35.821.398,62)	(31.164.162,44)
Despesas Financeiras		(38.062.243,04)	(35.071.594,17)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-
Receitas Financeiras		2.240.844,42	3.907.431,73
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		153.565.969,45	103.900.520,47
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS		(106.678.607,25)	(20.667.762,20)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL		46.887.362,20	83.232.758,27
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL		-	(17.332.577,21)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23	46.887.362,20	65.900.181,06

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO/2013	DEZEMBRO/2012
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	1.816.865.364,81	1.582.807.585,05
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	274.003.865,90	244.999.123,46
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	237.908.505,19	239.121.649,23
Ressarcimento de Pessoal Requisitado – Processo Sindados-BH	6.328.692,83	-
Outros Recebimentos	29.821.282,71	23.146.915,95
Receita de Compensação Tributária	85.652.974,05	100.220.030,57
Rendimentos de Aplicações	2.787,07	4.249,47
Tributos Vinculados à Receita	(353.137.025,83)	(264.078.511,82)
Pagamentos a Empregados – Pessoal e Encargos	(1.161.112.001,32)	(880.293.887,51)
Sentenças Judiciais	(39.651.564,06)	(37.498.566,07)
Sentenças Judiciais – Processo Sindados-BH	(159.322.632,70)	-
Pagamentos a Fornecedores	(548.260.192,19)	(744.676.091,15)
Compensação Tributária	(85.652.974,05)	(100.220.030,57)
Crédito Rotativo	22.073,34	31.389,68
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	103.469.135,75	163.563.856,29
Atividades de Investimento		
Imobilizado/ Intangível	(118.583.935,88)	(198.132.315,84)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(118.583.935,88)	(198.132.315,84)
Atividades de Financiamento		
Aporte de Capital	-	66.000.000,00
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	66.000.000,00
Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(15.114.800,27)	31.431.540,45
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	58.046.683,90	26.615.143,45
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	42.931.883,77	58.046.683,90

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - COMPARATIVO
Exercícios Sociais encerrados em 2013 e 2012

Em R\$

HISTÓRICO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
		DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS		LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS			
Saldo em 31/12/2011	801.354.829,23	0,00	0,00	118.604.297,62	0,00	0,00	0,00	0,00	(52.660.135,49)	(1.394.757,38)	865.904.233,98
Aumento de Capital	66.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66.000.000,00
Dividendos Obrigatórios					-			4.994.802,68	(4.994.802,68)		-
Transações de Capital com os Sócios	66.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.994.802,68	(4.994.802,68)	-	66.000.000,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	65.900.181,06	-	65.900.181,06
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	65.900.181,06	-	65.900.181,06
Ajustes Instrumentos Financeiros			-						-	(203.704,02)	(203.704,02)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(203.704,02)	(203.704,02)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	60.905.378,38	(203.704,02)	60.701.674,36
Compensação do prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.660.135,49)		(52.660.135,49)
Constituição de Reservas					476.153,17	202.605,38	3.849.502,18		(4.528.260,73)		-
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis		-	-	(10.932.300,47)	-	-	-	-	-		(10.932.300,47)
Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	30.542.231,46	-				(3.716.982,16)	-	26.825.249,30
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	19.609.930,99	476.153,17	202.605,38	3.849.502,18	-	(60.905.378,38)	-	(36.767.186,66)
Saldo em 31/12/2012	867.354.829,23	0,00	0,00	138.214.228,61	476.153,17	202.605,38	3.849.502,18	4.994.802,68	0,00	(1.598.461,40)	1.013.493.659,85
Resultado do Exercício	-	-	-	-					46.887.362,20		46.887.362,20
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	46.887.362,20	-	46.887.362,20
Ajustes Instrumentos Financeiros			-						-	(27.566,17)	(27.566,17)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.566,17)	(27.566,17)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	46.887.362,20	(27.566,17)	46.859.796,03
Constituição/Baixa (Revisão de destinação 2012)					185.849,11	3.092.403,67	(498.715,39)	(2.779.537,39)	-		-
Constituição de Reservas					2.344.368,11	2.344.368,11	31.062.877,46	11.135.748,52	(46.887.362,20)		-
Juros sobre Reserva Especial de Dividendos								181.010,41			181.010,41
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	2.530.217,22	5.436.771,78	30.564.162,07	8.537.221,54	(46.887.362,20)	-	181.010,41
Saldo em 31/12/2013	867.354.829,23	0,00	0,00	138.214.228,61	3.006.370,39	5.639.377,16	34.413.664,25	13.532.024,22	0,00	(1.626.027,57)	1.060.534.466,29

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios Sociais encerrados

Em R\$

HISTÓRICO	JAN A DEZ 2013	JAN A DEZ 2012
Resultado líquido do Período	46.887.362,20	65.900.181,06
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(27.566,17)	(136.615.767,21)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(27.566,17)	1.598.461,40
Realização da Reserva de Reavaliação de Imóveis Líquida	-	(138.214.228,61)
Resultado Abrangente no Período	46.859.796,03	(70.715.586,15)

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

FONTE: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Em R\$

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS				
1.1 - Vendas de Serviços	1.975.036.959,87	118,28	1.889.378.860,73	123,53
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.838.328,66)	(0,41)	(13.661.799,23)	(0,90)
1.3 - Descontos Concedidos	(3.180.221,49)	(0,19)	(1.747.716,33)	(0,12)
1.4 - Vendas Canceladas	(1.140.214,83)	(0,07)	(84.725,10)	(0,00)
	1.963.880.195,09	117,59	1.853.904.620,07	122,50
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(175.142.986,53)	(10,49)	(235.834.991,90)	(15,57)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.788.737.208,56	107,10	1.618.269.628,17	106,93
4 - RETENÇÕES				
4.1 - Depreciações e Amortizações	(120.834.648,55)	(7,23)	(108.829.013,34)	(7,19)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	1.667.902.560,01	99,87	1.509.440.614,83	99,74
6 - RECEBIDO DE TERCEIROS				
6.1 - Receitas Financeiras	2.240.844,42	0,13	3.907.431,73	0,26
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	1.670.143.404,43	100,00	1.513.348.046,56	100,00
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2013	%	2012	%
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.121.263.573,46	67,14	1.032.494.830,82	68,23
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	460.786.207,20	27,59	376.665.184,71	24,89
7.3 - Capitais de Terceiros	41.206.261,57	2,47	38.287.849,97	2,53
Locações	3.144.018,53	0,19	3.216.255,80	0,21
Despesas Financeiras	38.062.243,04	2,28	35.071.594,17	2,32
7.4 - Capital Próprio	46.887.362,20	2,81	65.900.181,06	4,35
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros/Prejuízos Retidos	46.887.362,20	2,81	65.900.181,06	4,35
TOTAL	1.670.143.404,43	100,00	1.513.348.046,56	100,00

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA registra a riqueza criada pela entidade para a sociedade e sua forma de distribuição entre os diversos beneficiários (acionistas, empregados, governo, sociedade etc). No exercício social de 2013 apurou-se o valor de R\$ 1,67 bilhão, 10,36% superior ao exercício social de 2012. Encontra-se distribuído da seguinte forma: 67,14% para os Empregados; 27,59% para o Governo; 2,47% para Terceiros e a empresa aumentou sua riqueza em 2,81 %, parcela que se refere ao lucro obtido no período.

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública, constituída pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, está sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. A sede da empresa está localizada à SGAN, Quadra 601, módulo V. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais e sua gestão é inserida no conjunto de decisões do Governo Federal. O capital do SERPRO pertence integralmente à União.

a) Área de atuação

A empresa está envolvida prioritariamente na prestação de serviços em Tecnologia da Informação – TI para o setor público, sendo considerada uma das maiores organizações públicas de TI do mundo.

O SERPRO desenvolve programas e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas com essas características destacam-se a Declaração do Imposto de Renda via Internet (Receitanet), a nova Carteira Nacional de Habilitação, o novo Passaporte Brasileiro, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos -SIAPE e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (SISCOMEX).

O principal mercado de atuação da empresa é o de finanças públicas, composto pelo Ministério da Fazenda, que corresponde a 85,2% do volume de negócios da entidade. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo dos seus 49 anos, o SERPRO consolidou-se como referência, aprimorando e desenvolvendo tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro. Para tanto, conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão especializadas tanto no segmento de TI quanto nas demais áreas de suporte ao negócio da empresa.

A empresa investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em *Software Livre*, como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade.

O SERPRO também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital e apoia as políticas de governo nessas áreas.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As presentes demonstrações financeiras contábeis incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi autorizada pelo Conselho Diretor em reunião realizada dia 28 de abril de 2014.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas nas notas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda;
- Nota 6 – Créditos a Receber de Clientes;
- Nota 14 – Ativo Imobilizado;
- Nota 18 – Benefícios a Empregados; e
- Nota 21 – Provisões Passivas.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, portanto está sujeito à limitação da data de encerramento do exercício social, estabelecida em 15 de janeiro de 2014, determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de noventa dias ou menos a partir da data de contratação. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Capital Social e Remuneração do Acionista

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do Estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

3.3 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo, incluindo:

- o custo de material e mão de obra de ativos construídos;
- quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

No exercício de 2010, a Empresa optou pela não aplicação do custo atribuído a seu ativo imobilizado pelo valor justo, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, de acordo com as normas contábeis vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas de operações descontinuadas.

b) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos serão auferidos para a entidade. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes são reconhecidos como despesa no resultado do exercício.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- | | |
|--|-------------|
| - edifícios | 50 anos |
| - instalações | 10 anos |
| - equipamentos de processamento de dados | 2 - 5 anos |
| - máquinas e equipamentos | 2 - 5 anos |
| - móveis e utensílios | 3 - 10 anos |

Os valores contábeis das edificações constantes do Ativo Imobilizado são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a Resolução CFC nº 1.263/2009 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos, bem como com a Resolução CFC nº 1.177/2009 – Ativo Imobilizado, não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Obras em Andamento

O montante registrado na conta Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida em que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

3.4 – Ativos Intangíveis

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de *Software* são adquiridos pela empresa e estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Tratam-se de gastos incorridos pela empresa, que atendem os critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

a) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de softwares, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

b) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são:

-Cessão de Direito de Uso de Software	3 – 5 anos
-Licença de Uso de Software	1 a 5 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

3.5 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Em 2013, a análise da entidade envolveu a avaliação de todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis, individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente. A análise indicou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

O SERPRO revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 2013 não houve mensuração do valor recuperável dos ativos.

3.6 – Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a entidade tem uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.7 – Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Segundo a Resolução CFC nº 1.187/09 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços.

3.8 – Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, receita de dividendos e juros sobre créditos tributários.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a Entidade Fechada de Previdência Complementar SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.9 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.9.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Art. no 230 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR)/99);

3.9.2 – O Imposto sobre Serviços (ISS) está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.9.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.9.4 -O registro da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%) considera para efeito da respectiva base de cálculo a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis.

3.10 – Ativos não circulantes a alienar e operações descontinuadas

a) Bens a alienar

Os ativos ou grupos de ativos não circulantes são classificados como bens a alienar se for altamente provável que serão alienados, através de processo decisório aprovado pela diretoria colegiada da entidade.

As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, na realização de ações sociais focadas na educação profissional e para as instituições de ensino do poder público nas esferas federal, estadual e municipal.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

b) Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um ato ou negociação que compreende operações que podem ser claramente distinguidos das operações da empresa.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando esta atende os critérios para classificação como mantido para venda e são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Em dezembro de 2012, a empresa efetuou o registro de permuta de imóveis com a Caixa Econômica Federal (Nota 14.1).

3.11 – Demonstração do valor adicionado

A empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.12 – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A PECLD foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber.

O cálculo considerou todas as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 6.1.

3.13 – Perda Estimada de Depósitos Judiciais

A Perda Estimada de Depósitos Judiciais foi constituída de acordo com a expectativa de baixa de valores depositados em exercícios anteriores.

O SERPRO julgou necessário iniciar estudos acerca dos valores dos depósitos judiciais contabilizados, principalmente valores mais antigos. A análise está em processo inicial e leva em consideração a classificação dos depósitos nos sítios dos órgãos judiciários. O resultado parcial do estudo gerou a contabilização da Perda Estimada, conforme Nota 11.

3.14 – Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da empresa requerem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e divulgação, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas para aquele ativo ou passivo.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Em R\$		
Discriminação	2013	2012
Bancos c/ Movimento	42.887.427,54	58.004.697,01
Fundo de Aplicação Financeira *	44.456,23	41.986,89
TOTAL	42.931.883,77	58.046.683,90
* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias		

4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução no 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

Em R\$		
Discriminação	2013	2012
Banco do Brasil – DTVM	44.456,23	41.986,89
TOTAL	44.456,23	41.986,89

4.2 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros depositados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, ficando à disposição da empresa.

NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

Devido o SERPRO se tratar de empresa pública, faz-se necessário o atendimento a outras premissas legais. Atualmente, estudos estão sendo realizados para a venda desses ativos.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a estimar as perdas prováveis, devido à considerável queda do valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R\$		
Discriminação	2013	2012
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.637.287,67)	(9.609.721,50)
TOTAL	256.478,62	284.044,79

NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em R\$

A vencer	Vencidas	Total	% de Vencidas sobre o total
109.809.274,25	353.580.530,39	463.359.804,64	76,30

A rubrica Contas a Receber de Clientes no valor de R\$ 463,4 milhões (R\$ 584,3 milhões em 2012) é divulgada já deduzidas as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no montante de R\$ 43,1 milhões (R\$ 36,2 milhões em 2012).

Constam da rubrica valores em discussão na Advocacia-Geral da União (AGU), que totalizam R\$ 255,2 milhões, referentes aos processos nº 00400.012085/2011-27 e nº 00400.009816/2013-19. As últimas tramitações ocorreram em dezembro de 2013.

6.1 Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas são estimadas com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento de cada documento.

6.2 Movimentação da Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa Em R\$

Em R\$

Discriminação	2013	2012
Saldo Inicial	36.233.273,61	22.571.474,38
(+) Constituição	6.836.328,66	13.661.799,23
TOTAL	43.069.602,27	36.233.273,61

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Estes tributos são calculados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente.

No encerramento do exercício de 2012, houve provisão de PLR no valor de R\$ 1,2 milhões. Em consequência de orientação do Conselho Fiscal foi realizada a reversão da PLR do referido valor no exercício de 2013. Dessa forma, para efeito de apuração do IRPJ e CSLL foi considerado, em 2012, o lucro contábil sem a reversão. Em 2013, a apuração dos tributos foi efetuada com a reversão da provisão de PLR.

Em R\$

Discriminação	2013	2012
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	46.887.362,20	83.232.758,28
(-) Reversão PLR 2012 (B)	(1.252.615,09)	(1.252.615,09)
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A - B)	45.634.747,11	81.980.143,19
(+) Adições sem PLR 2012 (D)	416.286.751,90	151.298.536,24
(+) PLR 2012 - Anulação efeito (E)	0,00	1.252.615,09
(-) Exclusões (F)	(626.988.593,39)	(160.294.437,30)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (G = C + D + E - F)	(165.067.094,38)	74.236.857,22
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (H)	0,00	(22.271.057,17)
Base de Cálculo da Contribuição Social (I = G - H)	(165.067.094,38)	51.965.800,05
Contribuição Social - Alíquota 9% (J = I x 9%)	0,00	4.676.922,00
CSLL s/ realização da reserva de reavaliação (K)	0,00	983.907,04
(-) Antecipações (L)	(20.658.622,18)	(18.660.675,47)
Saldo a Compensar (M = J + K - L)	20.658.622,18	12.999.846,43
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (N = C - J - K)	45.634.747,11	77.303.221,19
(+) Adições (O)	417.001.506,10	157.228.073,33
(-) Exclusões (P)	(626.988.593,39)	(160.294.437,30)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (Q = N + O - P)	(164.352.340,18)	74.236.857,22
(-) Compensação BC Negativa de PF (R)	0,00	(22.271.057,17)
Base de Cálculo do IRPJ (S = Q - R)	(164.352.340,18)	51.965.800,05
Imposto de Renda - Alíquota 15% (T = S x 15%)	0,00	7.794.870,01
Adicional do IR - Alíquota 10% (U = (S - 240.000) x 10%)	0,00	5.172.580,01
(-) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador (V)	0,00	(311.794,80)
Imposto Devido (W = T + U - V)	0,00	12.655.655,21
IRPJ s/ Realização da reserva de reavaliação (X)	0,00	2.733.075,12
(-) Antecipações (Y)	(98.603.272,15)	(85.840.968,29)
Saldo a Compensar (Z = W + X - Y)	98.603.272,15	70.452.237,97

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 121,3 milhões e encontra-se discriminado da seguinte forma:

Em R\$		
Discriminação	2013	2012
IRPJ a Compensar	99.064.788,42	86.103.858,42
CSLL a Compensar	20.658.622,18	17.866.865,91
PIS-PASEP a Compensar	275.352,93	275.352,93
COFINS a Compensar	1.268.324,14	1.268.324,14
Créditos Diversos	14.977,88	22.463,25
TOTAL	121.282.065,55	105.536.864,65

8.1 - Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar

O saldo de R\$ 119,3 milhões refere-se às retenções na fonte efetuadas pelos clientes na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996 e dos artigos 33 e 34, da Lei 10.833/2003. Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior. Estes valores acumulam-se no decorrer do ano, sendo utilizados como dedução de IRPJ/CSLL anual. Considerando que na apuração dos impostos em 2013 foi constatado que não há valor a pagar, a partir deste saldo será constituído crédito tributário que poderá ser utilizado na compensação de tributos administrados pela Receita Federal no decorrer de 2014.

8.2 – PIS/PASEP e COFINS a Compensar

Pis/Pasep a Compensar e Cofins a Compensar no valor de R\$ 1,5 milhão são decorrentes de pagamentos realizados a maior no mês de dezembro/2007, em consequência de nova apuração, a qual foi incluída como despesa integrante da composição dos créditos destas contribuições.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Créditos fiscais diversos correspondem a valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal.

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.026 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente no Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso dessas despesas.

Esta conta contempla os valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários no valor de R\$ 14 milhões, sendo R\$ 7,6 milhões de exercícios anteriores e R\$ 6,3 milhões referentes a 2013.

Os valores dispendidos em processo judicial de empregados do quadro externo (PSE), que até setembro de 2013 estavam classificadas no Ativo Circulante, foram reclassificados para o Não Circulante, por tratar-se de direitos junto ao acionista do SERPRO. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2012, possibilitando a comparabilidade e atendendo à Resolução CFC nº 1.179/09 -Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Relatório de Gestão 2013 - versão final

Em R\$

PERÍODO	NR	Recebimento	A receber
Exercícios Anteriores	26.175.740,72	18.521.376,26	7.654.364,46
Janeiro/2013	22.312.460,80	22.293.428,66	19.032,14
Fevereiro/2013	19.907.126,53	19.876.753,40	30.373,13
Março/2013	17.763.858,48	17.698.206,89	65.651,59
Abril/2013	17.637.175,13	17.617.240,42	19.934,71
Maió/2013	16.117.210,64	16.082.176,60	35.034,04
Junho/2013	23.649.085,32	23.630.338,61	18.746,71
Julho/2013	15.190.662,97	15.179.320,33	11.342,64
Agosto/2013	16.143.293,70	16.085.246,37	58.047,33
Setembro/2013	15.658.760,76	15.602.601,91	56.158,85
Outubro/2013	21.661.028,20	21.590.208,92	70.819,28
Novembro/2013	25.276.026,78	24.583.014,40	693.012,38
Dezembro/2013	20.702.123,52	15.477.285,25	5.224.838,27
TOTAL	** Erro na expressão **	** Erro na expressão **	** Erro na expressão **

NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado no valor de R\$ 955,7 mil (R\$ 1,1 milhão em 2012). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO LÍQUIDOS

Neste grupo, majoritariamente, encontram-se os valores referentes aos depósitos judiciais para a garantia da continuação de litígio.

No mês de dezembro de 2013, foi efetuada a contabilização de R\$ 16 milhões, referente à Perda Estimada de Depósitos Judiciais. Cabe destacar que a análise está em fase inicial, gerando o registro como estimativa e não como baixa definitiva.

Em R\$

Descrição	2013	2012
Depósitos Judiciais	236.290.661,35	232.622.734,69
Depósitos Recursais	26.227.491,45	27.519.968,39
Outros Depósitos	6.350.580,05	6.350.580,05
(-) Perdas Estimadas de Depósitos Judiciais	(16.045.631,09)	0,00
TOTAL	252.823.101,76	266.493.283,13

NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.

12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

Descrição	Em R\$	
	2013	2012
Licença – Prêmio	31.115.180,33	27.543.337,04
Plano de Previdência Complementar	1.859.202,40	1.751.192,66
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.643.664,77	12.319.316,09
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2013	5.455.514,57	0,00
Contingências Trabalhistas	104.240.933,81	147.636.477,41
Plano de Previdência Complementar – Não Circulante	17.071.274,08	20.980.044,64
Benefícios a Empregados – CPC 33	0,00	53.206.447,67
Depreciação Empresarial – CPC 27	2.680.207,94	6.855.548,62
Prejuízo Fiscal	16.133.592,28	16.133.592,28
Base Negativa CSLL	5.796.734,74	5.796.734,74
TOTAL	201.722.763,06	294.949.149,30

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 228 parcelas, tiveram 199 delas realizadas até o encerramento de 2013.

Os Créditos Fiscais Diferidos, que até setembro de 2013 constavam dos Créditos Tributários do Ativo Circulante, no montante de R\$ 41,6 milhões, foram transferidos para o Ativo Não Circulante, em atendimento às Resoluções CFC nº 1.185/09 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2012, possibilitando a comparabilidade e atendendo à Resolução CFC nº 1.179/09 -Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/89

No exercício 2005, registrou-se no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241,9 milhões referente ao processo trabalhista no 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece a Resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor de R\$ 126,0 milhões, registrado no Ativo, foi baixado devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Considerando as novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados. A reclassificação do Ativo, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, em que é citada a necessidade de resolução de todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 047/1989 para que se haja o ressarcimento pela União.

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como “praticamente certo”, não devendo estar registrado no Balanço.

Em outubro de 2013, esses valores foram reclassificados para a conta de “Créditos a Receber por Cessão de Pessoal” para melhor adequação e controle.

Em R\$

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	-
Penhora de Crédito em 2012	1.513.935,98	-
Valor a receber até Dezembro de 2012	117.427.581,18	-
Penhora de Crédito em 2013	810.046,11	-
Valor a receber até Dezembro de 2013	118.237.637,29	-

12.3 – Créditos a Receber de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC)

Em dezembro de 2013, foi reconhecido neste grupo o valor de R\$ 60,2 milhões, referente às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. Trata-se de um ativo mensurado pelo valor incontroverso, conforme consta do processo judicial Nº 023.06.38548-0, ajuizado pelo SERPROS – Fundo Multipatrocinado contra o Estado de Santa Catarina. Esse Ativo tem origem com a assinatura, em 22.02.2002, do Segundo Termo Aditivo ao Acordo SERPRO (Patrocinadora) e SERPROS (EFPC) para parcelamento de aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano PS-I para o PS-II, onde a Patrocinadora faz jus a 42,72499% dos créditos relativos as LFTSC.

Este ativo é objeto de litígio entre o Fundo Multipatrocinado e o Estado de Santa Catarina. Destaca-se que a EFPC reconheceu em Balanço, no exercício de 2013, o direito de recebimento desse Ativo, revertendo a PECLD constituída anteriormente, bem como reconheceu a respectiva obrigação junto a Patrocinadora, tomando por base parecer jurídico em que concluiu-se pela possibilidade do lançamento do valor incontroverso no balanço, considerando não tratar-se de ativo contingente.

12.4 – Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

O SERPRO possui empregados cedidos a outros órgãos da Administração Pública, denominados PSE (Pessoal de Serviço Externo). Dessa forma, todas as despesas com estes empregados são ressarcidas pelos cessionários. Existe, portanto, o reconhecimento de valores a receber concomitantemente à despesa contabilizada. O valor de R\$ 33,1 milhões referem-se às despesas por serviços prestados.

Em R\$

CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL – APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA	
13º Salário	0,00
Férias	19.215.503,33
Licença-prêmio	13.843.386,49
TOTAL	33.058.889,82

Além disso, os valores de sentenças judiciais referentes a esses empregados são reconhecidos como ativo, uma vez que existe o processo de ressarcimento. O valor constante do grupo é de R\$ 173,3 milhões.

Em R\$

CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL – SENTENÇAS JUDICIAIS	
Processo 2047/1989	118.237.637,29
Processo 2200-85.1993.5.02.0020	23.454.810,59
Processo 0178400-37.1990.503.0015	3.395.295,59
Processo 00232400-92.1991.5.03.0001	26.067.133,31
Penhora de Créditos – Processo Trabalhista PSE	2.123.469,86
TOTAL	173.278.346,64

NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R\$ 26,3 mil, o mesmo apresentado em 2012, registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431 em 24 de junho de 2011, que trata, em seu artigo 23, da extinção do FND.

Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. Os bens, direitos e obrigações do extinto FND serão inventariados em processo sob a coordenação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Aos cotistas minoritários, fica assegurado o ressarcimento de sua participação, calculado com base no valor patrimonial de cada cota, segundo o montante do Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem. Segundo o CPC 01, a empresa deve verificar anualmente a existência de indicadores de *impairment*. A unidade gestora de patrimônio informou que não havia nenhuma evidência da necessidade de avaliação, devido à falta de indicadores (internos e externos) de perda.

A depreciação é feita da seguinte forma:

- edifícios	50 anos (não deprecia – valor residual)
- instalações	10 anos
- equipamentos de processamento de dados	2 - 5 anos
- máquinas e equipamentos	2 - 5 anos
- móveis e utensílios	3 - 10 anos

Em R\$

Descrição	Saldo em 2013	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			2013	2012
Edifícios	136.873.137,22	-26.097.173,65	110.775.963,57	110.775.963,57
Terrenos	67.029.731,05	0,00	67.029.731,05	67.029.731,05
Estudos e Projetos	1.922.315,59	0,00	1.922.315,59	943.187,20
Obras em Andamento	26.594.634,90	0,00	26.594.634,90	21.252.717,55
Instalações	97.665.911,32	-29.089.269,59	68.576.641,73	56.521.190,00
Benfeit. em Prop. Terceiros	498.571,89	-218.674,12	279.897,77	251.773,42
Outros bens Imóveis	4.452.218,46	0,00	4.452.218,46	0,00
Correção IPC/90	19.209.644,70	-2.530.977,67	16.678.667,03	16.678.667,03
Bens Móveis	765.498.643,95	-557.236.679,53	208.261.964,42	221.647.926,67
TOTAL	1.119.744.809,08	-615.172.774,56	504.572.034,52	495.101.156,49

14.1 Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
495.101.156,49	104.946.541,55	-72.331.285,79	-23.144.377,73	504.572.034,52

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

14.2 – Permuta de bens imóveis (2012)

O SERPRO firmou com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL um contrato de permuta de imóveis, conforme instrumento público regido pelo Art. 533 e seguintes da Lei nº 10.406/2002, Art. 17, I, c, da Lei nº 8.666/93 e Art. 30 c/c Art. 39 da Lei 9.636/98.

Por parte do SERPRO, os imóveis objeto da permuta consistem em uma área com metragem total de 30.000 m², situado no município de Osasco/SP. A área possui nove blocos com um total de 9.257 m² de área construída, onde atualmente encontra em operação o site de tecnologia da CAIXA.

A CAIXA prometeu, em permuta, prédio e terreno localizado no bairro Andaraí – Rio de Janeiro/RJ, com 6.125 m² de área construída. Esta edificação permanece pendente de averbação de matrícula no cartório competente, bem como junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ.

Não obstante a consolidação da permuta estar vinculada à averbação do imóvel da CAIXA, a permuta dos ativos ocorreu de fato, estando o SERPRO ocupando o imóvel de propriedade da CAIXA e vice-versa.

Os imóveis, conforme Cláusula Quarta do Instrumento Público de Promessa de Permuta de Imóveis e Outras Avenças, para efeito da permuta e na forma das negociações entabuladas pelos permutantes, possuem valor venal equivalente a R\$ 13,7 milhões, o qual as partes dão a mais plena e irrevogável quitação ao que foi contratado.

14.3 – Obras em andamento

A fim de ampliar os serviços prestados aos clientes e demais colaboradores, o SERPRO contratou empresas especializadas em reformas do estacionamento, construção e reforma estruturante de salas e depósitos na regional Recife; elaboração de projeto executivo para ambientes inovadores na regional Salvador; modernização e manutenção integral dos elevadores, construção de uma subestação de proteção, medição e distribuição de energia e elaboração de projeto estrutural para a execução de uma plataforma metálica e de uma base de concreto armado para ancoragem de uma mesa elevatória na regional Rio de Janeiro e reforma interna do Centro de Dados da regional São Paulo. O valor contabilizado no exercício é de R\$ 1,3 milhões sendo R\$ 26,6 milhões o saldo registrado no grupo do Imobilizado em 2013 (2012: R\$ 21,3 milhões).

NOTA 15 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

São softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição (sem indicadores de *impairment*), deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Em R\$

Unidade Gestora	Saldo em 2013	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2013	2012
Brasília	189.990.308,77	-114.239.627,91	75.750.680,86	72.923.759,94
Belém	69.617,34	-22.918,49	46.698,85	26.547,20

Relatório de Gestão 2013 - versão final

Fortaleza	285.163,48	-69.819,81	215.343,67	127.131,13
Recife	57.548,60	-19.205,71	38.342,89	17.764,28
Salvador	384.468,42	-83.920,91	300.547,51	170.853,94
Belo Horizonte	400.669,41	-124.289,12	276.380,29	170.549,00
Rio de Janeiro	3.811.256,38	-1.743.305,19	2.067.951,19	2.307.202,52
São Paulo	129.387.519,29	-73.880.401,04	55.507.118,25	39.819.026,39
Curitiba	293.705,98	-85.939,62	207.766,36	117.283,77
Porto Alegre	174.297,16	-43.200,32	131.096,84	74.525,41
Florianópolis	4.120,96	-4.120,96	0,00	0,00
Sede	24.594.485,42	-19.551.865,03	5.042.620,39	6.319.421,65
TOTAL	349.453.161,21	-209.868.614,11	139.584.547,10	122.074.065,23

15.1 Movimentação do Intangível

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
122.074.065,23	71.481.420,85	- 53.970.938,98	139.584.547,10

NOTA 16 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza, totalizando R\$ 164,4 milhões (R\$ 139,3 milhões em 2012).

16.1 – Consignações

O montante de R\$ 33,8 milhões (R\$ 23,1 milhões em 2012) representa as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, planos de previdência e assistência médica. Esse último corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

16.2 – Tributos e Encargos Sociais

O valor de R\$ 130,3 milhões (R\$ 115,9 milhões em 2012) refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais e municipais, contribuições para o PIS/PASEP e COFINS retidas dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento pagos pelo regime de caixa. Os valores são evidenciados líquidos dos tributos a recuperar.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Correspondem às apropriações por competência de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$				
Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	110.463.579,22	24.160.878,63	-16.771.170,52	117.853.287,33
Licença – Prêmio	73.454.622,15	18.060.614,10	0,00	91.515.236,25
TOTAL	183.918.201,37	42.221.492,73	-16.771.170,52	209.368.523,58

Em 2013, as rubricas referentes à Remuneração, Licença Prêmio, Férias e 13º Salário foram reajustadas a partir de maio em conformidade com os termos estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2013/2014, que contemplou reajuste linear de 7,55%, composto pela variação anual do IPCA de 6,49% e ganho real de 1%.

NOTA 18 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

18.1 - Plano de Previdência Complementar

O SERPRO, como empresa Patrocinadora e Instituidora, oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

No Passivo do SERPRO, estão registrados os instrumentos contratuais de dívida, com saldo de R\$ 64,8 milhões, composto da seguinte forma: (1) Termo de Acordo para Amortização da Dotação Inicial no valor de R\$ 38,7 milhões; (2) Termo de Acordo para Parcelamento das Diferenças Referentes à Taxa da Contribuição Prescrita na Lei 8.020/1990, com saldo de R\$ 17,7 milhões. Desses instrumentos contratuais, encontra-se contabilizado no Não Circulante o valor de R\$ 51,0 milhões.

O SERPRO contratou em 2013 consultoria para emissão de Parecer Contábil Atuarial (PCA), conforme determina o CPC 33 (R1). O PCA concluiu pela reversão da provisão no valor de R\$ 157,3 milhões, devido às alterações estruturais introduzidas no regulamento do Plano de Benefício Definido (PS-I), que contemplou seu saldamento.

Seguem abaixo as principais características dos planos de previdência complementar patrocinados pelo SERPRO.

18.1.1 - Plano SERPRO I – PS I

O Plano de Benefício Definido – BD foi saldado em 31.03.2013. Não há mais as contribuições normais tanto de participantes quanto da patrocinadora. Somente vigoram as contribuições extraordinárias. Em 31.12.2013, o PS-I contava com um total de 2.975 participantes saldados ativos e 2.632 participantes assistidos.

Os benefícios previdenciais assegurados por este plano abrangem: (1) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação da aposentadoria por velhice, suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial, suplementação da aposentadoria aos ex-combatentes, suplementação do auxílio- doença, suplementação do abono anual, e benefício proporcional diferido; e (2) beneficiários: suplementação da pensão, suplementação do auxílio-reclusão, pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

No exercício de 2013, o plano PS-I (BD) contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 1,7 bilhões.

O saldamento do PS-I foi realizado para mitigação dos riscos inerentes de um plano de benefício definido. Houve o equacionamento do déficit técnico deste plano, que reduziu substancialmente os riscos atuariais, econômicos e financeiros, com reflexos no passivo da patrocinadora.

O equilíbrio técnico do PS-I estava superavitário em R\$ 1,3 milhão em 31.12.2013. Em face disso, com base no mencionado PCA, foi revertida a provisão no valor de R\$ 157 milhões.

18.1.2 - Plano SERPRO II – PS II

Em 31.12.2013, o Plano PS-II contava com um total de 8.002 participantes ativos e 310 assistidos, estruturado na modalidade de contribuição variável. Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total; e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados os seguintes benefícios: (1) Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual; (2) Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e (3) Designados: pecúlio por morte.

No exercício de 2013, o PS-II contava com um montante de recursos garantidores no valor de R\$ 2,3 bilhões. O plano PS-II, na modalidade benefício definido, encontrava-se em situação superavitária, com equilíbrio técnico de R\$ 205,7 milhões.

18.1.2.1 – Premissas Utilizadas

As hipóteses técnicas e financeiras aplicadas na avaliação foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência, tanto pelo próprio SERPROS, quanto pela Consultoria Atuarial.

Taxa de Juros de Longo Prazo (Duration média)	5,55% a.a.
Taxa de Inflação	5,8% a.a.
Taxa Real de Crescimento Salarial	3,19% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula
Tábua Biométrica para Mortalidade e Sobrevida	AT-2000
Tábua Biométrica para Mortalidade de Inválidos	AT-49
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,971

18.1.2.2 – Recomendação da Consultoria

O SERPRO tem reconhecido como Passivo em seu balanço de 31/12/2012, o valor da insuficiência demonstrada na avaliação atuarial procedida na mesma data relativamente ao Plano PS-I. Para o valor demonstrado como excesso de cobertura para o Plano PS-II em 31/12/2012, ao aplicar a restrição regulamentar de reconhecimento de Ativos Superavitários, o SERPRO não procedeu a qualquer registro desse valor.

O saldamento do Plano PS-I para os empregados ainda em atividade, combinado com o incremento da taxa de desconto apurada com base no mercado, reverteu o estado de insuficiência de recursos ao final do ano, apurando-se para este Plano PS-I um excesso de cobertura de R\$ 151,9 milhões. Além disso, foi determinado o crescimento do excesso no Plano PS-II para R\$ 247,4 milhões em sua parcela de benefícios definidos.

Esses excessos de cobertura para o programa de benefícios definidos situam-se, ainda, aquém dos limites de contingência estabelecidos pela legislação da Previdência Complementar, portanto, sujeitos ao limite de reconhecimento contábil, estabelecido pelas cláusulas 64 e 65 do CPC nº 33 e pela Regra nº 58 – IAS.

Dessa forma, o PCA não indica valores ativos ou passivos a serem prontamente reconhecidos pelo SERPRO, como patrocinadora.

18.2 – Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano, tendo sido de R\$ 673,60 em 2013 (R\$ 632,64 em 2012).

18.3 – Saúde

O SERPRO oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os titulares optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS. Além disso, estão inclusos os serviços relativos a exames periódicos realizados pelos empregados.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO -PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, o passivo calculado corresponde ao valor da obrigação atuarial.

O total dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício alcançou R\$ 58,4 milhões (R\$ 55,1 milhões em 2012).

18.4 – Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios foram de R\$ 586,1 mil em 2013 (R\$ 454,8 mil em 2012).

NOTA 19 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em R\$

Descrição	Exercícios				Total
	2008	2009	2012	2013	
Dividendos e JCP	182.531,76	10.905.128,19	0,00	0,00	11.087.659,95
Dividendos Complementares	419.916,97	0,00	0,00	0,00	419.916,97
Créditos Fiscais Diferidos	18.217.131,39	0,00	0,00	0,00	18.217.131,39
Atualização	10.937.778,73	4.777.631,44	0,00	0,00	15.715.410,17
Reserva Especial	0,00	0,00	2.215.265,29	11.135.748,52	13.351.013,81
Atualização Reserva	0,00	0,00	181.010,41	0,00	181.010,41
TOTAL	29.757.358,85	15.682.759,63	2.396.275,70	11.135.748,52	58.972.142,70

São assegurados à União dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), de 25%, conforme disposições estatutárias. O quadro acima demonstra o valor devido de cada ano com sua respectiva atualização pela SELIC. Em dezembro de 2013, existem valores relativos aos dividendos/JCP no montante de R\$ 59,0 milhões, referente aos exercícios 2008, 2009, 2012 e 2013.

Quanto à destinação de 2008, o valor de R\$ 18,2 milhões refere-se à realização de crédito fiscal diferido daquele período, que complementou o valor dos dividendos.

Para os últimos dois exercícios, conforme demonstrado, foi constituída Reserva Especial de Dividendos, considerando a situação de caixa do SERPRO.

O valor da Reserva Especial de Dividendos de 2012 foi reduzido em outubro de 2013 com base em pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Estes respaldaram o SERPRO quanto ao novo valor da destinação do resultado do exercício de 2012, passando de R\$ 4,9 milhões para R\$ 2,2 milhões.

Em 2013, o valor de R\$ 11,1 milhões dos juros sobre o capital próprio foi suficiente para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, como permite a legislação fiscal e societária.

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Neste grupo estão contemplados os passivos diferidos, referentes às apropriações dos impostos sobre as exclusões temporárias (Resolução CFC nº 1.189/09), e a baixa dos tributos diferidos (Resolução CFC nº 1.177/09).

No exercício 2013, foi efetuado o registro da constituição do Passivo Fiscal Diferido no valor de R\$ 13,5 milhões, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente, em consonância com o CPC 32-Tributos sobre o Lucro, compondo o saldo destas obrigações da seguinte forma:

Em R\$

Descrição	2013	2012
Provisão Ativa de Contingência – PSE	61.630.348,99	67.745.791,54
Provisão Ativa – Letras Financeiras Santa Catarina	20.482.724,21	0,00
Provisão Ativa sobre Processos	0,00	915.060,66
TOTAL	82.113.073,20	68.660.852,20

Os fatos geradores do passivo fiscal diferido estão descritos nas notas 21 (Provisões Ativas de Contingência e sobre Processos) e 12.4 (Letras Financeiras de Santa Catarina).

NOTA 21 – PROVISÕES PASSIVAS

O SERPRO é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para representar fidedignamente os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

Quanto às quantias reivindicadas, a administração do SERPRO, constituiu provisão em dezembro de 2012 no montante de R\$ 436,6 milhões, referente aos processos classificados como “prováveis de perda”. Considerou-se, inclusive, o valor de R\$ 199,3 milhões, referente aos processos judiciais do pessoal serviço externo – PSE.

A análise jurídica dos processos está de acordo com as premissas da Resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

Em abril de 2013, representantes do SERPRO e do SINDADOS/BH assinaram um acordo conciliatório, referente ao processo trabalhista envolvendo empregados da Regional Belo Horizonte. O valor anteriormente provisionado para esse processo permaneceu, até março de 2013, no valor de R\$ 228,8 milhões, sendo que R\$ 57,9 milhões referentes a pessoal cedido aos Órgãos do Governo. Após o termo de conciliação, fixou-se o valor de R\$ 158,8 milhões, sendo pago em três (3) parcelas consecutivas, iniciadas no mês de abril de 2013. Deste valor, R\$ 33,6 milhões, correspondem a pessoal cedido aos Órgãos do Governo. Em junho de 2013, houve o cancelamento deste valor, com a consequente emissão de novas notas, cujo montante é de R\$ 32,4 milhões, portanto houve redução de R\$ 1,2 milhões, aproximadamente.

A movimentação da provisão no exercício de 2013, está demonstrada a seguir:

Em R\$			
Descrição dos Eventos	Provisão	Realização	Resultado
Valor do Processo SINDADOS-MG	228.817.464,62	158.839.950,36	69.977.514,26
Ressarcimento PSE	-57.897.683,07	-32.395.826,14	-25.501.856,93
Resultado dos Eventos - A	170.919.781,55	126.444.124,22	44.475.657,33
Ativo Fiscal Diferido (Provisão – Valor Processo) - B			-77.797.937,97
Passivos Fiscais Diferidos (Provisão – Ressarcimento PSE) - C			19.685.212,24
Resultado da Operação em Junho/2013 (A+B+C)			-13.637.068,40

Em dezembro de 2013, constituiu-se provisão complementar no montante de R\$ 100,9 milhões, somando-se aos processos classificados como prováveis de perda. Em conjunto, foi realizado o lançamento de R\$ 40,3 milhões no ativo, considerando a possibilidade de reembolso pelo Ministério da Fazenda.

Após as referidas contabilizações, permaneceu o saldo de R\$ 308,6 milhões a título de provisões trabalhistas e cíveis no Passivo e de R\$ 181,3 milhões no Ativo, sendo apresentado o valor líquido de R\$ 127,3 milhões como obrigação do SERPRO.

21.1 - Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

Em maio de 2010, o SERPRO foi autuado pela Receita Federal do Brasil, através dos autos de infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social. Referem-se a auxílio a filhos deficientes; curso de graduação e pós-graduação; seguro de vida em grupo; apresentação da GFIP com omissões, conforme autos de infrações n.ºs. 37.283.642-9; 37.283.643-7; 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando cerca de R\$ 1,0 milhão.

Além dos autos de infrações supracitados, destaca-se o de n.º 37.283.645-3, correspondente a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos Digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP n.º 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6,2 milhões.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 - Capital Social

Conforme o Decreto n.º 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 867,3 milhões, exclusivamente integralizado pela União.

Em 27 de dezembro de 2013, foi publicada a Lei 12.942/2013, que abriu crédito especial em favor do Ministério da Fazenda no Orçamento Fiscal da União, contemplando a quantia de R\$ 193,6 milhões para realização de aporte de capital ao SERPRO. Em face disso, foi gerada a contabilização de Capital a Realizar, que está prevista para o exercício de 2014.

O capital social está assim constituído:

Descrição	Em R\$	
	2013	2012
Capital Social Subscrito Lei 12.942/2013	1.061.004.829,23	867.354.829,23
Capital Social a Realizar	-193.650.000,00	0,00
Capital Social	867.354.829,23	867.354.829,23

22.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Com base em laudo de avaliação, foi constituída a reserva em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$ 138,2 milhões.

A reserva de reavaliação é realizada pela baixa dos bens reavaliados. Desde dezembro de 2010, considerando que os valores contábeis dos imóveis são seus valores residuais, o saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei n.º 11.638/2007. Em função disso, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do ativo.

Diante do exposto, a entidade optou por reverter a provisão para pagamento de tributos sobre a reserva de reavaliação, entendendo que não há expectativa de realização do passivo fiscal diferido constituído.

22.3 - Reservas de Lucros

Com base nos pareceres da PGFN, STN e DEST acerca da Destinação do Resultado do Exercício de 2012, foram recalculados os valores das Reservas Legal (R\$ 0,7 milhão) Estatutária (R\$ 3,3 milhões), Especial de Dividendos (R\$ 2,2 milhões) e de Retenção de Lucros (R\$ 3,3 milhões). Tal entendimento dos órgãos refere-se ao recálculo do lucro por meio da exclusão da base de cálculo para os dividendos do valor da realização da reserva de reavaliação.

Considerando que os novos valores foram apresentados após a aprovação dos demonstrativos de 2012, o impacto no Patrimônio Líquido está evidenciado no exercício de 2013. A fim de demonstrar os efeitos do recálculo no Balanço Patrimonial de 2012, segue quadro comparativo com os saldos das reservas:

Em R\$		
Descrição	2012 (publicado)	2012 (ajustado)
Reserva Legal	476.153,17	662.002,28
Reserva Estatutária	202.605,38	3.295.009,05
Reserva de Retenção de Lucro	3.849.502,18	3.350.786,79
Reserva Especial de Dividendos	4.994.802,68	2.215.265,29
Capital Social	9.523.063,41	9.523.063,41

Em dezembro de 2013, considerando o resultado de R\$ 46,9 milhões, houve destinação do lucro do exercício da seguinte forma: Reserva Legal (R\$ 2,3 milhões); Estatutária (R\$ 2,3 milhões); Reserva Especial de Dividendos (R\$ 11,1 milhões); e Reserva de Retenção de Lucros (R\$ 31,1 milhões).

NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Em R\$	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.887.362,20
(-) Reserva Legal – 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício	2.344.368,11
= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	44.542.994,09
(-) Remuneração do Acionista (Reserva Especial de Dividendos)	11.135.748,52
= LUCRO LÍQUIDO APÓS REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA	33.407.245,57
(-) Reserva Estatutária – Investimentos 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício	2.344.368,11
= SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO	31.062.877,46
(-) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	31.062.877,46
SALDO DE LUCROS ACUMULADOS EM 31/12/2013	0,00

NOTA 24 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro negativo de R\$ 35,8 milhões refere-se às receitas financeiras de R\$ 2,2 milhões, sendo majoritariamente compostas por correções dos créditos tributários no período, deduzidas das despesas financeiras de R\$ 38,1 milhões. Referem-se a multas e juros incorridos devido à insuficiência de caixa no exercício de 2013, incidindo principalmente sobre tributos em atraso e parcelas relativas ao Plano de Previdência Complementar – SERPROS.

Em R\$

Descrição	Multa e Juros
Tributos/Encargos	20.794.961,36
Energia	170.389,02
FGTS	943.342,59
Circuitos	234.738,61
Diversos	266.309,33
Processo Judicial	482.683,30
Dividendos	3.613.476,22
Saúde/Cassi	203.702,92
SERPROS	11.352.639,69
TOTAL	38.062.243,04

Valores de compensação das despesas financeiras referentes à EFPC que, anteriormente, estavam classificados no grupo “Plano de Previdência Complementar” foram reclassificados para o grupo “Despesas Financeiras”. Esta alteração está apresentada retrospectivamente nos demonstrativos de 2012, possibilitando a comparabilidade e atendendo à Resolução CFC nº 1.179/09 – Políticas Contábeis, mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

NOTA 25 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos nos valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de Dezembro de 2013 podem ser assim demonstradas:

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas e Responsabilidade Civil.	R\$ 763.725.546,00
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$16.000,00 por vida
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

26.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2013, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 1.062,48 e R\$ 29.515,36. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 32.200,80.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes que não sejam empregados. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

NOTA 27 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, portanto não reconhecidos contabilmente nos termos da Resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, são controlados escrituralmente em conta de compensação, e assim detalhados: (1) Tomada de Contas Especial no 19863.000075/2001-58 no valor de R\$ 4,1 milhões, que trata de desvio de valores públicos; e (2) Tomada de Contas Especial no 19863.000074/2001-11 no valor de R\$ 296.016,88, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN no 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) pelo método direto, elaborada de acordo com a Resolução CFC nº 1.296/10, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

NOTA 29 – OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1 Medida Provisória 627/2013

A Medida Provisória nº. 627/2013 altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, visando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e o disciplinamento dos aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

Os impactos deste instrumento legal no SERPRO estão em processo de estudo e serão concluídos após a conversão do texto em Lei, haja a vista a possibilidade de alterações significativas no texto da MP 627/2013.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

2011	2012	2013
R\$ 801.354.829,23	R\$ 867.354.829,23	R\$ 867.354.829,23

11.6 Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Examinamos as demonstrações contábeis do SERPRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

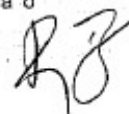
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.





Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa 18.1 o SERPRO é patrocinador do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, sendo que para a efetivação dos cálculos das obrigações atuariais em 2012 foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada, requerido na Resolução CFC nº 1.425/13, o que revelou um resultado deficitário para o Plano PS-I de R\$ 262,2 milhões, dos quais R\$ 157 milhões já estão reconhecidos, equivalente ao diferimento 3/5 (três quintos) do resultado deficitário apurado em 31/12/2012. Em dezembro de 2013, foi baixado o valor de R\$ 157,3 milhões, com base em parecer objeto da contratação da empresa Assistants. Esse procedimento foi necessário uma vez que o plano de benefício definido (PS-I) teve alterações estruturais relevantes que foram determinantes para a mudança de seu panorama econômico, financeiro e atuarial. Outro ponto crucial para a realização desse novo estudo foi a atualização da legislação contábil com o novo CPC 33. Em 31.03.2013 o plano de benefício definido, PS-I, foi saldado. Essa medida foi tomada por conta dos riscos inerentes de um plano de benefício definido, bem como o histórico de déficit técnico. Essa medida reduz substancialmente os riscos atuariais e de investimentos. Percebe-se, portanto, o imenso reflexo na Patrocinadora. Em 30.09.2013, o resultado técnico do plano estava superavitário em R\$ 40,6 milhões, mostrando a necessidade de uma nova avaliação dos valores registrados na Patrocinadora. Nossa opinião não tem modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

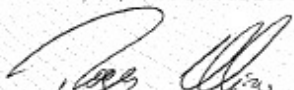
Demonstração do Valor Adicionado

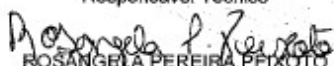
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2012, apresentados para fins de comparação foram por nós examinados e emitimos relatório sem modificação na opinião em 27 de setembro de 2013, mas com ênfase semelhante a aqui apresentada.

Brasília, DF, 28 de abril de 2014.


MACIEL AUDITORES S/S EPP
CRC RS - 005460/0-0 - "S" - DF
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC RS - 71.505/0-3 - "S" - DF
Responsável Técnico


ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora CRC RS - 65.932/0-7 - "S" - DF
Responsável Técnica

PARTE B CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE

1. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

- a) Nome: SERPROS
b) Razão Social: SERPROS fundo Multipatrocinado
c) CNPJ: 29.738.952/0001-99
d) Demonstrativo Anual

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

PLANO	VALOR
SERPRO PSI	58.537.156,08
SERPRO PSII	585.157.134,57
Total	643.694.290,65

- Valor total das contribuições retidas dos empregados (folha da Patrocinadora) referente aos participantes ativos

Apropriações por regime de competência	VALOR
SERPRO PS-I – Contribuições extraordinárias empregados	5.822.626,69
SERPRO PS-II – Contribuições normais empregados	59.580.287,49
Subtotal Empregados (retenções)	65.402.914,18

- Valor total das contribuições paritárias da Patrocinadora (normais e extraordinárias) referente aos participantes ativos e aos assistidos

Apropriações por regime de competência	VALOR
1 – Contribuições paritárias Patrocinadora (PS-I) – extraordinárias	5.822.626,69
2 – Contribuições paritárias Patrocinadora (PS-II) – normais	59.580.287,49
Subtotal Contribuições Paritárias (normais e extraordinárias)	65.402.914,18
3 – Contribuições paritárias dos Assistidos (PS-I) – normais e extraordinárias	9.223.094,41
4 – Contribuições afastados por doença (PS-II) – normais	19.570,43
Subtotal Contribuições da Patrocinadora (Paritárias)	74.645.579,02

Legenda:

1 – PS-I – Plano Serpro I. Plano de benefícios previdenciários, constituído sob forma de Benefício Definido (BD). Saldado em 31.03.2013.

2 – PS-II – Plano Serpro II. Plano de benefícios previdenciários, constituído sob a forma de Contribuição Definida (CD).

3 – Contribuições paritárias dos Assistidos: são as contribuições normais e extraordinárias calculadas com base nos benefícios pagos (folha de pensionistas da EFPC) aos ex-empregados da patrocinadora e dependentes legais, pertencentes ao PS-I - Plano de Benefício Definido.

4 – Contribuições paritárias dos empregados ativos (PS-II) da patrocinadora, afastados por motivo de doença pela Previdência Social oficial, porém também com suplementação complementar pela EFPC.

- Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora

Apropriações por regime de competência	Valor
(a) Instrumentos Contratuais – Dotação Inicial	12.320.165,16
(b) Instrumentos Contratuais – Lei 8.020/1990	5.637.763,80
(c) Instrumentos Contratuais – Aporte de Migração	8.599,00
(d) Encargos moratórios	2.359.046,91
(e) Empréstimos consignados dos empregados	10.771.476,34
(f) Despesas de aluguéis da Regional do SERPRO Belém	519.004,23
(g) Contribuições espontâneas dos empregados	615.067,91
(h) Outros (diferenças e ajustes contábeis)	8.246,70
Total Outros recursos decorrentes dos pagamentos, repasses e consignações	32.239.370,05

- Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

(item a) Dotação Inicial – cumprimento do instrumento contratual de 23.06.1997 denominado Termo de Acordo para Dotação Inicial, com amortização pelo sistema francês em 20 anos, conforme reavaliação atuarial em 1980, oriundo na constituição do fundo, destinado a riscos iminentes. Restando 41 parcelas vincendas a partir de jan/2014;

(item b) Lei nº 8.020/90 - cumprimento do instrumento contratual de 23.06.1997 denominado Termo de Acordo para parcelamento das diferenças referentes a taxa de contribuição prescrita na Lei 8.020/1990, com amortização pelo sistema francês em 20 anos das diferenças de taxas, para a manutenção do plano de custeio da EFPC, relativas ao enquadramento perante a citada lei, restando 41 parcelas vincendas a partir de jan/2014;

(item c) Aporte de Migração – cumprimento do instrumento contratual de 30.03.2001, denominado Termo de Acordo para parcelamento de Aporte financeiro específico, destinado a viabilização de migração de participantes do PS-I para o PS-II, com amortização pelo sistema francês em 30 anos. Restando 215 parcelas vincendas a partir de jan/2014;

(item d) Encargos moratórios – são as despesas em decorrência de atrasos nos pagamentos, à EFPC, previsto em Regulamento dos planos, pertinentes as contribuições paritárias e também as parcelas dos Instrumentos Contratuais, realizadas pela Patrocinadora. Esses atrasos são decorrentes da insuficiência de recursos financeiros devido a situação crítica, porém temporária, no caixa da empresa Patrocinadora, durante os exercícios de 2012 e 2013;

(item e) Empréstimos consignados aos empregados – repasses referentes as contraprestações dos empréstimos tomados pelos participantes junto à EFPC, com desconto em folha de pagamento (em consignação) e repassados pela Patrocinadora mensalmente;

(item f) Aluguéis – despesas com contrato de locação comercial, referente aos aluguéis mensais do imóvel pertencente à EFPC, onde está localizada a Regional SERPRO Belém.

(item g) Contribuição espontânea – repasses das contribuições espontâneas retidas dos empregados do Plano PS-II, conforme Regulamento vigente, não incidindo contribuição paritária pela patrocinadora.

(item h) Outros – valores decorrentes de ajustes contábeis e financeiros por inconsistências na folha de pagamento, nos repasses e contribuições.

- **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar**

A Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC) não se manifesta sobre o assunto.

- **Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal**

Em dezembro de 2013 o saldo dos recursos garantidores dos planos administrados pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado encontravam-se em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais

Relatório de Gestão 2013 - versão final

aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em especial a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, bem como às Políticas de Investimentos da Entidade.

Abaixo a composição da carteira de investimentos dos planos de benefícios e do PGA, administradas pelos SERPROS, em dezembro de 2013.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS GARANTIDORES

2013	PLANOS									
	CONSOLIDADO		PS-I BD		PS-II BD		PS-II CD		PGA	
	dez/2013		dez/2013		dez/2013		dez/2013		dez/2013	
SEGMENTOS	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
Renda Fixa	3.258.614	79,64%	1.400.018	82,44%	721.466	85,06%	1.052.404	72,07%	84.726	99,90%
Exclusivo	3.159.630	77,22%	1.384.429	81,53%	689.258	81,26%	1.001.218	68,56%	84.726	99,90%
Não Exclusivo	98.983	2,42%	15.589	0,92%	32.208	3,80%	51.186	3,51%	-	0,00%
Renda Variável	237.588	5,81%	76.202	4,49%	20.401	2,41%	140.985	9,65%	-	0,00%
Exclusivo	209.206	5,11%	67.307	3,96%	19.487	2,30%	122.412	8,38%	-	0,00%
Não Exclusivo	28.382	0,69%	8.895	0,52%	914	0,11%	18.573	1,27%	-	0,00%
Estruturados	320.807	7,84%	59.829	3,52%	85.858	10,12%	175.119	11,99%	-	0,00%
Fundos de Participações	273.805	6,69%	38.638	2,28%	75.050	8,85%	160.116	10,96%	-	0,00%
Fundos Imobiliários	47.002	1,15%	21.191	1,25%	10.808	1,27%	15.003	1,03%	-	0,00%
Emprést./Financ. Imobiliários	37.184	0,91%	21.398	1,26%	860	0,10%	14.926	1,02%	-	0,00%
Empréstimos	35.213	0,86%	19.675	1,16%	860	0,10%	14.678	1,01%	-	0,00%
Financiamentos Imobiliários	1.971	0,05%	1.723	0,10%	-	0,00%	249	0,02%	-	0,00%
Imóveis	70.807	1,73%	44.750	2,64%	5.169	0,61%	20.888	1,43%	-	0,00%
Imóveis em carteira	70.807	1,73%	44.750	2,64%	5.169	0,61%	20.888	1,43%	-	0,00%
Disponível	332	0,01%	58	0,00%	38	0,00%	147	0,01%	88	0,10%
Depósitos Judiciais/Recursais	6	0,00%	4	0,00%	-	0,00%	2	0,00%	-	0,00%
Outros Realizáveis (1)	173.226	4,23%	100.862	5,94%	14.438	1,70%	57.926	3,97%	-	0,00%
Derivativos	1.178	0,03%	-	0,00%	589	0,07%	589	0,04%	-	0,00%
Swap	506	0,01%	-	0,00%	253	0,03%	253	0,02%	-	0,00%
Margem de Garantia	672	0,02%	-	0,00%	336	0,04%	336	0,02%	-	0,00%
Exigíveis de Investimentos	(8.269)	-0,20%	(4.974)	-0,29%	(658)	-0,08%	(2.637)	-0,18%	-	0,00%
Recursos Garantidores	4.091.474	100,00%	1.698.148	100,00%	848.163	100,00%	1.460.350	100,00%	84.814	100,00%

(1) Outros Realizáveis - Reversão das Letras de Santa Catarina (145.363) e Debêntures Chapecó (27.859) e IOF a recuperar (3)

● Política de investimentos

Direcionamento aprovado pelo CDE – Política de Investimentos 2013

Segmentos	PSI				PSII BD				PSII CD				PGA				Consolidado	
	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	Atual	Limite Legal
Renda Fixa	55,00 %	97,00 %	62,49%	82,44%	72,00 %	100,00 %	86,06%	85,06%	50,00 %	90,56 %	60,12%	72,07 %	100,00 %	100,00 %	100,00%	99,90%	79,64%	100,00%
Renda Variável	3,00 %	25,82 %	21,03%	4,49%	0,00 %	14,48 %	7,17%	2,41%	9,44 %	39,22 %	28,11%	9,65%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,81%	70,00%
Investiment os Estruturado s	0,00 %	15,00 %	12,23%	3,52%	0,00 %	10,00 %	6,03%	10,12%	0,00 %	17,00 %	8,01%	11,99 %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,84%	20,00%
Investiment os no Exterior	0,00 %	2,00%	0,00%	0,00%	0,00 %	1,00%	0,00%	0,00%	0,00 %	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	0,00 %	4,00%	2,85%	2,64%	0,00 %	3,00%	0,64%	0,61%	0,00 %	4,00%	1,65%	1,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,73%	8,00%
Operações com Participante	0,00 %	10,00 %	1,40%	1,26%	0,00 %	7,00%	0,10%	0,10%	0,00 %	10,00 %	2,11%	1,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%	15,00%

A seguir são apresentados os documentos do SERPROS na seguinte ordem:

- Conclusões do último estudo atuarial – Planos PSI e PSII.
- Parecer da Auditoria independente.



PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO

1- Introdução

O Plano de Benefícios SERPRO - PSI é estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas são avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

Destaca-se que este plano está fechado a novas adesões (em extinção) desde 1996, e foi saldado em 1º de abril de 2013.

2- Saldamento do Plano

Após o trâmite legal pelos órgãos competentes, foi aprovada em 6/12/2012 através do Ofício nº 4479/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 709 do DOU de 7/12/2012, proposta de alteração regulamentar no PSI, contemplando o Saldamento do plano, que tinha como objetivo minimizar os riscos inerentes a um plano estruturado na modalidade de Benefício Definido.

Com a implementação das alterações regulamentares, o que ocorreu em 1/4/2013, o impacto observado foi a redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, passando de R\$806.833.305,82 em fev/2013 para R\$693.813.199,88 em mar/2013. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos não foi afetada pelas alterações regulamentares. Sendo assim, o déficit do plano teve uma redução significativa, passando de R\$122.064.142,17 em fev/2013 para R\$9.597.730,75 em mar/2013.

Desde a aplicação do Saldamento, não há mais contribuição normal para os participantes ativos, somente contribuição extraordinária. As contribuições normais passarão a ser pagas pelos participantes somente a partir do recebimento do Benefício Proporcional Acumulado, na mesma proporção dos participantes assistidos.

Importante destacar que o processo de saldamento foi previsto no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela Entidade, publicado no DOU de 27/10/2011. Esse instrumento formalizou o compromisso assumido com a PREVIC pelos administradores da Entidade, representantes do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora, para equacionamento do déficit técnico do PSI através do saldamento do Plano e caso este se mostrasse insuficiente, a introdução de contribuições adicionais paritárias, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001.

N



Embora o Saldamento não tenha sido suficiente para eliminar o déficit do plano, no mês imediato de sua aplicação, não houve necessidade de praticar reajuste paritário nas contribuições extraordinárias, tendo em vista que em maio de 2013, houve a contabilização no PSI de valor incontroverso, referente ao ativo Letras de Santa Catarina, no valor de R\$80.759.199,28 milhões. Tal contabilização foi suficiente para eliminar o déficit técnico remanescente do Saldamento, sendo apurado resultado positivo de R\$53.513.778,36, posição de 31/05/2013.

Assim, destaca-se o pleno cumprimento do TAC, em 31/05/2013, transcorridos 582 dias a contar de sua publicação, dentro do cronograma previsto, com a eliminação do déficit técnico do plano.

3- Provisões Matemáticas

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2013, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO - PSI foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior e em relação à última avaliação, realizada com base em 31/03/2013, em decorrência da efetivação do Saldamento do plano:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	Valores em R\$		
	dez/12	mar/13 (Saldamento)	dez/13
Benefícios Concedidos	891.561.569,41	910.052.298,22	966.289.718,85
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	891.561.569,41	910.052.298,22	966.289.718,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	712.600.078,58	726.199.615,56	772.761.257,69
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	178.961.490,83	183.852.682,66	193.528.461,16
Benefícios a Conceder	787.207.953,82	693.813.199,88	751.488.861,00
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	753.056.914,16	670.674.892,86	724.825.896,92
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.041.906.360,00	883.816.516,00	940.539.762,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(144.424.722,92)	(106.576.811,57)	(107.356.932,54)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(144.424.722,92)	(106.576.811,57)	(107.356.932,54)
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Não Programado	34.151.039,66	23.138.307,02	26.662.964,08
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	47.193.678,00	30.455.362,00	34.580.511,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(6.521.319,17)	(3.651.527,49)	(3.958.773,46)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(6.521.319,17)	(3.651.527,49)	(3.958.773,46)

O impacto das alterações regulamentares implementadas a partir de 1º de abril de 2013 (avaliação atuarial com data base 31/03/2013), contemplando o Saldamento do plano, foi a redução da reserva matemática de benefícios a conceder em aproximadamente 14%.



No fechamento deste exercício, em relação à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, observamos que esta apresentou, de março a dezembro de 2013, uma variação positiva de 6,18%, e a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder uma variação positiva de 8,31%. Tais variações são resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros observados no período de análise, conjugados a alteração da taxa de juros e aplicação da taxa de carregamento administrativo.

4- Resultado do Exercício

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$1.719.028.376,31. É superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.717.778.579,85, conduzindo a um resultado positivo de R\$1.249.796,46.

A cobertura das Provisões Matemáticas face ao Ativo Líquido Patrimonial, que era de 94,15% em dezembro/2012, com o Saldamento em março/2013 aumentou para 99,40%, e em dezembro/2013, para 100,07%.

A rentabilidade das cotas do plano, no exercício, foi de 12,73%, superior à exigência atuarial de 11,92%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a.

O principal motivo para a eliminação do déficit de R\$98.287.986,50 (relativo ao resultado de dezembro/2012) foi o Saldamento do plano, efetivado em 1/4/2013, aliado ao fato da evolução do ativo ter sido superior à evolução do passivo atuarial.

Considerando o resultado observado no exercício de 2013, o plano de custeio praticado mostra-se suficiente para o equilíbrio do plano. Ressaltando que o atual plano de custeio considera a manutenção do aumento de 35% do plano de custeio, implementado em 01/10/2008 e as premissas atuariais atualmente vigentes.

5- Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2013 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

6- Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método do Prêmio Nivelado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação.

Informamos que, até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano SERPRO - PSI foi o Agregado, originário da concepção do plano, sendo o mais indicado para planos em extinção, como no caso do PSI fechado a adesões desde 1996, por ser o que reconhece mais rápido seus compromissos.



Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através do Relatório de Fiscalização N° 27/2013/ERRJ/PREVIC, determinou a alteração do método de financiamento para o método do Prêmio Nivelado. Desta forma, em atendimento à determinação da fiscalização, no fechamento do exercício de 2013 alteramos o nome do método de financiamento de Agregado para Prêmio Nivelado.

Ressaltamos que tal alteração não impacta as provisões matemáticas ou o custeio do plano, sendo efetivado apenas o ajuste da nomenclatura do método.

7- Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa o principal risco na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo técnico visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC N°109/2001 e Resolução CGPC N°18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas em 2013 para o exercício de 2014, comparativamente ao exercício anterior:

Premissa	2012/2013	2013/2014
Taxa de Inflação	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Juros	6%a.a.	5,75%a.a.
Crescimento Salarial	3%a.a.	0%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Mortalidade de Invalidez	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Morbidez	Experiência Stea suavizada	Experiência Stea suavizada
Herdeiros	Experiência SERPRO	Experiência SERPRO
Tábua do INSS	IBGE 2011	-

Não há mais adoção da premissa de crescimento salarial, tendo em vista as características do Saldamento.

Como os benefícios do INSS projetados foram calculados na data do Saldamento, a tábua do INSS utilizada no cálculo do fator previdenciário não impacta mais no plano.



De acordo com a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 2006, a taxa máxima de juros admitida para a avaliação atuarial, era de 6% a.a. até o exercício de 2013. A alteração introduzida pela Resolução MPS/CNPC Nº 9 de 29/11/2012 apontou para uma redução dessa taxa máxima para 5,75% a.a. a partir da avaliação atuarial do exercício de 2013, com redução de 0,25 pontos percentuais ao ano até atingir o patamar de 4,5% a.a. na avaliação atuarial do exercício de 2018.

O estudo do casamento de ativo e passivo, denominado *Asset Liability Management - ALM*, projeta uma carteira ótima, a partir do fluxo do passivo e dos investimentos e desinvestimentos da carteira do plano. A partir da evolução dos investimentos, foi calculado a taxa de retorno média desta carteira sendo apontado que o plano PSI atinge uma rentabilidade compatível com a taxa de juros de 5,75% a.a..

Sendo assim, para o fechamento do exercício de 2013 foi alterada a taxa de juros para 5,75% a.a.. O impacto desta alteração foi o aumento do passivo do plano em R\$ 44.231.788,61.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações e encontram-se aderentes.

8- Carregamento Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo, conjugada com uma taxa de carregamento administrativo de 3,75% a.m. incidente sobre as contribuições vertidas ao plano, sendo a taxa de administração limitada a 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação realizada indicou-se a viabilidade da adoção das fontes de custeio aprovadas.

Ressalte-se que os participantes saldados ou em benefício proporcional diferido terão a Contribuição Administrativa diferida para a fase de gozo de benefício, conforme preconiza o art. 38 do regulamento do plano.

Considerando o plano de custeio vigente, o impacto da aplicação da taxa de carregamento administrativo de 3,75% a.m. sobre as contribuições vertidas ao plano foi o aumento do passivo do plano em R\$ 16.262.872,44.

9- Custos do Plano

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente a última avaliação, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação ao valor atual da folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:



Custo global dos benefícios	03/13	12/13
	6,99%	3,45%

Contribuições	03/13	12/13
Patrocinadores	68,52%	80,28%
Normal	49,31%	58,02%
Extraordinária	19,20%	22,27%
Participantes Ativos	1,94%	1,96%
Normal	0,00%	0,00%
Extraordinária	1,94%	1,96%
Assistidos	12,50%	12,50%
Normal	9,26%	9,26%
Extraordinária	3,24%	3,24%

A variação no percentual das contribuições deve-se à evolução e movimentações ocorridas, durante o período, na massa de participantes, que gerou a redução do valor atual da folha salarial.

Verifica-se uma redução do custo global dos benefícios de março para dezembro de 2013, que está condizente com a eliminação do déficit do plano.

10- Conclusão

Com a aplicação do Saldamento do Plano os riscos inerentes ao plano foi minimizado, já que deixou de ser dependente do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS.

Contudo, como o plano é da modalidade de Benefício Definido, dependente da rentabilidade patrimonial, deve-se manter o monitoramento constante, a fim de manter o equilíbrio do plano.

Ademais, importante destacar o aumento escalonado previsto para os encargos do plano decorrentes da aplicação do disposto na Resolução MPS/CNPC Nº 9 de 29/11/2012.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2014.


Tatiana Carlos Guimarães da Silva
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042



PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO II

1. Introdução

O Plano de Benefícios SERPRO II – PS II é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo de Contribuição Definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de Benefício Definido para os benefícios de riscos e na fase de recebimento dos benefícios, e possui as Provisões Matemáticas avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização.

2. Alteração de Plano

Após o trâmite legal pelos órgãos competentes, foram aprovadas em 12/12/2012 alterações regulamentares no PSII, através do Ofício nº 4612/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 726 do DOU de 14/12/2012.

As alterações introduzidas no regulamento e implementadas a partir de 01/04/2013 implicaram na redução dos custos dos benefícios de risco, portanto, o plano de custeio foi redimensionado de acordo com o novo nível das coberturas oferecidas.

3. Provisões Matemáticas

Consignadas no Balanço da Entidade em 31/12/2013, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO II – PS II foram avaliadas de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor. O quadro a seguir apresenta a distribuição das provisões comparativamente ao exercício anterior e em relação à última avaliação, realizada com base em 31/03/2013, em decorrência da implementação das alterações regulamentares realizadas no Plano:





PROVISÕES MATEMÁTICAS	Valores em R\$		
	dez/12	mar/13	dez/13
Benefícios Concedidos	296.167.913,28	317.036.436,45	397.897.560,55
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	296.167.913,28	317.036.436,45	397.897.560,55
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	245.262.810,39	259.671.794,65	325.818.891,37
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	50.905.102,89	57.364.641,80	72.078.669,18
Benefícios a Conceder	1.354.890.315,40	1.382.429.651,45	1.543.426.617,36
Contribuição Definida	1.283.319.857,80	1.306.962.252,15	1.453.825.144,73
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Insituidor(es)	256.352.947,38	266.292.687,31	316.377.055,77
Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.026.966.910,42	1.040.669.564,84	1.137.448.088,96
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização Programado	27.520.577,65	-	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	120.816.306,93	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(46.647.864,64)	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(46.647.864,64)	-	-
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização não Programado	44.048.879,95	75.467.398,58	89.601.472,63
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	193.380.531,31	190.916.404,86	236.936.826,63
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(74.665.325,68)	(57.724.503,14)	(73.667.677,09)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(74.665.325,68)	(57.724.503,14)	(73.667.677,09)

Os Fundos Previdenciais, constituídos para dar maior garantia ao Plano, foram reavaliados em R\$135.284.214,33 em dezembro de 2013, estando assim discriminados:

Fundos	dez/12	dez/13
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Adesão	R\$ 9.342.358,72	R\$ 10.319.431,46
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos - Longevidade	R\$ 108.292.414,49	R\$ 115.070.592,72
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	R\$ 9.312.640,34	R\$ 9.894.170,15

Onde:

Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Adesão: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do ingresso de participantes com perfil etário/salarial discrepante daquele que serve de base para a elaboração do plano de custeio dos benefícios de risco do plano.

Fundo de Anti-seleção de riscos – Sob o Aspecto de Longevidade: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes do aumento da expectativa de vida relativamente à experiência de mortalidade adotada na avaliação do plano de benefícios.

Fundo de Compensação de Cotas Excedentes: é o fundo destinado à cobertura de eventuais insuficiências decorrentes da diferença entre a rentabilidade patrimonial do plano de benefícios e a correção monetária referente ao pagamento de resgates e transferências patrimoniais, apuradas entre a data de requerimento e a data do efetivo pagamento.





De acordo com determinação da fiscalização da PREVIC, Relatório nº25/2010/ERRJ/PREVIC datado de 16/12/2010, o saldo então existente no Fundo de Oscilação de Risco foi revertido para a conta de Superávit do PSII em dezembro de 2010 e a partir dessa data, apura-se resultado para o plano.

O principal impacto das alterações regulamentares implementadas em 1º de abril de 2013 (avaliação atuarial com data base 31/03/2013) nos resultados da parcela de Benefício Definido foi a redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em aproximadamente 33%.

Destaca-se que uma das principais alterações realizadas no Plano SERPRO II foi a alteração do método de custeio da pensão por morte de aposentado válido, que deixou de ser mutualista, passando a ser individualizado. Essa alteração implicou na transferência patrimonial da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de R\$27.392.045,76 da parcela de Benefício Definido para a parcela de Contribuição Definida do plano, o que devido a questões operacionais só ocorreu em 30/4/2013.

O impacto na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, já considerando a transferência patrimonial no valor de março/2013, foi uma variação para dezembro/2013 de 86,38%, decorrente principalmente da alteração das premissas de juros, crescimento salarial e da inserção do carregamento administrativo.

Com relação à parcela de contribuição definida, observa-se um aumento de 11,24%. Verifica-se que a variação ocorrida foi superior à rentabilidade do plano, de 6,49%, devido principalmente às novas adesões e à transferência patrimonial realizada em abril/2013.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, de março a dezembro de 2013, acréscimo de 25,51%, destacando-se como principal fator que contribuiu para tal acréscimo, a alteração da premissa de taxa de juros.

4. Resultado do Exercício

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$2.147.064.104,91. É, portanto, superior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.941.324.177,91, conduzindo ao superávit técnico de R\$205.739.927,00, sendo R\$121.874.758,30 alocados na Reserva de Contingência e R\$83.865.168,70 na Reserva Especial para Revisão de Plano, estando o plano sujeito, portanto, às determinações constantes na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10 de 19/12/2012.

No quadro a seguir apresentamos a evolução do superávit do plano:





Conta	mar/13	dez/13
Superávit	R\$ 309.850.775,00	R\$ 205.739.927,00
Reserva de Contingência	R\$ 98.125.958,93	R\$ 121.874.758,30
Reserva de Revisão do Plano	R\$ 211.724.816,07	R\$ 83.865.168,70

A redução de 33,60% observada no superávit do plano, deve-se principalmente às alterações das premissas de taxa de juros, crescimento salarial e a aplicação do carregamento administrativo de 3,75% sobre as contribuições vertidas ao plano, conjugados aos impactos demográficos e econômico-financeiros observados no período de análise. Ademais, o valor alocado na reserva especial de revisão do plano está líquido do montante contabilizado no Fundo de Revisão de Plano.

A rentabilidade no exercício de 2013, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 7,33% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 6,49% no que se refere aos saldos de conta de participantes, enquanto a meta atuarial foi de 11,92%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a.

Conforme mencionado no item 3 deste parecer, o plano possui superávit desde dezembro de 2010, quando foi feita a reversão do Fundo de Oscilação de Risco, no valor de R\$106.938.664,57. Desde então, o superávit do plano aumentou, indicando que esse resultado superavitário era decorrente de aspectos não só conjunturais, mas também estruturais, e que o plano de custeio praticado estava superdimensionado para a atual massa de participantes. Com a implementação das alterações regulamentares do plano, o plano de custeio foi devidamente ajustado às necessidades de cobertura do plano de benefícios.

De acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008, que dispõe sobre a apuração, destinação e utilização de superávit, a revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios, a partir da constituição da reserva especial, devendo ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios.

Sendo assim, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade a distribuição do superávit no valor de R\$39.172.232,57, referente à Reserva Especial constituída em 31/12/2010, valor comum apurado nos três últimos exercícios, sendo realizada inicialmente a constituição de Fundo de Revisão de Plano, em 31/12/2013, líquido dos valores de dívidas patronais contratadas, conforme preconiza a legislação vigente, cujo montante será atualizado pela meta atuarial.

O valor do Fundo de Revisão de Plano está dividido entre as partes que compõem o custeio do plano, sendo 50,9350% referente aos participantes e 49,0650% referente a patrocinadora, cujo montante está líquido dos valores de dívidas contratadas, tendo sido utilizado como critério de apuração a proporção das contribuições contabilizadas nos exercícios superavitários (2010 a 2013).





5. Dados Cadastrais

Admitimos o cadastro de 31/12/2013 utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

6. Metodologia Aplicada

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano PSII em sua parcela BD, pautou-se no método do Prêmio Nivelado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação.

Informamos que, até o fechamento do exercício de 2012, o método adotado para a avaliação do Plano SERPRO - PSII BD foi o Agregado, originário da concepção do plano. Ambos os métodos enquadram-se na legislação vigente, que preconiza que nos planos estruturados na modalidade de benefício definido pelo regime de capitalização, o método mínimo de financiamento dos encargos atuariais necessários para garantir os benefícios do plano é o crédito unitário.

Em novembro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, PREVIC, através do Relatório de Fiscalização Nº 28/2013/ERRJ/PREVIC, determinou a alteração do método de financiamento. Desta forma, em atendimento à determinação da fiscalização, no fechamento do exercício de 2013 alteramos o nome do método de financiamento de Agregado para Prêmio Nivelado.

Ressaltamos que tal alteração não impacta as provisões matemáticas ou o custeio do plano, sendo efetivado apenas o ajuste da nomenclatura do método.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de capitalização individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

7. Premissas Atuariais

A escolha das premissas atuariais de forma inadequada representa o principal risco na mensuração dos resultados dos planos de benefícios, sendo assim é de suma importância que seja realizado estudo de forma a mitigar tais riscos. Para tanto, o SERPROS realiza anualmente estudo visando identificar as premissas mais aderentes ao plano.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº18/2006.

Na tabela a seguir estão dispostas as premissas aprovadas para o exercício de 2014, comparativamente ao exercício anterior:





Premissa	2012/2013	2013/2014
Taxa de Inflação	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Juros	6%a.a.	4,75%a.a.
Crescimento Salarial	3%a.a.	3,2%a.a.
Desligamento	1% até 47 anos e 0% após.	1% até 47 anos e 0% após.
Mortalidade Geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 Suavizada, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Entada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Morbidez	Experiência Stea Suavizada	Experiência Stea Suavizada
Herdeiros	Experiência SERPRO	Experiência SERPRO

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, respeitando os limites legais vigentes, as premissas concernentes à taxa de juros, crescimento salarial e mortalidade geral foram redimensionadas, passando-se a adotar as premissas de 4,75% a.a. para a taxa de juros, 3,2% a.a. para crescimento salarial e a tábua AT-2000 suavizada como mortalidade geral.

Como está sendo realizada revisão do plano de benefícios após o decurso de três exercícios superavitários, a taxa de juros a ser adotada deverá observar o limite imposto pela Resolução CNPC N° 10/2013, de 4,75%a.a. para o exercício de 2014.

O estudo do casamento de ativo e passivo, denominado *Asset Liability Management - ALM* projeta uma carteira ótima, a partir do fluxo do passivo e dos investimentos e desinvestimentos da carteira do plano. A partir da evolução dos investimentos, foi calculado a taxa de retorno média desta carteira sendo apontado que o plano PSII atinge uma rentabilidade condizente com a taxa de juros de 4,75% a.a.

Sendo assim, para o fechamento do exercício de 2013 foi alterada a taxa de juros para 4,75% a.a., respeitando o limite legal. O impacto desta alteração de premissa foi o aumento do passivo do plano em R\$83.252.749,96.

A premissa de crescimento salarial está altamente correlacionada com a política de gestão de pessoas praticada pelas Patrocinadoras, desta forma, é fundamental a manifestação da Patrocinadora SERPRO acerca do modelo mais adequado a ser considerado como premissa, razão pela qual foi solicitado seu posicionamento, em 10/10/2013, por meio do expediente OF.DP 134/2013. Em 06/12/2013 foi recebido Relatório de Perspectiva de Crescimento da Patrocinadora indicando a alteração desta premissa para 3,20% ao ano para todas as idades. O impacto da alteração desta premissa foi o aumento do passivo do plano em R\$1.732.002,61.



De acordo com os estudos realizados, a tábua que se mostrou mais aderente à mortalidade geral da massa de participantes foi a AT-2000 Suavizada em 10%, segregada por sexo. Destaca-se sua adequação ao limite imposto pela Resolução CNPC Nº 10/2013. O efeito da alteração da tábua de mortalidade geral, passando da tábua AT-2000 segregada por sexo para a tábua AT-2000 Suavizada em 10%, segregada por sexo, foi o aumento da Provisão Matemática global, resultando no decremento do Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos – Longevidade em R\$254.291,54.

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações e encontram-se aderentes.

8. Carregamento Administrativo

Procedemos à avaliação atuarial adotando as fontes e o critério de custeio administrativo aprovados pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo, conjugada com uma taxa de carregamento administrativo de 3,75% a.m. incidente sobre as contribuições vertidas ao plano, sendo a taxa de administração limitada a 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação realizada indicou-se a viabilidade da adoção das fontes de custeio aprovadas.

Ressalte-se que os participantes em benefício proporcional diferido não optantes por Contribuição Espontânea Mensal terão a Contribuição Administrativa diferida para a fase de gozo de benefício, conforme preconiza o art. 35 do regulamento do plano.

O impacto da aplicação da taxa de carregamento administrativo de 3,75% a.m. sobre as contribuições vertidas ao plano foi o aumento do passivo do plano em R\$ 6.267.458,10.

9. Plano de Custeio

A metodologia adotada na avaliação atuarial não permite a segregação dos custos por benefício. Na tabela a seguir apresentamos, comparativamente a março de 2013, o custo global dos benefícios, em relação ao valor atual da folha de ativos, as contribuições relativas aos participantes ativos e patrocinadores em relação à folha salarial e dos participantes assistidos em relação à folha de benefícios:

Custo global dos benefícios	03/2013	12/2013
	2,713%	2,798%





Contribuições	03/2013	12/2013
Normais Patrocinadores	-	-
Benefícios Programados ⁽¹⁾	7,273%	7,014%
Benefícios de Risco ⁽²⁾	1,386%	1,399%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Normais Participantes Ativos	-	-
Benefícios Programados ⁽¹⁾	7,273%	7,014%
Benefícios de Risco ⁽²⁾	1,386%	1,399%
Extraordinária Patrocinadores	-	-
Participantes Assistidos	0,38%	0,38%
Normal	0,38%	0,38%
Extraordinária	-	-

(1) Em relação à folha salarial

(2) Em relação ao valor presente da folha

O custo global dos benefícios de risco referente à parcela de Benefício Definido passou de 2,773% em 03/2013 para 2,798% em 12/2013, sendo a variação decorrente da movimentação de participantes (novas adesões e entradas em benefício).

Os benefícios programados são calculados em função dos saldos de conta dos participantes. As contribuições referentes a esses benefícios são calculadas com base na média das contribuições realizadas no exercício, destinadas à formação dos saldos de conta, que são as contribuições normais dos participantes (parcela básica de 1% sobre o salário de participação mais um percentual variável, limitado a 15%, sobre o excesso do salário de contribuição em relação a 8 vezes o Valor de Referência SERPRO- II).

As contribuições relativas aos benefícios de risco são determinadas a partir da aplicação do plano de custeio vigente (percentuais variáveis de acordo com a idade de adesão ao plano) sobre os salários de contribuição.

Desde a implementação das alterações regulamentos do plano, a partir de 01/04/2013, as contribuições dos assistidos foram fixadas em 0,38% dos benefícios e não há paridade patronal.

A variação dos percentuais de contribuição verificada no quadro anterior deve-se à movimentação na massa de participantes e variações salariais.

10. Conclusão

O custo do plano de benefícios no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da contribuição variável escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.

O plano de custeio referente à parcela de benefício definido do PSII, será redimensionado em função da distribuição do superávit ao longo do exercício de 2014, conforme preconiza a legislação vigente.





Conforme exposto, verifica-se que o Plano de Benefícios SERPRO II está superavitário desde dezembro de 2010. De acordo com o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, que trata da apuração, destinação e utilização de superávit, a revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios, a partir da constituição da reserva especial, devendo ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios.

Sendo assim, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, a distribuição no exercício de 2014, de parte do superávit provisionado na reserva especial no valor de R\$39.172.232,57, referente ao valor comum apurado nos três últimos exercícios, sendo realizada inicialmente a constituição de Fundo de Revisão de Plano, em 31/12/2013, a ser atualizado pela meta atuarial, cujo montante está dividido entre as partes que compõem o custeio do plano, participantes e patrocinadores, esta parte líquida dos valores de dívidas contratadas, conforme preconiza a legislação vigente. Ao longo do exercício de 2014, esse Fundo constituído será destinado à revisão do plano de benefícios, observando as formas previstas na legislação vigente, a serem sucessivamente adotadas:

I - redução parcial de contribuições;

II - redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições no montante equivalente a, pelo menos, três exercícios; ou

III - melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou ao patrocinador.

Por fim, destaca-se que a destinação da reserva especial para revisão do plano de benefícios deverá ser submetida à prévia manifestação do patrocinador e dos órgãos responsáveis pela sua supervisão, coordenação e controle, além da aprovação da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2014.


Tatiana Cardoso Guimarães da Silva
ATUÁRIA - MIBANº 1042



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores do
SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO
Rua Fernandes Guimarães, 35 – Botafogo
Rio de Janeiro/RJ
CEP 22.290-000

Examinamos as demonstrações contábeis do **SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do **SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do **SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 220, 9º andar, CEP 90410-490, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +55 (51) 3331 2400 - Fax: +55 (51) 3331 2326

Página 1 de 5

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) Saldamento do Plano de Benefícios SERPRO-PS I

Após o trâmite legal pelos órgãos competentes, foi aprovada em 6/12/2012 através do Ofício nº 4479/CGAT/DITEC/PREVIC, conforme publicado na Portaria nº 709 do DOU de 7/12/2012, proposta de alteração regulamentar no PSI, contemplando o Saldamento do plano, que tinha como objetivo minimizar os riscos inerentes a um plano estruturado na modalidade de Benefício Definido. Com a implementação das alterações regulamentares, o que ocorreu em 1/4/2013, o impacto observado foi a redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, passando de R\$806.833mil em fev/2013 para R\$693.813mil em mar/2013. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos não foi afetada pelas alterações regulamentares. Sendo assim, o déficit do plano teve uma redução significativa, passando de R\$122.064mil em fev/2013 para R\$9.598mil em março/2013. Desde a aplicação do Saldamento, não há mais contribuição normal para os participantes ativos, somente contribuição extraordinária. As contribuições normais passarão a ser pagas pelos participantes somente a partir do recebimento do Benefício Proporcional Acumulado, na mesma proporção dos participantes assistidos. Importante destacar que o processo de saldamento foi previsto no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela Entidade, publicado no DOU de 27/10/2011. Esse instrumento formalizou o compromisso assumido com a PREVIC pelos administradores da Entidade, representantes do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora, para equacionamento do déficit técnico do PSI através do saldamento do Plano e caso este se mostrasse insuficiente, a introdução de contribuições adicionais paritárias, nos termos dos § 1º e 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Embora o Saldamento não tenha sido suficiente para eliminar o déficit do plano, no mês imediato de sua aplicação, não houve necessidade de praticar reajuste paritário nas contribuições extraordinárias, tendo em vista que em maio de 2013, houve a contabilização no PSI de valor incontroverso, referente ao ativo Letras de Santa Catarina, no valor de R\$80.759mil (Nota 7.8.1 e 9.1). Tal contabilização foi suficiente para eliminar o déficit técnico remanescente do Saldamento, sendo apurado resultado positivo de R\$53.514mil, posição de 31/05/2013. Assim, destaca-se o pleno cumprimento do TAC, em 31/05/2013, transcorridos 582 dias a contar de sua publicação, dentro do cronograma previsto, com a eliminação do déficit técnico do plano. Conforme descrito na Nota 12.1.1. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Letras do Tesouro de Santa Catarina-LTSC

Chamamos a atenção para a Nota 7.8.1, às Demonstrações Contábeis, que descreve sobre o reconhecimento contábil das Letras do Tesouro de Santa Catarina - LTSC, que em

Exacto Auditoria

Rua Dona Luiza, 220, Pampulha, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +55(51) 3331.2444 - Fax: +55(51) 3331.2326

Página 2 de 5


exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





31/05/2013, tendo o STJ reconhecido a validade do título, considerando o montante de R\$145.363 mil, valor este reconhecido pelo Estado de Santa Catarina como incontroverso, ou seja, não mais objeto de discussão, e que o valor é de um ativo propriamente dito, a Diretoria Executiva deliberou pela reversão da PCLD e pela contabilização do montante incontroverso em razão dos Pareceres Jurídicos Externos e Internos. Posteriormente, quando do efetivo recebimento dos valores, 42,72% do total será destinado ao Patrocinador SERPRO em virtude do previsto no aditivo ao acordo para parcelamento do aporte financeiro, específico para a viabilização da migração de participantes ao plano SERPRO PS-II, assinado em julho de 2002. Registro de provisão referente a parcela do Patrocinador SERPRO, quando do efetivo recebimento, no montante de R\$ 60.243 mil, conforme contrato do Aporte Financeiro Específico destinado à viabilização da migração de participantes do plano SERPRO para o plano SERPRO II, conforme Nota 9.1. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

c) Debêntures Chapecó

Em 02/01/2003 foi constituída provisão relativa à dívida da CHAPECÓ - Cia Industrial de Alimentos no valor de R\$19.541 mil. Em 29/04/2004 foi proferida sentença de mérito declarando rescindida a concordata concedida e decretada a falência da empresa. Atualmente o SERPROS está devidamente habilitado na ordem de credores da massa falida da CHAPECÓ e aguarda a oportunidade de liquidação dos bens para distribuição entre os credores (processo nº018.0900288-5, 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó). Em Dezembro de 2013, fundamentados em Parecer Técnico da área jurídica, tendo como base o relatório de acompanhamento processual elaborado pelo Síndico da Massa Falida, que reconheceu o crédito de R\$27.859 mil e homologado pelo Juízo. O SERPROS reverteu a PCLD e registrou o valor incontroverso. Conforme Nota 7.8.2. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

d) Distribuição de Superávit do Plano SERPROS PS II

Foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, a distribuição no exercício de 2014, de parte do superávit provisionado na reserva especial no valor de R\$ 39.172 mil, referente ao valor comum apurado nos três últimos exercícios, sendo realizada inicialmente a constituição de Fundo de Revisão de Plano, em 31/12/2013, a ser atualizado pela meta atuarial, cujo montante está dividido entre as partes que compõem o custeio do plano, participantes e patrocinadores, esta parte líquida dos valores de dívidas contratadas, conforme preconiza a legislação vigente. Ao longo do exercício de 2014, esse Fundo constituído será destinado à revisão do plano de benefícios, observando as formas previstas na legislação vigente, a serem sucessivamente adotadas: I - redução parcial de contribuições; II - redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições no montante equivalente a, pelo menos, três exercícios; ou III - melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou ao patrocinador. Por fim, destaca-se que a destinação da reserva especial para revisão do plano de benefícios deverá ser submetida à prévia manifestação do patrocinador e dos órgãos responsáveis pela sua supervisão, coordenação e controle, além da aprovação da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC. Conforme Nota 16. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

e) Operações Contratadas – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A Nota 5.2.2, as Demonstrações Contábeis descreve que em 17/12/2009, o patrocinador SERPRO, através do Ofício SUPGF-035743, comunicou a suspensão do repasse das



Contribuições Contratadas (Dotação Inicial, Lei 8.020 e Aporte) com base no Acórdão nº 6.928, proferido pelo TCU. A dívida foi atualizada com base no INPC, juros de mora à razão de 1% a.m e taxa atuarial de 0,5% a.m sobre o valor atualizado, calculados proporcionalmente ao número de dias de atraso. A entidade constituiu, conforme itens 11 e 12 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa. Em 28/02/2011, através do Ofício DS-005893/11, o patrocinador retomou o pagamento e a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi revertida. No exercício de 2012 a dívida principal foi quitada, porém os juros moratórios não foram pagos. Em 07/03/2012, a Diretoria Executiva autorizou a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa dos valores relativos aos juros moratórios. Atualmente a dívida encontra-se em negociação administrativa com o SERPRO. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

f) Letras Financeiras do Banco BVA

Chamamos a atenção à Nota 7.2.1.2, às Demonstrações Contábeis, a qual descreve que as Letras Financeiras adquiridas pelo SERPROS, no montante de R\$ 50.000 mil, eram garantidas pela cessão fiduciária de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hungria na proporção de 1,65. Com a liquidação do Banco BVA S/A, essa garantia foi exercida e a Entidade recebeu a transferência da titularidade das cotas em agosto de 2013, no montante de R\$ 84.663 mil. Em setembro de 2013 procedeu com a habilitação dos créditos junto à massa falida daquele banco. Em 2013, desde o recebimento das cotas do FIRF Hungria, o fundo já amortizou para o SERPROS o montante de R\$ 2.489 mil e, com a criação do Comitê de Renegociação de Dívidas, do qual a Entidade participa como titular, espera-se reaver os valores investidos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

g) Fundo de Investimento em Participações Patriarca Private Equity FIP

Chamamos a atenção à Nota 7.2.2.1, às Demonstrações Contábeis, a qual descreve o registro de PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa), no valor de R\$45 milhões, equivalente a 97% do valor aplicado no Fundo Patriarca Private Equity FIP em decorrência da intervenção do Banco BVA S/A em 19/10/2012. Em agosto de 2013, o SERPROS ajuizou ação ordinária de responsabilidade civil, nº 0127822-46.2013.04.02.5101, em trâmite na 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, em face de diversos réus. A ação visa a indenização pelos réus do valor investido pela Instituição. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

h) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III

Chamamos a atenção à Nota 7.2.2.2, às Demonstrações Contábeis, a qual descreve que em 2011, o SERPROS investiu R\$45.000 mil em cotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC BVA Master III. No exercício de 2012 o Administrador do Fundo, atendendo ao normativo legal aplicável, efetuou lançamentos de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa impactando as cotas do fundo que registraram variação negativa. Até dezembro de 2013 foram amortizados R\$26.546 mil, equivalente a 59% do valor alocado. Desde a liquidação do Banco BVA S/A, em junho de 2013, os cotistas adotaram diversas medidas com vistas a garantir o total recebimento dos valores investidos, dentre elas: i) ação judicial para antecipação de tutela dos direitos creditórios ao fundo; ii) troca de gestor do fundo; iii) contratação de escritório jurídico; iv) constituição de um Comitê de Recuperação de Créditos do qual o SERPROS é titular. Está negociado para o primeiro trimestre de 2014 a





exacto

amortização de aproximadamente R\$1.600 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 07 de março de 2013, com ênfase sobre o mesmo assunto descrito no item "e" do parágrafo de ênfase anterior e sobre os seguintes assuntos:

- Registro de PCLD Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, no valor de R\$45 milhões equivalente a 97% do valor aplicado no Fundo de Investimento em Participações Patriarca Private Equity FIP – em decorrência da intervenção do Banco BVA S/A pelo Banco Central do Brasil ocorrida em 19/10/2012. A avaliação desse assunto está descrito no item "g" do parágrafo de ênfase anterior;
- Déficit Técnico acumulado observado no exercício de 2012 de R\$98.288 mil indica que o plano de custeio praticado para o plano de benefício SERPRO PS I, mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do plano. Nesses termos, segundo o art. 21 da Lei Complementar 109/2001, mantendo-se a mesma linha de proposta de equilíbrio aprovada em 2003, pelo Conselho Deliberativo do SERPROS e Patrocinadora SERPRO, e implementada parcialmente em 01/10/2008 com o aumento do plano de custeio, sua revisão ainda indica a necessidade de ajuste das contribuições de participantes ativos, assistidos e patrocinados em 19,71%. Esse assunto foi regularizado no exercício de 2013, conforme descrito no item "a" do parágrafo de ênfase anterior;
- O Plano de Benefício SERPRO PS-II apresentou um superávit acumulado de R\$310.496 mil e um fundo previdencial constituído de R\$110.704 mil. De acordo com a Resolução CGPC nº 26 de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10 de 2012, o superávit deveria obrigatoriamente ser revisto após o decurso de três exercícios a partir da constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano, o que seria realizado até o encerramento do exercício de 2013. Esse assunto foi regularizado no exercício de 2013, conforme descrito no item "d" do parágrafo de ênfase anterior.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2014.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544


Marcelo Souza Marques do Couto
Contador CRC RS-050671/O-2 S-RJ

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 220, Prandiar, CEP 91410-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fones: +55(51) 3333.2846 Fax: +55(51) 3333.2326

Página 5 de 5

marcelo@exacto.com.br
www.exacto.com.br



II - Informações sobre ações de fiscalização

No exercício de 2013, foi realizado 01 (um) trabalho de auditoria especial no SERPROs – Fundo Multipatrocinado com objetivo de verificar a gestão administrativa, previdenciária e de investimentos referentes ao exercício de 2012, atentando para a governança e controles internos adotados pelo Fundo.

Diante do trabalho realizado, foi possível concluir que a Diretoria Executiva do Fundo vem atuando em conformidade com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Entretanto, convém ressaltar os itens a seguir, os quais merecem especial atenção por parte dos gestores responsáveis:

a) processo de acompanhamento de investimentos que apresentam maior risco, considerando aquisição de ativos junto ao Banco BVA, em especial o Fundo de Investimento em Participações Patriarca Private Equity, para o qual foi emitida a Recomendação nº 01, constante do trabalho: GF-ES/0001/2013; e,

b) reflexo nos Planos PS I e PS II das alterações promovidas pelas Resoluções MPS/CNPC nº 009/2012 e 010/2012, que determinam a redução escalonada das taxas de juros até o ano de 2018, o que implica em provável apuração de resultado deficitário no PS I e o possível aumento do encargo do Plano no PS II.

Registramos ainda que, conforme informado no relatório GF-ES/0001/2013, não é objetivo da Auditoria Interna da Patrocinadora a avaliação da performance das aplicações realizadas pela Entidade, sendo sua atuação adstrita à supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Fundo, conforme disposto no Art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

A área de Gestão de Tecnologia da Informação também fez uma auditoria no SERPROs no exercício 2013, mediante designação PC-ES/0002/2013.

Os exames abrangeram a análise dos controles internos aplicáveis à gestão dos recursos de infraestrutura de TI, às normas e às diretrizes relativas aos processos de Tecnologia da Informação no SERPROs, a fim de verificar a conformidade dos procedimentos executados e a eficácia dos controles internos adotados nos processos.

Conforme conclusão contida no relatório final de Auditoria, os Auditores recomendaram:

“a) À Alta Administração do SERPROs:

- que proceda à Revisão da Política de Segurança da Informação, contemplando nesta revisão a inserção de cláusula de temporalidade para sua revisão;
- que estabeleça os papéis e responsabilidades pela Segurança da Informação no SERPROs, conforme item 5.1.c da Norma ABNT ISO/IEC 27001:2006;
- que provisione recursos suficientes para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar o Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), conforme item 5.1.d da Norma ABNT ISO/IEC 27001:2006;
- conduza as análises críticas do SGSI, conforme item 5.1.h da Norma ABNT ISO/IEC 27001:2006;
- realize reuniões com representantes da Patrocinadora, com o objetivo de elucidar a questão referente à transferência de arquivos entre ambas as partes, contendo dados sensíveis de empregados da Patrocinadora, implantando mecanismos que garantam sua proteção contra acesso não autorizado, uso impróprio ou alteração indevida durante sua transmissão.

b) À Divisão de Informações e Sistemas - DISI:

- que a área dê cumprimento ao Artigo número 13, da Resolução MPS/CGPC 13, de 01.10.2004, a fim de reavaliar e aprimorar o sistema de controle interno da área, adotando os procedimentos apropriados para mitigar ou reduzir os riscos apontados no Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos;
- que para o ano de 2014, contemple a capacitação de seus colaboradores em disciplinas referentes à Segurança da Informação e Governança de TI.”



Relatório de Fiscalização nº 27/2013/ERRJ/PREVIC – PSI – Período 02/09/2013 a 30/11/2013

CI DIAT 009/2014 E CI GEBEN 034/2014

Item	Escopo	Descrição	Esclarecimentos e Providências Adotadas pelo SERPROS
3.1	Plano de Custeio	Determina-se que o Conselho Deliberativo aprove todas as taxas de contribuições aplicadas aos salários de participação.	O Conselho Deliberativo anualmente aprova na avaliação atuarial o plano de custeio dos planos PSI e PSII, que é a aplicação das taxas de contribuições individualmente na base dos participantes, sendo esta exigência legal. Adicionalmente, o Conselho aprovará a partir do exercício de 2014 além do plano de custeio, as taxas de contribuições.
3.1	Plano de Custeio	Determina-se que a entidade realize melhorias nos controles internos referentes à execução e cumprimento do plano de custeio, bem como na guarda dos salários de participação e contribuições dos participantes ativos;	O SERPROS busca constantemente aprimorar seus controles internos através de melhorias nos sistemas operacionais. Desta forma, recentemente foi criada uma área no sistema para preservar os valores históricos dos salários e contribuições, de modo a contemplar também os retroativos de contribuições utilizadas para a recomposição dos salários de contribuição. Adicionalmente, implementamos melhorias no controle de checagem das informações enviadas pela Patrocinadora e as constantes no banco de dados da Entidade.
3.1	Plano de Custeio	Determina-se que a entidade promova modificações no regulamento do plano de benefícios PSI.	As modificações objetivam a inclusão no texto regulamentar das práticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo desde o início de vigência do PSI e implementadas no plano de custeio, relativas as exceções dos grupos de participantes que não contribuem. Em atendimento ao disposto neste item, foram realizados ajustes no texto regulamentar nos artigos 40, parágrafo 3º (alteração) e artigo 42 e parágrafo único (inclusão). O Conselho Deliberativo da Entidade aprovou tais alterações regulamentares e estas se encontram em análise na Patrocinadora. Considerando que o SERPROS é patrocinado por empresa ligada à administração pública, qualquer alteração no regulamento, deve passar por todo trâmite de aprovação pelos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização da Patrocinadora antes do envio à PREVIC.



3.1	Plano de Custeio	Determina-se que a entidade elabore o plano de custeio para o exercício de 2014 com prazos de amortizações para todas as contribuições extraordinárias dos participantes ativos, contribuições extraordinárias dos assistidos e contribuições extraordinárias das patrocinadoras, conforme os itens 10 e 11 da Resolução CGPC nº 18/2006.	A elaboração de Plano de custeio considerando prazo para as contribuições extraordinárias praticadas desde 2008, modifica a estrutura contributiva original do desenho do PSI, onerando o custo do plano demasiadamente. Sendo assim, foi apresentada à PREVIC proposta técnica para determinação do prazo de amortização das contribuições extraordinárias que deverá ser aprovada pela PREVIC e por todos os órgãos competentes antes de sua implementação, já que o SERPROS é patrocinado por empresa ligada à administração pública.
3.1	Plano de Custeio	Determina-se que a entidade corrija o lançamento contábil do déficit equacionado parcialmente do exercício de 2008, conforme a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução SPC nº 34/2009.	Atualmente o lançamento contábil é feito conforme o plano de custeio praticado. Em caso de alteração do plano de custeio para contemplar o prazo para amortização da contribuição extraordinária, solicitado no item anterior, o lançamento contábil do déficit parcialmente equacionado com a contribuição extraordinária será ajustado. Portanto, esse ajuste depende do atendimento ao item anterior e deverá ser implementado conjuntamente, após aprovação por todos os órgãos competentes, da proposta técnica para determinação do prazo de amortização.
3.1	Plano de Custeio	Determina-se que a entidade elabore nova Nota Técnica Atuarial do plano de benefícios, conforme a Instrução Normativa SPC nº. 38/2002.	Foram realizados ajustes nas Notas Técnicas Atuariais do Plano SERPRO, objetivando maior clareza nas informações exigidas na Instrução Normativa nº 38/2002.
3.1	Plano de Custeio	Determina-se que a entidade, na Demonstração Atuarial de 2013, informe corretamente os regimes financeiros e métodos de financiamentos efetivamente adotados pelos benefícios do plano.	Na Demonstração Atuarial de 2013, foi realizado ajuste na nomenclatura do método de financiamento de "Agregado" para "Prêmio Nivelado", o que não afeta as provisões, já que as formulações são idênticas em ambos os métodos.



Relatório de Fiscalização nº 28/2013/ERRJ/PREVIC – PSII - Período 02/09/2013 a 30/11/2013

CI GERAT 010/14 / CI GEBEN 034/14 / GEJUR 011/14

Item	Escopo	Descrição	Esclarecimentos e Providências Adotadas pelo SERPROS
3.1	Plano de Custeio	Determina que Entidade proceda com os ajustes necessários à aprovação do Convênio de Adesão, impostos pelos órgãos competentes, e assim, concretize com celeridade o desfecho destes instrumentos com as patrocinadoras SERPRO e SERPROS.	A minuta do Convênio de Adesão relativo ao Plano de Benefícios PSII foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e se encontra na Patrocinadora para análise e aprovação já que o SERPROS é patrocinado por empresa ligada à administração pública.
3.1	Plano de Custeio	Determina que, para a aprovação do plano de custeio para o exercício de 2014, o Conselho Deliberativo aprove todas as taxas de contribuições aplicadas aos salários de participação.	O Conselho Deliberativo anualmente aprova na avaliação atuarial o plano de custeio dos planos PSI e PSII, que é a aplicação das taxas de contribuições individualmente na base dos participantes, sendo esta exigência legal. Adicionalmente, o Conselho aprovará a partir do exercício de 2014 além do plano de custeio, as taxas de contribuições.
3.1	Plano de Custeio	Determina que a entidade realize, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste relatório, melhorias nos controles internos referentes à execução e cumprimento do plano de custeio, bem como na guarda dos salários de participação e contribuição dos participantes ativos.	O SERPROS busca constantemente aprimorar seus controles internos através de melhorias nos sistemas operacionais. Desta forma, recentemente foi criada uma área no sistema para preservar os valores históricos dos salários e contribuições, de modo a contemplar também os retroativos de contribuições utilizadas para a recomposição dos salários de contribuição. Adicionalmente, implementamos melhorias no controle de checagem das informações enviadas pela Patrocinadora e as constantes no banco de dados da Entidade.
3.1	Plano de Custeio	Determina que a entidade realize, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste relatório, elabore nova Nota Técnica Atuarial do plano de benefícios contemplando todos os elementos mínimos previstos na Instrução Normativa SPC nº 38/2002, informando corretamente todos os regimes financeiros e métodos de financiamentos adotados por cada um dos benefícios do plano.	Foram realizados ajustes nas Notas Técnicas Atuariais do Plano SERPRO, objetivando maior clareza nas informações exigidas na Instrução Normativa nº 38/2002.
3.1	Plano de Custeio	Determina que a entidade, na Demonstração Atuarial de 2013, informe corretamente ao órgão fiscalizador (PREVIC) os regimes financeiros e métodos de financiamentos efetivamente adotados pelos benefícios do plano.	Na Demonstração Atuarial de 2013, foi realizado ajuste na nomenclatura do método de financiamento de "Agregado" para "Prêmio Nivelado", o que não afeta as provisões, já que as formulações são idênticas em ambos os métodos.

FICHA TÉCNICA

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor Presidente

Laerte Dorneles Meliga
Diretor de Gestão Empresarial

Edson Geraldo Ferreira
Superintendente de Desempenho e Controle Empresarial - SUPDC